

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ULISSES HENRIQUE TIZOCO

**PESSOAS NEGOCIANDO PESSOAS:**

**O MERCADO DE ESCRAVOS DE BONFIM DO PARAÓPEBA (MG) E  
SUAS CONEXÕES (1842-1888)**

Belo Horizonte

2018

ULISSES HENRIQUE TIZOCO

**PESSOAS NEGOCIANDO PESSOAS:  
O MERCADO DE ESCRAVOS DE BONFIM DO PARAOPEBA (MG) E  
SUAS CONEXÕES (1842-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby.

Belo Horizonte

2018

981.51 Tizoco, Ulisses Henrique  
T625p Pessoas negociando pessoas [manuscrito] : o mercado de  
2018 escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões  
(1842-1888) / Ulisses Henrique Tizoco. - 2018.  
235 f. : il.  
Orientador: Douglas Cole Libby.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2.Escavidão – Brasil – História – Teses. 3. Escravos – Tráfico – Teses. 4.Bonfim do Paraopeba (MG) - Teses. I. Libby, Douglas Cole. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**"Pessoas Negociando Pessoas: O Mercado de Escravos de Bonfim do Paraopeba  
(mg) e Suas Conexões (1842-1888)"**

**Ulisses Henrique Tizoco**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Douglas Cole Libby - Orientador  
UFMG

Prof. Dr. Marcelo Magalhães Godoy  
UFMG

Profa. Dra. Claudia Eliane Parreiras Marques  
UEL

Belo Horizonte, 17 de julho de 2018.

## Agradecimentos

Mais que fruto de esforço pessoal, a execução dessa pesquisa resulta de um acúmulo de oportunidades e atuações generosas de diversas pessoas que estiveram ou ainda estão presentes em minha vida, que contribuíram, cada uma a seu modo, para que eu fosse quem sou hoje. Nesse sentido, gostaria de agradecer àqueles cuja contribuição foi mais destacada para que esta dissertação pudesse ser produzida.

À minha mãe, Marlene, que me trouxe ao mundo, me criou sozinha e fez tudo quanto possível para que eu fosse feliz e recebesse educação de qualidade.

Ao meu orientador, Douglas Libby, pela confiança, atenção, disponibilidade e todo o apoio a mim dispensados ao longo do período do mestrado, o que me permitiu executar a pesquisa com tranquilidade.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pela concessão da bolsa de pesquisa, fundamental para a viabilização da mesma e para que eu pudesse me dedicar a ela da forma necessária.

Aos meus professores da graduação e da pós, por propiciarem minha formação como historiador e meu amadurecimento acadêmico, e aos demais funcionários do departamento de História da UFMG, pela eficiência na resolução de todas as demandas burocráticas que surgiram ao longo do período.

A todos os meus professores do Ensino Fundamental e Médio, por minha formação e, em especial, à minha professora de História, Marlene (*in memoriam*), por me fazer compreender e gostar ainda mais dessa disciplina crucial para minha atuação na sociedade, à prof<sup>a</sup>. Herinéia e ao prof. Paulo Emílio (*in memoriam*) pelas oportunidades a mim concedidas, essenciais à minha educação.

Aos funcionários da Casa de Cultura de Bonfim, Sheila, Reginaldo, Débora, Daniel, Bete e D. Lia, pela carinhosa acolhida e pela disponibilidade em me auxiliar em absolutamente tudo o que necessitei enquanto realizei a pesquisa na cidade.

Ao Instituto Inhotim, especialmente nas pessoas de Rosalba Lopes, Roseni Sena (*in memoriam*) e Raquel Novais, pelas diversas oportunidades de amadurecimento pessoal,

profissional e acadêmico advindas da concessão de bolsa de iniciação científica da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) e da oportunidade ímpar de trabalhar na instituição como pesquisador, mantendo contato próximo com a comunidade brumadinhense e sua riqueza histórico-cultural. Tal atuação foi fundamental à ampliação de meus horizontes, ao desenvolvimento de meu gosto pela pesquisa histórica e mesmo ao início da presente pesquisa. Posso dizer que usufruí enormemente do poder transformador de Inhotim. Ainda no Instituto, a todos os demais funcionários, que proporcionaram que os mais de cinco anos que passei na instituição fossem muito prazerosos e enriquecedores, especialmente Néia, Ângela e Everton, companheiros de trabalho na antiga Diretoria de Inclusão e Cidadania, e Ricardo, que me apresentou Bonfim e as preciosidades guardadas em seu arquivo público.

Finalmente, a todos os anônimos que gentilmente me forneceram carona em Bonfim, principalmente no quase diário percurso Rio Manso – Bonfim, cujo obséquio foi fundamental para a execução da pesquisa.

A todos, acima mencionados ou não, meu muito obrigado!

*Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.*

*Karl Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte.*

## Resumo

A presente pesquisa visa esmiuçar as características do mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG), bem como identificar as conexões estabelecidas com mercados de outras regiões do Império entre 1842 e 1888, especialmente durante as três décadas finais da escravidão, quando o tráfico interno (em suas modalidades intra e interprovincial) desempenhou um importante papel na reposição da mão de obra cativa no Brasil. Para tanto, serão utilizados os registros de transações comerciais envolvendo a mercadoria humana presentes em livros de notas e de procurações existentes no Arquivo Público Municipal de Bonfim, bem como outras fontes cartoriais e impressas que auxiliarão a análise das primeiras. Parte-se do pressuposto de que as movimentações internas de cativos operadas no Sudeste do Brasil, e na província mineira em particular, após a cessação do tráfico atlântico em 1850, fazem parte de processos muito mais amplos e complexos que uma simples transferência de escravos hipoteticamente “ociosos” de áreas supostamente “decadentes” para outras economicamente mais dinâmicas.

**Palavras-chave:** Tráfico interno de escravos, Escravidão no Brasil, Comerciantes de escravos, Século XIX, Bonfim do Paraopeba (Minas Gerais).



## **Abstract**

This research aims to analyze the characteristics of the domestic slave trade in Bonfim do Paraopeba (MG), as well as to identify the connections established with markets of other regions of the Brazilian Empire between 1842 and 1888, especially during the final three decades of slavery, when the domestic trade (in its intra and interprovincial modalities) played an important role in the replacement of captive labor in Brazil. The research is largely based on data retrieved from records of commercial transactions involving human merchandise found in notarial records and proxies housed in the Bonfim Municipal Public Archive, as well as other notary and printed sources from the period in focus. I hope to show that, after the cessation of the Atlantic Slave Trade in 1850, the internal movements of captives taking place in southeastern Brazil, and in the province of Minas Gerais in particular, were part of much larger and more complex processes that went beyond a simple transfer of slaves hypothetically “unnecessary” from supposedly “decadent” areas to economically more dynamic regions.

**Keywords:** Domestic slave trade, Brazilian slavery, Slave traders, XIX century, Bonfim do Paraopeba (Minas Gerais).

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Configuração administrativa do município de Bonfim (1843-1885).....	38
Tabela 2 – Distribuição da população cativa dos futuros distritos bonfinenses por faixa etária e presença africana (década de 1830).....	44
Tabela 3 – Mapa de população e economia dos distritos e freguesias do município de Bonfim (início da década de 1860).....	49
Tabela 4 – População livre e escravizada da província mineira e de seus 72 municípios em 1872.....	52
Tabela 5 – Comparativo da população livre e escravizada de Minas, Bonfim e suas freguesias na década de 1830, em 1854, 1860 e 1872.....	53
Tabela 6 – Comparativo da população livre e escravizada das freguesias e distritos bonfinenses na década de 1830, em 1860 e 1872.....	54
Tabela 7 – Comparativo da distribuição da população cativa bonfinense por faixa etária na década de 1830 e em 1872.....	57
Tabela 8 – Distribuição dos escravos negociados por década, origem e sexo: Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.....	84
Tabela 9 – Distribuição dos escravos negociados por década, sexo e faixa etária: Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.....	86
Tabela 10 – Distribuição dos escravos negociados por ocupação e década: Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.....	91
Tabela 11 – Preços médios dos escravos (em réis) no mercado bonfinense por década e sexo: Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.....	97
Tabela 12 – Preços médios dos escravos (em réis) por década e sexo: Minas Gerais, 1840-1888.....	98
Tabela 13 – Preços médios dos escravos no mercado bonfinense (em réis) por década, sexo e faixa etária: Bonfim do Paraopeba, 1860-1888.....	101
Tabela 14 – Distribuição dos escravos alforriados por década, sexo e tipo de alforria: Bonfim do Paraopeba, 1844-1888.....	105
Tabela 15 – Distribuição dos escravos alforriados por década, origem e sexo: Bonfim do Paraopeba, 1844-1888.....	107
Tabela 16 – Local de residência dos transmitentes que atuaram no mercado bonfinense por década: Bonfim do Paraopeba: 1842-1888.....	109
Tabela 17 – Local de residência dos adquirentes que atuaram no mercado bonfinense por década: Bonfim do Paraopeba: 1842-1888.....	110

Tabela 18 – Transações de compra e venda de escravos no mercado bonfinense via tráficos intra e interprovincial: Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.....	113
Tabela 19 – Origem dos escravos brasileiros negociados no mercado bonfinense por sexo e década: Bonfim do Paraopeba: 1860-1888.....	115
Tabela 20 – Locais de residência do transmitente e do adquirente em relação à origem dos escravos brasileiros negociados no mercado bonfinense, por década: Bonfim do Paraopeba: 1860-1888.....	116
Tabela 21 – Escravos comercializados mais de uma vez no mercado bonfinense (Escrituras): Bonfim do Paraopeba (1842-1888).....	128
Tabela 22 – Escravos comercializados mais de uma vez no mercado bonfinense (Procurações): Bonfim do Paraopeba (1842-1888).....	130
Tabela 23 – Principais grupos de negociantes bonfinenses segundo ocorrência e quantidade de escravos negociados (1860-1888).....	132
Tabela 24 – Principais grupos de negociantes e suas formas de ocorrência em escrituras e procurações: Bonfim do Paraopeba, 1860-1888.....	132
Tabela 25 – Principais intermediários segundo ocorrência e quantidade de escravos negociados: Bonfim do Paraopeba, 1860-1888.....	149
Tabela 26 – Principais transmitentes do mercado de escravos bonfinense: Bonfim do Paraopeba (1842-1888).....	156
Tabela 27 – Principais adquirentes do mercado de escravos bonfinense: Bonfim do Paraopeba (1842-1888).....	157
Tabela 28 – Transmitentes que também atuaram como adquirentes no mercado de escravos bonfinense: Bonfim do Paraopeba (1842-1888).....	159
Tabela 29 – Informações econômicas dos adquirentes segundo os inventários: Bonfim do Paraopeba: 1842-1888.....	187

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Comportamento das populações livre e cativa bonfinenses entre as décadas de 1830 e 1880.....	61
Gráfico 2 – Tipos de transações comerciais registradas nas escrituras e procurações: Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.....	75
Gráfico 3 – Distribuição das transações e dos escravos negociados por ano entre as escrituras e procurações: Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.....	80
Gráfico 4 - Quantidade de escravos negociados por transação: Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.....	90
Gráfico 5 – Ocupações dos escravos alforriados: Bonfim do Paraopeba, 1844-1888.....	92
Gráfico 6 – Preços médios dos escravos no mercado bonfinense (em réis) por sexo e faixa etária: Bonfim do Paraopeba, 1860-1869.....	99
Gráfico 7 – Preços médios dos escravos de 15 a 39 anos no mercado bonfinense (em réis) por década e sexo, em comparação aos preços médios do período 1860-1888.....	100
Gráfico 8 - Preços médios dos escravos no mercado bonfinense (em réis) por sexo e faixa etária: Bonfim do Paraopeba, 1860-1888.....	101
Gráfico 9 – Municípios de residência dos transmitentes e adquirentes não bonfinenses e suas respectivas distâncias (em km) em relação ao município de Bonfim (1842-1888).....	111
Gráfico 10 – Fluxos dos escravos negociados no mercado bonfinense (Escrituras): Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.....	112

## Lista de Figuras

Figura 1 – Localização da região estudada no espaço geográfico mineiro.....	19
Figura 2 - Regionalização, Níveis de desenvolvimento e centralidade. Minas Gerais, 1830..	29
Figura 3 – Regiões da província mineira.....	39
Figura 4 – Mapa da província de Minas Gerais com indicação das principais estradas, 1867	40
Figura 5 – Mapa da província de Minas Gerais (detalhe), 1862.....	41
Figura 6 – Proposta de delimitação territorial do município de Bonfim, 1849.....	42
Figura 7 – Configuração espacial aproximada da sede municipal bonfinense na segunda metade do século XIX.....	43
Figura 8 – Anúncio 1.....	127
Figura 9 – José Marques da Silveira, s. d.....	133
Figura 10 – Anúncio 2.....	143
Figura 11 – Anúncio 3.....	144
Figura 12 – Anúncio 4.....	145
Figura 13 – Anúncio 5.....	146
Figura 14 – Municípios e regiões com os quais os principais grupos de negociantes de escravos bonfinenses mantiveram contatos comerciais (1860-1888).....	147
Figura 15 – Relações de parentesco observáveis na posse do Capitão Matheus José de Souza Ameno: Bonfim do Paraopeba, 1885.....	168
Figura 16 – Relações de parentesco observáveis na posse do Tenente Joaquim Vilella Frasão: Bonfim do Paraopeba, 1870.....	184
Figura 17 – Relações de parentesco observáveis na posse do Vigário Francisco Nogueira Penido: Bonfim do Paraopeba, 1887.....	188
Figura 18 – Relações de parentesco observáveis na posse de Cornélio Pereira Cardozo: Bonfim do Paraopeba, 1877.....	192

## **Abreviaturas**

APM – Arquivo Público Mineiro

APMB – Arquivo Público Municipal de Bonfim

BN – Biblioteca Nacional

Cedeplar / FACE / UFMG – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais / Faculdade de Ciências Econômicas / Universidade Federal de Minas Gerais

CPO – Cartório do 1º Ofício

CSO – Cartório do 2º Ofício

DC – Documentação Criminal

NPHEd - Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica

SP – Seção Provincial

## Sumário

Introdução .....	15
Capítulo 1:	
Bonfim do Paraopeba, a província de Minas Gerais e o tráfico interno de escravos pós-1850 na historiografia .....	22
A província de Minas Gerais e o tráfico interno de escravos após 1850 .....	24
Bonfim do Paraopeba e a escravidão .....	37
Capítulo 2:	
O mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (1842-1888) .....	64
O que Rui Barbosa não queimou, a burocracia preservou: fontes e procedimentos metodológicos utilizados, suas potencialidades e limites .....	64
Perfis das negociações e dos escravos negociados .....	73
<i>Aspectos demográficos dos negociados</i> .....	83
<i>Análise dos preços</i> .....	92
<i>Fluxos das transações</i> .....	109
<i>Os ingênuos</i> .....	118
Capítulo 3:	
O funcionamento do mercado: escravos negociados, transmitentes, adquirentes e procuradores e suas formas de atuação .....	121
Os contextos das negociações .....	124
Negociantes e intermediários: estratégias comerciais e conexões .....	131
Transmitentes e adquirentes “comuns”: os principais nomes envolvidos e a destinação dos escravos negociados .....	155
Considerações finais .....	197
Anexos e Apêndices .....	200
Fontes e referências utilizadas .....	225

## Introdução

No momento em que estas linhas são escritas, completam-se 130 anos desde que o Brasil, último bastião da escravidão no Ocidente, tornou ilegal tal instituição. Passadas 13 décadas após o 13 de maio de 1888, os reflexos do forte entranhamento da escravidão no tecido social brasileiro ainda se mostram tão presentes neste que, atualmente, é um dos países mais desiguais do mundo. O Brasil ainda não resolveu importantes questões como a discriminação racial, a violência, a exclusão e a falta de oportunidades de inserção social de forma igualitária para os afrodescendentes, que formam a maioria de sua população.

O escravo liberto pela Lei Áurea, sem acesso à instrução, à terra ou a qualquer meio de produção, quando não continuou trabalhando em condições de semiescravidão, viu-se obrigado a se submeter ao novo sistema de exploração do trabalho, baseado no recebimento de salários irrisórios, insuficientes à satisfação das necessidades básicas de um ser humano. A ameaça do chicote foi substituída pela ameaça do desemprego e seus efeitos (fome, miséria, perda da moradia, além de exclusão social ainda maior). E este sistema tem perdurado e vem sendo reiterado e intensificado geração após geração.

Num momento como o atual, marcado pelos retrocessos sociais e retirada de direitos dos trabalhadores, compreender os mecanismos que possibilitaram tamanha longevidade à escravidão no Brasil pode significar também um importante instrumento de luta para se enfrentar os intentos de se precarizar ainda mais as condições de existência dos setores mais pobres da sociedade, compostos, em sua maioria, por afrodescendentes.

Ao longo do século XIX, ao mesmo tempo em que a escravidão perdia força e era abolida na maior parte do Ocidente, em três regiões do continente americano - o Sul da República dos Estados Unidos da América, a colônia espanhola de Cuba e o Império do Brasil - tal instituição viveu seu apogeu. Nesse período, o tráfico atlântico de mão de obra escravizada também alcançou cifras inéditas e, quando suprimido, deu lugar a um tráfico interno de dimensões jamais vistas, sobretudo nos EUA e no Brasil.

Em geral, associa-se a força da escravidão nessas áreas ao crescimento do consumo mundial das *commodities* algodão (cujo maior exportador era o Sul dos EUA), açúcar (que tinha Cuba como maior exportador) e café (cujas exportações eram lideradas pelo Brasil),



capitaneado pela expansão da Revolução Industrial, o aumento populacional e a expansão da urbanização no Ocidente.<sup>1</sup>

No caso do Brasil, como se discutirá adiante, uma historiografia mais antiga chegou a vincular a persistência da escravidão ao longo do século XIX unicamente ao *boom* da produção cafeeira.

Contudo, produções historiográficas mais recentes vêm demonstrando que, embora o café tenha desempenhado importante papel na manutenção da robustez da instituição escravista em algumas áreas do país (notadamente as regiões de *plantation* das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), havia outras regiões brasileiras, não exportadoras de café (e em certos casos nem mesmo diretamente vinculadas a qualquer tipo de produção para exportação), onde a escravidão manteve plena vitalidade até os últimos momentos de sua existência. Como exemplo, podem ser mencionadas algumas regiões de Minas Gerais, província que abrigava a maior população escravizada do Império.

A região do Vale do Rio Paraopeba, cujo então município de Bonfim ocupava parcela considerável, desenvolveu, ao longo das cinco últimas décadas da escravidão, um significativo comércio de escravos que, como se discutirá adiante, não estaria simplesmente drenando os escravos de uma região de economia menos dinâmica para as pujantes regiões cafeeiras, sempre ávidas por mão de obra.

Tal comércio bonfinense, em sua maior parte, destinava-se a suprir a demanda local e regional por trabalhadores escravizados, demanda esta que não provinha de atividades de *plantation*. Ainda assim, estava inserido num contexto mais amplo de transações comerciais que também interceptavam o mercado nacional de mão de obra, cuja provisão era feita, em grande parte, pelos tráficos intra e interprovincial de escravos.

Tais dimensões do mercado de escravos bonfinense – local, regional, intraprovincial e interprovincial – só podem ser explicadas a partir da caracterização de seus atores e da análise das interações por eles desenvolvidas.

Ao constatar, na documentação cartorial, a existência do mencionado mercado, buscou-se compreender os fluxos e principais motivações de tais transações.

---

<sup>1</sup> MARQUESE & SALLES, 2016.

A presente pesquisa resulta da análise de registros notariais envolvendo escravos, basicamente escrituras de negociações de escravos, procurações destinadas a negociar escravos e registros de alforria. Mantida há cerca de 20 anos no Arquivo Público Municipal de Bonfim – APMB<sup>2</sup>, essa documentação nunca havia sido utilizada em qualquer pesquisa acadêmica.

Tais documentos foram extraídos de quatro Livros de Notas Especiais para Escrituras de Compra e Venda de Escravos da Cidade do Bonfim<sup>3</sup> e dois do distrito de Piedade dos Gerais; 18 Livros de Procurações do 1º e 2º Tabeliães da Cidade do Bonfim<sup>4</sup> e dois do distrito de Piedade dos Gerais e 21 Livros de Notas do 1º e 2º Tabeliães da Cidade do Bonfim<sup>5</sup>, nove do distrito de Piedade dos Gerais e dois do distrito de Rio Manso. Além destes, foram utilizados dois livros de Protocolo do Escrivão de Órfãos da Cidade do Bonfim (1º Ofício), onde foram localizados alguns registros de escravos alforriados pelo Fundo de Emancipação<sup>6</sup>.

Para a presente pesquisa, propõe-se uma análise centrada na redução da escala de observação, “levando-se a sério migalhas de informações e tentando compreender de que maneira o detalhe individual, os retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores”, objetivando fazer aparecer uma outra cartografia do social.<sup>7</sup>

---

<sup>2</sup> O Arquivo Público Municipal de Bonfim foi criado em 1996, a partir da organização da documentação cartorial disponível no Fórum de Bonfim e nos Cartórios das localidades circunvizinhas, pertencentes à Comarca de Bonfim (municípios de Bonfim, Rio Manso, Crucilândia e Piedade dos Gerais). Embora reúna um acervo riquíssimo sobre a região do Vale do Paraopeba (parcialmente catalogado e digitalizado), abrangendo um período que vai do final do século XVIII ao início do XX, tal arquivo ainda permanece, de modo geral, pouco conhecido e explorado pelos pesquisadores.

<sup>3</sup> Ao todo, existiram seis livros do 1º Tabelionato destinados especificamente ao registro de escrituras de compra e venda de escravos, porém o quarto e o quinto, que cobrem o período de 1872 a 1881 não foram localizados (do quinto, apenas a capa ainda existe). No acervo referente ao 2º Tabelionato de Notas não foram localizados quaisquer livros com esta finalidade. Supõe-se que não tenham existido.

<sup>4</sup> Embora os livros dos dois tabelionatos, ao longo do mesmo período, contenham procurações com a finalidade de efetuar alguma negociação envolvendo escravos, a grande maioria das procurações encontradas foi registrada nos livros do 2º Tabelionato.

<sup>5</sup> Do 2º Ofício, apenas sete livros foram localizados, de um total de 27. Todavia, do 1º Ofício, de um total de 15 livros, apenas o terceiro não foi localizado.

<sup>6</sup> Instituído pelo artigo 3º da Lei nº 2040, de 28/09/1871, o fundo, formado por meio de taxas, impostos, multas, loterias e doações, previa a libertação anual de uma quantidade de escravos em cada província que correspondesse à quota destinada à mesma. Por meio dele, o Estado comprava a liberdade de cativos arrolados pelos proprietários em listas de classificação municipais, obedecendo a critérios estipulados pelo Decreto nº 5.135 de 13/11/1872. A ordem de prioridade era a seguinte: casais que tivessem filhos menores de oito anos; casais que tivessem filhos ingênuos menores de 21 anos; casais com filhos menores escravos; mães com filhos menores escravos; cônjuges sem filhos menores; mãe ou pai com filhos livres; cativos entre 12 e 50 anos, começando pelas mulheres mais jovens e pelos homens mais velhos. Os registros de alforriados pelo Fundo costumavam informar a justificativa da alforria.

<sup>7</sup> REVEL, 1998., p. 13.

A escolha de uma escala particular tem como efeito modificar a configuração e a organização dos objetos. Entretanto, nenhuma escala desfruta de um privilégio especial. Os macrofenômenos não são menos reais, os microfenômenos não são mais reais (ou inversamente): não há hierarquia entre eles. As representações em diferentes escalas não são projeções de realidades que se encontrariam por detrás delas. “Por detrás delas, existem apenas outras ‘vistas’ [...] O real está entre elas, aquém delas.” Assim, a multiplicação controlada das escalas de observação é suscetível de produzir um ganho de conhecimento do momento em que se postula a complexidade do real (os princípios da dinâmica social são plurais e se apresentam à leitura segundo configurações causais diferentes) e sua inacessibilidade.<sup>8</sup>

Assim sendo, entende-se ser necessária a redução da escala de observação devido à preocupação em visualizar detalhes particulares no intuito de melhor compreender uma gama de relações que, por sua vez, estava inserido em universos maiores (regional, provincial, nacional e, por que não dizer, mundial). O lugar é considerado não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações de cooperação e conflito, a dimensão da existência que se manifesta por meio de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições, sempre contendo o global e sendo específico e mundial, ao mesmo tempo em que se articula a uma rede de lugares. Realidades micro e macro, portanto, em vez de se oporem, dialogam e se complementam, fundamentando a escolha por esta visão integradora.<sup>9</sup>

Faz-se necessário, para tanto, recolher, inquirir e entrecruzar atentamente os variados vestígios deixados por aqueles indivíduos a fim de se construir um possível modelo explicativo da configuração daquela realidade<sup>10</sup>. Dessa forma, as informações obtidas da documentação cartorial supracitada foram confrontadas com outras extraídas de fontes de naturezas diversas, como anúncios de jornal, documentos censitários, relatórios do presidente da província, almanaques coetâneos, processos judiciais e com dados oriundos da literatura pertinente.

O recorte espacial, como já mencionado, diz respeito à área localizada no Alto e Médio Vale do Paraopeba, região central de Minas Gerais, ocupada pela Vila e, posteriormente, Cidade do Bonfim do Paraopeba, cuja sede municipal (o atual município de Bonfim – Figura 1), dista cerca de 80 km a sudoeste da capital do estado, Belo Horizonte, e cerca de 120 km a oeste de Ouro Preto, antiga capital da província. Trata-se de uma região situada próxima de antigos centros mineradores, como Ouro Preto, Mariana e Sabará, mas cuja economia sempre esteve ligada à produção de alimentos para abastecimento local e de regiões vizinhas. Ocupava, portanto, uma posição geográfica estratégica na província, por

<sup>8</sup> LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: REVEL, 1998, p. 100.

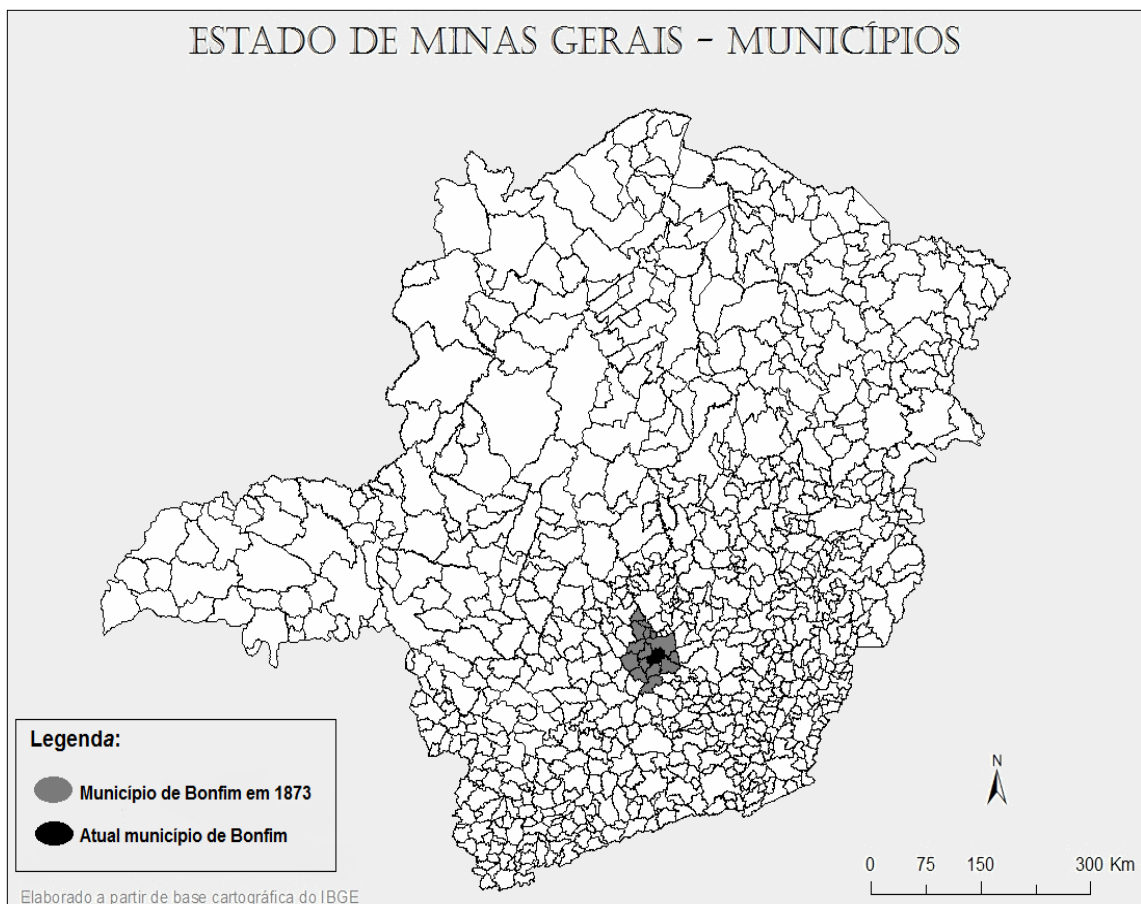
<sup>9</sup> SANTOS, 1997; MOREIRA & HESPANHOL, 2007.

<sup>10</sup> GINZBURG, 1989.

onde passavam importantes caminhos que interligavam outros centros urbanos notáveis à capital e à província do Rio de Janeiro, capital do Império.

As balizas temporais propostas compreendem os 46 anos finais da escravidão na localidade, 1842 a 1888. Tal escolha diz respeito, no limite superior, à abolição da escravidão no Brasil e, no inferior, à cobertura temporal das fontes disponíveis, visto que os livros de notas bonfinenses começaram a ser produzidos quando da instalação, em 1842, da Câmara Municipal na recém-criada Vila.

**Figura 1 – Localização da região estudada no espaço geográfico mineiro.**



Extraído de: <http://www.mapasparacolorir.com.br>.

O longo período em questão compreende uma série de acontecimentos importantes no tocante ao processo de extinção da escravidão no Brasil: a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que aboliu o tráfico de africanos escravizados para o Brasil, a Lei do Ventre Livre (ou Lei Rio Branco), de 1871, que libertou os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data e instituiu o emancipacionismo gradual e indenizado, a Lei dos Sexagenários (ou Lei Saraiva-Cotegipe), promulgada em 1885, que libertava os escravos maiores de 60 anos, também

mediante indenização dos proprietários, e, finalmente, a própria Lei Áurea, de 1888, que encerrou a escravidão no Brasil. Em meio a essas modificações legais, estava o processo de modernização e desenvolvimento econômico experimentado pelo Brasil ao longo do Segundo Reinado (1840-1889), que operou importantes transformações no país, como a modernização dos transportes, o crescimento da produção cafeeira, a restrição do acesso à terra, o crescimento populacional e do processo de urbanização, a crescente integração do Brasil à economia capitalista global, entre outros. Também foram verificados no período o surgimento e crescimento de movimentos abolicionistas, o incentivo à imigração de trabalhadores europeus, o crescimento da imprensa e formação de uma opinião pública, o crescimento e fortalecimento de formas de resistência escrava, bem como grande movimentação de pessoas escravizadas dentro das fronteiras do Império devido à ação do tráfico interno.<sup>11</sup>

A dissertação está estruturada em três capítulos, seguidos das considerações finais. Em cada um deles, discutem-se as fontes utilizadas e metodologias nelas aplicadas, bem como os resultados obtidos pelas análises e a contextualização dos mesmos.

No primeiro capítulo, apresentam-se brevemente as discussões levantadas pela historiografia acerca da configuração socioeconômica mineira oitocentista, da escravidão na província e do tráfico interno de escravos durante a segunda metade do século XIX. A região foco deste estudo no período em questão também é aí retratada, ressaltando-se os aspectos econômicos e demográficos ligados à escravidão na sociedade local.

O segundo capítulo traz os resultados advindos da análise do banco de dados constituído pelos registros notariais de transações envolvendo cativos. Apresenta-se um panorama geral do mercado bonfinense no tocante aos perfis das negociações, dos escravos negociados e dos principais fluxos das transações, confrontando os dados obtidos com aqueles relativos a pesquisas desenvolvidas para outras regiões do Império.

A partir dos dados levantados no segundo capítulo, o terceiro aprofunda as discussões acerca do funcionamento desse mercado, focando na atuação dos principais transmitentes, adquirentes, negociantes e procuradores que nele operaram. Através da análise de 16 inventários de indivíduos bonfinenses que adquiriram escravos através das transações comerciais estudadas, busca-se compreender melhor quais atividades produtivas estavam demandando escravos no município, de forma a justificar a aquisição daqueles cativos. No tocante aos principais negociantes, além de suas características básicas, pretende-se

---

<sup>11</sup> CONRAD, 1975; GORENDER, 1988; MATTOSO, 2003; LUNA & KLEIN, 2010.

compreender melhor suas as estratégias de atuação e as conexões por eles estabelecidas com mercados de outras regiões de Minas e do Brasil.

Finalmente, nas considerações finais são retomadas, de forma sintética, as principais questões discutidas ao longo da pesquisa, bem como as conclusões e principais contribuições advindas da mesma.

## Capítulo 1:

### **Bonfim do Paraopeba, a província de Minas Gerais e o tráfico interno de escravos pós-1850 na historiografia**

Antes de iniciar a análise sobre o comércio de escravos em Bonfim, faz-se necessário apresentar brevemente as especificidades da região em questão e o que já foi produzido em termos de conhecimento histórico acerca da mesma e da temática do comércio interno de cativos.

Para as discussões propostas neste capítulo, recorrer-se-á às principais fontes bibliográficas que se debruçaram sobre o estudo da configuração econômica e populacional da província mineira e à temática do tráfico interno a partir da abolição do tráfico atlântico, de onde se busca extrair as principais ideias apresentadas e que nortearão a presente pesquisa.

Também foram consultadas fontes primárias como Relatórios do Presidente da Província e as cinco edições do *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes*, e dados das listas nominativas de habitantes da década de 1830 e do Recenseamento de 1872. Tais fontes primárias, todas disponíveis *online*<sup>12</sup>, visam, sobretudo, contextualizar geográfica e historicamente Bonfim e a escravidão no município.

Os Relatórios do Presidente da Província de Minas Gerais eram publicações anuais, destinadas à prestação de uma série de esclarecimentos sobre a administração. Apresentados na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, abordavam, de forma geral, os mais diversos assuntos, desde a casa imperial, passando pela polícia, leis, educação, igreja, obras públicas, iluminação pública, saúde pública, impostos, arrecadação e finanças, índios e a catequese, colônias e imigrantes, municipalidade, judiciário, executivo e informações de caráter geral, disponibilizadas em mapas e estatísticas. A Universidade de Chicago digitalizou e disponibiliza, em seu *site*, uma importante coleção de Relatórios de Presidentes de Província de Minas Gerais (1837-1889) e Relatórios de Presidente do Estado de Minas Gerais (1891-1930).

---

<sup>12</sup> Os relatórios em [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais), as edições do *Almanak* em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> e as bases de dados censitárias (listas nominativas e Recenseamento) em <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>.

Digitalizadas e disponíveis no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, as cinco edições do *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes* (para o ano de 1864, para o ano de 1865, do ano de 1869 para servir no de 1870, do ano de 1872 para servir no de 1873 e do ano de 1874 para servir no de 1875) apresentam, além de informações históricas, geográficas, econômicas e demográficas sobre os municípios mineiros e suas freguesias, a relação nominal dos habitantes que se destacavam segundo o ramo de atividade que exerciam (embora nem todas as localidades contem com a mesma riqueza de informações).

Organizado e redigido pelos ouro-pretanos Antonio de Assis Martins e José Marques de Oliveira (este último apenas nas edições da década de 1860), a pioneira iniciativa mineira não conseguiu a longevidade e o alcance que teve seu congênere carioca *Almanak Laemmert*. Ainda assim, trata-se de uma fonte histórica ímpar, valiosíssima para o estudo de Minas Gerais entre as décadas de 1860 e 1870, contendo informações fornecidas por autoridades municipais ou coligidas entre a documentação existente nos arquivos e órgãos públicos da província.

As Listas Nominativas da década de 1830 são uma das documentações mais detalhadas sobre a população mineira no século XIX, uma vez que contém informações a nível individual. Produzidas entre 1831-32 e 1838-41 visando à organização de um censo da província mineira, seus dados encontram-se disponibilizados no programa de População nas Listas Nominativas de Minas Gerais na década de 1830, *Poplin-Minas-1830 1.0*, um software de consulta, via internet, a uma base de dados composta pela transcrição de listas nominativas de 1831-32 e 1838-41 e de outras informações pertinentes, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHEd) – Cedeplar/UFMG. A versão 1.0, a mais recente disponível, é resultante de uma soma de esforços, com a união de três acervos de listas nominativas, que resultou na maior base de dados reconhecida dessa natureza, com mais de meio milhão de indivíduos (isto é, 536.938 indivíduos), 84.810 domicílios e 313 distritos. Estima-se que esses números respondam por cerca de 10% da população brasileira e cubra entre 65% a 60% do contingente populacional de Minas Gerais no período.<sup>13</sup>

O Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 constitui uma das fontes mais importantes para o conhecimento da história demográfica, social e econômica do Brasil no século XIX. Única contagem da população que, durante o período imperial e escravista,

---

<sup>13</sup> Para maiores informações a respeito dessa fonte, ver, principalmente, PAIVA & ARNAUT, 1990.



cobriu todo o território nacional, o censo de 1872 arrolou quase 10 milhões de habitantes, que estavam distribuídos em 21 províncias e o Município Neutro. Cada província se subdividia em municípios e estes em paróquias, 1.440, ao todo, sendo estas as unidades mínimas de informação. Os dados nele contidos foram extraídos pela equipe do supracitado NHPED e disponibilizados *online* através do software de consulta *Pop-72*.

### **A província de Minas Gerais e o tráfico interno de escravos após 1850**

Durante muitos anos cristalizou-se no seio dos estudos econômicos a respeito do Brasil a visão de que, após um século XVIII marcado pela opulência e pelo florescimento de um modo de vida urbano inédito na Colônia, propiciados pelas riquezas advindas da mineração, o século XIX teria sido marcado pela decadência e estagnação econômica de Minas Gerais. O esgotamento das minas de ouro teria provocado uma profunda crise econômica que culminaria com o esvaziamento dos centros urbanos, o recuo a uma economia basicamente de subsistência e a realocação dos escravos ociosos em outras áreas mais dinâmicas, como o Vale do Paraíba. Tais efeitos negativos da economia só teriam sido atenuados em meados do século XIX com o desenvolvimento do café na Zona da Mata.

Esta é, em síntese, a visão dos chamados “autores clássicos” como Celso Furtado, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Fernando Novais que, com algumas diferenças, convergem na aceitação da concepção de que a colônia, como parte de um sistema internacional mais amplo, seria incapaz de qualquer tipo de acumulação interna, sendo sua economia, por isso, marcada pela dependência externa e pela vulnerabilidade às crises internacionais, pela ausência de ritmos próprios e por um mercado interno ausente ou reduzidíssimo.<sup>14</sup>

Celso Furtado, por exemplo, defendia que a decadência da mineração (que, por conseguinte, teria “desagregado” a economia mineira) teria originado um “estoque” de população escrava “subutilizada” fundamental para o desenvolvimento da economia cafeeira no Sudeste. Dessa forma, os escravos da antiga região mineradora, que estariam “ociosos” devido à estagnação econômica que se verificaria em Minas com a decadência da mineração,

---

<sup>14</sup> FURTADO, 1967; SIMONSEN, 1977; PRADO JÚNIOR, 1976, NOVAIS, 1993.

teriam sido transferidos em massa para as áreas cafeeiras, garantindo o provimento de trabalhadores necessários para o início do cultivo do café.<sup>15</sup>

Em seu conhecidíssimo trabalho sobre a escravidão no Brasil, Kátia Mattoso também reitera o argumento de que, a partir da crise da mineração, Minas Gerais se converteu em região exportadora de escravos para o Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>16</sup>

Emília Viotti da Costa é outra autora que concorda com tal argumento, ao afirmar que com o início da expansão cafeeira, o “excedente de mão de obra” deixado pela economia aurífera em decadência suplementou as necessidades de braços da lavoura.<sup>17</sup>

Jacob Gorender, embora discorde da atribuição de decadência e estagnação à Minas pós-mineração setecentista, reconhecendo a singularidade da capitania e futura província em manter uma economia de grandes explorações escravistas produtoras de gêneros alimentícios para o mercado interno, aceita a ideia de que os tráficos inter e intraprovincial pós-1850 orientavam-se no sentido de transferir escravos de áreas não cafeeiras para as áreas cafeeiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.<sup>18</sup>

Detendo-se nas cifras do tráfico interprovincial e nos debates que este suscitava no parlamento, Robert Conrad corrobora tal raciocínio, defendendo que, nas décadas finais da escravidão, o interesse pela manutenção do escravismo variava conforme a importância que a produção cafeeira apresentava em cada região. Dessa forma, após 1850, o Império viu-se cada vez mais dividido em duas áreas: regiões produtoras e não produtoras de café, sendo que as últimas estariam vendendo seus escravos em massa para as primeiras. Para Conrad, a ampla e populosa província de Minas Gerais teria sido o mais claro exemplo desse comportamento nos anos 1880, uma vez que continha uma pequena zona de café, pró-escravatura, e, “mais para o interior, vastas regiões mais pobres, de mineração e de gado, sem café, demonstrando menos preocupação quanto à sobrevivência do sistema de trabalho escravo ou até ansiosas por ver seu fim”.<sup>19</sup>

A partir do final dos anos 1970 e início dos 1980, contudo, novos estudos acerca da economia brasileira entre os séculos XVIII e XIX e da escravidão levaram a uma rediscussão sobre diversos aspectos de tal instituição. Paralelamente, a partir de então verificou-se

<sup>15</sup> FURTADO, 1967, pp. 122-123; SIMONSEN, 1978.

<sup>16</sup> MATTOSO, 2003, pp. 58-65.

<sup>17</sup> COSTA, 1989, pp. 63 e 95.

<sup>18</sup> GORENDER, 1988, pp. 325 e 447-450.

<sup>19</sup> CONRAD, 1975, pp. 156-158.

também uma reinterpretação acerca da configuração socioeconômica de Minas Gerais, sobretudo no tocante ao período imediatamente posterior à decadência da mineração. Para Clotilde Paiva, esta percepção tem sido possibilitada pela incorporação de novas fontes e metodologias às análises, face a “uma nova forma de abordagem da sociedade colonial brasileira, que sem desconsiderar fatores externos, resgata a importância dos fatores internos”<sup>20</sup>.

Um dos autores pioneiros a motivar os debates que desembocaram em tal reinterpretação foi Roberto Martins, que questionou vários pontos da interpretação clássica, ao propor que a população escrava de Minas no século XIX não seria uma herança da época do ouro, mas sim o resultado de importações recentes, não induzidas pela atividade mineratória, tendo sido a província o maior importador líquido de cativos durante a maior parte do oitocentos. Para Martins, uma vez que o isolamento de mercados externos, a diversificação interna e a autossuficiência seriam as principais características da província, a vitalidade da escravidão em Minas não pode ser atribuída ao café (que, “confinado a uma área reduzida, não teve praticamente nenhuma influência sobre a vida econômica do restante da província”) nem a qualquer outra forma de agricultura de *plantation*, mas sim à agricultura diversificada, à pecuária e às atividades artesanais e manufatureiras, cuja produção se destinava ao autoconsumo e à venda em mercados locais. A explicação para o apego mineiro à escravidão estaria no “fator Wakefield” (havendo em Minas áreas de fronteira agrícola aberta, os camponeses livres tinham franco acesso a terras não ocupadas, o que dificultaria a oferta de mão de obra assalariada, fazendo a classe de proprietários não trabalhadores depender continuamente do trabalho forçado).<sup>21</sup>

O pouco peso atribuído por Martins às exportações mineiras foi alvo das críticas de Robert Slenes, que argumentou que o centro dinâmico da economia mineira se encontrava no setor exportador, cuja importância de suas atividades transcendia seus espaços regionais, gerando “efeitos multiplicadores” sobre os demais espaços econômicos da província, devido às interações diretas ou indiretas existentes entre os setores exportadores e as atividades voltadas para o abastecimento do mercado interno. Slenes discorda da importância conferida por Martins ao “fator Wakefield”, alegando ter sido mais significativo para a longevidade da escravidão em Minas o fato de haver na província uma economia extrativa e agropecuária significativa, orientada para mercados fora da província (no Brasil e no exterior), cuja

---

<sup>20</sup> PAIVA, 1996, p.43.

<sup>21</sup> MARTINS, 1980.

demanda por bens e serviços, devido ao alto preço dos produtos importados (decorrente do elevado custo dos transportes), gerava um efeito multiplicador especialmente grande sobre os setores que produziam para o mercado interno provincial.<sup>22</sup>

Na esteira das novas abordagens sobre a história econômica brasileira, a minuciosa pesquisa de João Fragoso sobre as formas de acumulação e o funcionamento da praça mercantil do Rio de Janeiro entre o final do século XVIII e início do XIX desmontou uma série de argumentos dos modelos explicativos clássicos supracitados. O autor propõe que o escravismo colonial (da *plantation*), em sua reprodução, gerava formas de produção não capitalistas, ligadas a seu abastecimento, entre as quais, a produção camponesa, o trabalho livre não assalariado e a produção escravista de alimentos. Logo, o processo de produção escravista do Sudeste colonial, no qual o escravismo teve papel hegemônico, introduziu ou redimensionou três categorias na economia colonial: a acumulação endógena, o mercado interno onde ela se realizava e o capital mercantil residente. Naquele mercado interno de natureza não capitalista, parte do trabalho não remunerado colonial assumiria forma de acumulação mercantil, originando uma distinção na hierarquia social sob a forma de dois grupos: uma aristocracia escravista territorial, hegemônica, e comerciantes de grosso trato que seriam os negociantes envolvidos, simultaneamente, no tráfico internacional de escravos, no abastecimento interno e nas finanças coloniais.<sup>23</sup>

Em linhas gerais, Fragoso rechaça a alegada incapacidade estrutural da Colônia em gerar acumulação endógena, concluindo que aos negociantes da praça do Rio de Janeiro e de Minas Gerais caberia uma acumulação, iniciada nas últimas décadas do século XVIII e não ligada apenas à exportação, mas também ao abastecimento interno, além de questionar também a hipótese de ter a economia cafeeira do Vale do Paraíba contado com abundante escravaria vinda de Minas Gerais, visto que, na época, Minas era a principal compradora de escravos que desembarcavam no porto do Rio de Janeiro.

Além da hipótese das importações como cruciais para o crescimento da população escrava mineira oitocentista (sustentada por Martins e aceita por Slenes), também foi aventada a possibilidade da reprodução natural. Wilson Cano e Francisco Luna, entre as críticas que fizeram às conclusões de Martins, questionam como seria possível uma economia com tão pouca mercantilização e relação com mercados distantes, como a Minas desenhada por

---

<sup>22</sup> SLENES, 1988.

<sup>23</sup> FRAGOSO, 1992.

Martins, sustentar constantes importações de escravos, sugerindo que o autor não deveria ter descartado tão enfaticamente a possibilidade de uma “produção de escravos” em Minas Gerais, que talvez pudesse ser verificada após a decadência da atividade mineradora.<sup>24</sup>

A respeito da reprodução natural, Clotilde Paiva e Douglas Libby, trabalhando com dados empíricos (listas nominativas da década de 1830 e matrículas de escravos da década de 1870 das regiões do Oeste Mineiro e Paracatu), sustentam a possibilidade de os padrões reprodutivos da população escrava terem sido positivos em determinados períodos e regiões, mesmo em face dos efeitos adversos do tráfico negreiro internacional. Nesse sentido, a natureza da economia mineira, especialmente devido à sua orientação para o mercado interno, favoreceria o crescimento reprodutivo natural, em contraste com as economias de sistemas escravistas dependentes da agroexportação. Os autores sugerem que a fecundidade das escravas teria permanecido relativamente constante ao longo do século XIX, visto que certos padrões de reprodução positiva operantes na década de 1870 estariam presentes, ao menos de forma incipiente, na década de 1830, com a presença “nada desprezível” de crianças escravas (0-9 anos) em ambos os períodos. Concluem ainda que, ao menos nas regiões estudadas, os padrões positivos de reprodução passaram a dominar o comportamento demográfico após o término do tráfico atlântico, tendo a Lei do Ventre Livre representado, portanto, “o golpe de misericórdia” para a escravidão.<sup>25</sup>

Dando continuidade à revisão historiográfica iniciada na década anterior, Clotilde Paiva, trabalhando com as listas nominativas da década de 1830 e com relatos de viajantes estrangeiros, retratou uma sociedade mineira oitocentista heterogênea, com base econômica diversificada e dinâmica, em estágio avançado da reestruturação que se processou após o revés do declínio da mineração aurífera, coexistindo em seu território múltiplas formas de organização do trabalho ligadas a uma estrutura produtiva complexa, com fortes vínculos externos e integrada regionalmente. Neste sentido, as atividades comerciais são apontadas como a chave para se entender a dinamicidade, complexidade e diversidade do oitocentos mineiro. A autora salienta que aqueles comerciantes que intermediavam as relações comerciais entre as diversas regiões internas e externas à província tendiam a concentrar, nas regiões de entreposto, parte da renda gerada nas demais regiões produtoras (o que a pesquisa de Afonso de Alencastro Graça Filho confirma para a região de São João Del Rey,

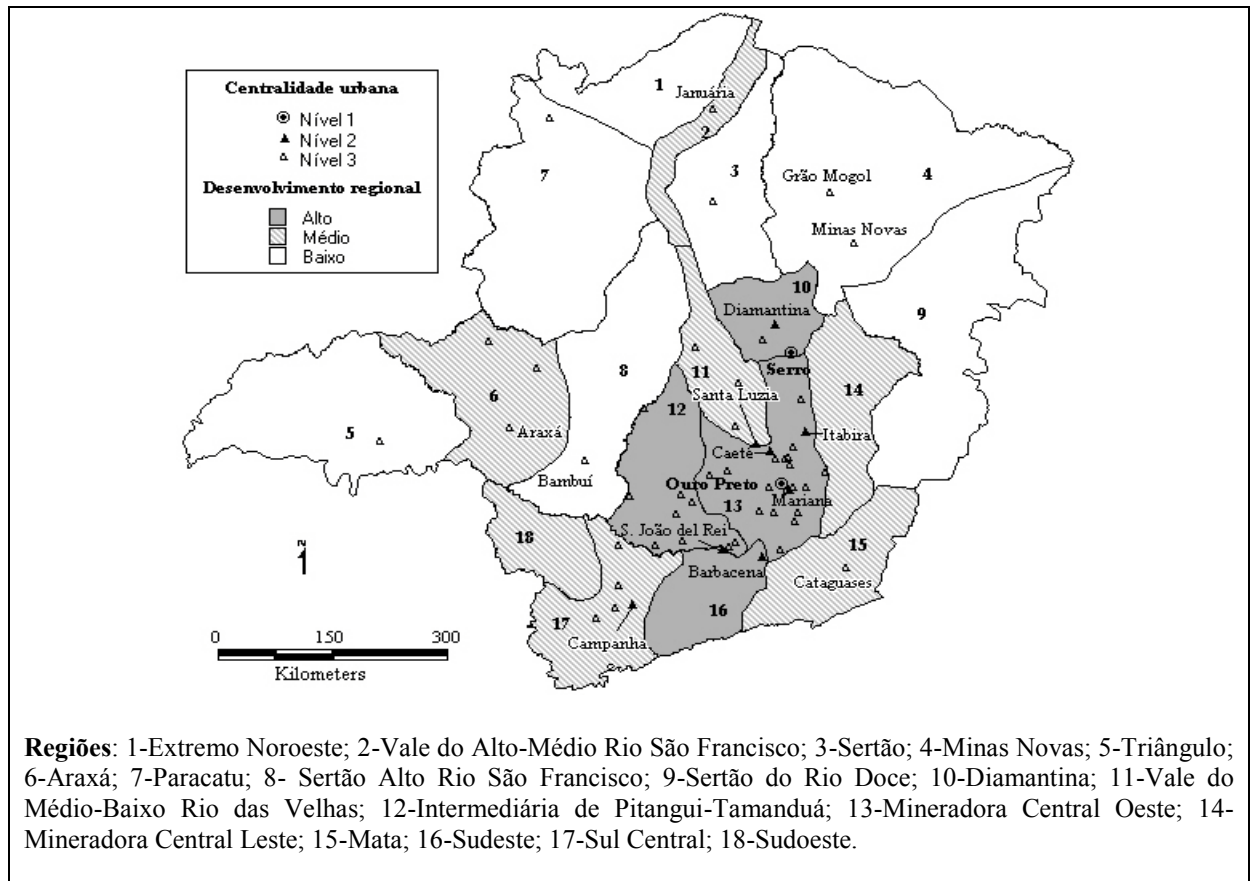
---

<sup>24</sup> LUNA & CANO, 1983.

<sup>25</sup> PAIVA & LIBBY, 1995, pp. 226-228.

intermediária do comércio de alimentos de Minas com o Rio<sup>26</sup>). Paiva propõe então um escalonamento de níveis de desenvolvimento por regiões, além de um conjunto de relações sociais e econômicas que se estabeleçam entre elas e que eram responsáveis pela geração ou manutenção dos desníveis de desenvolvimento econômico, em contraposição a uma visão simplista de funcionamento estanque e autônomo de cada região de Minas Gerais.<sup>27</sup>

**Figura 2 - Regionalização, Níveis de desenvolvimento e centralidade. Minas Gerais, 1830**



Extraído de: RODARTE, 2008, p. 71.

Considerando que a diversidade regional era um dos principais atributos da economia mineira oitocentista (diversidade esta com raízes, em parte, na centúria anterior, decorrendo de variados aspectos geográficos e das diferentes formas de ocupação e organização do espaço), Clotilde Paiva e Marcelo Godoy formularam uma proposta de regionalização que divide a província em 18 regiões, baseada na percepção do espaço pelos viajantes estrangeiros, inter-relacionando fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos. Fundamentando-se na combinação da magnitude e impacto regionais da produção e do comércio com a posição relativa na economia provincial, os autores propuseram também

<sup>26</sup> GRAÇA FILHO, 2002.

<sup>27</sup> PAIVA, 1996, pp. 156-165.

três níveis de desenvolvimento econômico como categorias analíticas: alto, médio e baixo nível de desenvolvimento (Figura 2)<sup>28</sup>.

Outras duas referências importantes da historiografia revisionista mineira são os trabalhos de Douglas Libby e Marcelo Godoy (aquele do final dos anos 1980 e este do início dos anos 2000), que abordam de maneira aprofundada importantes atividades econômicas desenvolvidas pela província além da agricultura, discutindo sua distribuição espacial, técnicas e tecnologias utilizadas e suas relações com a força de trabalho escrava e o mercado: Libby analisa as atividades de transformação siderúrgicas, têxteis e os empreendimentos estrangeiros de mineração aurífera subterrânea, a “indústria mineira do oitocentos”, enquanto Godoy debruça-se sobre as atividades agroaçucareiras e a organização mercantil da província (com foco no comércio estabelecido).<sup>29</sup>

Os autores demonstram a complementaridade existente entre as atividades de transformação e a produção agrícola, tanto porque muitas costumavam ser desenvolvidas nas próprias unidades produtivas agropecuárias, de forma sazonal, mas principalmente por aumentarem a demanda por matérias-primas agrícolas, ou seja, constituíam um mercado interno que estimulava a comercialização dos excedentes agrícolas, possibilitando inclusive a participação de pequenos produtores no mercado. O isolamento da província e as dificuldades e altos custos do transporte, associados à sua vigorosa rede urbana, por sua vez, asseguravam o mercado mineiro a tais manufaturas (muitas vezes produzidas artesanalmente, de forma bastante rústica e tradicional), num processo de “substituição de importações”. Libby considera a relação simbiótica entre a indústria têxtil doméstica de Minas e a agricultura mercantil de subsistência como “o símbolo da viabilidade da economia de acomodação que resgatou o regime escravista provincial, na medida em que ela possibilitou o acesso de enormes contingentes da população à rede comercial”<sup>30</sup>.

Finalmente, deve ser citado o trabalho de Laird Bergad, uma das últimas e mais completas produções quantitativas acerca da escravidão, economia e demografia da capitania e província de Minas Gerais como um todo<sup>31</sup>. No tocante às discussões supracitadas, Bergad

<sup>28</sup> PAIVA & GODOY, 2002, p. 11. A regionalização utilizada nesta pesquisa segue a proposta de PAIVA & GODOY, com as contribuições posteriormente apresentadas em RODARTE (2008). Ver também PAIVA, 1996 e GODOY, 1996.

<sup>29</sup> LIBBY, 1988; GODOY, 2004.

<sup>30</sup> LIBBY, 1988, p. 348.

<sup>31</sup>No tocante à historiografia mineira recente, é necessário ainda destacar a coletânea *História de Minas Gerais*, obra de grande envergadura organizada por RESENDE & VILLALTA (2007) e apresentada em duas partes (*As Minas Setecentistas* e *A Província de Minas*, cada uma em dois volumes), que, propondo-se apresentar o que há

corroborar o entendimento de que no século XVIII, concomitantemente com o desenvolvimento da mineração, também foram se desenvolvendo as principais atividades que caracterizariam a economia mineira no século XIX (agropecuária e atividades manufatureiras de tecidos, metais, fibras etc.). A crise da mineração teria dado lugar, então, a um reordenamento destas atividades, que ganhariam cada vez mais importância na economia da província, paralelamente ao desenvolvimento de um importante mercado interno de produção e circulação de mercadorias, intimamente ligado ao mercado externo. O autor propõe que o declínio da mineração fez cessar o comércio de africanos para Minas em meados da década de 1780, e esse fato possibilitou que a população escrava da capitania assumisse gradualmente um perfil demográfico favorável à reprodução, fazendo com que os nascidos no Brasil fossem numericamente superiores aos africanos na população escravizada mineira ao longo de todo o século seguinte, mesmo nos períodos de breves surtos do comércio de africanos para a província (especialmente na década de 1820). Dessa forma, os padrões demográficos entre os escravos mineiros no oitocentos seriam parecidos com os do sul dos Estados Unidos (que era considerado o único exemplo de um grande sistema escravagista em que houve reprodução natural). Ainda assim, apesar do aumento numérico durante todo o século XIX, os escravos diminuíram continuamente como porcentagem da população provincial, uma vez que a população livre apresentava taxas de crescimento superiores (a população branca aumentou mais depressa que qualquer outro grupo, superando numericamente a população livre de cor em 1872, que, por sua vez, superava a população escrava desde a década de 1820). Da mesma forma que a diversidade econômica regional se fazia presente no extenso território mineiro, existiam variações regionais quanto às taxas de crescimento entre os diversos grupos e às configurações raciais da população.<sup>32</sup>

Bergad argumenta também que a economia de exportação de Minas não era dominada pelo café até a década de 1870, “podendo muito bem o setor cafeeiro ter sido um enclave relativamente isolado dentro da província” e, mesmo após aquela década, “seria um equívoco acreditar que ele tenha sido uma força definidora na história econômica de Minas Gerais no século XIX”. Sugere ainda ter havido expansão econômica em todas as regiões de Minas

---

de mais avançado e completo em historiografia de Minas Gerais, reúne estudos recentes produzidos em universidades e outros centros de pesquisa Brasil e no exterior por destacados especialistas nos diversos campos da história de Minas Gerais. No conjunto, a obra aborda, entre outros temas, a política, a administração, a religiosidade, a economia, a escravidão, as artes, as ciências, as técnicas, a educação e a literatura na capitania e província de Minas.

<sup>32</sup> BERGAD, 2004, pp. 307-314.



durante o *boom* do café, independentemente dos produtos que movimentavam as economias locais.<sup>33</sup>

No tocante aos estudos sobre o tráfico interno de escravos, temática que recebeu bem menos atenção que o tráfico transatlântico, os estudos empreendidos até meados dos anos 1980 priorizaram a análise do tráfico interprovincial após 1850, mais especificamente aquele ligado às transferências realizadas das províncias e regiões não cafeeiras para o Vale do Paraíba e Oeste Paulista (resultados que normalmente costumavam ser projetados também para a Zona da Mata mineira, visto Minas estar incluída no “pacote rotulado como ‘províncias cafeeiras’”, conforme crítica tecida por Roberto Martins<sup>34</sup>).

Os já mencionados Conrad e Gorender são exemplos de autores que abordam mais detidamente o tráfico e seguiram essa linha. Destaca-se também a pesquisa de doutorado de Robert Slenes, defendida em 1976, também enfatizando a modalidade interprovincial do tráfico interno. Slenes, contudo, além de calcular em cerca de 200 mil a quantidade de escravos negociados internamente após 1850 (comércio este intensificado na década de 1870), discutiu a formação de um mercado nacional de cativos a partir da abolição do tráfico atlântico, formado pelo contato de mercados regionais, sendo um dos pioneiros a utilizar documentos cartoriais como fonte para estudar o tráfico interno, e igualmente um dos pioneiros em destacar a complexidade do comércio de escravos pós 1850<sup>35</sup>.

Tal atenção dispensada a essa faceta do tráfico interno, além da própria questão do interesse em se estudar o processo de desenvolvimento da cultura cafeeira (principal produto de exportação brasileiro entre meados do século XIX e início do XX) e seus desdobramentos nos diversos aspectos da sociedade brasileira oitocentista, também pode ser explicada por uma maior disponibilidade de fontes conhecidas para esta temática que, por exemplo, para o tráfico interno existente antes de 1850 (que, embora não se tenha uma quantificação de seu volume, foi o responsável por prover de escravos a maior parte do enorme território brasileiro, redistribuindo para o interior tanto os africanos desembarcados no litoral, quanto cativos nascidos em diferentes regiões do Brasil).

---

<sup>33</sup> BERGAD, 2004, p. 309.

<sup>34</sup> MARTINS, 1980, p. 2.

<sup>35</sup> SLENES, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História. Stanford University, 1976. Uma importante síntese historiográfica a respeito do tráfico interno (sobretudo em sua modalidade interprovincial pós-1850) pode ser encontrada em GRAHAM, 2002.

Após as pressões inglesas levarem o governo brasileiro à decisão de abolir definitivamente o tráfico atlântico de escravos para o Brasil em 1850, porém mantendo a escravidão no Império, todas as atenções acerca da instituição servil foram voltadas para aquela que seria, a partir de então, a principal forma de reposição de trabalhadores escravizados: as transferências internas, que passaram a ser melhor documentadas. Após 1850, o Estado passou a exercer maior controle alfandegário e burocrático (produzindo registros sistemáticos da posse e das movimentações comerciais de escravos). Surgiu ainda a questão da transição para o trabalho livre (e também o abolicionismo e a tão reclamada escassez de mão de obra). Ademais, havia desdobramentos inerentes ao próprio tráfico interno (como o recolhimento de tributos provenientes de tal atividade e os perigos da “concentração” dos escravos no Sudeste do país) e uma crescente resistência escrava. Tudo isso motivava importantes debates nos mais diversos setores da sociedade imperial (entre os legisladores nacionais e provinciais, na opinião pública que estava se constituindo, no judiciário, em clubes e círculos políticos ou artísticos que congregavam membros das elites ou das camadas intermediárias da sociedade, entre outros), contribuindo para gerar riquíssimo material para a pesquisa histórica que, devido à sua natureza (atas, leis, jornais, livros, panfletos), lograram grande êxito em permanecer preservadas.

A partir dos anos 1990, quando se observa uma proliferação de estudos de caráter regional, a historiografia sobre a escravidão começou a dedicar mais atenção também à outra faceta do tráfico interno no pós-1850, o tráfico intraprovincial, em suas dimensões local, intramunicipal, intra e inter-regional. A partir de então, as fontes cartoriais foram definitivamente incorporadas aos estudos do tráfico interno, fontes estas que, na maioria das vezes, relegadas ao abandono e à deterioração em depósitos de cartórios, fóruns ou arquivos municipais retratam mercados locais ou regionais, além de conterem um dos maiores e mais importantes conjuntos documentais sobre a escravidão no Império<sup>36</sup>. Tais fontes, como já havia demonstrado Slenes em sua pesquisa de doutorado, permitem um enorme aprofundamento nos pormenores das transações comerciais envolvendo cativos.

Em meados da década de 1990, Roberto Martins, ao analisar os dados dos recém-descobertos inquéritos provinciais das décadas de 1850 e 1860, reafirmou suas convicções, externadas ao longo da década anterior<sup>37</sup>, de que Minas havia sido o maior importador de escravos até o início dos anos 1870 e que a maior parte de tais importações não estariam

---

<sup>36</sup> SLENES, 1983 e 1985.

<sup>37</sup> MARTINS, 1980 e 1983.

relacionadas à demanda cafeeira, rechaçando a possibilidade de escravos da antiga região mineradora estarem sendo “drenados” para a economia cafeeira. Entretanto, talvez o ponto mais importante de seu trabalho resida no fato de os resultados por ele apresentados evidenciarem as diversidades regionais no tocante ao comportamento da população cativa mineira ao longo do período imediatamente posterior à abolição do tráfico atlântico, além de sugerirem que as movimentações de cativos naquele período não obedeceriam a um fluxo unidirecional, mas sim a fluxos de tamanhos e direções variadas.<sup>38</sup>

Em estudos como os de Rômulo Andrade e Cláudio Heleno Machado, ambos para a região da Mata mineira, a pormenorização das transações pode ser vislumbrada na análise do perfil demográfico e do local de origem dos escravos negociados naquela região. Em ambas as pesquisas, os autores encontraram as transações intra e intermunicipais superando, com folga, as interprovinciais. Ou seja, a maioria dos cativos negociados naquela região provinham dos próprios municípios ou de outros municípios da província. Machado propõe ainda que Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX, teria se constituído num importante entreposto comercial para a mercadoria escrava, tanto pela pujança de suas lavouras cafeeiras quanto por sua privilegiada localização na Zona da Mata e vinculações estabelecidas com o Rio de Janeiro, apontando também para a importância de se atentar para as possibilidades não pouco comuns de os escravos serem alvos de outras transações antes ou depois daquela analisada a partir do registro em cartório.<sup>39</sup>

Outros trabalhos importantes são o de Camila Flausino, para a região de Mariana/MG, o de Rafael Scheffer, que analisa o tráfico em Campinas/SP e de cidades gaúchas e catarinenses para o município paulista e o de Gabriel Rossini, cujo estudo se debruça sobre o mercado de escravos de centros cafeicultores do Oeste Paulista pertencentes à Zona da Baixa Paulista (Rio Claro, Araras e Araraquara). Os três autores, cujos recortes temporais situam-se na segunda metade do século XIX, ao analisarem o perfil dos negociados, encontraram no tráfico interno algumas semelhanças com o tráfico atlântico, como a predominância dos homens em idade produtiva, que tendiam a apresentar os preços mais elevados. Flausino conclui que o município de Mariana, localizado na antiga região mineradora e, naquele momento produtor de gêneros alimentícios e manufaturas para o abastecimento do mercado interno, embora tenha perdido escravos para outros municípios e mesmo outras províncias, não teve seus escravos “drenados” para regiões economicamente mais dinâmicas, mas sim

---

<sup>38</sup> MARTINS, 1994.

<sup>39</sup> ANDRADE, 1998; MACHADO, 2002.

experimentando um processo de redistribuição interno dos escravos (uma vez que predominaram as transações intramunicipais), além de também haver recebido escravos de outros municípios e regiões. A autora constata ainda a preponderância das transações envolvendo um único cativo. Já, em Campinas, teriam predominado as transações individuais apenas no comércio intraprovincial, tendo os comércios local e interprovincial contado com mais transações de grupos maiores. Scheffer atribui a Campinas o papel de importante entreposto de comercialização de cativos, cujo mercado, apesar de receber escravos vindos de diversas regiões do país, apresentava uma predominância de transações locais e intraprovinciais (com as transações interprovinciais predominando apenas na década de 1870). Rossini observa, em sua região de estudo, o predomínio das negociações de grupos de três ou mais escravos nas décadas de 1860 e 1870 e também das transações interprovinciais, com destaque para Minas Gerais e demais províncias do Sudeste durante a década de 1860 e províncias do Nordeste e Sudeste na década seguinte, seguidas pelas transações locais<sup>40</sup>. Flausino e Scheffer dedicam-se ainda em analisar as formas de atuação e alguns dados biográficos dos principais negociantes de escravos que atuaram nas regiões por eles estudadas (estratégia também utilizada por Erivaldo Neves em sua pesquisa sobre o tráfico interno em Caetité, no Alto Sertão da Bahia, região policultora que estava perdendo escravos para a monocultura paulista).<sup>41</sup>

José Flávio Motta, estudando o tráfico interno de cativos vinculado à expansão cafeeira nos municípios paulistas de Areias, Guaratinguetá, Constituição (Piracicaba) e Casa Branca entre 1861 e 1887, divide o período em questão em três momentos com características distintas: 1861-1869, 1870-1879 e 1880-1887. Para a década de 1860, Motta observa uma menor participação do tráfico interprovincial, tendo predominado as transações locais seguidas pelas intraprovinciais, ou seja, a maioria dos escravos comercializados durante o período provinham da própria província de SP. Embora predominassem as entradas de cativos

---

<sup>40</sup> Rossini argumenta que, “entre 1861-1880, Minas Gerais ocupou espaço relevante como fornecedora de escravos para o Oeste Paulista”, tendo “a preponderância do fornecimento de mão de obra para os cafezais araraquenses ficado não com o Nordeste, mas com Minas Gerais”. Entretanto, ao longo de seu trabalho, o autor não especifica de quais regiões da extensa província mineira estariam saindo os escravos, citando nominalmente apenas o distrito uberabense de Carmo do Frutal (atual município de Frutal), que, “por motivos ainda desconhecidos”, teria sido a principal localidade mineira fornecedora de trabalhadores escravizados para Araraquara (ROSSINI, 2015, p. 278-281 e 332). Vale ressaltar que os “34% das ‘peças’ decorrentes de outras províncias” que Carmo do Frutal teria cedido ao município paulista ao longo da década de 1870 equivaleriam a apenas 38 indivíduos. O autor também não deixa claro se tais escravos seriam residentes ou naturais de Frutal ou se apenas teriam sido comercializados por vendedores residentes no distrito. Frise-se ainda que Frutal localiza-se na divisa com SP, estando a cerca de 230 km de Araraquara (e, comparativamente, a cerca de 700 km de Ouro Preto e 800 de Juiz de Fora, em distâncias rodoviárias atuais).

<sup>41</sup> NEVES, 2000; FLAUSINO, 2006; SCHEFFER, 2012; ROSSINI, 2015.

nos municípios, em todos eles também foram verificadas saídas de, no mínimo, 10% dos negociados, indicando fluxos multidirecionais. O autor subdivide a década seguinte em dois períodos: 1870-1873 e 1874-1880, sendo o primeiro caracterizado pelo tráfico “em alguma medida arrefecido” e o segundo por um comércio aquecido. Ao longo da década, as transações locais e intraprovinciais foram diminuindo, frente ao aumento das interprovinciais (que, no período 1874-1880, chegaram a predominar em algumas localidades). Também o percentual de saídas foi se reduzindo em quase todos os municípios. No decênio final (cuja quantidade de escravos transacionados foi a menor entre os três) os comércios local e intraprovincial foram responsáveis pela quase totalidade das transações, tendo as saídas suplantado as entradas em algumas localidades. O título do livro de Motta, *Escravos daqui, dali e de mais além*, é bastante expressivo da pulverização dos locais de proveniência dos escravos no estudo em questão. Observa-se que os cativos provinham, em maior ou menor quantidade, de diversas localidades e províncias. Nesse sentido, a participação de Minas nas transações analisadas pelo autor tem um destaque considerável, porém, a nível municipal, observa-se um predomínio de cidades do sul da província, próximas da divisa com São Paulo. O cenário é de várias cidades transferindo poucos escravos cada uma. Percebe-se também que nem todos os escravos negociados eram originários das mesmas localidades onde residiam os contratantes, o que sugere que tais cativos já tivessem passado por outras transações anteriormente.<sup>42</sup>

Em seu estudo acerca da escravidão em Santos/SP ao longo do período imperial, Ian Read dedicou um capítulo à análise do mercado local de escravos e às redes responsáveis por fazê-lo funcionar. Read enxerga um mercado santista descentralizado (devido à existência de vários compradores e vendedores nele atuando, em muitos casos, uma única vez), segmentado (visto que os grupos de comerciantes de escravos partilhavam características comuns) e interconectado (uma vez que os grupos locais estavam conectados a grupos de outras localidades, formando redes comerciais). Apresenta duas tipificações de mercados de escravos que teriam vigorado no Brasil ao longo do século XIX: mercados de municípios rurais (como Bonfim) ou pequenos centros urbanos (como Santos, Mariana, entre outros) apresentando características distintas dos mercados de grandes cidades costeiras, como o Rio de Janeiro (ou cidades que se converteram em importantes entrepostos de mão de obra escravizada, como Campinas e Juiz de Fora). Esses dois modelos de mercado (e, nesse aspecto, é possível pensar também nos mercados locais e nacional após 1850) funcionariam

---

<sup>42</sup> MOTTA, 2012.

de forma interdependente e interconectada por complexas redes de indivíduos que atuavam através de relações sociais e econômicas previamente estabelecidas (daí a importância de se entender uma transação envolvendo escravos como uma atividade que também estava ligada à criação ou manutenção de vínculos sociais e econômicos que envolviam prestígio e confiança entre as partes envolvidas, enfatizando as hierarquias econômicas e sociais existentes).<sup>43</sup>

### **Bonfim do Paraopeba e a escravidão**

Antigo povoado de Rocinha, surgido na primeira metade do século XVIII como várias outras localidades ligadas ao abastecimento alimentar da região mineradora, e então pertencente à Comarca do Rio das Mortes, a paróquia de Bonfim foi criada pelo Decreto Imperial de 14/07/1832, tendo por filiais os curatos de Piedade dos Gerais, Santa Anna do Paraopeba, São Gonçalo da Ponte, Conquistas, Rio do Peixe e os distritos de Dores da Piedade e Conceição do Pará e ficando subordinada a Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), na Comarca de Ouro Preto. A criação da vila, com a denominação Villa do Bomfim e composta pelas freguesias de Bonfim, Piedade dos Gerais, Piedade da Paraopeba e Matheus Leme, deu-se através da Lei Provincial nº 134, de 16/03/1839. A Lei nº 1094, de 07/10/1860, elevou a vila à categoria de cidade, com a denominação Cidade do Bonfim do Paraopeba.<sup>44</sup>

Ao longo das cinco décadas que compõem o período de estudo em questão, a divisão administrativa bonfinense (e também a provincial) passou por incontáveis modificações. Distritos e freguesias eram constantemente reorganizados internamente, criados, suprimidos, desmembrados e reincorporados ao município, seus limites territoriais e mesmo a comarca da qual fazia parte foram alterados em diversas ocasiões.<sup>45</sup> Em virtude disso, foi elaborado o diagrama a seguir (Tabela 1), que apresenta a configuração administrativa de Bonfim, com seus distritos e freguesias, em diversos momentos entre os anos de 1843 e 1885.

---

<sup>43</sup> READ, 2012, pp. 62-90.

<sup>44</sup> MARTINEZ, 2007, pp. 23-26. Para mais informações a respeito do início da ocupação do território bonfinense no século XVIII, ver também FERREIRA, Ricardo Carlos. *Réquiem para uma cidade: um olhar sobre as alterações do Núcleo Histórico Urbano de Bonfim/MG*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2014 (Dissertação de mestrado), pp. 26-38 e MOURA, 2005, pp. 9-11.

<sup>45</sup> Ver também MARTINS, 1990, pp. 14-17 e GRAÇA FILHO, 2002, pp. 31-35.

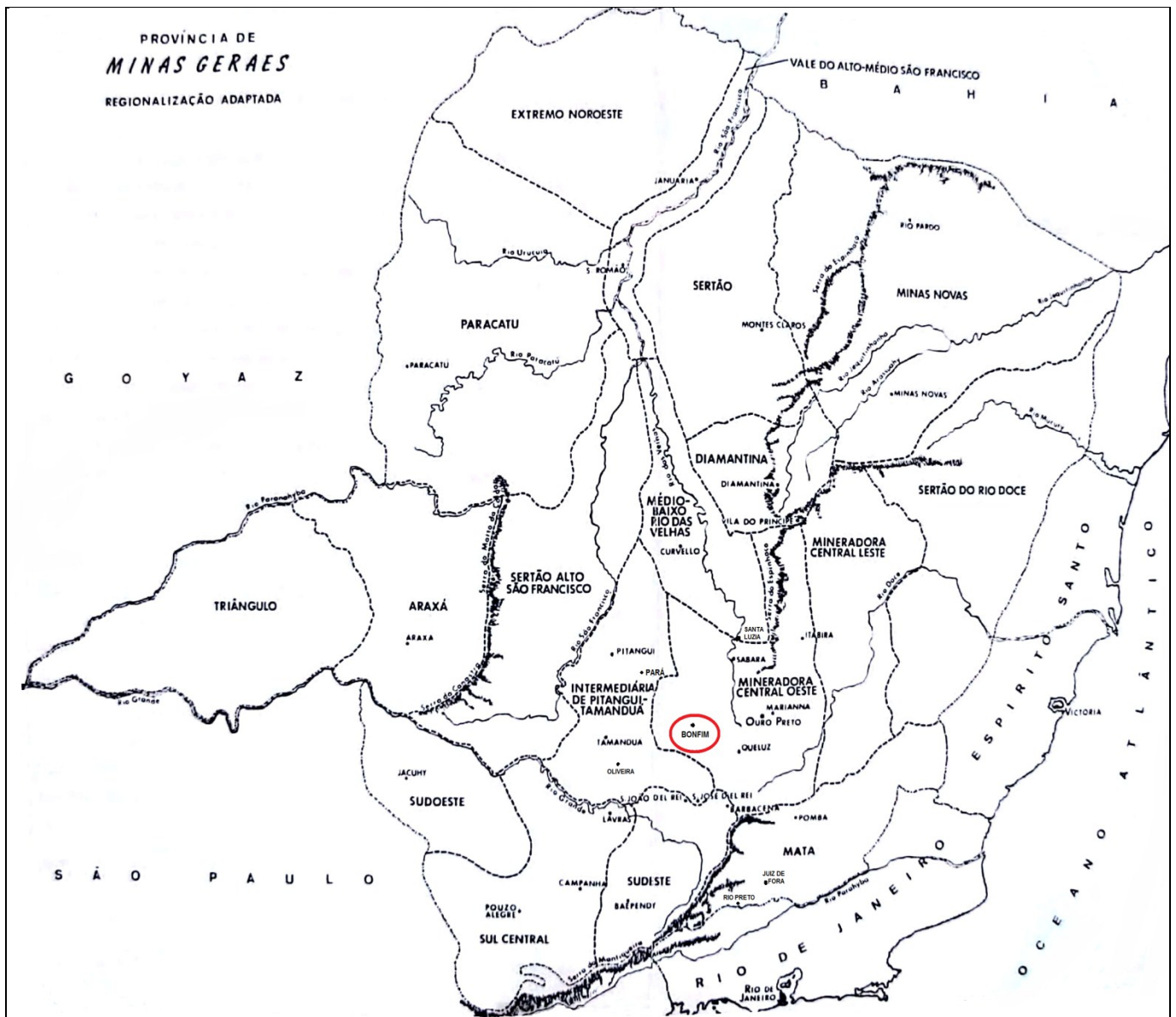
Tabela 1 – Configuração administrativa do município de Bonfim (1843-1885).

Ano	1843		1846		1854		1855		1858		1865		1873		1875		1882		1885		2018		
Comarca	Ouro Preto		Ouro Preto		Ouro Preto		Ouro Preto		Dores do Indaiá		Ouro Preto		Queluz		Queluz		Entre Rios		Entre Rios		Topônimo atual		
	Freguesias	Distritos	Freguesias	Distritos	Freguesias	Distritos	Freguesias	Distritos	Freguesias	Distritos	Freguesias	Distritos	Freguesias	Distritos	Freguesias	Distritos	Freguesias	Distritos	Freguesias	Distritos			
MUNICÍPIO DE BONFIM	Bom Fim	Bom Fim	Bom Fim	Bom Fim	Villa do Bom Fim	Bom Fim	Villa do Bom Fim	Bom Fim	Villa do Bom Fim	?	Cidade do Bomfim	Bomfim	Senhor Bom Jesus do Bomfim	Senhor do Bomfim	Senhor do Bomfim	Senhor do Bomfim	Senhor do Bomfim	?	Cidade do Bomfim	Bomfim	Município de Bonfim		
			Bom Fim	Itatiaiusu									Senhor Bom Jesus do Bomfim									Município de Itatiaiuçu	
		Rio Manso				Rio Manso		Rio Manso						Rio Manso		Rio Manso						Município de Rio Manso	
	Piedade da Paraopeba	Piedade da Paraopeba	Piedade da Paraopeba	Piedade da Paraopeba																		Distrito de Piedade do Paraopeba (município de Brumadinho)	
		Brumado		Brumado		Brumado		Brumado		?		Brumado		Brumado		Brumado		Brumado		?	São Sebastião do Itatiaiusu	Nossa Senhora da Conceição do Brumado do Paraopeba	Distrito de Conceição de Itaguá (município de Brumadinho)
					Itatiaiosu	Itatiaiosu	Itatiaiosu	Itatiaiosu	Itatiaiosu	?		São Sebastião do Itatiaiosu	São Sebastião do Itatiaiosu	São Sebastião do Itatiaiosu	São Sebastião do Itatiaiosu	São Sebastião do Itatiaiosu	São Sebastião do Itatiaiosu	São Sebastião do Itatiaiosu	?	São Sebastião do Itatiaiosu	São Sebastião do Itatiaiosu	Município de Itatiaiuçu	
						Conquistas		Conquistas		?			Nossa Senhora das Dores da Conquista	Nossa Senhora das Dores da Conquista	Nossa Senhora das Dores da Conquista	Nossa Senhora das Dores da Conquista	Nossa Senhora das Dores da Conquista	Nossa Senhora das Dores da Conquista	?	Nossa Senhora das Dores da Conquista	Nossa Senhora das Dores da Conquista	Município de Itaguara	
												Conceição do Pará										Município de Conceição do Pará	
																							Município de Crucilândia
		Matheus Leme	Matheus Leme			Matheus Leme	Matheus Leme	Matheus Leme	Matheus Leme	?			Morro de Matheus Leme	Morro de Matheus Leme	Santo Antonio do Morro de Matheus Leme	Santo Antonio do Morro de Matheus Leme	Santo Antonio do Morro de Matheus Leme					Município de Mateus Leme	
			Bicas													Bicas							Município de São Joaquim de Bicas
			Itatiaiosu																				Município de Itatiaiuçu
			Aranha							?													Distrito de Aranha (município de Brumadinho)
						Conceição do Pará		Conceição do Pará		?													Município de Conceição do Pará
		Piedade dos Geraes	Piedade dos Geraes	Piedade dos Geraes	Piedade dos Geraes	Piedade dos Geraes	Piedade dos Geraes	Piedade dos Geraes	Piedade dos Geraes	?	Piedade dos Geraes	Piedade dos Geraes	Piedade dos Geraes	Piedade dos Geraes	Nossa Senhora da Piedade dos Geraes	Nossa Senhora da Piedade dos Geraes	Nossa Senhora da Piedade dos Geraes	Nossa Senhora da Piedade dos Geraes	?	Nossa Senhora da Piedade dos Geraes	Nossa Senhora da Piedade dos Geraes	Município de Piedade dos Geraes	
										?		Capella Nova do Desterro		Capella Nova do Desterro		Capella Nova do Desterro		Capella Nova do Desterro					Município de Desterro de Entre Rios
			Rio do Peixe		Rio do Peixe		Rio do Peixe		Rio do Peixe	?	Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe					Município de Piracema
										?	Necessidades do Rio do Peixe		Nossa Senhora da Conceição do Pará	Nossa Senhora da Conceição do Pará	Nossa Senhora da Conceição do Pará	Nossa Senhora da Conceição do Pará	Nossa Senhora da Conceição do Pará	Nossa Senhora da Conceição do Pará					Município de Conceição do Pará
			Conquistas		Conquistas							Conquista											Município de Itaguara
						São Gonçalo da Ponte		São Gonçalo da Ponte		?		São Gonçalo da Ponte	São Gonçalo da Ponte	São Gonçalo da Ponte	São Gonçalo da Ponte	São Gonçalo da Ponte	São Gonçalo da Ponte	São Gonçalo da Ponte					Município de Belo Vale
						Santa Anna		Santa Anna	São Gonçalo da Ponte	?	São Gonçalo da Ponte	Santa Anna do Paraopeba	São Gonçalo da Ponte	Santa Anna do Paraopeba	São Gonçalo da Ponte	Sant'Anna do Paraopeba	São Gonçalo da Ponte	São Gonçalo da Ponte	?	São Gonçalo da Ponte	Sant'Anna do Paraopeba		Distrito de Santana do Paraopeba (município de Belo Vale)
					Capella Nova do Desterro				?													Município de Desterro de Entre Rios	
											Nossa Senhora da Boa Morte		Nossa Senhora da Boa Morte		Nossa Senhora da Boa Morte		Nossa Senhora da Boa Morte					Município de Moeda	

Fonte: Relatórios do Presidente da Província de Minas Geraes (edições de 1843, 1846, 1854, 1855, 1858 e 1882), *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes* (edições de 1865, 1873 e 1875) e *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brazil* (edição de 1885).

Para este estudo, convencionou-se adotar como parâmetro a divisão administrativa de 1873, que corresponde à maior extensão territorial do município, além de permitir a comparação de dados de outras décadas com os do censo de 1872. Dessa forma, as freguesias de Matheus Leme e Rio do Peixe, que não pertenceram ao território bonfinense em todas as décadas analisadas (embora o tenham feito na maior parte do período), serão sempre consideradas pertencendo ao município.

**Figura 3 – Regiões da província mineira.**



Fonte: Mapa extraído de PAIVA, 1996, p. 91 e modificado pelo autor.

O município de Bonfim situava-se no limite oeste da região Mineradora Central Oeste (conforme Figura 3), que se caracterizava pela povoação mais antiga, erigida no *boom* aurífero do século XVIII e de toda a economia surgida em seu entorno. Tendo permanecido o



centro da rede urbana de Minas Gerais, a Mineradora Central Oeste sediava a capital da província, Ouro Preto, bem como grande parte dos principais centros urbanos de Minas, sendo também a mais populosa e densamente povoada região mineira ao longo do século XIX (embora outras regiões da província apresentassem crescimento populacional superior).<sup>46</sup>

**Figura 4 – Mapa da província de Minas Gerais com indicação das principais estradas, 1867.**

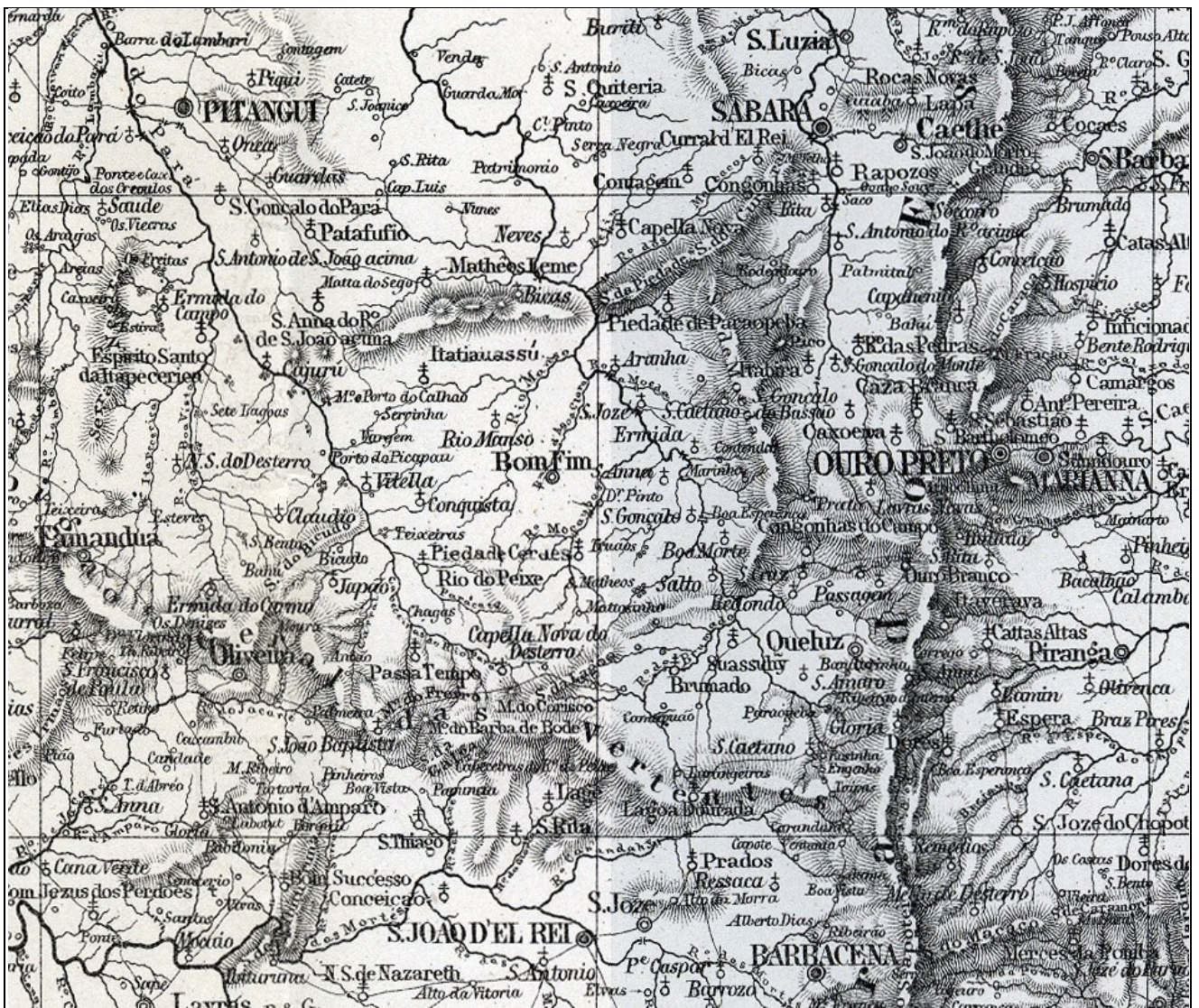


Fonte: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart176011/cart176011.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176011/cart176011.jpg). Autor: Henrique Gerber.

<sup>46</sup> RODARTE, 2008, pp. 96-108

Pela Mineradora Central Oeste, localizada no centro da província, passavam e nela se cruzavam importantes estradas, vindas de todas as regiões de Minas (Figura 4), sendo uma importante região de entreposto, com grande número de casas de negócios. Tinha ainda uma pauta de exportação diversificada, enviando para o mercado do Rio de Janeiro ouro, pedras preciosas, tecidos e doces e distribuindo os importados vindos de lá. As relações intra e inter-regional também se mostravam muito importantes, com o abastecimento de víveres provindo, em sua maior parte, da própria região. Também comprava matérias-primas para serem transformadas ou revendidas internamente e distribuía internamente artefatos de ferro para lavoura e mineração, tecidos e outros manufaturados.<sup>47</sup>

Figura 5 – Mapa da província de Minas Gerais (detalhe), 1862.



Fonte: APM – 089 ([http://www.siapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos\\_docs/photo.php?lid=81](http://www.siapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=81)). Autor: H. Halfeld.

<sup>47</sup> PAIVA, 1996, p. 115.

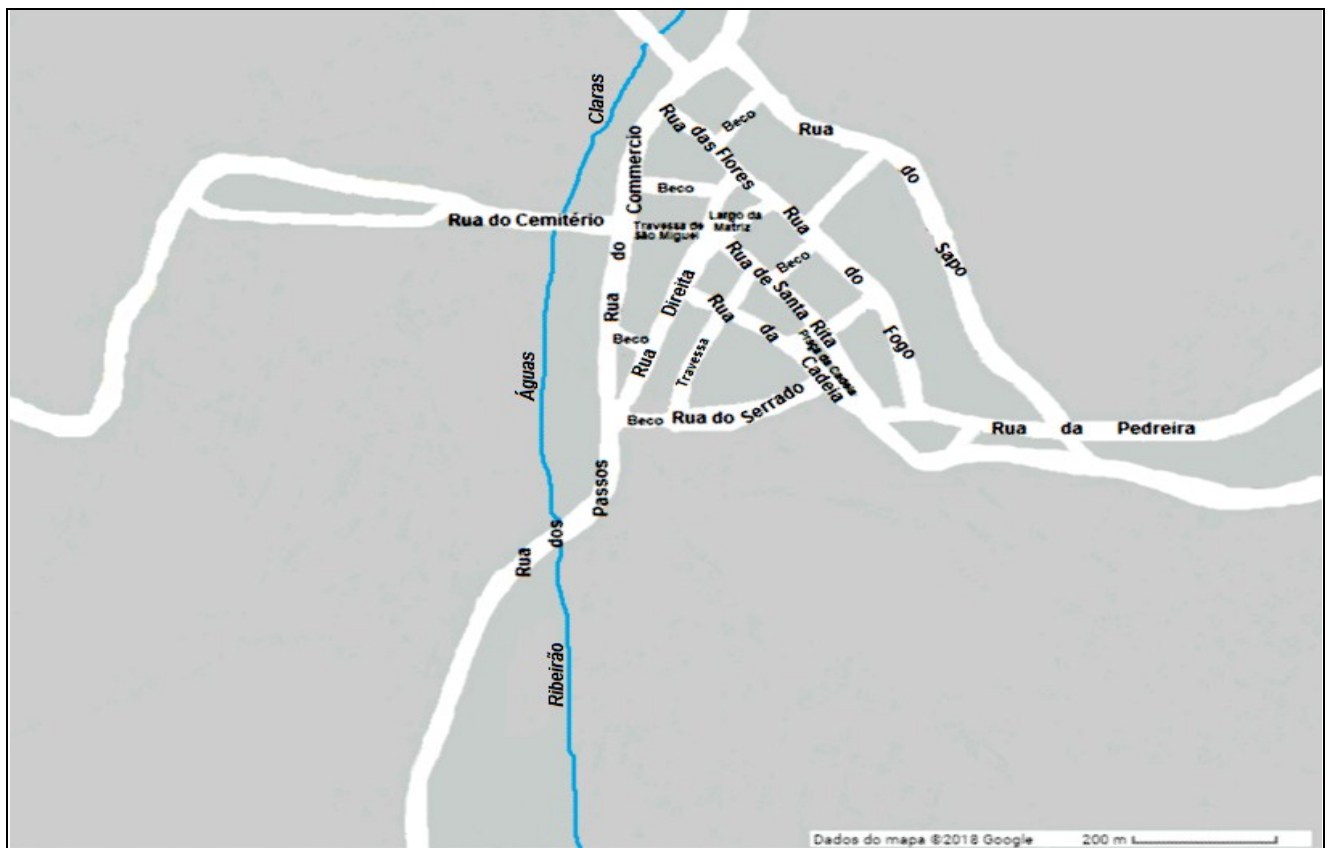
Figura 6 – Proposta de delimitação territorial do município de Bonfim, 1849.



Como se vê na Figura 5, o território bonfinense situava-se ao redor de destacados centros urbanos da região central de Minas desde a época colonial: Ouro Preto, Mariana, Sabará, Pitangui, Barbacena e São João D’El Rey. O Vale do Paraopeba era, desde o século XVIII, uma fértil zona agrícola e rota comercial, além de importante para as atividades pastoris<sup>48</sup>.

A Figura 6 é uma rara representação cartográfica que delinea os contornos municipais bonfinenses (linha vermelha). Datado de 12/04/1849, trata-se de resposta da Câmara Municipal ao ofício enviado pelo presidente da província aos 15/11/1848, solicitando parecer sobre as divisas civis e eclesiásticas que a mesma julgasse conveniente. Além do mapa, o documento traz ainda um descritivo das divisas e propostas de incorporações de distritos de municípios vizinhos ao território bonfinense com suas respectivas justificativas.<sup>49</sup>

**Figura 7 – Configuração espacial aproximada da sede municipal bonfinense na segunda metade do século XIX.**



Fonte: mapa extraído de <https://www.google.com.br/maps/place/Bonfim,+MG,+35521-000/@-20.3287198,-44.2463418,15z/> e modificado pelo autor a partir de informações extraídas do acervo do APMB e edição de 1885 do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil*.

<sup>48</sup> BERGAD, 2004, pp. 54.

<sup>49</sup> Documento reproduzido em CUNHA, 2008, pp. 11-15. O original pertence ao acervo do APM, contudo o autor não informa a referência completa do mesmo.

Informações acerca do arruamento do distrito da Cidade do Bonfim presentes em algumas escrituras de compra e venda de bens de raiz dos livros de notas e nos processos judiciais analisados, além da edição de 1885 do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil* permitiram também reconstituir parcialmente a configuração espacial da sede municipal na segunda metade do século XIX (Figura 7).

**Tabela 2 – Distribuição da população cativa dos futuros distritos bonfinenses por faixa etária e presença africana (década de 1830).**

Distrito de paz	Faixas etárias											Total de escravos	% de crianças (0-14 anos) na população cativa	Escravos de origem africana	% de africanos na população cativa
	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60 ou +	S/ inf.				
Senhor do Bonfim	56	41	58	76	101	72	126	88	43	24	0	685	22,6	353	51,5
Sta. Luzia do Rio Manso	23	22	28	27	45	29	52	41	15	18	0	300	24,3	111	37
Brumado do Paraopeba	16	20	24	27	30	24	53	48	19	18	0	279	21,5	114	40,9
S. Sebastião do Itatiaiuçu	34	39	62	45	50	36	58	38	17	6	1	386	35	154	39,9
Piedade dos Gerais	91	81	82	64	123	115	152	92	50	26	0	876	29	390	44,5
Conceição do Pará	58	58	47	43	64	40	105	55	31	18	0	519	31,4	149	28,7
Capela Nova de Desterro	20	27	18	39	49	31	44	23	8	4	0	263	24,7	114	43,4
N. Sra. das Dores da Conquista	53	75	85	79	80	58	111	64	28	12	0	645	33	315	48,8
Rio do Peixe	68	55	53	57	55	63	97	68	31	16	0	563	31,3	225	40
Sto. Ant. do Morro de Mateus Leme	68	91	93	80	94	54	162	110	63	43	0	858	29,4	314	36,6
S. Gonçalo da Ponte	21	15	45	48	40	25	60	25	14	11	0	304	26,6	193	63,5
N. Sra. da Boa Morte	45	30	65	71	83	65	84	45	25	33	0	546	25,6	296	54,2
Santana do Paraopeba	25	25	20	32	45	33	99	33	21	7	2	342	20,5	158	46,2
<b>Total município</b>	<b>578</b>	<b>579</b>	<b>680</b>	<b>688</b>	<b>859</b>	<b>645</b>	<b>1203</b>	<b>730</b>	<b>365</b>	<b>236</b>	<b>3</b>	<b>6566</b>	<b>28</b>	<b>2886</b>	<b>44</b>

Fonte: Listas nominativas disponíveis em <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/>.

Estudando o distrito de Bonfim na década de 1830 (utilizando, para tanto, os dados das listas nominativas), Cláudia Martinez encontrou uma presença africana (tanto masculina quanto feminina) superior aos percentuais da província e da região Mineradora Central Oeste. No tocante ao percentual de crianças (0-14 anos) na população cativa, tal quadro se inverteia, tendo o distrito porcentagens mais baixas que os outros dois universos. A partir disso, a autora

conclui que a mão de obra cativa bonfinense naquele momento deveria ser proveniente, em sua maioria, de importações.<sup>50</sup>

Quando se analisa a situação dos demais distritos que, no início da década de 1870, compunham o município, observam-se realidades mais diversificadas (Tabela 2). Bonfim estava entre os distritos com os menores percentuais de crianças e maiores percentuais de africanos na população escravizada. Assim, a população cativa da área que futuramente abrigaria o município de Bonfim era formada, na década de 1830, por mais de 1/4 de crianças e por 44% de pessoas provenientes do continente africano, valores estes praticamente idênticos (ligeiramente superiores) àqueles calculados por Martinez para a província (27,7% de crianças e 41,7% de africanos na população escrava) e para a região Mineradora Central Oeste (25,7% de crianças e 43,3% de africanos)<sup>51</sup>. Em que pese a diversidade observada em seus distritos de paz, o município de Bonfim vivia uma realidade semelhante à da província e da região Mineradora Central Oeste no tocante à reposição de sua mão de obra escravizada na década de 1830: teria uma dependência relativa da importação de africanos, uma vez que quase metade de seus escravos dela provinha, ao mesmo tempo em que a reprodução natural também parecia fazer-se presente de forma considerável (sendo o percentual de crianças o principal indício nesse sentido).

Informações apresentadas em Relatórios do Presidente da Província, nos *Almanaks Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes e Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brazil* e nos inquéritos provinciais das décadas de 1850/1860<sup>52</sup> permitem um aprofundamento acerca dos dados econômicos, populacionais e geográficos de Bonfim e suas freguesias ao longo do período estudado, bem como possibilitam tecer comparações entre as décadas e freguesias.

Em 1846, o presidente da província, Quintiliano José da Silva, em sua “Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes”, propôs-se a discorrer sobre o “estado material e moral dos diversos municípios da província”, a partir das respostas dadas pelas câmaras municipais à circular por ele enviada no final do ano anterior. Sobre Bonfim, informava que

<sup>50</sup> MARTINEZ, 2007, pp. 42-51.

<sup>51</sup> Ibid., pp. 47 e 49.

<sup>52</sup> Para uma maior discussão a respeito dessas fontes, ver, principalmente, GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. *Uma outra modernização: transportes em uma província não-exportadora – Minas Gerais, 1850-1870*. Texto para discussão nº 303. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.

empregam-se especialmente os seus habitantes na agricultura, plantando milho, feijão, arroz, mamona, algodão, e alguma cana de açúcar. O produto d'estes gêneros forma a sua principal renda, e julga a Câmara que o meio mais adequado para lhe dar desenvolvimento é o aumento de braços, e a abertura de boas estradas para esta capital, e lugares circunvizinhos, afim de facilitar os transportes. O terreno é mais plano que montanhoso, e quase todo coberto de matas, que abundam em madeiras de lei: há poucos campos, e por isso também é pequena a criação de gado vaccum, cavalariço, muar e lanígero. As águas são em uns lugares abundantes, e em outros escassas, e empregadas como motores nos moinhos, engenhos de pilões, e alguns de cana. As enfermidades, que mais grassam são as febres, e hydropsias, e nem um médico há para socorrer a humanidade. Não é lisonjeiro o estado da instrução pública, não só pela falta de alguns professores, como pelo pouco progresso que se vê nas escolas providas.<sup>53</sup>

A edição de 1854 do Relatório do Presidente da Província informa que, entre 1851 e 1852, a Coletoria de Bonfim declarava haver no município 77 “negócios sem distinção”, além de 59 engenhos, sendo 12 movidos por água (dos quais 10 fabricavam aguardente e dois, açúcar e rapadura) e 47 movidos por bois (dos quais 17 fabricavam aguardente e 30, açúcar e rapadura)<sup>54</sup>.

O Relatório do ano seguinte, 1855, traz as respostas fornecidas pelas Câmaras Municipais aos inquéritos feitos no final de 1854 pelo governo provincial sobre os dados econômicos e populacionais dos municípios.

Bonfim tinha, em 1854, uma população de 18836 pessoas, sendo livres 13832 (2307 brasileiros casados e 4289 solteiros, 2326 brasileiras casadas e 4903 solteiras, dois estrangeiros casados e cinco solteiros) e 5004 cativos (2808 homens e 2196 mulheres), vivendo em 11 distritos e 71 quarteirões, numa área de 135 léguas quadradas.<sup>55</sup>

Em relação à economia, agricultura e criação em pequena escala eram os “gêneros da indústria porque mais se distinguia a população”, havendo 444 fazendas de cultura, 34 ditas de criar, 79 engenhos de cana (10 movidos por água, que fabricavam aguardente, açúcar e rapaduras, e 69 movidos por bois, sendo 19 fabricantes de aguardente e 50 “em que só se fabrica rapaduras”) e apenas uma fábrica de ferro digna de mencionar-se. As boticas eram quatro, as lojas, 27, e “tavernas”, 120, totalizando “151 casas de negócio”. O valor médio das

---

<sup>53</sup> P. 30.

<sup>54</sup> Pp. 130-132.

<sup>55</sup> P. 36 e APM, SP 570, nº 217. Faz-se necessário notar, porém, a possibilidade de não estarem computados, nas cifras municipais apresentadas, os dados referentes aos distritos de Nossa Senhora da Boa Morte e Capela Nova do Desterro, uma vez que tais distritos não constam na divisão administrativa bonfinense para aquela data (conforme Tabela 1).

importações girava em torno de Rs 300:000\$000, enquanto o das exportações, Rs 240:000\$000. A Câmara e o delegado de polícia informaram ainda que

A mineração neste município acha-se quase abandonada, havendo apenas alguns faiscadores nos distritos de Itatiaiuçu e Mateus Leme, únicos lugares onde se tem descoberto algum ouro. A agricultura conquanto não tenha melhorado não só por causa da má rotina seguida pelos agricultores como pela falta de braços, todavia exporta-se anualmente grande quantidade de gêneros de primeira necessidade. Não existe salina alguma. [...]

O comércio não é florescente, e o meio que julga a Câmara mais eficaz para o seu aumento é fatura de boas estradas, que facilitem o transporte dos gêneros.<sup>56</sup>

Para a década de 1860, existem as informações constantes nas edições de 1864 e 1865 do *Almanak da Província de Minas Gerais* e dos inquéritos provinciais de 1861/1862. Em relação ao *Almanak* de 1865, percebeu-se que as informações nele presentes haviam sido sintetizadas dos próprios inquéritos provinciais, razão pela qual optou-se por apresentar aqui apenas os dados relativos aos inquéritos e à edição de 1864 do *Almanak*, que traz alguns dados geográficos sobre cada freguesia que compunha o município no início dos anos 1860.

#### A freguesia da Cidade do Bonfim, segundo o *Almanak*,

dista da capital da província 18 léguas e de seus pontos extremos 1 légua ao sul, 2 3/4 ao sudoeste, 4 1/2 a oeste, 3 ao noroeste, 3 ao norte, 3 a Nordeste, 2 a leste e 2 ao sueste. Confina pelo sul com a freguesia da Piedade dos Gerais, e ao sudoeste com a do Rio do Peixe, dividindo neste lado por dois pontais bastante elevados; pelo oeste e norte com a de Itatiaiuçu, servindo-lhe de divisa a serra do Viamão em sua maior parte; pelo Nordeste com a da Piedade da Paraopeba, e sua divisa por este lado é marcada em pequena extensão pelo Rio Paraopeba, e finalmente pelo lado de leste com a paróquia de São Gonçalo da Ponte.<sup>57</sup>

#### A freguesia de São Sebastião do Itatiaiuçu, por sua vez,

foi criada pelo § 14 do art. 1º da Lei n. 571 de 1º de junho de 1850. Dista da cabeça do termo 5 léguas, da capital da província 22 e de seus pontos extremos ao norte até a serra do Itatiaiuçu uma e meia légua, ao sul até o alto dos Medeiros três e meia; a leste pelo Rio Paraopeba oito léguas e a oeste pelo Rio Pará igual distância. Confina com as seguintes freguesias: Sant'Anna do Rio de São João Acima, Rio do Peixe, Bonfim, Piedade dos Gerais, São Gonçalo da Ponte, Piedade de Baixo, Capela Nova do Betim do município de Sabará, e com a do Morro de Matheus Leme do termo do Pará.<sup>58</sup>

#### A de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais, segundo o mesmo,

foi criada pelo § 1º do art. 1º da Lei n. 184 de 1840. Dista da sede do município 3 léguas e da capital da província 18; tem de norte a sul 9 léguas e de leste a oeste 7. Confina ao norte com a Cidade do Bonfim, ao sul com a Lage, a leste com o Suassuy e Brumado do Suassuy, ao Nordeste com S. Gonçalo da Ponte e a oeste com o Rio do Peixe.

As divisas correm por espigões de serrotes de fazendeiros cujos nomes não nos declararam. Tem [...] os seguintes povoados: Caxambu, Casa Branca, Curral de

<sup>56</sup> P. 140 e APM, SP 570, n<sup>os</sup> 215 e 216.

<sup>57</sup> P. 112.

<sup>58</sup> P. 119.



Baixo, Prisdões, Sesmarias, Jacarandá, Aguiar, Gil, Romeiros, Cural de Cima, Preguiça, Samambaia de Cima, Godinho, Retiro, Medeiros, Morro Queimado, Gonullas e Andrades.<sup>59</sup>

#### A de Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe

foi criada pelo § 3º do art. 1º da Lei n. 714 de 12 de maio de 1855. Dista da sede do município 7 léguas e da capital da província 24; de seus pontos extremos ao norte 3 léguas, ao sul 1 e meia, a leste 3, a oeste 2. Confinha com as freguesias da Piedade dos Gerais, dividindo pelo campo redondo e morro queimado, com a do Passa Tempo pela Serra Guarita até a ponte dos Pedrosos, com a do Japão pelo Rio Pará, com a de Itatiaiuçu pela Serra da Barreira.<sup>60</sup>

#### Finalmente, sobre São Gonçalo da Ponte, diz o *Almanak* que

pelo art. 1º da Lei provincial n. 816 de 4 de julho de 1857 foi este povado elevado à categoria de freguesia. Dista da sede do termo 5 léguas e da capital da província 12. Confinha com as freguesias de Congonhas do Campo e Piedade do Paraopeba do termo de Ouro Preto, com as do Bonfim e Piedade dos Gerais, e pelo lado de Queluz com a do Brumado de Suassuy.<sup>61</sup>

A Tabela 3 exhibe as respostas apresentadas, em 1861, pelos subdelegados encarregados, em cada freguesia, de preencherem o formulário enviado pelo presidente da província no final de 1860.

No tocante às informações solicitadas em 1861, apenas duas freguesias bonfinenses teriam remetido as respostas ao governo provincial em 1862: Piedade dos Gerais e Bonfim<sup>62</sup>. Como mencionado na legenda da tabela, tais dados foram usados no intuito de corrigir dados imprecisos ou faltantes nas respostas de 1861<sup>63</sup>.

---

<sup>59</sup> P. 120.

<sup>60</sup> P. 120.

<sup>61</sup> P. 121.

<sup>62</sup> No códice, contudo, a folha relativa ao mapa de população da freguesia de Piedade parece ter se perdido ou extraviado recentemente (uma vez que dados da freguesia foram analisados em MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA Helenice Carvalho Cruz da Silva. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências. In: *X Seminário Sobre a Economia Mineira*, Diamantina, MG, 2002).

<sup>63</sup> Para uma discussão mais ampla a respeito dos inquéritos provinciais de 1861/62 e dos dados neles apresentados, ver, principalmente, MARTINS, Maria do Carmo Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA Helenice Carvalho Cruz da Silva. Mineiridade: a diversidade uniforme. Retrato de Minas no Terceiro Quartel do Século XIX: população e economia. In: *XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Ouro Preto, 2002.

Tabela 3 – Mapa de população e economia dos distritos e freguesias do município de Bonfim no início da década de 1860.

Freguesias	Distritos	Quantidade de casas existentes	População						Ocupações					Economia					Estradas principais		
			Número de habitantes		Nascimentos no último ano		Mortes no último ano		Empregados civis, militares e eclesiásticos	Agricultores e criadores	Negociantes	Ofícios mecânicos	Ignorada	Número de fazendas		Produção agrícola	Criação	Indústria		Importação	Exportação
			Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos						De agricultura	De criação						
Cidade do Bonfim	Cidade do Bonfim	231	3325	916	87	23	95	20	18	996	166	154	22	96	2	Milho, feijão, arroz, algodão, mamona, mandioca, batata, fumo, café e cana.	Porcos em maior escala, carneiros e gado em menor e de raça antiga.	Quase nenhuma. Apenas se fabricam alguns tecidos de algodão.	Importa, em gêneros estrangeiros (fazendas secas, drogas, molhados e ferragens) de Rs 40:000\$000 a Rs 60:000\$000, e em gêneros do país (aguardente e açúcar) de Rs 8:000\$000 a Rs 10:000\$000.	Toucinho, fumo, arroz, feijão, algodão, azeite, milho, na importância de Rs 50:000\$000 a Rs 70:000\$000.	1 – a que vem da Corte para o norte da província; 2 – a que segue desta vila para a capital da província.
	Rio Manso		[909]	[168]																	
Subtotal da freguesia			4234*	1084*																	
São Sebastião do Itatiaçu	São Sebastião do Itatiaçu	219	1058	232	87	28	39	22	16	35	10	26	0	35	13	Milho, feijão, cana, pouco algodão pouca mamona, batata em pequeno ponto.	Pouco gado, porcos, éguas, carneiros, cabras.	Rapaduras, açúcar, aguardente, panos de algodão, de várias qualidades, isto tudo em pequeno ponto. Panos a Rs \$320, rapaduras a Rs 20\$000 a carga, açúcar a Rs 7\$000, 6\$000 e 5\$000, algodão a Rs 2\$000, 2\$500 e 2\$600 a arroba.	Café, remédios, fazendísticos, vinhos e sal.	Toucinho, panos de algodão, aguardente, isto tudo em pequeno ponto.	1 – a que vem do Rio de Janeiro, atravessa o distrito e segue para Pitangui; 2 – a que cruza com a primeira, vinda destes fundos, e segue para Sabará, Congonhas.
	Brumado do Paraopeba	211	990	158	-	-	-	-	2	-	8 (de tabernas)	16	-	23	1	Milho, mandioca, feijão, arroz, amendoins.	Gado vacuum e cavalari.	-	-	Milho, toucinho, feijão, arroz, amendoins, sempre com alternativa.	1 – para Sabará; 2 – para Pará.

	Conceição do Pará	8	780	483	36	24	19	20	11	32	3	5	1	26	6	Milho, arroz, feijão e cana.	Animais vacum e cavalari e porcos.	Rapaduras (Rs 15\$000 a carga), açúcar (Rs 5\$000 a arroba) e azeite (Rs 8\$000 o barril).	Sal (Rs 7\$000 a buaca), fumo (Rs 8\$000 a arroba), café (Rs 8\$000 a arroba), farinha de trigo (Rs 30\$000 a arroba), açúcar (Rs 5\$000 a arroba), rapadura (Rs 15\$000 a carga).	Toucinho (Rs 8\$000 a arroba), bois (Rs 40\$000), feijão (Rs 5\$000 o alqueire), arroz (Rs 2\$000 o alqueire), azeite (Rs 8\$000 o barril).	Seguem para Sabará, São João d'El Rey, Barbacena e para Ouro Preto e Rio de Janeiro.
<b>Subtotal da freguesia</b>		<b>438</b>	<b>2828</b>	<b>873</b>	<b>123</b>	<b>52</b>	<b>58</b>	<b>42</b>	<b>29</b>	<b>67</b>	<b>21</b>	<b>47</b>	<b>1</b>	<b>84</b>	<b>20</b>						
Nossa Senhora da Piedade dos Gerais	Nossa Senhora da Piedade dos Gerais		2220**	760**																	
	Capela Nova do Desterro	150	750	265	-	-	-	-	0	60	8	0	0	19	20	Milho, feijão, arroz.	Animais vacum e cavalari.	Agricultura e criação.	Fazendas secas e molhadas e aguardente de cana.	Gados de corte para o Rio de Janeiro e alguns mantimentos para São João d'El Rey.	Para a freguesia de Piedade dos Gerais.
<b>Subtotal da freguesia</b>			<b>[2970]</b>	<b>[1025]</b>																	
Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	114	1811	711	60	25	60	30	1	66	10	34	-	40	-	1651 carros de milho, 1465 alqueires de feijão, 1350 alqueires de arroz, 140 alqueires de mamona, 160 arrobas de algodão, mandioca em pequena escala.	Porcos e carneiros em pequena escala.	Nenhuma, à exceção de alguns tecidos de algodão em pequeno ponto.	Fazenda seca (Rs 8:000\$000), ferragem (Rs 2:000\$000), molhados (Rs 4:000\$000), açúcar (Rs 270\$000), café (Rs 550\$000), rapaduras (Rs 880\$000), queijos (Rs 72\$000), fumo (Rs 100\$000), ferragem de animais (Rs 72\$000), enxadas (Rs 120\$000), cravos de ferrar (Rs 60\$000), aguardente de cana (264 barris a Rs 5\$000, Rs 1:420\$000).	Toucinho (900 arrobas a Rs 8\$000, Rs 7:200\$000), milho (60 carros a Rs 10\$000, Rs 600\$000), feijão (200 alqueires a Rs 5\$000, Rs 1:000\$000), arroz (220 alqueires a Rs 1\$260, Rs 281\$600).	Para a Vila do Bonfim, Japão, Cláudio e Piedade dos Gerais.
	Conquista		[827]	[310]	[24]	[7]	[27]	[10]	[13]	[-]	[18]	[20]	[8]	[22]	[0]						
<b>Subtotal da freguesia</b>			<b>2638</b>	<b>1021</b>	<b>84</b>	<b>32</b>	<b>87</b>	<b>40</b>	<b>14</b>	<b>66</b>	<b>28</b>	<b>54</b>	<b>8</b>	<b>62</b>	<b>0</b>						

São Gonçalo da Ponte	São Gonçalo da Ponte	126	414	182	49	24	20	3	11	23	6	7	-	16	7	Milho, feijão, arroz, mamona, toucinho [sic], algodão.	Vacum, muar, cavalari e porcos.	Panos de algodão.	Rs 2:500\$000	Rs 3:000\$000	1 - para Bonfim; 2 - para Piedade dos Gerais; 3 - para Ouro Preto; 4 - para Congonhas do Campo.	
	Santa Anna do Praoepba	152 (7 no arraial e 145 nas fazendas)	728	332	60	25	28	25	5	82	16	29	0	25	0	Milho, algodão, arroz, feijão, mamona.	Nenhuma	Trabalha-se no algodão e fabrica-se algumas casimiras mineiras e panos de algodão, que andarão de 9 a 10 mil varas e importará em Rs 4:000\$000.	São importados para o consumo dos habitantes café, açúcar, sal e além disto fazendas secas e todos os gêneros debaixo, que importará no valor de Rs 10:000\$000.	Arroz, feijão, algodão, milho, panos de algodão, mamona, azeite e toucinho, que importará em Rs 16:000\$000.	1 - a principal é a que se dirige de São Gonçalo da Ponte para a Villa do Bom Fim; 2 - segue outra estrada que se dirige para São José do Paraoepba, a qual se acha inutilizada por falta da ponte situada no Rio Paraoepba.	
	Nossa Senhora da Boa Morte	133	670	386	28	26	6	3	8	25	15	36	-	20	5	Milho, feijão, arroz, cana, mamona, toucinho [sic], mandioca, algodão.	Vacum, cavalari e porcos.	Panos de algodão.	Rs 18:000\$000	Rs 46:000\$000	1 - para Bonfim; 2 - para Piedade dos Gerais; 3 - para Ouro Preto; 4 - para Congonhas do Campo.	
Subtotal da freguesia	411	1812	900	137	75	54	31	24	130	37	72	-	61	12								
Subtotal do município	> 1344	14482	4903	> 431	> 182	> 294	> 133	> 85	> 1319	> 260	> 327	> 31	> 322	> 54								
Total	> 1344	19385		Saldo de, aproximadamente, +137 livres e +49 escravos.				> 85	> 1319	> 260	> 327	> 31	> 322	> 54								

Fonte: *APM SP-893*(documentos n<sup>os</sup> 171, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185 e 194) e *APM SP-956* (documento n<sup>o</sup> 46).

\*Valor relativo à resposta do ano de 1862 (*APM SP-956*).

\*\*Valores anotados à lápis no formulário relativo ao município de Bonfim (documento n<sup>o</sup>194). Supõe-se que sejam relativos à resposta do ano de 1862 (*APM SP-956*).

Obs.: entre colchetes estão valores deduzidos, ou calculados a partir de dados deduzidos.

A Tabela 3 mostra que, ao menos entre 1860 e 1861, a população escrava bonfinense apresentou crescimento natural positivo. Ainda assim, o mesmo não ocorreu da mesma forma em todos os distritos. Enquanto São Gonçalo da Ponte e Nossa Senhora da Boa Morte teriam ganhado mais de 20 escravos cada via reprodução natural, Cidade do Bonfim, São Sebastião do Itatiaiuçu e Conceição do Pará conseguiram, cada um, saldo positivo inferior a 10 escravos no balanço entre os nascido e os mortos. Já Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe e Conquista apresentaram pequeno saldo negativo e, em Santa Anna do Paraopeba, o número de nascimentos igualou-se ao de mortos. Entre os livres, apenas Conquista parece ter tido um pequeno saldo negativo.

**Tabela 4 – População livre e escravizada da província mineira e de seus 72 municípios em 1872.**

Província/Município	Livres			Escravos			Soma Geral	Percentual de escravos na população	Razão de sexo - Escravos	Razão de sexo - Livres
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total				
<b>Minas Geraes</b>	847592	821684	<b>1669276</b>	199434	171025	<b>370459</b>	<b>2039735</b>	<i>18,2</i>	117	103
Alfenas	10576	10559	<b>21135</b>	2251	1919	<b>4170</b>	<b>25305</b>	<i>16,5</i>	117	100
Araxá	10297	8902	<b>19199</b>	2658	1708	<b>4366</b>	<b>23565</b>	<i>18,5</i>	156	116
Ayruoca	6632	6478	<b>13110</b>	1926	1638	<b>3564</b>	<b>16674</b>	<i>21,4</i>	118	102
Baependy	14518	13805	<b>28323</b>	4972	4158	<b>9130</b>	<b>37453</b>	<i>24,4</i>	120	105
Bagagem	11750	11417	<b>23167</b>	1588	1375	<b>2963</b>	<b>26130</b>	<i>11,3</i>	115	103
Barbacena	15320	13845	<b>29165</b>	5706	4642	<b>10348</b>	<b>39513</b>	<i>26,2</i>	123	111
Bom Sucesso	5690	5286	<b>10976</b>	1251	1073	<b>2324</b>	<b>13300</b>	<i>17,5</i>	117	108
<b>Bonfim</b>	<b>14727</b>	<b>15035</b>	<b>29762</b>	<b>3179</b>	<b>2645</b>	<b>5824</b>	<b>35586</b>	<i>16,4</i>	120	<b>98</b>
Cabo Verde	5520	5571	<b>11091</b>	799	711	<b>1510</b>	<b>12601</b>	<i>12,0</i>	112	99
Caeté	6863	7095	<b>13958</b>	1535	1263	<b>2798</b>	<b>16756</b>	<i>16,7</i>	122	97
Caldas	5854	5553	<b>11407</b>	1278	1113	<b>2391</b>	<b>13798</b>	<i>17,3</i>	115	105
Campanha	10401	10370	<b>20771</b>	3636	3114	<b>6750</b>	<b>27521</b>	<i>24,5</i>	117	100
Christina	9922	9943	<b>19865</b>	2605	1942	<b>4547</b>	<b>24412</b>	<i>18,6</i>	134	100
Conceição	12608	12506	<b>25114</b>	2157	1929	<b>4086</b>	<b>29200</b>	<i>14,0</i>	112	101
Curvello	8569	8275	<b>16844</b>	721	708	<b>1429</b>	<b>18273</b>	<i>7,8</i>	102	104
Diamantina	7128	6810	<b>13938</b>	1176	860	<b>2036</b>	<b>15974</b>	<i>12,7</i>	137	105
<b>Dores da Boa Esperança</b>	<b>7916</b>	<b>7797</b>	<b>15713</b>	<b>2480</b>	<b>2284</b>	<b>4764</b>	<b>20477</b>	<i>23,3</i>	109	102
Formiga	8439	8742	<b>17181</b>	1955	1670	<b>3625</b>	<b>20806</b>	<i>17,4</i>	117	97
Grão-Mogol	24537	24767	<b>49304</b>	2074	1627	<b>3701</b>	<b>53005</b>	<i>7,0</i>	127	99
Guaycuhy	3367	3334	<b>6701</b>	268	216	<b>484</b>	<b>7185</b>	<i>6,7</i>	124	101
Itabira	17942	17208	<b>35150</b>	4015	3449	<b>7464</b>	<b>42614</b>	<i>17,5</i>	116	104
Itajubá	9642	9123	<b>18765</b>	2453	2043	<b>4496</b>	<b>23261</b>	<i>19,3</i>	120	106
Jaguary	5822	5698	<b>11520</b>	575	495	<b>1070</b>	<b>12590</b>	<i>8,5</i>	116	102
Januária	7622	7548	<b>15170</b>	650	465	<b>1115</b>	<b>16285</b>	<i>6,8</i>	140	101
Juíz de Fora	13721	10247	<b>23968</b>	8156	6212	<b>14368</b>	<b>38336</b>	<i>37,5</i>	131	134
Lavras	11836	11594	<b>23430</b>	4409	3971	<b>8380</b>	<b>31810</b>	<i>26,3</i>	111	102
Leopoldina	13913	12720	<b>26633</b>	8160	7093	<b>15253</b>	<b>41886</b>	<i>36,4</i>	115	109
<b>Mar de Espanha</b>	<b>10663</b>	<b>8969</b>	<b>19632</b>	<b>7337</b>	<b>5321</b>	<b>12658</b>	<b>32290</b>	<i>39,2</i>	138	119
Mariana	17282	16332	<b>33614</b>	4644	3778	<b>8422</b>	<b>42036</b>	<i>20,0</i>	123	106
Marmellada	11806	11356	<b>23162</b>	1377	1289	<b>2666</b>	<b>25828</b>	<i>10,3</i>	107	104
Minas Novas	25134	25001	<b>50135</b>	2181	2131	<b>4312</b>	<b>54447</b>	<i>7,9</i>	102	101
Monte Alegre	4555	4104	<b>8659</b>	1545	1128	<b>2673</b>	<b>11332</b>	<i>23,6</i>	137	111
Montes Claros	18563	17708	<b>36271</b>	2112	1934	<b>4046</b>	<b>40317</b>	<i>10,0</i>	109	105
Muriahé	14431	13251	<b>27682</b>	3660	3278	<b>6938</b>	<b>34620</b>	<i>20,0</i>	112	109
Oliveira	9662	9495	<b>19157</b>	4102	3787	<b>7889</b>	<b>27046</b>	<i>29,2</i>	108	102

Ouro Fino	10529	10066	<b>20595</b>	1876	1698	<b>3574</b>	<b>24169</b>	<u>14,8</u>	110	105
Ouro Preto	21830	20752	<b>42582</b>	3018	2614	<b>5632</b>	<b>48214</b>	<u>11,7</u>	115	105
Paracatu	15743	16017	<b>31760</b>	1361	1277	<b>2638</b>	<b>34398</b>	<u>7,7</u>	107	98
Paraíso	8643	8728	<b>17371</b>	2121	2043	<b>4164</b>	<b>21535</b>	<u>19,3</u>	104	99
Passos	9859	9447	<b>19306</b>	2236	1827	<b>4063</b>	<b>23369</b>	<u>17,4</u>	122	104
Patrocínio	11964	12237	<b>24201</b>	3725	3452	<b>7177</b>	<b>31378</b>	<u>22,9</u>	108	98
Piranga	9263	8978	<b>18241</b>	2271	1924	<b>4195</b>	<b>22436</b>	<u>18,7</u>	118	103
Pitanguy	16605	17158	<b>33763</b>	3488	3102	<b>6590</b>	<b>40353</b>	<u>16,3</u>	112	97
Piumhy	9696	9168	<b>18864</b>	2162	1850	<b>4012</b>	<b>22876</b>	<u>17,5</u>	117	106
Pomba	13463	12065	<b>25528</b>	3976	3052	<b>7028</b>	<b>32556</b>	<u>21,6</u>	130	112
Ponte Nova	24637	24990	<b>49627</b>	4098	3506	<b>7604</b>	<b>57231</b>	<u>13,3</u>	117	99
Porto Turvo	5376	5225	<b>10601</b>	1855	1796	<b>3651</b>	<b>14252</b>	<u>25,6</u>	103	103
Pouso Alegre	8908	9021	<b>17929</b>	2081	1994	<b>4075</b>	<b>22004</b>	<u>18,5</u>	104	99
Prata	4557	4211	<b>8768</b>	1128	863	<b>1991</b>	<b>10759</b>	<u>18,5</u>	131	108
Queluz	21693	21216	<b>42909</b>	7217	6776	<b>13993</b>	<b>56902</b>	<u>24,6</u>	107	102
Rio Novo	7911	7927	<b>15838</b>	3585	3372	<b>6957</b>	<b>22795</b>	<u>30,5</u>	106	100
Rio Pardo	22370	22491	<b>44861</b>	3612	3110	<b>6722</b>	<b>51583</b>	<u>13,0</u>	116	99
Rio Preto	8172	7574	<b>15746</b>	3365	2948	<b>6313</b>	<b>22059</b>	<u>28,6</u>	114	108
Sabará	23111	23356	<b>46467</b>	4672	4310	<b>8982</b>	<b>55449</b>	<u>16,2</u>	108	99
Santa Bárbara	20605	20129	<b>40734</b>	3986	3624	<b>7610</b>	<b>48344</b>	<u>15,7</u>	110	102
Santa Luzia	10628	10850	<b>21478</b>	3008	2945	<b>5953</b>	<b>27431</b>	<u>21,7</u>	102	98
Santa Rita do Turvo	15766	14694	<b>30460</b>	3559	3077	<b>6636</b>	<b>37096</b>	<u>17,9</u>	116	107
Santíssimo Sacramento	10272	9901	<b>20173</b>	1371	1211	<b>2582</b>	<b>22755</b>	<u>11,3</u>	113	104
Santo Antônio de Patos	6863	6823	<b>13686</b>	732	663	<b>1395</b>	<b>15081</b>	<u>9,3</u>	110	101
Santo Antônio do Arassuaçu	12148	11687	<b>23835</b>	1236	1187	<b>2423</b>	<b>26258</b>	<u>9,2</u>	104	104
Santo Antônio do Monte	8084	8405	<b>16489</b>	940	902	<b>1842</b>	<b>18331</b>	<u>10,0</u>	104	96
São João Baptista	6106	6011	<b>12117</b>	1285	1027	<b>2312</b>	<b>14429</b>	<u>16,0</u>	125	102
São João d'El-Rei	13766	14242	<b>28008</b>	4439	3653	<b>8092</b>	<b>36100</b>	<u>22,4</u>	122	97
São José d'El-Rei	3925	3745	<b>7670</b>	1484	1251	<b>2735</b>	<b>10405</b>	<u>26,3</u>	119	105
São Romão	3533	3407	<b>6940</b>	217	216	<b>433</b>	<b>7373</b>	<u>5,9</u>	100	104
São Sebastião do Paraíso	8161	7669	<b>15830</b>	1998	1600	<b>3598</b>	<b>19428</b>	<u>18,5</u>	125	106
Serro	29460	28556	<b>58016</b>	5181	4239	<b>9420</b>	<b>67436</b>	<u>14,0</u>	122	103
Sete Lagoas	6066	6038	<b>12104</b>	1195	1100	<b>2295</b>	<b>14399</b>	<u>15,9</u>	109	100
Tamanduá	13543	13438	<b>26981</b>	2530	2234	<b>4764</b>	<b>31745</b>	<u>15,0</u>	113	101
Três Pontas	9056	9083	<b>18139</b>	3205	2792	<b>5997</b>	<b>24136</b>	<u>24,8</u>	115	100
Ubá	13272	12039	<b>25311</b>	3882	3267	<b>7149</b>	<b>32460</b>	<u>22,0</u>	119	110
Uberaba	8780	7896	<b>16676</b>	1748	1554	<b>3302</b>	<b>19978</b>	<u>16,5</u>	112	111

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872, disponível em <http://www.nhed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/>.

Obs.: Na coluna “Percentual de escravos na população”, os valores estão apresentados agrupados em: até 9,9% (em itálico), de 10% a 19,9% (itálico e sublinhado), de 20% a 29,9% (itálico e sublinhado duplo) e acima de 30% (negrito, itálico e sublinhado duplo).

Em 1872, Bonfim figurava numa posição intermediária entre os municípios da província no tocante ao número de habitantes (livres e cativos). De acordo com os dados do censo, sua população compunha-se de 29762 livres e 5824 escravos, totalizando 35586 pessoas. Dos 72 municípios mineiros então existentes, apenas 19 superavam a população bonfinense. No tocante à população cativa, Bonfim ocupava a 28ª posição.<sup>64</sup>

Em relação à população escrava, como se vê na Tabela 4, os extremos da província eram Leopoldina, com 15253, e São Romão, com 433. Quando se compara o percentual de

<sup>64</sup> De acordo com os dados do Recenseamento de 1872, (disponível em: <http://www.nhed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/>. Acesso em 08/09/2016).

escravos em relação à população total, Leopoldina, com 36,4%, era superada apenas por Mar de Espanha, com 39,2%, e Juiz de Fora, com 37,5%. São Romão apresenta o menor percentual da província, 5,9%. Por sua vez, 16,4% da população bonfinense encontrava-se escravizada, percentual ligeiramente inferior (porém bastante próximo) daquele apresentado pela província, 18,2%. Ou seja, no início da década de 1870, a população escrava bonfinense continuava apresentando proximidade com a provincial, inclusive na razão de sexo.

A respeito da população escrava creditada a Bonfim pelo censo de 1872, há uma observação a se fazer: no banco de dados constituído para esta pesquisa a partir das escrituras, procurações e alforrias, não consta nenhum escravo matriculado em Bonfim com número de matrícula igual ou superior a 5000. Sendo mais exato, entre os escravos presentes no banco de dados, a matrícula mais elevada efetuada em Bonfim foi a de número 4685, realizada em 21/11/1872. Da mesma forma, no arrolamento dos escravos maiores de 60 anos feito no início de 1886 pelo coletor municipal, a matrícula mais elevada registrada na Coletoria de Bonfim foi a de número 4763, efetuada aos 09/09/1873<sup>65</sup>. Ou seja, ao que parece, em Bonfim foram matriculados menos escravos que aqueles que foram contabilizados no censo.

Uma possível explicação para essa grande divergência entre os dados do Recenseamento e da Matrícula, ambos efetuados entre 1872 e 1873, é que os escravos da freguesia de Matheus Leme não tenham sido matriculados na Coletoria de Bonfim. Com efeito, tanto no banco de dados quanto no supracitado arrolamento, nenhum dos senhores que matricularam escravos em Bonfim tinha residência naquela freguesia.

Os dados populacionais do município e de suas freguesias foram sintetizados na Tabela 5, apresentados de forma comparativa às informações constantes nos inquéritos das décadas de 1850 e 1860 e nas listas nominativas da década de 1830.

A tabela evidencia o crescimento populacional bonfinense ao longo daqueles cerca de 40 anos e o declínio enfrentado pela população escrava. Contudo, no tocante à participação bonfinense no total provincial, tanto a população livre quanto a escrava tiveram redução de importância. Entre a década de 1830 e 1872, nota-se ainda uma diminuição da razão de sexo dos escravos (que ainda era relativamente alta) e aumento da dos livres (relativamente baixa anteriormente, chegou a níveis mais equilibrados). Ou seja, populações livre e cativa caminhavam rumo a uma cada vez maior tendência ao equilíbrio entre as quantidades de homens e mulheres.

---

<sup>65</sup> APMB, *CPO ACA 0232*, 1886.

**Tabela 5 – Comparativo da população livre e escravizada de Minas, Bonfim e suas freguesias na década de 1830, em 1854, 1860 e 1872.**

			Província de MG	Município de Bonfim	Freguesia de Bonfim	Freguesia de Itatiaiuçu	Freguesia de Matheus Leme	Freguesia de Piedade dos Gerais	Freguesia de Rio do Peixe	Freguesia de São Gonçalo da Ponte
Líves	Homens	Déc. 1830	-	5401	816	1067	1011	1125	733	649
		1854	-	6603	-	-	-	-	-	-
		1872	847592	14727	3109	3478	2176	2449	2384	1131
	Mulheres	Déc. 1830	-	5988	882	1132	1223	1176	807	768
		1854	-	7229	-	-	-	-	-	-
		1872	821684	15035	3076	3487	2239	2534	2470	1229
	Total	Déc. 1830	<b>510310</b>	<b>11389</b>	<b>1698</b>	<b>2199</b>	<b>2234</b>	<b>2301</b>	<b>1540</b>	<b>1417</b>
		1854	<b>984392</b>	<b>13832</b>	-	-	-	-	-	-
		1860	-	<b>14482</b>	<b>4234</b>	<b>2828</b>		<b>2970</b>	<b>2638</b>	<b>1812</b>
		1872	<b>1669276</b>	<b>29762</b>	<b>6185</b>	<b>6965</b>	<b>4415</b>	<b>4983</b>	<b>4854</b>	<b>2360</b>
	% do Total de líves da província ou do município	Déc. 1830	100	2,2	14,9	19,3	19,6	20,2	13,5	12,4
		1854	100	1,4	-	-	-	-	-	-
1860		-	-	29,2	19,5		18,2	20,5	12,5	
1872		100	1,8	20,8	23,4	14,8	16,7	16,3	7,9	
Escravos	Homens	Déc. 1830	-	3942	579	780	531	650	639	763
		1854	-	2808	-	-	-	-	-	-
		1872	199434	3179	718	539	414	414	723	371
	Mulheres	Déc. 1830	-	2624	406	530	327	489	443	429
		1854	-	2196	-	-	-	-	-	-
		1872	171025	2645	645	466	316	383	546	289
	Total	Déc. 1830	<b>246347</b>	<b>6566</b>	<b>985</b>	<b>1310</b>	<b>858</b>	<b>1139</b>	<b>1082</b>	<b>1192</b>
		1854	<b>317760</b>	<b>5004</b>	-	-	-	-	-	-
		1860	-	<b>4903</b>	<b>1084</b>	<b>873</b>		<b>1025</b>	<b>1021</b>	<b>900</b>
		1872	<b>370459</b>	<b>5824</b>	<b>1363</b>	<b>1005</b>	<b>730</b>	<b>797</b>	<b>1269</b>	<b>660</b>
	% do Total de escravos da província ou do município	Déc. 1830	100	2,7	15	20	13,7	17,4	16,5	18,2
		1854	100	1,6	-	-	-	-	-	-
1860		-	-	22,1	17,8		20,9	20,8	18,4	
1872		100	1,6	23,4	17,3	12,5	13,7	21,8	11,3	
Soma Geral	Déc. 1830	<b>756657</b>	<b>17995</b>	<b>2683</b>	<b>3509</b>	<b>3092</b>	<b>3440</b>	<b>2622</b>	<b>2609</b>	
	1854	<b>1302152</b>	<b>18836</b>	-	-	-	-	-	-	
	1860	-	<b>19385</b>	<b>5318</b>	<b>3701</b>		<b>3995</b>	<b>3659</b>	<b>2712</b>	
	1872	<b>2039735</b>	<b>35586</b>	<b>7548</b>	<b>7970</b>	<b>5145</b>	<b>5780</b>	<b>6123</b>	<b>3020</b>	
Percentual de escravos na população	Déc. 1830	32,6	36,6	36,7	37,3	27,7	33,1	41,3	45,7	
	1854	-	26,6	-	-	-	-	-	-	
	1860	-	25,3	20,4	23,6		25,7	27,9	33,2	
	1872	18,2	16,4	18,1	12,6	14,2	13,8	20,7	21,9	
Razão de sexo	Líves	Déc. 1830	-	90	93	94	83	96	91	85
		1854	-	91	-	-	-	-	-	-
		1872	103	98	101	100	97	97	97	92
	Escravos	Déc. 1830	-	150	143	147	162	133	144	178
		1854	-	128	-	-	-	-	-	-
		1872	117	120	111	116	131	108	132	128

Fonte: Tabelas 3 e 6, APM SP-570, RODARTE, 2008, pp. 83 e 86 e <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/>.

As listas nominativas da década de 1830 e o inquérito de 1860/1861 permitem pormenorizar ainda mais a comparação, ao nível dos distritos de paz, conforme Tabela 6. A



análise pormenorizada por freguesias e distritos novamente evidencia a diversidade existente na dinâmica populacional do território bonfinense (e, por extensão, à província também).

Entre a década de 1830 e 1860, observa-se uma redução da população escrava municipal, redução esta que se operou em quase todos os distritos, à exceção de Senhor do Bonfim, Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe e Capela Nova do Desterro (embora, neste último, o acréscimo tenha sido de apenas duas pessoas). Contudo, apenas a freguesia da Cidade do Bonfim viu sua população cativa aumentar. No período seguinte, entre 1860 e 1872, observa-se praticamente o inverso: enquanto todas as freguesias ampliaram suas quantidades de escravos, apenas as de São Gonçalo da Ponte e Piedade dos Gerais viram seus contingentes mancipios serem reduzidos.

**Tabela 6 – Comparativo da população livre e escravizada das freguesias e distritos bonfinenses na década de 1830, em 1860 e 1872.**

Freguesia	Distrito de paz	Década de 1830			1860			1872		
		Livre ou forro	Cativo ou quartado	Total	Livre	Escravo	Total	Livre	Escravo	Total
Cidade do Bonfim	Senhor do Bonfim	1041	685	1726	3325	916	4241	-	-	-
	Sta. Luzia do Rio Manso	657	300	957	909	168	1077	-	-	-
	<b>Total freguesia</b>	<b>1698</b>	<b>985</b>	<b>2683</b>	<b>4234</b>	<b>1084</b>	<b>5318</b>	<b>6185</b>	<b>1363</b>	<b>7548</b>
Itatiaiuçu	S. Sebastião do Itatiaiuçu	717	386	1103	1058	232	1290	-	-	-
	Brumado do Paraopeba	752	279	1031	990	158	1148	-	-	-
	Conceição do Pará	741	519	1260	780	483	1263	-	-	-
	<b>Total freguesia</b>	<b>2210</b>	<b>1184</b>	<b>3394</b>	<b>2828</b>	<b>873</b>	<b>3701</b>	<b>6965</b>	<b>1005</b>	<b>7970</b>
Matheus Leme	Sto. Ant. do Morro de Mateus Leme	2234	858	3092	A freguesia de Matheus Leme não pertencia ao município nessa data.			-	-	-
	<b>Total freguesia</b>	<b>2234</b>	<b>858</b>	<b>3092</b>				<b>4415</b>	<b>730</b>	<b>5145</b>
Piedade dos Gerais	N. Sra. da Piedade dos Gerais	2024	876	2900	2220	760	2980	-	-	-
	Capela Nova do Desterro	277	263	540	750	265	1015	-	-	-
	<b>Total freguesia</b>	<b>2301</b>	<b>1139</b>	<b>3440</b>	<b>2970</b>	<b>1025</b>	<b>3995</b>	<b>4983</b>	<b>797</b>	<b>5780</b>
Rio do Peixe	N. Sra. das Necessidades do Rio do Peixe	799	563	1362	1811	711	2522	-	-	-
	N. Sra. das Dores da Conquista	730	645	1375	827	310	1137	-	-	-
	<b>Total freguesia</b>	<b>1529</b>	<b>1208</b>	<b>2737</b>	<b>2638</b>	<b>1021</b>	<b>3659</b>	<b>4854</b>	<b>1269</b>	<b>6123</b>
São Gonçalo da Ponte	S. Gonçalo da Ponte	226	304	530	414	182	596	-	-	-
	S. Anna do Paraopeba	607	342	949	728	332	1060	-	-	-
	N. Sra. da Boa Morte	584	546	1130	670	386	1056	-	-	-
	<b>Total freguesia</b>	<b>1417</b>	<b>1192</b>	<b>2609</b>	<b>1812</b>	<b>900</b>	<b>2712</b>	<b>2360</b>	<b>660</b>	<b>3020</b>
Total município	Sem a freguesia de Matheus Leme	9065	5708	14863	14482	4903	19385	25347	5094	30441
	Com a freguesia de Matheus Leme	11389	6566	17955	-	-	-	29762	5824	35586

Fonte: Tabelas 3 e 5 e <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/>.

No intervalo entre a década de 1830 e 1872, apenas as freguesias da Cidade do Bonfim e de Rio do Peixe conseguiram aumentar suas populações cativas. A primeira, aliás, foi a

única freguesia bonfinense que experimentou crescimento constante em sua população escravizada ao longo daqueles cerca de 40 anos. No outro extremo, estavam as freguesias de Piedade dos Gerais e de São Gonçalo da Ponte, que foram as únicas onde a queda foi constante ao longo de todo o período.

No mesmo intervalo de tempo, em relação à estrutura etária, percebe-se um envelhecimento da população cativa bonfinense (Tabela 7): crianças (0-14 anos) e adultos (15-39 anos) diminuíram seu percentual, enquanto os velhos (40 anos ou mais) aumentaram. Em 1872, a porcentagem de adultos era ultrapassada pela de crianças e velhos somados.

**Tabela 7 – Comparativo da distribuição da população cativa bonfinense por faixa etária na década de 1830 e em 1872.**

Década de 1830			1872		
Faixas etárias	Nº	%	Faixas etárias	Nº	%
0-14	1837	27,99	0-15	1469	25,29
15-39	3395	51,73	16-40	2788	47,99
40 ou mais	1331	20,28	41 ou mais	1552	26,72
<b>Total</b>	<b>6563</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>5809</b>	<b>100,00</b>

Fonte: <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/> e <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/>.

Para a última década estudada, foram localizados os dados apresentados na edição de 1885 do *Almanak do Império do Brazil*, que informava que

A área do município é de 3200 km<sup>2</sup> aproximadamente. O município é, em geral, pouco montanhoso, [...] coberto de matas ótimas para agricultura, pela fecundidade, e entrecortado de córregos abundantes, tendo em sua extrema o Rio Paraopeba, em cujo vale, é crível, será traçada a estrada de Ferro de Pitangui [...]. Em todas as estações do ano, conserva-se a temperatura moderada, não aparecendo calor nem frio intenso, em tempo algum.<sup>66</sup>

Abordando resumidamente cada freguesia, o *Almanak* diz que a freguesia da Cidade do Bonfim

acha-se situada a oeste de uma colina alongada, estendendo-se ao sul por um vale plano [...].

A área da cidade é de 6 km<sup>2</sup>.

Tem [...] 11 ruas [...], somente uma praça, a da Cadeia, três largos: o da Matriz, o dos Passos e o das Cavalhadas [...], 7 becos [...] e 2 travessas [...].

Existem 6 casas de sobrado, sendo 3 à Rua do Comércio, uma à Rua Nova, uma à Rua das Flores e outra à Rua Direita. Contém 63 casas assobradadas [...] e térreas mais de 150 [...].

A cidade, por sua própria felicidade, é colocada em um ponto, que torna-se por si próprio, comercial em razão do cruzamento forçado de muitas estradas, transitadas por muitas tropas. A indústria ainda é de pouca importância em razão do pouco espírito popular, no empreendimento de qualquer gênero de cometimentos, e ainda

<sup>66</sup> Pp. 331-332.

mais do pequeno número de habitantes; falta-lhe capitais e população densa [...]. Contudo já existe a cultura do milho, feijão, cana, em princípio, do café e de alguma criação pastoril, de gado e de outras espécies. O elemento de maior comércio no município é ainda o estrangeiro. Há muitos carreiros, e alguns tropeiros, que facilitam o transporte para o município e para fora. O ponto mais próximo da estrada de ferro D. Pedro II, Itabira do Campo, dista da cidade 10 léguas, e a de Pitangui, passando pelo Paraopeba, no extremo do município ao norte, distará no mais próximo à cidade, 2 1/2 léguas. A renda da exportação industrial ainda é inferior à que se despende com o comércio externo.<sup>67</sup>

#### Sobre São Sebastião do Itatiaiuçu, mencionava que

a sede da freguesia está colocada em uma vasta campina à margem direita e esquerda do Ribeirão Veloso, à direita da Serra do Itatiaia com a distância de légua e meia, ocupando a povoação um território superior a meio quarto de légua. Tem um espaçoso e aprazível largo [da Matriz], 5 ruas [...]: Direita, de Cima, de Baixo, da Vargem e de Maria Rita, estando os melhores prédios no referido largo, entre eles, 8 sobrados, sendo o de melhor gosto o do respectivo vigário; tem algumas casas assoalhadas e bem conservadas, e as demais térreas em bom uso, atravessando o largo assim como todo o arraial um grande rego d'água que se presta a tocar 8 moinhos, e à servidão pública; atravessando no largo a estrada da Corte, cruzando a do Sertão.<sup>68</sup>

A capela filial desta freguesia [, distrito de Nossa Senhora da Conceição do Brumado,] está situada à margem direita e esquerda do Rio Brumado, afluente do Rio Paraopeba, distante da sede 5 léguas a povoação. É pequena e fica junto à Serra do Itatiaia, que se estende por aí até o mesmo Paraopeba.

À direita do Rio está um pequeno largo, tendo no meio a igreja que é pobre, e algumas casas pequenas distinguindo-se um prédio que é o melhor.

À margem esquerda está uma capela, dedicada à Santa Cruz, também pobre, e alguns pequenos prédios. Tem 2 ruas: a do largo que segue para os Henriques e a de Santa Cruz que segue para o Nhotim.<sup>69</sup>

#### Sobre a freguesia de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais, informava que

a povoação do arraial compõe-se de duzentos fogões e de almas regula de mil e tantas a duas mil e o distrito da freguesia cinco mil e tantas almas; o distrito da Capela Nova pertencente a esta freguesia até o presente mil e tantas almas, elevando o número de almas da freguesia a seis mil e tantas almas; parte desta freguesia compõe-se de matas e outra parte de campos de criar, compondo-se de fazendeiros, agricultores e criadores [...]. Exporta-se neste distrito milho, feijão, arroz, toucinho, azeite, polvilho, criação vaccum e cavalar; engenhos de cana tocados a água tem 5, e movidos a bois tem 4 e engenhocas particulares tem várias, deixando a maior parte destes possuidores de engenhos de cultivar a cana depois da grande geada de 1879.

[...]

Desta freguesia partem as cabeceiras do Rio S. Matheus, de Silveiras, Macaúbas, e Rio Manso, afluentes estes quatro rios do Rio Paraopeba, e cabeceiras do Rio Pará. O distrito da Capela Nova do Desterro, filial desta freguesia, compõe a maior parte de seu território de campos, e de alguma mata encostada tendo aí agricultores e criadores, e alguns negociantes na pequena povoação do arraial.<sup>70</sup>

#### Sobre São Gonçalo da Ponte,

<sup>67</sup> Pp. 331-332.

<sup>68</sup> P. 334.

<sup>69</sup> P. 336.

<sup>70</sup> P. 337.

serve de sede a esta freguesia o arraial de São Gonçalo que é cortado pelo majestoso e imponente Rio Paraopeba. [...] seu clima é um dos melhores que se conhece, não são poucas as pessoas que se contam terem vivido cento e tantos anos. O seu solo é ubérrimo e com vantagem produz tudo quanto se planta. Conquanto sua população não seja grande [...].

No distrito de São Gonçalo floresce de um modo admirável a indústria pastoril devido às excelentes pastagens, e há muito gosto na criação quanto à sua qualidade. Por este arraial transita um grande número de pessoas que d' oeste e parte do sul procuram a capital da província.<sup>71</sup>

Finalmente, sobre a recém criada freguesia de Nossa Senhora das Dores da Conquista, a publicação informava ter

uma população de, pouco mais ou menos de 2000 almas; os seus produtos mais importantes são: milho, feijão, arroz, mamona, cana, mandioca, batatas, algum fumo e algodão.

Nesta freguesia se exporta os seguintes gêneros: toucinho, açúcar, feijão, arroz, azeite, algodão e polvilho. Acha-se com algum desenvolvimento nesta freguesia a cultivação do vinho, tendo-se já feito algum, bem como os tecidos de algodão, fabricados por todos, e teares movidos por braços, os quais têm sido apreciados devido à firmeza das tintas.<sup>72</sup>

Ao longo dos nove anos finais da escravidão, os relatórios de presidente da província traziam, na seção “Elemento Servil”, os dados relativos à população cativa de cada município com os respectivos valores que a cada um cabia na quota do fundo de emancipação daquele ano.

Em sua *Falla à Assembléa Legislativa Provincial* de 1880, o presidente informava haver, em Bonfim, 4181 escravos (e 288849 em Minas Gerais)<sup>73</sup>, quantidades estas que também foram informadas na *Falla* de 1882<sup>74</sup>. Em 1883, a *Falla* mencionava 2919 escravos bonfinenses (e, na província, 311666)<sup>75</sup>. A *Falla* do ano seguinte, 1884, indicava, para Bonfim, 2466 cativos (e 298931 para Minas)<sup>76</sup>. Finalmente, o *Relatório* de 1887 trazia as seguintes cifras: 2792 para Bonfim e 286497 para a província<sup>77</sup>.

Essa série de dados para os anos 1880 seria uma ótima oportunidade para se analisar o comportamento da população escrava bonfinense nos anos imediatamente anteriores à abolição, bem como para comparar com os dados das décadas anteriores. Contudo, percebe-se que tais números apresentam algumas incongruências que dificultam seu uso.

<sup>71</sup> P. 340.

<sup>72</sup> P. 339.

<sup>73</sup> Pp. 25-26.

<sup>74</sup> Pp. 59-62.

<sup>75</sup> Pp. 65-68.

<sup>76</sup> Pp.62-66.

<sup>77</sup> Pp. 32-42.

Sobre esta série, é importante ponderar que os documentos não informam a fonte de onde tais dados haviam sido extraídos (provavelmente teriam sido informadas pelas juntas de classificação de cada município), nem a data das contagens e muito menos a quais freguesias ou distritos de paz as somas diziam respeito, mencionando apenas as cifras municipais. Essas omissões dificultam a contextualização dos números apresentados e possíveis correções para o uso na presente pesquisa. Contudo, é possível aventar algumas possibilidades de explicação em alguns casos.

É possível que as cifras apresentadas no relatório de 1880 estivessem defasadas e fossem relativas ao final da década de 1870. Logo, os dados apresentados em 1882, os mesmos de 1880, estariam ainda mais desatualizados.

Para Bonfim, a queda abrupta de 1880 para 1883 poderia ser explicada por tal defasagem e pelas alterações territoriais que o município sofreu no período. É possível cogitar que a cifra de 1880 ainda computasse dentro do município de Bonfim os dados da freguesia de Matheus Leme e dos distritos de Capela Nova do Desterro e Rio do Peixe, a primeira então pertencente ao município do Pará desde 1877 e o segundo e terceiro ao de Entre Rios desde 1878<sup>78</sup>. Os dados de 1883 em diante, por sua vez, provavelmente já teriam excluído as quantias de tais distritos e freguesia do somatório bonfinense. Ainda assim, a respeito do que já foi discutido acerca da escravidão no Brasil pós-1850 e mesmo dos dados já analisados para Bonfim, é estranho pensar que, entre 1884 e 1887, a população cativa bonfinense tenha aumentado em 326 pessoas, quando o mais esperado era que tivesse reduzido.

Para a província, o incremento de 22817 escravos entre 1880 e 1883 poderia ser explicado pelo intervalo de obtenção dos dados ainda contemplar o período final do tráfico interprovincial (suprimido para a província em dezembro de 1880).

Em vista do que foi acima discutido, para efeito de comparação com os dados das décadas anteriores, resolveu-se utilizar o dado informado no relatório de 1880 para representar o final da década de 1870 e início da de 1880 e, portanto, o último momento a permitir a comparação dos dados no mesmo limite territorial (a supracitada configuração administrativa bonfinense de 1873), como se vê no Gráfico 1.

O comportamento da população escrava bonfinense não seguiu uma trajetória de queda constante entre as décadas de 1830 e 1870, mas sim, passou por períodos de diminuição

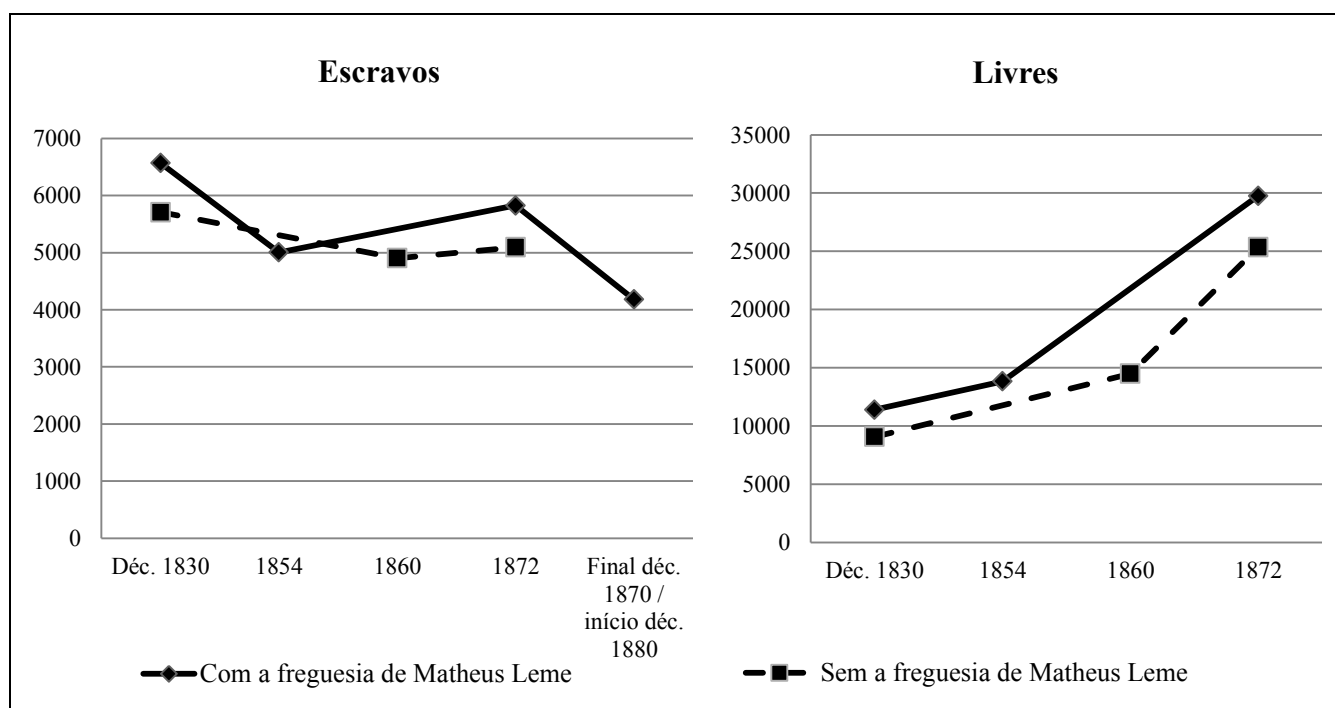
---

<sup>78</sup> Lei provincial n. 2.474 de 23 de outubro de 1878.

e aumento sem, contudo, chegar a se igualar à cifra dos anos 1830. Percebe-se tal aumento entre o final da década de 1850 e o início da de 1870.

Os dados para o início da década de 1880, embora menos precisos e confiáveis, indicam uma redução bastante acentuada (a maior verificada em todo o período) no número de escravos. Vale lembrar que, como anteriormente mencionado, a década de 1870 (e sua segunda metade, em especial), é apontada na historiografia como o auge das movimentações internas de cativos no período pós-1850. Além disso, a partir de 1871 a reposição por via natural deixara de ser um recurso disponível. Dessa forma, além do efeito da mortalidade e das manumissões, um possível incremento do tráfico e a impossibilidade da reprodução natural sobre aquela população são fatores cruciais para se compreender tal declínio.

**Gráfico 1 – Comportamento das populações livre e cativa bonfinenses entre as décadas de 1830 e 1880.**



Fonte: Tabela 5 e *Falla do Presidente da Província à Assembléa Legislativa Provincial* de 1880.

Ainda que no intervalo entre as décadas de 1830 e início da de 1880 observe-se uma diminuição da população escravizada, esta não foi esvaziada, tendo o município adentrado a década final da escravidão com uma quantidade de escravos ainda considerável.

A população livre, por sua vez, apresentou crescimento constante, tendo quase duplicado entre 1860 e 1872, o que pode ser um indício de que o incremento da população escrava bonfinense ao longo da década de 1860 poderia advir também de migrações de livres

com seus escravos para o município, além das novas aquisições, do crescimento natural ou mesmo de uma combinação dos três fatores.

A economia bonfinense, ao longo das cinco décadas em questão, girou em torno da produção agrícola (principalmente milho, feijão, arroz, mamona, cana, mandioca, batata e algodão), criação de animais (principalmente bois, porcos, carneiros e cavalos), além de atividades de transformação de tais matérias primas (destaque para os fios e panos de algodão, azeite de mamona, toucinho, polvilho, rapadura, açúcar e aguardente), produtos esses que variavam de importância de um distrito para o outro e destinavam-se ao mercado interno provincial e do Rio de Janeiro<sup>79</sup>.

Cláudia Martinez destaca que, na década de 1830, as atividades manuais e mecânicas e a agropecuária eram as principais atividades nas quais a população da província se ocupava (41,7 e 35,2 %, respectivamente). No caso da região de Bonfim, as atividades manuais e mecânicas destacavam-se ainda mais, empregando 54% da população, com a agropecuária correspondendo a 27,7%. Dentre aquelas atividades, o setor têxtil (principalmente fiação e tecelagem e trabalhos em tecidos), tradicionalmente empregador de mão de obra feminina, era o mais expressivo. Em 1872, o setor agrícola empregava 37% dos habitantes da província e 33,3% dos bonfinenses. Já nas profissões manuais ou mecânicas estavam ocupados 20,4% dos mineiros e 31,7% dos bonfinenses, sendo as atividades em tecidos e costura as principais da categoria. No censo, a diminuição do percentual de ocupados nas duas atividades está ligado ao crescimento de duas categorias, as “pessoas assalariadas” (15,1% na província e 10,9% em Bonfim) e o “serviço doméstico” (25,1 na província e 22,3 em Bonfim).<sup>80</sup> Como serviços domésticos eram atividades tradicionalmente femininas, é de se supor que parte daqueles arrolados nessa categoria também estivesse, de alguma forma, ligado à produção têxtil, o “maior ramo de atividade de transformação da província” durante o século XIX escravista<sup>81</sup>.

Martinez observa que os dados das listas nominativas da década de 1830 indicam a existência de escravos em 37% dos fogos da região do município de Bonfim, sendo que 78% dos inventários bonfinenses do período 1840/1888 por ela analisados eram de escravistas. A autora constata uma diminuição na média de escravos por inventário no período que compreende as cinco décadas finais da escravidão, passando de 8,1 nos anos 1840 para 5,0 na década de 1880. No tocante ao tamanho das posses, ela divide os fogos escravistas

---

<sup>79</sup> Ver também MARTINEZ, 2007, pp. 54-60 e 2014, pp. 69-77.

<sup>80</sup> MARTINEZ, 2014, pp. 72-79

<sup>81</sup> LIBBY, 1988, pp. 246-247.

bonfinenses em quatro grupos: pequenos proprietários (1 a 3 escravos), proprietários médios (4 a 10), grandes proprietários (11 a 35) e proprietários excepcionais (36 escravos ou mais), encontrando a seguinte situação:

- os pequenos proprietários, que na década de 1830 correspondiam à metade dos fogos e concentravam 13% dos escravos, no período 1840/1888 equivaliam a 45% dos inventários e abarcavam 12% dos cativos;
- os proprietários medianos, equivalentes a 33% dos fogos e 29% dos escravos na década de 1830, correspondiam a 34% dos inventários e 30% dos cativos entre 1840 e 1888;
- os grandes proprietários englobavam 15% dos fogos e 38% dos escravos nos anos 1830 e, entre 1840 e 1888, 19% dos inventários e 47% dos cativos;
- os proprietários excepcionais, 2% dos fogos na década de 1830 e dos inventários no período 1840/1888, possuíam 20% dos cativos no primeiro momento e 11% no segundo.<sup>82</sup>

Logo, nota-se uma concentração da mão de obra escravizada em uma pequena parcela da sociedade, além de uma possível redução no tamanho das posses excepcionais entre 1840 e 1888, convertendo muitos proprietários excepcionais em grandes proprietários.

A respeito do peso da escravidão para a economia bonfinense, Martinez conclui que a posse de escravos representou, até o final da década de 1870, o principal item de riqueza da sociedade bonfinense, sendo que o valor dos escravos costumava corresponder a porcentagens mais altas do monte mor dos setores menos abastados.<sup>83</sup>

Diante do cenário analisado, quais teriam sido então os impactos do tráfico interno na economia e população cativa bonfinense? E, principalmente, como teria se organizado o mercado de escravos local de forma a atender às demandas local e externa?

Os capítulos seguintes buscam caracterizar o mercado de escravos bonfinense entre as décadas de 1840 e 1880, compreender seu funcionamento ao longo daquele período e identificar seus principais atores e suas lógicas e estratégias de atuação, além de delinear as conexões estabelecidas entre Bonfim e demais localidades da província e do Império no tocante ao comércio de cativos.

---

<sup>82</sup> MARTINEZ, 2014, pp. 96, 134-136.

<sup>83</sup> Ibid., pp. 260-262.



## Capítulo 2:

### O mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (1842-1888)

#### O que Rui Barbosa não queimou, a burocracia preservou: fontes e procedimentos metodológicos utilizados, suas potencialidades e limites

À medida que corria o século XIX, o Estado Imperial Brasileiro procurava fazer-se cada vez mais presente no cotidiano das pessoas. Visando uma maior eficiência na arrecadação de impostos, evitando assim as perdas de receita oriundas da sonegação, os governos imperial e provinciais buscaram implementar uma série de medidas de modo a acompanhar e mediar as relações socioeconômicas mantidas entre os habitantes, mesmo nas mais remotas localidades do vasto império. Afinal, para se administrar o jovem país, era imprescindível conhecer minimamente o território e os habitantes e suas atividades. A partir de 1850, o processo de modernização da legislação econômica e das instituições do Império favoreceu ainda mais a tomada das rédeas, por parte do Estado, de assuntos que até então pertenciam à esfera privada. Assim, se a Lei de Terras, de 1850, a Lei do Ventre Livre, de 1871, e a própria Lei Áurea, de 1888, representaram momentos de grande interferência do Estado em questões ligadas à propriedade privada, é possível citar várias outras leis cuja interferência estatal se fez presente. As transações comerciais envolvendo transferências de bens privados, por exemplo, cuja legitimidade até então os acordos particulares garantiam, passaram gradativamente a necessitar de registros públicos para possuírem validade.<sup>84</sup>

A Lei nº 840, de 15/09/1855, em seu artigo 11, determinava que “a compra e venda de bens de raiz, cujo valor exceder de duzentos mil réis, será feita por escritura pública sob pena de nulidade”<sup>85</sup>. Até então, para ter validade perante a lei, bastava o contrato particular firmado entre as partes. Tal determinação foi estendida à compra e venda de escravos de qualquer valor pela Lei nº 1114, de 27/09/1860, em seu artigo 12, parágrafo sétimo, e Decreto nº 2699, de 28/11/1860. A partir de 1874, passou a ser necessário o registro em cartório também das procurações (conforme Decreto nº 5737, de 02/09/1874, artigo 98, parágrafos primeiro e segundo).

---

<sup>84</sup> ALENCASTRO, 2011; COSENTINO, 2014; MARTINS, 1990; SCHEFFER, 2013.

<sup>85</sup> SLENES, 1985, p. 192.

Como discutido por Robert Slenes, embora muitos documentos que seriam fontes extraordinárias para se estudar a escravidão no Brasil Imperial tenham sido deliberadamente destruídos, ainda é possível encontrar muitos deles que sobreviveram graças à atividade burocrática de guardar uma cópia dos mesmos em outras repartições públicas, como os cartórios<sup>86</sup>.

Uma das mais antigas e importantes na história da humanidade (vide a onipresença da figura do escriba nas mais diversas sociedades da Antiguidade), a atividade notarial no Brasil, segundo Deoclécio Macedo, ramificou-se da portuguesa, regendo-se, até a Independência, pela legislação geral do Reino, contida nas Ordenações (as Ordenações Filipinas continuaram vigentes no Brasil monárquico por meio do Decreto de 20 de outubro de 1823), por leis extravagantes e por leis específicas para a colônia. A Lei de 11 de outubro de 1827, que aboliu a propriedade dos ofícios, transformando-a em serventia vitalícia, teria sido então a primeira brasileira a dizer respeito ao notariado. A ela seguiram-se várias outras, consolidadas pelo Decreto nº 9.420, de 28 de abril de 1885, e respectivo regulamento, que é considerado o primeiro Código de Notariado Brasileiro.<sup>87</sup>

Em que pese o precário estado de conservação dos livros cartoriais bonfinenses e a ausência de alguns volumes, deixando lacunas, a documentação localizada permite cobrir todos os anos do período em questão, 1842 a 1888, excetuando-se apenas o de 1857, que não está contemplado no intervalo de nenhum dos livros utilizados<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> SLENES, 1983; 1985. Embora a legislação vigente no período não especificasse, de forma clara, o caráter público das atividades notariais, o Livro 1º das Ordenações Filipinas em seus títulos 80 e 94 assim o sugeria. Além disso, em 1870, Candido Mendes de Almeida, advogado na Corte, observou que “entre nós o tabelião era, e ainda é, o empregado público encarregado de lavrar os contratos entre particulares, e diferentes atos judiciais, a que por utilidade pública a lei presta fê e considera sua interferência como prova de tais atos. [...] É o governo geral quem os nomeia mediante um concurso, menos na província de Minas Gerais, onde uma lei peculiar, ainda não revogada, confere este direito ao Presidente da Província. [...] Por escritura se entende todo o ato ou instrumento público ou particular. Concorrendo funcionário público para lavrá-las, elas se tornam públicas e autênticas.” (ALMEIDA, 1870, pp. 179-180). Para maiores informações, ver ALMEIDA, Candido Mendes de. *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d’El-Rey D. Philippe I.* Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

<sup>87</sup> MACEDO, 2007, p. 16.

<sup>88</sup> Os livros cartoriais existentes no APMB, a grande maioria em estado de conservação lastimável, encontram-se misturados a um grande volume de outros documentos ainda não catalogados e em péssimo estado de conservação. Entre os Livros de Notas, constata-se a ausência de vários volumes, sobretudo do 2º Ofício, que podem ter se perdido ou mesmo se deteriorado em período anterior ou posterior à sua chegada à instituição, em 1997, já que os cartórios da cidade informaram que todo o acervo referente ao século XIX havia sido encaminhado ao arquivo. Em virtude de não mais fazerem parte da Comarca de Bonfim há muitos anos, os demais distritos de paz que compunham o município não tiveram seus Livros de Notas recolhidos ao arquivo. Na tentativa de localizá-los, procurei nos cartórios das cidades de Piracema (antigo distrito do Rio do Peixe), Itatiaiuçu e Mateus Leme mas, além de tais documentos não se encontrarem nas instituições, os funcionários não souberam dizer para onde teriam sido recolhidos e nem mesmo se algum dia eles ali estiveram.

De um modo geral, apenas a partir de 1861 se verifica um maior volume das escrituras e, no caso das procurações, a partir de 1875, visto que até essas datas a legislação vigente não previa a obrigatoriedade de tais registros em cartório. Em virtude disso, poder-se-ia encurtar a análise às três décadas finais da escravidão, compreendendo o período 1861-1888, para o qual há uma cobertura mais ampla e sistemática das fontes, além de estar compreendido completamente num momento pós-abolição do tráfico atlântico<sup>89</sup>. Contudo, optou-se por utilizar também os lançamentos dos anos 1840 e 1850 visando ampliar a quantidade de registros no banco de dados e permitir tecer comparações acerca das transações comerciais envolvendo a mercadoria cativa em Bonfim nos últimos oito anos de vigência do tráfico atlântico, na década posterior à abolição do mesmo e nas três décadas finais da escravidão.

Se, até 1860, o registro em cartório de escrituras de compra e venda de escravos não era obrigatório e, por isso, a quantidade de transações registradas teria, obviamente, sido menor, mesmo a partir de 1861 há que se considerar, principalmente nas transações realizadas entre pessoas de convívio próximo e em locais mais afastados, a possibilidade do sub-registro, ou seja, negociações efetuadas sem a lavra da documentação cartorial, por motivos de falta de tempo ou oportunidade de acesso ao cartório ou mesmo visando fugir do pagamento dos devidos impostos. Entre os próprios documentos analisados, foram localizadas algumas escrituras lavradas anos após a concretização da negociação, em geral, alegando “esquecimento”. Com a documentação disponível, não é possível mensurar tal sub-registro mas, entre as escrituras e procurações, acredita-se que nas segundas ele se fizesse menos presente, uma vez que, normalmente destinadas às transações de longa distância realizadas por terceiros, a necessidade de portar um documento oficial legitimando a posse do cativo se faria mais necessária.

O registro em cartório de títulos de liberdade, embora não obrigatório, era um recurso que trazia segurança jurídica tanto ao senhor quanto ao liberto, ao formalizar acordos firmados entre ambos. Se, para o liberto, servia como prova fidedigna da vontade do ex-senhor e buscava evitar futuras manobras, principalmente por parte de herdeiros deste, que viessem contestar a alforria, era uma garantia importante de sua condição de não-escravizável perante aquela sociedade escravista. Para o ex-proprietário, era importante garantir que sua vontade fosse cumprida mesmo em sua ausência, além de assegurar que as condições

---

<sup>89</sup> Estratégia utilizada por MOTTA, 2012 e ROSSINI, 2015.

acordadas para a concretização fossem cumpridas visto que, caso não fossem, a alforria poderia não acontecer.<sup>90</sup>

*Nos livros de Notas bonfinenses foi localizado um único registro de revogação de alforria. No documento, datado de 01/02/1854, o senhor, já em “idade avançada”, se dizia muito arrependido e “temeroso de ir para o inferno” por ter concedido alforria a duas escravas, por alegar que tal ato teria resultado de uma manobra para o mesmo evitar o pagamento de dívidas, alegando ainda que as cativas não estariam cumprindo as condições impostas na carta. Manoel José de Lima, morador do distrito do Brumado, “por este público instrumento e sem constrangimento de pessoa alguma, revoga e revogado tem as cartas de liberdade condicional que ele e sua mulher passaram às suas escravas Izabel e Eugenia, porque revolvendo sua consciência o não podia fazer, pois que aceleradamente sem imaginar o prejuízo que causava a seus credores, e a má vontade que tinha de pagar a seu credor Antonio Martins de Aguiar, o qual lhe atropelava por justiça; fato este que o levou a passar as ditas cartas com fraude e má fé, pois que todos os seus bens achavam-se obrigados a diversas penhoras; além disto, declara ele debaixo de juramento de sua consciência nunca teve cópula carnal com sua escrava Urçula, e por isso é falso e fraudulenta a declaração que ele e sua mulher fizeram que as escravas Izabel e Eugenia eram suas filhas; declaração esta que ele dito Manoel José de Lima e sua mulher fizeram por conselho de Letrado, que era o único meio que o podia salvar de ficar sem suas escravas, e ele revogante, acreditando neste conselho, fez passar as referidas cartas por Faustino Gomes Leite. Hoje, porém, que livre de cólera, pensa que este negócio com fraude o pode levar ao Inferno, vem fazer pela presente escritura declarar sem efeito algum as sobreditas cartas; tanto porque ela [sic] foi condicionalmente além da fraude que as referidas escravas ficariam em nossas companhias até nossas mortes, e que só depois de verificadas ambas gozariam de liberdade, condição esta que as referidas escravas, abusando da avançada idade dele revogante e de sua mulher, logo principiaram a não querer servi-los com aquele amor e caridade que deviam servir, e por isso, excetuando as razões já ditas as julga não merecer o benefício; e por este público instrumento declara sem efeito as liberdades conferidas às sobreditas escravas”.*<sup>91</sup>

Em geral, observa-se que o registro poderia ser feito logo no ato da produção da carta ou mesmo anos e até décadas depois disso, sendo essa última prática mais comum nos casos de libertações que envolviam o cumprimento de alguma condição. Embora, na maioria das vezes, essa diferença entre as datas da redação do título e de seu registro em cartório não excedesse a cinco anos, há alguns casos, sobretudo nos anos 1840 e 1850 em que a carta só foi registrada décadas depois de passada. Poucos foram os casos que permitem saber se,

<sup>90</sup> Embora a possibilidade de o senhor pleitear a revogação da alforria já concedida alegando “ingratidão” por parte do liberto tenha sido extinta pela Lei do Ventre Livre, de 1871, as alforrias condicionais ainda traziam a possibilidade de revogação, visto que, por se tratar de um “contrato” entre as partes, a mesma não entraria em vigor caso o libertando não cumprisse com todas as obrigações estipuladas. A esse respeito ver, principalmente, RIBEIRO, 2011; CHALHOUB, 1990; MATTOSO, 2003.

<sup>91</sup> APMB, Livro 3º de Notas do 2º Tabelião, fls. 32-32v.

quando do registro, a condição para a alforria (normalmente a morte dos senhores) já havia sido cumprida e se o escravo já se encontrava em gozo pleno de sua liberdade, embora pareça ser bastante provável que sim. Torna-se importante destacar, por isso, que foi considerada, para efeito de cômputo, a data do registro em cartório.

*Dois casos chamam atenção por terem as cartas sido registradas quase três décadas após sua redação. O primeiro resulta do processo de quartamento de Lucia cabra, havida por herança dos falecidos pais de Roza Maria de Jesus e Queiroz, avaliada em Rs 200\$000 pelos louvados no inventário. Pela “candura com que prestava em servir à senhora”, esta acordou quartá-la pela quantia de Rs 115\$200, que deveriam ser pagos no prazo de 6 anos. Contudo, além de pagar a dita quantia, Lucia ainda teria a obrigação de residir na companhia da senhora, ficando, “todo o mais acréscimo em compensação de alguns serviços que lhe fizer e trato de enfermidades que possam ocorrer”. Tal acordo foi redigido e firmado a rogo da senhora na Fazenda das Águas Claras, aplicação do Senhor do Bonfim, aos 05/09/1824, mas seria registrado em cartório quase 25 anos depois, em 11/07/1849, por Antonio Lucio, filho de Lucia. No registro, foram transcritos os seguintes recibos de pagamento da conta de quartamento: Rs 1\$920 em 07/09/1824; R\$ 2\$000 em 15/05/1825; Rs 21\$300 em 03/11/1825. Desse caso ficam algumas questões. Teria Lucia sido obrigada a esperar por 25 anos para ser libertada (se é que de fato chegou a gozar de liberdade, visto que, embora não constasse sua idade no papel de quartamento, quando do registro é mencionado que as duas testemunhas que redigiram a carta já haviam falecido)? Ou aquele registro, tantos anos depois, teria sido motivado por uma necessidade de Antonio em provar que não era cativo? A quantia paga que consta nos recibos é bastante inferior à pedida pela senhora no papel de quartamento. O restante do valor teria sido perdoado pela senhora ou abatido do período que a escrava teve que continuar em sua companhia? O outro caso é o da menina parda Joanna, então com sete anos de idade quando, aos 30/01/1830, em Bonfim, firmaram seu título de liberdade seus senhores Joaquim Guedes da Rocha e sua mulher, Leonarda Maria de Jezus, que, “em razão de ser nossa afilhada lhe temos amor e queremos libertar de toda escravidão como se o fora de ventre livre”. Contudo, o documento informava ainda que Joanna “nunca poderá gozar desta graça senão depois que souber cozer, tecer e mais circunstâncias que andam anexas a uma mulher, uma vez que queremos tome estado e não viva sem obediência. Depois de uma inteira cultura moral para saber viver e aproveitar-se de todas as instruções terá lugar a liberdade, que de benevolência lhe passamos e não queremos aproveitarmos de serviço algum dela, sim em benefício seu”. O registro desse título ocorreu somente após quase 27 anos, em 25/08/1856. Novamente a dúvida: teria sido necessário a Joanna esperar quase três décadas para se ver inteiramente livre ou aquele registro visava atender alguma necessidade presente da mesma em provar que era forra?<sup>92</sup>*

Os dados extraídos das fontes supracitadas permitiram montar, no programa Microsoft Excel, um banco de dados composto por 514 registros, dizendo respeito a 817 pessoas

<sup>92</sup> APMB, [Livro 1º de Notas do 1º Tabelião da Villa do Bomfim], fls. 73v-75 e Livro 4º de Notas do 2º Tabelião, fls. 35v-36.

escravizadas<sup>93</sup> e 22 ingênuos<sup>94</sup>. Apartando-se os 256 escravos alforriados, que aparecem em 157 registros, têm-se 357 transações comerciais envolvendo 561 cativos e 22 ingênuos<sup>95</sup>.

As informações constantes nos documentos foram coletadas de forma a preencher os campos do banco de dados (APÊNDICE A), sendo agrupadas de acordo com as seguintes categorias:

1. No caso das escrituras:

- Dados do Documento (livro, folha, data, local e tipo de transação)
- Dados do Transmitente (nome, local onde mora, nome do procurador e local onde mora o procurador)
- Dados do Adquirente (nome, local onde mora, nome do procurador e local onde mora o procurador)
- Dados da Matrícula (número na matrícula geral, data da matrícula, local da matrícula, número da relação, número de ordem na relação e nome do responsável pela matrícula)<sup>96</sup>
- Dados do Escravo (nome, cor, idade, nacionalidade/naturalidade, sexo, filiação, estado conjugal, aptidão para o trabalho e ofício)
- Dados financeiros (valor do escravo e impostos pagos, ambos expressos em réis)
- Observações (forma de pagamento e demais informações presentes no documento sobre a transação ou sobre os envolvidos)

2. No caso das procurações:

- Dados do Documento (livro, folha, data, local e finalidade da procuração)
- Dados do Outorgante (nome e local onde mora)
- Dados do Outorgado (nome e local onde mora)

<sup>93</sup> Tal quantidade corresponde a 14% da população escrava bonfinense em 1872.

<sup>94</sup> O termo “ingênuo” designava os filhos de mulher escrava nascidos após a promulgação da Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871 que, embora não fossem legalmente considerados escravos, também não eram plenamente livres, uma vez que a lei previa que seus serviços poderiam ser explorados pelos senhores de suas mães até que completassem a idade de 21 anos a título de indenização das despesas com sua criação.

<sup>95</sup> Algumas pessoas aparecem sendo comercializadas em mais de uma negociação. Nestes casos, optou-se por considerá-los como sendo um novo indivíduo e uma nova escritura, visto que se tratava de uma nova negociação e, portanto, de um novo registro (FLAUSINO, 2006, p. 125). Além disso, entende-se que, no período decorrido entre tais transações, várias características do cativo poderiam ter se alterado, por exemplo o preço, a idade, o estado conjugal, a aquisição de algum ofício ou mesmo o nascimento de algum ingênuo que passaria a acompanhar a mãe.

<sup>96</sup> Informações disponíveis somente a partir de 1871, devido à obrigatoriedade, instituída pela supracitada Lei nº 2040, de os senhores matricularem seus escravos e ingênuos, em formulários específicos nas coletorias municipais, para a oficialização da propriedade (ver ANEXOS D e F).

- Dados do Adquirente/Transmitente do escravo (tipo de transação, nome e local onde mora)
- Dados da Matrícula (número na matrícula geral, data da matrícula, local da matrícula, número da relação, número de ordem na relação e nome do responsável pela matrícula)
- Dados do Escravo (nome, cor, idade, nacionalidade/naturalidade, sexo, filiação, estado conjugal, aptidão para o trabalho e ofício)
- Dados financeiros (valor do escravo e impostos pagos, ambos expressos em réis)
- Observações (demais informações presentes no documento sobre a transação ou sobre os envolvidos)

3. No caso das alforrias:

- Dados do Documento (livro, folha, data do registro em cartório, local do registro, data da carta original, local onde foi passada a carta original, condição e motivo da alforria)
- Dados do senhor (nome e local onde mora)
- Dados da Matrícula (número na matrícula geral, data da matrícula, local da matrícula, número da relação, número de ordem na relação e nome do responsável pela matrícula)
- Dados do Escravo (nome, cor, idade, nacionalidade/naturalidade, sexo, filiação, estado conjugal, aptidão para o trabalho, ofício e valor expresso em réis)
- Observações (demais informações presentes no documento sobre a alforria ou sobre os envolvidos)

Percebe-se, que, guardadas as peculiaridades de cada um, nos três tipos de documentos notariais podem ser encontrados os dados básicos a respeito do escravo e de seu senhor. Contudo, escrituras, procurações e alforrias trazem, nessa ordem, maior riqueza de informações, conforme será discutido adiante.

Como salienta Rafael Scheffer, no tocante ao estudo das negociações de escravos, escrituras e procurações apresentam um caráter complementar, uma vez que uma possibilita contornar parcialmente as limitações da outra.<sup>97</sup>

Neste sentido, a principal limitação das escrituras de compra e venda residiria na sub-representação das transações realizadas entre pessoas de diferentes localidades, uma vez que apenas uma transação seria registrada: ou a saída ou a chegada do escravo. Quanto às procurações, a principal limitação diz respeito à impossibilidade de saber, em muitos dos casos, se a intenção que motivou a produção de tal documento foi de fato concretizada e, se foi, como, por quem e onde.

A seguir é reproduzido um caso cujos próprios documentos, quando analisados de forma sequencial e entrecruzada, fornecem pistas para contornar as lacunas inerentes à fonte, além de trazerem uma série de indícios interessantes para se conhecer os meandros de tais negociações.

Em 14/06/1876, Antonio Alves Parreiras, residente em Bonfim, constituiu seu legítimo procurador Francisco Baeta Neves, também residente em Bonfim, para vender ao Dr. Pedro Ribeiro de Andrade, residente na província do Rio de Janeiro, seus escravos pretos Miguel, Faustina e Salatiel, acompanhados dos ingênuos José e Antonio, os cinco matriculados na Coletoria de Bonfim em 16/05/1872.

O documento não continha mais informações, de modo que não se sabe quem seria o pai dos ingênuos (a mãe, embora não mencionado na procuração, deveria ser Faustina, considerando-se a legislação vigente<sup>98</sup>). Contudo, esta não é a principal lacuna dessa transação. Teria o procurador conseguido realizar a viagem e concretizar o negócio? Teriam os escravos e ingênuos chegado ao Rio de Janeiro? Teria o Dr. Pedro se interessado pelo negócio? Em caso de resposta negativa a alguma dessas perguntas, o que teria feito o procurador (que certamente deveria ter comprado os escravos para revender no Rio e se utilizado da procuração para fugir do pagamento dos impostos<sup>99</sup>)?

---

<sup>97</sup> SCHEFFER, 2013.

<sup>98</sup> O parágrafo quinto do artigo primeiro da Lei nº 2040, de 28/09/1871 (também conhecida como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco) proibia a separação de filhos menores de 12 anos de suas mães em caso de alienação destas.

<sup>99</sup> A respeito desta tática comum entre os negociantes de escravos do período, ver principalmente CHALHOUB, 1990 e SLENES, 1986.



Dois meses e meio depois, em 29 de agosto, o mesmo grupo de escravos e ingênuos apareceu numa outra procuração cujo outorgante era o mesmo Parreiras. O outorgado, por sua vez, era a firma Marinho & Bebiano, da província do Rio de Janeiro. A procuração, que confirmava que Miguel e Faustina eram os pais dos ingênuos<sup>100</sup>, destinava-se a *passar escritura de venda dos escravos* e ainda mencionava Francisco de Paula Almeida, também residente na província do Rio, como sendo o comprador dos cativos.

Se seria passada uma escritura, infere-se que a venda havia sido concretizada. Entretanto, uma vez que em nenhum momento consta ter sido revogada a primeira procuração, o que teria motivado a expedição de uma segunda mencionando comprador e procurador diferentes da anterior?

No mesmo livro existem outras três procurações, datadas de 15 e 16 de junho, autorizando o mesmo Baeta Neves a vender ao supradito Dr. Pedro Ribeiro outros escravos de proprietários bonfinenses. Confrontando-as com as duas acima mencionadas, percebem-se sutis detalhes que possibilitam concluir o raciocínio a respeito de como teriam se passado os fatos.

Chegando Neves ao Rio com o lote de cativos (possivelmente encomendados) e, não querendo ou não podendo o Dr. Pedro adquirir todos eles (ou mesmo nenhum), para que não tivesse prejuízo o comerciante teria buscado outros compradores que se interessassem em adquiri-los, pedindo auxílio, para isso, a negociantes locais com os quais mantinha relações, possivelmente oferecendo em troca parte dos lucros que obteria pela venda, ou ainda vendendo informalmente os escravos a algum negociante que teria compradores certos para eles. A firma Marinho & Bebiano, sabendo de comprador interessado, teria assumido as responsabilidades referentes à concretização do negócio e aos procedimentos burocráticos de sua formalização. Para tanto, seria necessária uma nova procuração, uma vez que, diferentemente do conjunto das três procurações supracitadas, que informavam que o procurador poderia vender os escravos *ao dito Ribeiro ou a qualquer outra pessoa*, aquela primeira passada por Parreiras não mencionava tal possibilidade, nem mesmo a de substabelecimento por parte do procurador.<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> Tratava-se, portanto, da venda de uma família inteira, composta ao menos por pai, mãe e filhos. A idade e a posição de Salatiel nessa família não são especificadas nos documentos, mas, se a ela pertencia, pode-se especular que talvez fosse irmão ou mesmo tio dos ingênuos.

<sup>101</sup> APMB, *Livro 2º para Procurações do 2º Tabelião*, fls. 97-100v e *Livro 3º para Procurações do 2º Tabelião*, fls. 11-11v.

Buscando ampliar e enriquecer o banco de dados, acumulando mais informações a respeito dos escravos bonfinenses, foram incorporadas à pesquisa, como documentos auxiliares, as cartas de liberdade registradas nos livros de notas dos cartórios. Frise-se que, ao trabalhar com tais fontes, esta pesquisa não tem como objetivo desenvolver um estudo sobre as alforrias em Bonfim, mas sim empreender uma melhor compreensão a respeito do funcionamento do mercado bonfinense de cativos e das estratégias senhoriais quando da cessão de um escravo, uma vez que alforriar significava, ao menos teoricamente, perder um trabalhador escravizado.

### **Perfis das negociações e dos escravos negociados**

Tendo em vista que esta pesquisa centra-se na análise do mercado de escravos de Bonfim, esta seção considerará apenas os registros de escravos que participaram de algum tipo de transação comercial. Dessa forma, serão utilizados aqui unicamente os dados oriundos das escrituras e das procurações. Os dados relativos às alforrias, quando utilizados, como, por exemplo, quando da análise dos preços, serão mencionados e apresentados à parte.

Assim sendo, o universo em tela compõe-se das acima mencionadas 357 transações comerciais envolvendo 561 cativos e 22 ingênuos, dos quais 402 escravos e 11 ingênuos são mencionados nas 237 escrituras e 159 escravos e 11 ingênuos aparecem em 120 procurações.

As supraditas escrituras movimentaram a considerável quantia de, pelo menos, Rs 225:064\$222 (duzentos e vinte e cinco contos, sessenta e quatro mil, duzentos e vinte e dois réis), possibilitando a arrecadação de, pelo menos, Rs 8:257\$157 (oito contos, duzentos e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e sete réis) em impostos.

Infelizmente, tais cifras são impossíveis de se calcular no caso das procurações, uma vez que apenas três delas trazem os dados financeiros das negociações. No caso das escrituras, essa taxa de não informação foi bem menor mas, mesmo assim, 108 escravos não tiveram seu valor declarado e seis transações, anteriores à década de 1860, não mencionavam o valor pago em impostos.

Os impostos em questão eram a Meia Sisa, referente à transferência de propriedade dos escravos, e os Novos e Velhos Direitos Provinciais, cobrados para se passar qualquer escritura. O primeiro, criado pelo Alvará de 03/06/1809, derivava da Sisa, o imposto de 10% sobre a transferência de propriedade. Como o nome indica, a Meia Sisa correspondia a 5% do

valor do escravo ladino comprado, vendido ou doado, e deveria ser paga quando da transação, sob pena de nulidade da mesma. Ao longo dos anos, observando a prática comum de se informar um valor menor da transação para diminuir o valor do imposto pago, as autoridades fixaram, por meio do Decreto nº 2699, de 28/11/1860, o valor de Rs 40\$000 por escravo para o imposto. Entretanto, nos registros analisados nesta pesquisa, constatou-se que, nas transações cujo valor ultrapassava Rs 1:000\$000, o imposto era cobrado no valor de Rs 50\$000; já nas transações abaixo daquele valor, a meia sisa era cobrada na quantia de 5% do valor do escravo. Por sua vez, os Novos e Velhos Direitos Provinciais, que passaram a ser mencionados nos registros a partir de 1860, diziam respeito ao valor fixo de Rs 1\$080 por escritura, independente da quantidade de escravos. A partir de 1873, o valor do imposto passou a variar, de acordo com o valor da transação, sendo cobrada a quantia mínima de Rs 2\$000. Embora a legislação não estipulasse a quem caberia o pagamento desses impostos, na maioria das vezes eles eram pagos pelo adquirente.

As principais negociações registradas em cartório por meio de escrituras foram as transações de compra e venda simples<sup>102</sup>. Contudo, o comércio de mão de obra escravizada em Bonfim envolveu também as modalidades de penhor, hipoteca, venda condicional (ou “a retro”), troca, aluguel (“ajustamento” ou “engajamento”) e doação. Tais transações podiam envolver escravos “inteiros”, apenas “partes” do valor dos mesmos<sup>103</sup> ou ainda o usufruto do escravo ou de parte dele<sup>104</sup>.

No caso das procurações, os mesmos tipos de transações podem ser observados, sendo a procuração apenas um instrumento para se concretizá-las ou oficializá-las.

---

<sup>102</sup> Lembrando que toda transação de compra é, também, uma transação de venda, de acordo com o referencial (transmitente ou adquirente). Em relação às escrituras, optou-se por utilizar unicamente o termo “venda” (ou seja, adotando como referencial o transmitente, fosse ele bonfinense ou não) por assim vir mencionado nos documentos (“escritura de venda do escravo [...] que fazem...”). No caso das procurações, o referencial adotado é o outorgante, logo foram individualizadas as transações de compra, venda e compra e venda.

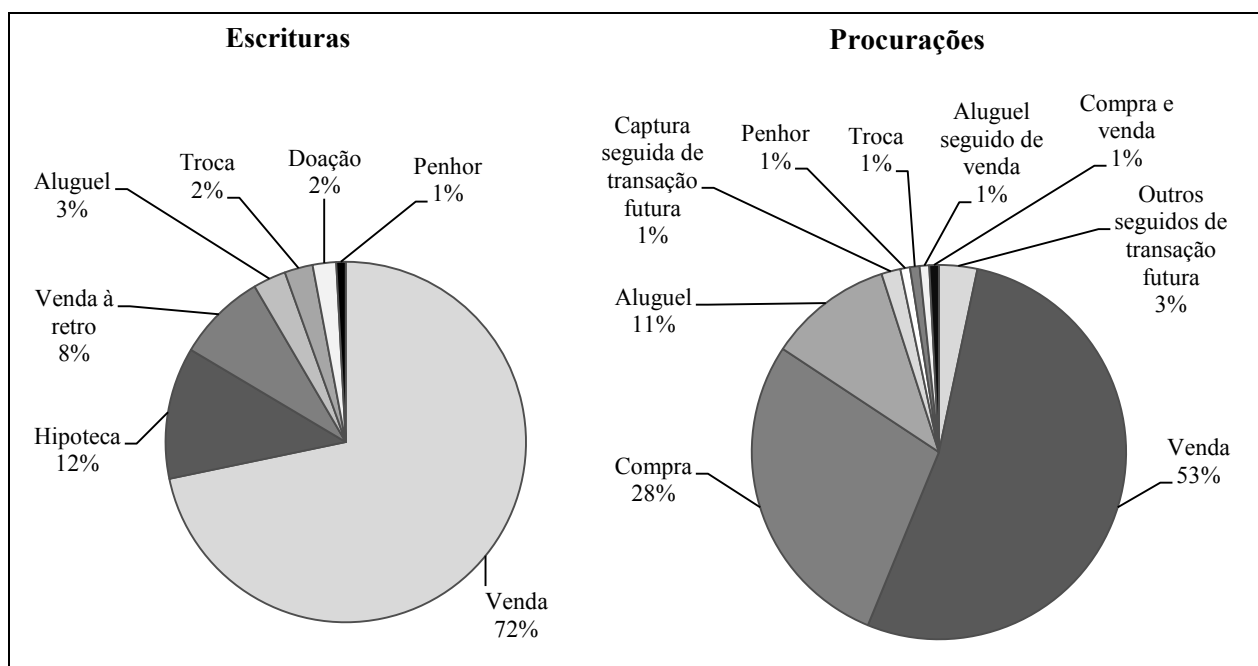
<sup>103</sup> Muitos senhores possuíam apenas uma fração ideal do valor do escravo, podendo essa parte ser a metade, um terço etc, de acordo com a quantidade de proprietários que formavam o condomínio. Isso era bastante frequente, sobretudo em escravos havidos por herança. Algumas das transações analisadas visavam justamente reunir, nas mãos de um único proprietário, tais partes em comum.

<sup>104</sup> Alguns senhores possuíam apenas o direito ao usufruto do escravo, ou seja, tinham direito apenas ao trabalho do cativo durante um determinado período. Isso era mais comum em escravos havidos por herança que haviam sido quartados ou libertados condicionalmente e cuja condição seria prestar serviços a alguém durante algum período. Também havia a possibilidade, após a Lei do Ventre Livre, de se explorar os serviços dos ingênuos. Dessa forma, ao comercializar o usufruto de um escravo, estava-se comercializando apenas o período de tempo que aquele indivíduo estava obrigado por lei a trabalhar em benefício de outrem.

Devido a essa variedade de transações, como mostra o Gráfico 2, percebe-se que usar nesta pesquisa os termos “vendedor” e “comprador” para se referir aos envolvidos nas negociações não seria o mais adequado.

Independente do tipo de transação comercial efetuada, tem-se um indivíduo que oferece algo, ou seja, um transmitente, e outro, o adquirente, que recebe aquilo que o primeiro ofertou. Logo, serão empregados os termos “transmitente” e “adquirente” para os indivíduos que, respectivamente, disponibilizaram e receberam os escravos. No caso das procurações, a pessoa que passa a procuração, ou seja, aquele que está transferindo poderes a outrem, será doravante chamada “outorgante”, enquanto a pessoa investida de poderes por meio da procuração será denominada “outorgado procurador” ou, simplesmente, “outorgado” ou “procurador”.

**Gráfico 2 – Tipos de transações comerciais registradas nas escrituras e procurações:  
Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.**



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Penhores, hipotecas e vendas condicionais funcionavam basicamente da mesma forma: no ato do contrato as partes acordavam um prazo para o dono do escravo pagar determinada quantia, acrescida dos juros gerados conforme taxa de juros estipulada. Normalmente não se fazia de imediato a transferência de propriedade, que poderia ocorrer apenas no caso de as condições de pagamento previamente acordadas no contrato não serem satisfeitas. No ato do

contrato pagava-se o imposto de Novos e Velhos Direitos e, caso a transferência definitiva de propriedade se concretizasse, seria necessário pagar também o imposto de meia sisa ou 5%.

A diferença básica entre essas modalidades de negócio residia no fato de que, enquanto o penhor e a hipoteca se destinavam a fazer capital de giro, servindo como garantia para um empréstimo, a venda a retro funcionava como uma espécie de negociação de dívidas. Ou seja, um escravo hipotecado ou penhorado, que não poderia ser alienado por vias legais, funcionava como uma segurança, para o credor, de que o devedor teria condições de honrar o pagamento daquela dívida a ser contraída. Já o escravo vendido condicionalmente ficaria cedido compulsoriamente ao credor caso o devedor não conseguisse pagar a dívida no tempo estipulado.<sup>105</sup>

As trocas registradas em Bonfim, embora fossem poucas e não mencionassem o motivo do negócio (visto que, normalmente envolviam escravos ou bens de mesmo valor), estiveram relacionadas, basicamente, a duas finalidades: reunir as partes de escravos havidos em comum com outros herdeiros ou efetuar negociações futuras com aquele escravo. Nesse último caso, é possível que o proponente da troca, soubesse, de antemão, de alguém interessado em adquirir um escravo com determinadas características. Outros dois interesses senhoriais poderiam motivar a troca: adquirir um escravo com determinada habilidade ou promover a reprodução das posses.<sup>106</sup>

As partes envolvidas nas doações possuíam, invariavelmente, algum vínculo de parentesco.

Ajustamentos costumavam funcionar da seguinte forma: em geral, locador e locatário acordavam em contrato um valor e um período pelo qual o cativo seria alugado. Do valor acordado, seriam descontados os dias que, por doença, “vadiagem” ou outro qualquer motivo, o escravo deixasse de trabalhar. Ferramentas de trabalho, despesas com médico, botica, roupa e alimentação ficavam por conta do locatário, não se responsabilizando este pela fuga, morte ou invalidez do escravo alugado. O locatário também ficava autorizado a castigar o escravo quando necessário. Para Douglas Libby,

ao ser dotado de vários atributos do trabalhador assalariado clássico, o escravo de aluguel representava, por excelência, a transição para o trabalho livre que estava se processando, especialmente após 1850. Ao mesmo tempo, o escravo de aluguel oferecia uma série de vantagens ao contratante que, na verdade, nem o trabalhador

---

<sup>105</sup> ANDRADE, 1998, p. 94 e FLAUSINO, 2006, pp. 33 e 125.

<sup>106</sup> ANDRADE, 1998, p. 94.

livre poderia oferecer. [...] Representava um claro exemplo de articulação entre o regime escravista, já em declínio, e o modo de produção capitalista, “importado” do seu centro mais desenvolvido, a Inglaterra.<sup>107</sup>

Entre as locações, vale destacar que quase metade das procurações com essa finalidade se destinava a engajar escravos na Cia. Morro Velho<sup>108</sup>.

Ainda entre as procurações, a maioria das poucas existentes a partir de 1881 destinava-se a efetuar algum contrato de engajamento. Há também ao menos dois registros (uma escritura e uma procuração)<sup>109</sup> que indicam que os escravos seriam alugados na região da Mata. Logo, não é improvável que fossem trabalhar na lavoura cafeeira. Nesse sentido, Libby sugere que “a agricultura, tanto a exportadora quanto aquela voltada para o mercado interno, dispunha de meios para se beneficiar do sistema de aluguel de cativos”<sup>110</sup>.

Entre as escrituras, notam-se inclusive escravos sendo alugados para amortizar alguma dívida do locador para com o locatário.

Embora haja poucos registros, é possível perceber como o preço de aluguel de um escravo variou consideravelmente entre as décadas de 1850 e 1880:

- Na década de 1850, há apenas um contrato, datado de 1851, alugando dois escravos do sexo masculino a Rs 40\$000 por ano cada.<sup>111</sup>
- Ao longo dos anos 1860, foram registrados três contratos. Em 1860, um escravo foi alugado pelo preço de Rs 50\$000 por ano. Cinco anos depois, outra escrava foi alugada pelo mesmo preço. Em 1867, dois escravos do sexo masculino foram alugados pelo preço de Rs 4\$000 por mês, o que dá Rs 48\$000 ao ano.<sup>112</sup>

<sup>107</sup> LIBBY, 1988, pp. 330-331.

<sup>108</sup> Fundada em 1830, em Londres, a Saint John d’El Rey Mining Company Limited adquiriu, em 1854, a Mina de Morro Velho, localizada no distrito de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas de Sabará (atual município de Nova Lima), município de Sabará, cujas reservas auríferas já eram exploradas desde 1725. Se, até a promulgação, em 1843, da Lei de Lord Brougham, que proibia aos súditos britânicos qualquer participação na comercialização de cativos, a companhia costumava empregar escravos próprios e alugados, a partir daí passou a depender ainda mais dos escravos alugados. Entre os diversos empreendimentos de capital estrangeiro na mineração aurífera subterrânea surgidos na província mineira a partir da terceira década do século XIX, Douglas Libby (1988, pp. 307-331), considera a Mina de Morro Velho “o grande exemplo de sucesso da mineração inglesa no Brasil”, sucesso este que o autor credits ao grande contingente de escravos alugados pela empresa, que lhe teria dado “a flexibilidade necessária ao desenvolvimento, dentro dos moldes do sistema fabril, de um empreendimento bastante complexo que, apesar de sua natureza ‘avançada’, ainda era sujeito a ocasionais reveses”.

<sup>109</sup> APMB, 1886 - N° 15 - Livro de Notas do Cartório do 1° Ofício da Cidade do Bomfim, fls. 32-35v e Livro 2° para Procurações - 2° Ofício, fl. 69-69v.

<sup>110</sup> LIBBY, 1988, p. 360.

<sup>111</sup> APMB, Livro 3° de Notas do 2° Tabelião, fl. 2-2v.

<sup>112</sup> APMB, Livro de Escrituras n° 1 - Rio Manso, fls. 10v-11, 23-24 e Livro 7° de Notas do 1° Tabelião da Cidade do Bomfim do Paraupeba, fls. 17-18.

- A década de 1870 traz dois registros. Em 1871, um homem foi alugado por Rs 100\$000 por ano e, em 1874, outros quatro foram engajados pela quantia de Rs 1\$000 diários cada um. Assim, considerando-se uma média de trabalho anual de 250 dias<sup>113</sup>, cada um receberia Rs 250\$00 por ano. Nesse caso, porém, foi acordado que as despesas com vestuário dos escravos e com botica e médicos no caso de enfermidade ficariam por conta do locador.<sup>114</sup>
- Nos anos 1880, houve um único contrato, no final de 1887, alugando os serviços de 10 escravos de idades e sexo variados e de um ingênuo de 14 anos, sendo o valor anual de cada escrava equivalente a Rs 120\$000, o de cada escravo equivalente a Rs 150\$000 e o do ingênuo, a Rs 55\$000.<sup>115</sup>

Observando-se os preços de compra de um escravo praticados no mercado bonfinense, percebe-se, portanto, que a prática de se alugar escravos poderia ser bastante vantajosa para os proprietários. Com a alta nos preços dos cativos após a cessação do tráfico atlântico, “através do aluguel o senhor de escravos poderia maximizar seus retornos e aproveitar a valorização de suas ‘peças’, alocando-as nas atividades mais bem remuneradas do ciclo agrícola ou de outros setores da economia”, como argumenta Libby<sup>116</sup>.

A análise qualitativa dos casos onde a prática esteve presente permite compreender ainda que, ao longo do período estudado, ela parece ter representado, além de uma estratégia, um recurso a que alguns donos de escravos e proprietários rurais recorreram buscando minimizar os prejuízos que a perda dos escravos traria, sobretudo após a lei de 1871 e a iminência do fim da escravidão nos meados dos anos 1880, numa tentativa de se postergar, o quanto fosse possível o fim da escravidão. Assim, pôde-se comercializar os serviços de ingênuos adolescentes, já em idade produtiva, pelo espaço de tempo que a lei o permitia, sem o ônus de ter que se adquirir ou dispor da mãe do mesmo. Igualmente possibilitou que herdeiros comercializassem os serviços de escravos quartados ou libertados com a condição de prestarem serviços durante determinado tempo.

Ainda segundo Libby, “a prática de aluguel de escravos é uma clara demonstração da flexibilidade do regime escravista mineiro, e, na medida que essa prática cresceu ao longo do

<sup>113</sup> BERGAD, 2004, p. 287. Ver também LIBBY, 1988.

<sup>114</sup> APMB, *Livro 9º de Notas do 2º Tabelião da Cidade do Bom Fim*, fls. 43-44 e *Livro 9º de Notas do 1º Tabelião da Cidade do Bomfim do Paraupeba*, fls. 39-40.

<sup>115</sup> APMB, 1886 - Nº 15 - *Livro de Notas do Cartório do 1º Ofício da Cidade do Bomfim*, fls. 32-35v.

<sup>116</sup> LIBBY, 1988, p. 95.

século XIX, é indicativa do gradual processo de transição pelo qual o regime estava passando”.<sup>117</sup>

Observando o Gráfico 3, percebe-se que as negociações concentraram-se no início dos anos 1860 (até 1863) e ao longo da década seguinte, tendo uma parte menor delas sido registradas durante a segunda metade da década de 1860 e durante os oito anos finais da escravidão. Dessa forma, é importante lembrar que as três décadas finais contemplam acontecimentos que motivaram períodos de maior otimismo ou descrença na longevidade da escravidão, traduzindo-se em momentos de queda e alta nas transações.

Chama atenção a concentração das transações e dos escravos negociados na primeira metade da década de 1860, sobretudo em 1861 e 1862, face a uma quase paralisação na segunda metade.

A historiografia sugere, em geral, que a sangrenta guerra civil estadunidense (1861-1865), que culminou na abolição da escravidão naquele país em 1863, teria enfraquecido grandemente o vigor da instituição escravista brasileira. Ao perder sua principal fonte de argumentação pró-escravidão, o Brasil viu-se cada vez mais isolado no ocidente quanto à utilização do trabalho escravo, o que teria gerado pessimismo por parte dos proprietários quanto ao futuro da instituição. Ao mesmo tempo, durante a guerra, a queda na produção de algodão estadunidense teria estimulado os produtores de algodão brasileiros a investirem no aumento de suas produções para suprir a demanda europeia.<sup>118</sup>

É possível questionar então se em Bonfim, cuja produção de tecidos era um dos pilares de sua economia, a queda na produção algodoeira estadunidense com a eclosão da guerra civil teria motivado os proprietários locais a investirem na aquisição de mais trabalhadores visando aumentar a produção de algodão, fios e tecidos, por exemplo (o que explicaria o aumento do número de escravos no município entre as décadas de 1850 e 1870, como mencionado no capítulo anterior). Ao mesmo tempo, alguns proprietários poderiam estar aproveitando os valores estratosféricos dos escravos verificados naqueles anos para lucrar com a comercialização de algumas de suas “peças”.<sup>119</sup>

---

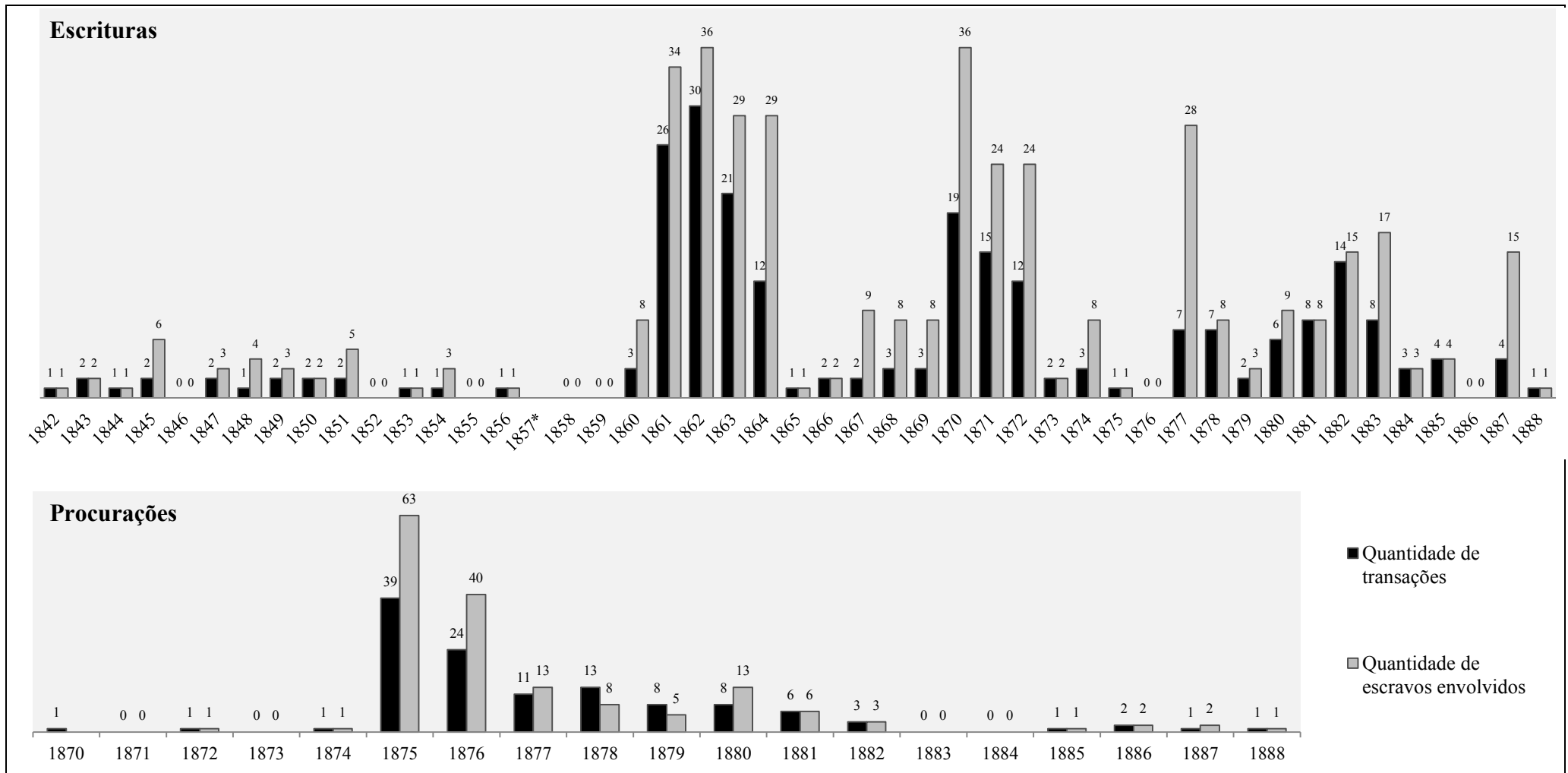
<sup>117</sup> LIBBY, 1988, p. 320. Ver também GORENDER, 1988, pp. 228-229.

<sup>118</sup> Ver, por exemplo, CONRAD, 1975; MARQUESE & PARRON, 2011; SLENES, 1999; BERGAD, 2004.

<sup>119</sup> LIBBY, 1988, p. 209; MARTINS, 1983, p. 197; BERGAD, 2004, pp. 358-359; FURTADO, 1977, p.126.



**Gráfico 3 – Distribuição das transações e dos escravos negociados por ano entre as escrituras e procurações:  
Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.**



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

\* Ano sem cobertura das fontes.

Seja como for, apenas a partir de 1870 assistiu-se à retomada de níveis mais elevados do comércio, que logo recuou novamente, possivelmente em função da Lei do Ventre Livre, do final de 1871, que empreendeu novo golpe à instituição escravista ao suprimir a possibilidade de reprodução da população escravizada. Isso significava a extinção da escravidão no Brasil dentro de, no máximo, algumas décadas (embora, a depender unicamente da dita lei, tal fato só se concretizaria na primeira metade do século XX).

A historiografia reconhece que o tráfico interprovincial teve seu ápice na década de 1870. Como mencionado no primeiro capítulo, José Flávio Motta constatou que, ao menos para os quatro municípios paulistas por ele estudados, tal aquecimento do mercado de escravos só pôde ser verificado para o período 1874-1880.<sup>120</sup>

Além da expansão da produção cafeeira a partir do início dos anos 1870, a impossibilidade de renovação das posses via reprodução natural, que teria “agravado a falta de braços para a lavoura”, pode ter sido mais um condicionante para o aumento da demanda, dos preços e, por conseguinte, a intensificação do tráfico interno a partir de meados da década de 1870.<sup>121</sup>

Apesar da ausência dos dois livros de notas especiais para escrituras de compra e venda de escravos que cobrem o período 1872-1881, por serem nove anos cobertos por dois livros (que costumavam ter 50 folhas), supõe-se que a quantidade de transações e escravos negociados no período tenha sido próxima daquela registrada na década de 1860. Logo, acredita-se que nos meados dos anos 1870 também houve um novo reaquecimento do mercado bonfinense. O ápice das negociações por procuração se deu nesse momento, entre 1875 e 1876, declinando em seguida (53% delas correspondem ao período 1875-1876 e 33% a 1877-1880).

No caso bonfinense, o reaquecimento do comércio interprovincial teria perdurado apenas até 1876. É possível aventar que, findo o *boom* algodoeiro e tendo-se elevado os preços dos cativos, muitos proprietários bonfinenses tenham se animado em lucrar com a comercialização de alguns de seus cativos. A partir de 1877, contudo, tais proprietários já não possuiriam condições de comercializar mais escravos, sendo os poucos disponibilizados ao mercado, absorvidos basicamente pela demanda local. Além disso, também é possível pensar

---

<sup>120</sup> DEAN, 1977; GORENDER, 1988; MARTINS, 1983; SLENES, 1986; CHALHOUB, 1990; ROSSINI, 2015; MOTTA, 2012.

<sup>121</sup> COSENTINO, 2014, pp. 179-180.

numa participação mais destacada das províncias nordestinas no tráfico interprovincial a partir de então, em virtude das severas secas que assolaram a região entre 1877-1879. As viagens marítimas também haviam se tornado mais fáceis e baratas nessa época, o que pode ter feito com que os nordestinos chegassem ao Sudeste com preços mais baratos que os dos escravos do centro da província mineira, que viajavam por terra.<sup>122</sup>

Dessa forma, o comércio de cativos por meio de procuração em Bonfim já se encontrava bastante reduzido antes mesmo das leis promulgadas pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo entre 1880 e 1881, estipulando aplicação de um pesadíssimo imposto (superior ao valor de um escravo) para cada cativo trazido de outra província, que é considerado o momento no qual o tráfico interprovincial teria sido desmantelado<sup>123</sup>.

A década de 1880 iniciou-se, então, com o tráfico interprovincial sendo extinto para Minas, São Paulo e Rio. Além disso, também data desse período um fortalecimento sem precedentes do movimento abolicionista, acompanhado por igual intensificação da resistência escrava (principalmente através de insubmissão e fugas), fatores cada vez mais capazes de exercer pressão para acelerar o fim da escravidão no Império. O tráfico interno, reduzido aos âmbitos local e intraprovincial, assumiu cifras bem mais modestas.<sup>124</sup>

Em seu estudo sobre o tráfico na província mineira, Martins constatou uma intensificação do tráfico intraprovincial entre 1880 e 1884, com queda a partir de então: “os escravos continuaram a ser transferidos em todas as direções, através da província, mas em quantidades muito menores. Além das sombrias perspectivas políticas para o regime servil, esse foi um período de preços declinantes do café e de desaceleração na expansão do setor”.<sup>125</sup>

Apesar de ter perdurado até 1888, o comércio de mão-de-obra escrava bonfinense manteve-se relativamente estável num patamar mais modesto até 1883, tornando-se cada vez mais esporádico a partir daí, mas parecendo ensaiar uma retomada em 1887. Das poucas procurações destinadas a comercializar escravos existentes a partir de 1881, a maioria se destinava à captura e posterior negociação de escravos fugitivos.

---

<sup>122</sup> MARTINS, 1983, pp. 196-200; MOTTA, 2012, pp. 83-84; COSSENTINO, 2014, pp. 180-181.

<sup>123</sup> CONRAD, 1975; FLAUSINO, 2006; SCHEFFER, 2012.

<sup>124</sup> CONRAD, 1975; MACHADO, 1994; MOTTA, 2012.

<sup>125</sup> MARTINS, 1983, p. 206.

*Aos 18 de fevereiro de 1888, D. Maria Luiza Parreiras, moradora da Fazenda do Engenho, distrito da Cidade do Bonfim, constituiu seus legítimos procuradores seu filho Antonio José Parreiras Coelho, além de João Affonso Athayde e Antonio Pereira de Faria, os dois primeiros residentes em Bonfim e o último em Ouro Preto, especialmente para, “na cidade de Ouro Preto, requerer tudo quanto for necessário para a captura do escravo João, preto, de 39 anos e, depois da captura, ajustá-lo por pouco prazo até que se liquide [sic] as partilhas de seu finado marido, de quem ela outorgante é inventariante”. Esta foi última procuração destinada a negociar escravos registrada em Bonfim.<sup>126</sup>*

*A parda Maria, de 31 anos, solteira e filha de Emerenciana, foi a última pessoa comercializada no município. No dia 08/03/1888, seu proprietário, Antonio de Amorim Nogueira, vendeu a Modesto Ribeiro da Silva Primo, ambos residentes em Bonfim, a parte que tinha em Maria por Rs 318\$500, já recebidos em dinheiro corrente.<sup>127</sup>*

*Assim como as escrituras e procurações, o último registro de alforria em Bonfim foi feito no início de 1888. No dia 11/02, foi registrada em cartório a carta passada dois dias antes por D. Rita Parreiras da Conceição, concedendo liberdade à sua escrava Joaquina, com a condição de que esta prestasse à senhora cinco anos de serviço e, em sua falta, a seu filho Damaso Saturnino Parreiras, gozando de plena liberdade ao término desse prazo.<sup>128</sup>*

Diante do que foi acima discutido, optou-se por dividir o período estudado e apresentar os resultados por décadas, sendo estas caracterizadas por: negociações registradas ainda durante a vigência do tráfico atlântico na década de 1840; período imediatamente posterior ao fim do tráfico atlântico ao longo dos nos 1850; aumento dos preços e intensificação do tráfico interno, seguido por um período de queda nas negociações na década de 1860; período imediatamente posterior à Lei do Ventre Livre e reaquecimento do mercado de cativos (sobretudo no âmbito interprovincial) nos anos 1870 e, finalmente, nos anos 1880, o período marcado pelo fim do tráfico interprovincial, queda nas negociações e aumento da pressão abolicionista. Tal forma de apresentação dos dados permite ainda tecer comparações com estudos realizados em outras localidades. A pouca cobertura das fontes para a década de 1870 não possibilitou segmentá-la em dois períodos, tal como fez Motta<sup>129</sup>.

### ***Aspectos demográficos dos negociados***

A análise da Tabela 8 demonstra que, entre os escravos negociados em Bonfim, os homens eram maioria.

<sup>126</sup> APMB, Livro 13 de Procurações do 2º Tabelião, fls. 7-7v.

<sup>127</sup> APMB, Livro 6º de Notas para escrituras de compra e venda de escravos do 1º Tabelião, fls. 36-37.

<sup>128</sup> APMB, Livro 27 de Notas do Cartório do Segundo Tabelião.

<sup>129</sup> MOTTA, 2012.

**Tabela 8 – Distribuição dos escravos negociados por década, origem e sexo:  
Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.**

Décadas	Origem										Sexo								
	Africanos					Brasileiros					Homens			Mulheres			Razão de sexo		
	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
<b>1840</b>	7	70	3	30	<b>10</b>	<b>50</b>	5	50	5	50	<b>10</b>	<b>50</b>	12	60	8	40	<b>20</b>	<b>4</b>	150
<b>1850</b>	2	67	1	33	<b>3</b>	<b>25</b>	4	44	5	56	<b>9</b>	<b>75</b>	6	50	6	50	<b>12</b>	<b>2</b>	100
<b>1860</b>	16	80	4	20	<b>20</b>	<b>12</b>	81	57	60	43	<b>141</b>	<b>88</b>	97	60	64	40	<b>161</b>	<b>29</b>	152
<b>1870</b>	8	73	3	27	<b>11</b>	<b>4</b>	136	54	116	46	<b>252</b>	<b>96</b>	144	55	119	45	<b>263</b>	<b>47</b>	121
<b>1880</b>	-	-	-	-	-	-	52	53	46	47	<b>98</b>	<b>100</b>	52	53	46	47	<b>98</b>	<b>18</b>	113
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>75</b>	<b>11</b>	<b>25</b>	<b>44</b>	<b>8</b>	<b>278</b>	<b>54</b>	<b>232</b>	<b>46</b>	<b>510</b>	<b>92</b>	<b>311</b>	<b>56</b>	<b>243</b>	<b>44</b>	<b>554*</b>	<b>100</b>	<b>128</b>

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

\*Excluídos os casos em que não foi possível identificar o sexo ou a origem dos negociados.

No tocante às escrituras, os homens corresponderam a 57%. Nas procurações a presença masculina foi um pouco menos acentuada, correspondendo a 53%.

As africanas sempre corresponderam à minoria, tendo sua porcentagem máxima equivalido a 1/3 dos africanos negociados na década de 1850. Não obstante, entre os escravos brasileiros, as mulheres chegaram a superar os homens na década de 1850 e nunca representaram, nessas cinco décadas, menos que 43% dos brasileiros comercializados<sup>130</sup>.

Se, nos anos 1850, as mulheres, tanto africanas quanto brasileiras, atingiram seu maior patamar, correspondendo à metade dos negociados, é possível que, findo o tráfico atlântico, os proprietários bonfinenses tenham se preocupado em promover a reprodução natural em suas posses, a menos que tal fato fosse explicado por uma redução da

<sup>130</sup> Por “brasileiros” entenda-se todos os cativos não africanos, ou seja, crioulos e mestiços. Embora a maior parte da historiografia utilize o termo “crioulo” para designar escravos nascidos no Brasil, optou-se por utilizar o termo “brasileiro” para designar tais indivíduos visando manter uma maior fidelidade às fontes utilizadas. No caso dos livros de notas analisados, percebe-se que o termo “crioulo” é usado unicamente para designar escravos de cor preta nascidos no Brasil (ou seja, poderiam ser filhos de africanos ou de crioulos), enquanto uma quantidade considerável dos escravos negociados era de cor parda ou cabra (mestiços que, portanto, não aparecem nos documentos com a designação “crioulo”). Já, nas matrículas realizadas em 1872/73 e 1886/87, o padrão mais usual de mencionar a naturalidade do escravo era “brasileiro” ou “africano”. Observa-se ainda, entre os documentos analisados (escrituras, procurações e alforrias) que, a partir de 1861, deixou-se de informar, após o nome do escravo nascido no continente africano, sua “nação” (região de origem, ou, ao menos, a região onde havia embarcado), substituindo-se tal informação pela designação genérica “Africano” (por exemplo, de “Maria Angola” passou-se a “Maria Africana”, de “João Congo” a “João Africano” etc). Da mesma forma, a partir de 1872, a informação, após o nome do escravo nascido no Brasil, de sua “qualidade” passou a ser negligenciada (por exemplo, de “Maria parda” passou-se a apenas “Maria”, de “João crioulo” a “João” etc). Por esses motivos, julgou-se mais pertinente utilizar “nascido no Brasil” ou o termo “brasileiro”, que indica apenas a nacionalidade e abarca “crioulos”, “pardos”, “cabras”, entre outras designações de mestiços. Embora não problematize nem discuta o uso do termo, Laird Bergad (2004, pp. 197-238.) também utiliza, na maior parte de seu texto (tanto no original em inglês quanto na tradução em português), o vocábulo “brasileiro” ou a expressão “nascido no Brasil”, substituindo-os por “crioulo” apenas em raríssimas passagens. Para uma maior discussão e contextualização acerca dos usos do termo “crioulo” ver PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

disponibilidade de homens no mercado. Seja como for, tal presença feminina certamente deve ter contribuído para um incremento da reprodução natural no município.

A Tabela 8 evidencia ainda a pequena presença africana entre os escravos negociados em Bonfim entre 1842 e 1888, apenas 8%. Note-se que, se na década de 1840 os africanos corresponderam a 50% dos registros, na década final tal cifra se reduziu a zero. Obviamente, o envelhecimento e conseqüente morte dos africanos e a impossibilidade de sua reposição via tráfico atlântico após 1850 tiveram papel central nesse processo. A cada década, a presença africana se reduzia a cerca da metade do que fora na década anterior.

Entre os africanos, alguns registros identificam a região da África de onde teriam vindo. São mencionadas as “Nações” Angola, Benguela/Banguela e Songo - cada uma com dois registros - e Cabinda/Cambinda e Congo, com três registros cada. Tratam-se, quase exclusivamente, dos registros anteriores à década de 1860, uma vez que, a partir daí a referência à origem africana é indicada apenas através da palavra “Africano” após o nome do indivíduo.

É importante ressaltar, porém, que o termo “nação” não necessariamente corresponderia ao local de nascimento ou ao grupo étnico ao qual pertencia o indivíduo, uma vez que também poderia designar simplesmente o nome do porto no qual aquela pessoa teria sido embarcada.<sup>131</sup>

Os dados encontrados por Camila Flausino para o município de Mariana, também situado na região Mineradora Central Oeste, entre 1850 e 1886, são bem próximos aos da realidade bonfinense: reduzida participação de africanos (11,4%) e predomínio de homens (57,3%). Contudo, tal predomínio geral de homens excetuava-se na faixa etária 35-39 anos. A pesquisadora relata ainda o predomínio da faixa etária 15-39 (59,8%, com destaque para a faixa 15-24), seguida pelos menores de 15 anos (27,3%) e pelos maiores de 40 (12,9%).<sup>132</sup>

Em Bonfim, os adultos (15-39 anos) corresponderam à principal porcentagem dos escravos negociados, 58%, seguidos pelas crianças (0-14 anos), que somavam 25% e pelos velhos (40 anos ou mais), correspondendo a 17%, como mostrado na Tabela 9. Valores, novamente, muito próximos àqueles registrados em Mariana.

---

<sup>131</sup> A este respeito, ver SOARES, 2000.

<sup>132</sup> FLAUSINO, 2006, pp. 77-84.

**Tabela 9 – Distribuição dos escravos negociados por década, sexo e faixa etária:  
Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.**

Faixas Etárias			0-4	5-10	11-14	15-19	20-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60 ou +
Década de 1840	Homens	Nº	-	-	-	-	2	2	4	1	-	-
		%	-	-	-	-	100	100	57	100	-	-
	Mulheres	Nº	-	1	-	1	-	-	3	-	-	-
		%	-	100	-	100	-	-	43	-	-	-
	Total	Nº	-	1	-	1	2	2	7	1	-	-
		%	-	7	-	7	14	14	50	7	-	-
Década de 1850	Homens	Nº	1	1	-	-	-	-	-	1	1	-
		%	50	50	-	-	-	-	-	100	100	-
	Mulheres	Nº	1	1	-	-	1	-	1	-	-	-
		%	50	50	-	-	100	-	100	-	-	-
	Total	Nº	2	2	-	-	1	-	1	1	1	-
		%	25	25	-	-	12,5	-	12,5	12,5	12,5	-
Década de 1860	Homens	Nº	10	10	11	10	9	11	10	10	5	1
		%	59	62	61	53	50	69	48	67	83	100
	Mulheres	Nº	7	6	7	9	9	5	11	5	1	-
		%	41	38	39	47	50	31	52	33	17	-
	Total	Nº	17	16	18	19	18	16	21	15	6	1
		%	12	11	12	13	12	11	14	10	4	1
Década de 1870	Homens	Nº	2	8	14	11	12	15	24	15	6	2
		%	40	57	56	42	60	50	71	62	60	40
	Mulheres	Nº	3	6	11	15	8	15	10	9	4	3
		%	60	43	44	58	40	50	29	38	40	60
	Total	Nº	5	14	25	26	20	30	34	24	10	5
		%	3	7	13	13	10	16	18	12	5	3
Década de 1880	Homens	Nº	-	-	3	6	7	9	7	1	1	-
		%	-	-	60	60	64	75	35	25	33	-
	Mulheres	Nº	-	-	2	4	4	3	13	3	2	1
		%	-	-	40	40	36	25	65	75	67	100
	Total	Nº	-	-	5	10	11	12	20	4	3	1
		%	-	-	8	15	17	18	30	6	5	1
Total	Homens	Nº	13	19	28	27	30	37	45	28	13	3
		%	54	58	58	48	58	62	54	62	65	43
	Mulheres	Nº	11	14	20	29	22	23	38	17	7	4
		%	46	42	42	52	42	38	46	38	35	57
	Total	Nº	24	33	48	56	52	60	83	45	20	7
		%	6	8	11	13	12	14	19	10	5	2

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs.: considerados apenas os escravos com sexo e idade declarados.

*O caçula entre os escravos negociados foi o crioulo Severo, vendido a retro pela quantia de Rs 150\$000 pelo prazo de dois anos, juntamente com outros 15 escravos de idades variadas, em 19/11/1864. Ele foi vendido pelo casal Tenente Jacob Baptista de Faria Leite e D. Anna Maria do Sacramento, residentes na Fazenda da Boa Esperança, distrito de Conceição do Pará ao condomínio formado por Tenente Joaquim Vilella Frasão, Tenente Miguel Antonio da Silva Leão, Capitão José Villaça Frazão, João Bernardes de Oliveira e Joaquim da Foncêca e Silva, todos residentes no distrito de Conceição do Pará..<sup>133</sup>*

<sup>133</sup> APMB, Livro Especial de Notas Nº 3º para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira, fls. 15-16v.

*Venâncio crioulo, natural do distrito do Rio do Peixe, roceiro e casado com Roza crioula, foi o mais longo escravo mencionado nos registros. Ele e sua esposa, de 60 anos de idade e também natural do distrito do Rio do Peixe, foram vendidos pela quantia de Rs 300\$000 cada um, juntamente com mais dois escravos, aos 13/08/1870, por D. Izabel Jacintha de Oliveira Campos a seu pai, Tenente Coronel João Francisco Alves Contagem, ambos residentes na Fazenda da Boa Vista, distrito da Cidade do Bonfim do Paraopeba.*<sup>134</sup>

Entre os escravos negociados em Bonfim havia, portanto, desde pessoas de “pouco mais de 15 dias” até 80 anos de idade. Com efeito, há um significativo número de cativos entre zero e quatro anos, dos quais vários sequer tinham um ano completo. Dentre estes últimos, nenhum foi vendido sozinho. Considerando-se que, nos casos de hipoteca e venda a retro, não há certeza se chegou a haver a transferência definitiva da propriedade e, nos casos de doação, a parte doadora e a doada possuem vínculos familiares próximos, entende-se que nesses casos não necessariamente teria ocorrido a separação de uma criança tão jovem de sua mãe. É importante destacar também que nem toda transação envolveria necessariamente separação de famílias, uma vez que, como será discutido adiante, muitos escravos transacionados em uma localidade haviam nascido em outra, o que torna possível também que muitas negociações estivessem retornando com o escravo ao seu grupo de origem.<sup>135</sup>

*A mais jovem criança a ser vendida sem nenhum acompanhante tinha apenas dois anos de idade quando da venda. O crioulo João foi vendido por Modesto Antonio Prudente a Antonio Machado Baessa, pelo preço de Rs 500\$000, aos 07/08/1864. A escritura não traz outras informações. Nesse caso, como transmitente e adquirente eram ambos moradores do distrito de Piedade dos Gerais, não podemos ter certeza se João teria ou não sido apartado de sua mãe.*<sup>136</sup>

Um dos casos mais marcantes neste sentido foi o dos crioulos Manoela e seus filhos pequenos, Marciano e Mafalda, vítimas de sucessivas negociações no início da década de 1860.

*A primeira aparição de um membro dessa família nos registros de escrituras se deu aos 17/05/1861, quando José Joaquim Bernardes vendeu a José Marques da Silveira, ambos residentes no distrito da Vila de Bonfim, a metade do valor de Marciano, de cor preta, com três anos de idade, nascido no mesmo distrito e filho natural de Manoela crioula, pela quantia de Rs 270\$000, já entregues pelo comprador em moeda corrente. A escritura informa ainda que a outra metade do*

<sup>134</sup> APMB, Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira, fls. 32v-33.

<sup>135</sup> FLAUSINO, 2006, p. 96.

<sup>136</sup> APMB, Piedade dos Gerais N° 2 - Livro de Notas, fls. 26-27.



*escravo pertencia ao cunhado do vendedor, Thomaz Gomes Ferreira de Aquino*<sup>137</sup>.

*No dia 26 do mês seguinte, Silveira, atuando como procurador de Bernardes, firmou, com Aquino, um contrato de desencravamento das partes que este e o outorgante tinham em Manoela, preta, de 30 anos de idade, natural do distrito da Vila de Bonfim, solteira e sem ofício, e nos filhos da mesma, Marciano, já mencionado, e Mafalda, que na ocasião sequer tinha completado um ano de vida. Esse contrato revela que as partes que possuíam nos escravos foram havidas por herança de seu finado pai e sogro, Tenente Joaquim Gomes Ferreira. Os proprietários contrataram em ficar Aquino com a escrava Manoela (avaliada em Rs 1:200\$000), repondo ao coerdeiro e sócio (por cabeça de sua mulher D. Bernardina Margarida da Cunha) Bernardes a quantia de Rs 150\$000, ficando pertencentes a este último Marciano e Mafalda (avaliados respectivamente em Rs 600\$000 e Rs 300\$000)*<sup>138</sup>.

*Marciano desapareceu dos registros em 13 de agosto, quanto Silveira comprou de Bernardes sua outra metade por Rs 300\$000. A pequena Mafalda, contudo, continuou sendo alvo de negociações. Aos 19/11, foi vendida a retro à Malta Moraes & Cia., pelo valor no qual foi avaliada. O documento informa que a menina se achava em companhia da sogra do vendedor, D. Carlota Joaquina da Cunha, e que a venda foi realizada com a condição de, correndo o vendedor o risco à dita escrava o prazo de dois anos a contar da data da mesma e, findo o referido prazo, der aos compradores não só os ditos Rs 300\$000, como também o prêmio correspondente de 1,5% ao mês, que ficou correndo desde então, e a todas as respectivas despesas de impostos, ficaria a venda sem vigor*<sup>139</sup>.

*A venda condicional foi concretizada, visto que, pouco mais de dois anos depois, em 18/01/1864, Mafalda, já com três anos de idade, foi levada novamente ao mercado por Epifanio José Bernardes, na qualidade de sócio gerente da casa comercial sita no distrito da Cidade do Bonfim sob a firma Malta Moraes & Cia. Em sua última aparição nos registros, a menina foi vendida, pelo mesmo valor que fora anteriormente avaliada, a Vicente Ferreira Gomes, residente no Termo da Villa de São Francisco das Chagas*<sup>140</sup>, região de Araxá.<sup>141</sup>

A participação da família de Manoela nesse mercado é especialmente dramática devido à separação, aparentemente definitiva, de uma mãe e suas crianças tão pequenas. Mafalda acabou sendo levada para outro município, algumas centenas de quilômetros distante de Bonfim (onde teria ficado sua mãe). Marciano, por sua vez, foi adquirido por alguém que também residia em Bonfim, mas que, por ser um dos principais negociantes de escravos do município, não é improvável que também esta criança tenha ido parar a vários quilômetros de distância de sua mãe e de sua irmã. Lamentavelmente, situações como as dessa família foram

<sup>137</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 1° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Villa do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 6v-8.

<sup>138</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 1°...*, fls. 16-19.

<sup>139</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 1°...*, fls. 20v-22 e 32v-33v.

<sup>140</sup> Atual município de Rio Paranaíba (MG).

<sup>141</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 7v-8.

legalmente possíveis até 1869, quando o Decreto nº 1855, de 15 de setembro, proibiu, sob pena de nulidade, as vendas que separassem o marido da mulher e o filho menor de 15 anos do pai ou da mãe. Contudo, nos registros bonfinenses, há pelo menos três casos onde, aparentemente, essa legislação teria sido burlada. Considerando-se apenas as vendas, em 1870, os jovens crioulos Marcellino, Matildes e Hortence, com respectivamente 14, 6 e 12 anos, foram negociados individualmente.<sup>142</sup> Em 1871, o parágrafo sétimo do artigo quarto da Lei nº 2040, de 28 de setembro, reduziu a idade mínima para 12 anos.

Vale destacar a predominância feminina entre os escravos da faixa etária 30-39 nas décadas de 1860 e 1880. Na década de 1880, aliás, as mulheres predominam em todas as faixas etárias acima de 30 anos. É possível que isso esteja ligado à questão reprodutiva. Afinal, se a melhor idade para parir estava entre os 14 e os 29 anos, como sugere Laird Bergad, mulheres acima dos 30 anos estariam mais isentas dos encargos de uma gestação e do cuidado de crianças, provavelmente apresentando maior capacidade de produção nas tarefas que desempenhassem. Nos anos 1860, a demanda por mulheres dessa faixa etária talvez estivesse relacionada aos preços mais baixos, como se verá adiante, somado à possibilidade de ainda se conseguir extrair uma produção satisfatória de mulheres nessa faixa etária, visto que, em Bonfim, as mulheres parecem ter sido muito pouco utilizadas nos serviços de roça e mais em atividades têxteis e domésticas. Na década de 1880, por sua vez, a motivação pode ter sido maximizar a exploração do trabalho feminino, uma vez que, nesse momento, a reprodução das escravas poderia não ser mais algo tão interessante economicamente.<sup>143</sup>

O Gráfico 4 revela que 79,9% das negociações bonfinenses diziam respeito a transações envolvendo apenas um ou dois cativos, ou partes. Elas corresponderam a 62% dos escravos mencionados.<sup>144</sup>

No município de Mariana, Camila Flausino observou um predomínio ainda maior das transações envolvendo um, dois, ou apenas partes de escravos: 86,3%.<sup>145</sup>

---

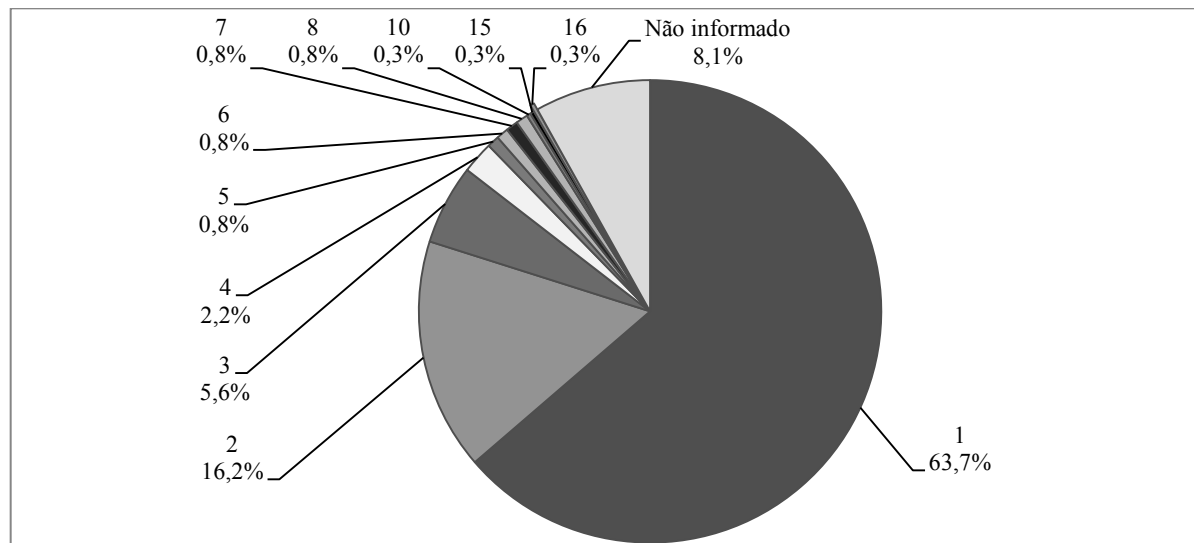
<sup>142</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3...*, fls. 20-20v, 27v-28 e 33v-34.

<sup>143</sup> BERGAD, 2004, p. 265.

<sup>144</sup> Em seis transações não foi mencionada a quantidade de escravos negociados. Levando-se em conta os valores pagos em impostos e o fato de que, ao contrário da procuração, a existência da escritura indica a concretização da transação, para efeitos de cômputo do volume de escravos negociados considerou-se que nesses casos, ao menos um escravo (inteiro ou partes ideais) esteve envolvido. Contudo, na análise da quantidade de escravos por transação optou-se por considerá-los à parte (casos não informados).

<sup>145</sup> FLAUSINO, 2006, pp. 77-78.

**Gráfico 4 - Quantidade de escravos negociados por transação:  
Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.**



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Quanto aos escravos que tiveram ocupação mencionada (Tabela 10), observa-se o predomínio absoluto, entre os homens, das atividades ligadas à produção agrícola (lavrador / roceiro / profissão de roça / serviço de roça / trabalhador de roça) e, entre as mulheres, das atividades ligadas à transformação têxtil (fiadeira / fiandeira / fiadeira de algodão / fiar algodão, fiar algodão e tecer, tecedeira, costureira).

É interessante notar que as atividades mencionadas na tabela apresentam uma clara distinção entre os sexos. Dessa forma, as oito primeiras são exclusivamente femininas e as três seguintes, exclusivamente masculinas. Na penúltima, também quase exclusivamente masculina, há uma única mulher que, embora tivesse “aptidão para todo trabalho”, em sua matrícula constava a “profissão de roça”<sup>146</sup>.

Para efeito comparativo, embora os escravos negociados em Mariana também se compusessem, em sua maioria, de trabalhadores ligados à produção agrícola, seguidos dos que realizavam serviços domésticos e cozinheiros, todas atividades que empregavam ambos os sexos (apesar de a primeira ser majoritariamente masculina e as outras duas majoritariamente femininas), nota-se, no município, uma maior diversificação das atividades nas quais os negociados eram empregados.<sup>147</sup>

<sup>146</sup> APMB, N° 6 Notário - Piedade dos Gerais, fls. 20v-21v.

<sup>147</sup> FLAUSINO, 2006, pp. 89-92.

Chama atenção também a quantidade de escravos declarados como “sem ofício” (não confundir com casos de ocupação não informada). Obviamente, é estranho pensar em escravos que não fizessem ou não soubessem fazer nada. O mais provável é que eles se ocupassem de diversas atividades, sobretudo agrícolas e, por simplesmente fazerem tudo aquilo que seus senhores mandassem fazer, ou mesmo por ser tão corriqueira a atividade agrícola, não se preocupou em pormenorizar seu ofício, como sugere Jonis Freire.<sup>148</sup> Neste sentido, entre os registros bonfinenses, um caso particularmente curioso parece corroborar essa hipótese. Sobre o ofício de um africano de 44 anos vendido em 1861, é informado que o escravo não tinha ofício “nenhum, e vive só de lavoura”.<sup>149</sup>

**Tabela 10 – Distribuição dos escravos negociados por ocupação e década:  
Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.**

Ocupações	Década de 1860		Década de 1870		Década de 1880		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Costureira</b>	3	100%	-	-	-	-	3	1,2%
<b>Costureira e engomadeira</b>	1	100%	-	-	-	-	1	0,4%
<b>Cozinheira</b>	-	-	11	58%	8	42%	19	7,9%
<b>Fiadeira / Fiadeira / Fiadeira de algodão / Fiar algodão</b>	9	18%	24	48%	17	34%	50	20,7%
<b>Fiar algodão e tecer</b>	-	-	2	100%	-	-	2	0,8%
<b>Lavadeira</b>	-	-	1	100%	-	-	1	0,4%
<b>Serviço de casa / Serviço doméstico / Serviços caseiros</b>	2	33%	4	67%	-	-	6	2,5%
<b>Tecedeira</b>	1	100%	-	-	-	-	1	0,4%
<b>Carreiro</b>	1	50%	1	50%	-	-	2	0,8%
<b>Sapateiro</b>	-	-	1	100%	-	-	1	0,4%
<b>Valeiro*</b>	1	100%	-	-	-	-	1	0,4%
<b>Lavrador / Roceiro / Profissão de roça / Serviço de roça / Trabalhador de roça</b>	16	19%	44	53%	23	28%	83	34,3%
<b>Sem ofício / Nenhum / Sem profissão alguma</b>	61	85%	11	15%	-	-	72	29,8%

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs.: considerados apenas os 242 escravos com ocupação mencionada.

\*Conforme o dicionário de Raphael Bluteau, de 1728 (disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/vallo>). Acesso em 30/10/2016), um vallo (valo, no português moderno) seria o mesmo que uma “trincheira. Terra levantada ao redor de um campo, ou de outra cousa, para não entrar nele a gente, nem o gado”. O valeiro, portanto, seria o trabalhador encarregado de executar esse tipo de cercamento.

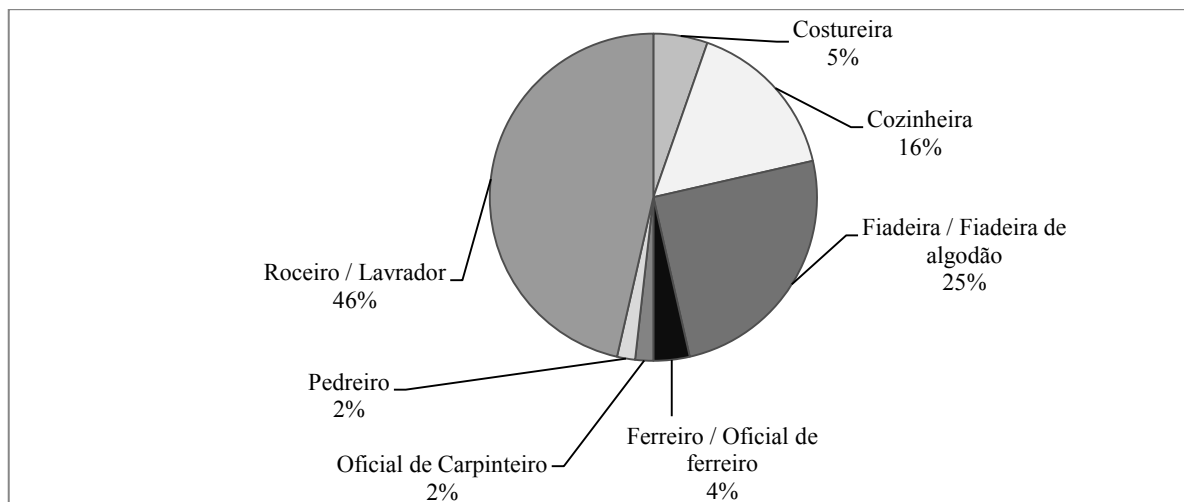
Em relação às ocupações dos alforriados (Gráfico 5), o padrão dos comercializados se repete: prevalência de roceiros (ocupação masculina) seguidos das fiadeiras/fiadeiras de algodão e das cozinheiras (ocupações femininas). Contudo, nota-se, entre os alforriados, uma

<sup>148</sup> FREIRE, 2012, p. 267.

<sup>149</sup> APMB, *Piedade dos Gerais N° 2 - Livro de Notas*, fls. 2v-4.

pequena presença de indivíduos especializados como pedreiro, ferreiro, oficial de ferreiro e oficial de carpinteiro, presença esta não verificada entre os cativos negociados<sup>150</sup>.

**Gráfico 5 – Ocupações dos escravos alforriados: Bonfim do Paraopeba, 1844-1888.**



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs.: considerados apenas os 56 alforriados com ocupação informada.

O perfil ocupacional dos negociados e dos alforriados certamente está ligado ao peso das atividades têxteis e agrícolas na estrutura ocupacional bonfinense, como discutido no primeiro capítulo. Pode sugerir também que escravos com especialização (como pedreiros, ferreiros, carpinteiros) deviam ser bastante raros no mercado, talvez pelo fato de o aluguel dos mesmos ser muito mais vantajoso que a venda. Dessa forma, quem possuía escravos com tal atributo dificilmente deles desfar-se-ia, priorizando a negociação de escravos com ocupações “comuns”. Por outro lado, é de se esperar que escravos especializados, quando disponíveis no mercado, alcançariam valores altíssimos. Se os adquirentes bonfinenses recorriam ao mercado para renovar suas posses, o mais provável é que preferissem cativos acostumados aos trabalhos agrícola e têxtil, principais atividades econômicas desenvolvidas em Bonfim.

### ***Análise dos preços***

*O valor máximo alcançado por um escravo no mercado bonfinense foi de Rs 2:050\$000, pago em 15/06/1861, por Antonio Alves da Silva, como procurador de sua mãe, D. Josefa Alves de Oliveira, a Francisco das Chagas Rocha Junior, todos moradores no distrito de Santa Anna do Paraopeba, sendo este último representado por seu procurador Candido Castro Guimarães, residente no*

<sup>150</sup> Apenas o oficial de carpinteiro pagou por sua própria liberdade. O pedreiro foi liberto pelo Fundo de Emancipação.

*distrito da Vila do Bonfim, para adquirir o crioulo Antonio, preto, com 15 anos de idade, solteiro, natural do distrito de São Gonçalo da Ponte, sem ofício.*<sup>151</sup>

*Entre as escravas, a mais cara foi a parda Bárbara, de 19 anos, solteira, costureira, natural do distrito da Cidade do Bonfim. Para adquiri-la, em 09/08/1862, José Hirsch & Cia., súdito francês em giro de negócios na província mineira, teve que desembolsar, em moeda corrente, a quantia de Rs 1:900\$000 ao Major Ignacio José da Silva Malta, residente no distrito da Cidade do Bonfim.*<sup>152</sup>

*No outro extremo, valendo apenas Rs 50\$000 cada, encontram-se o africano Antonio e a parda Guilhermina. O primeiro, então com 60 anos de idade, foi penhorado em 04/05/1872, junto com mais seis escravos, como garantia da dívida de Rs 2:320\$000 que seu senhor, Joaquim José de Oliveira, residente no distrito do Rio do Peixe, havia contraído com o Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva, morador do distrito da Cidade do Bonfim.*<sup>153</sup>

*Guilhermina, de apenas oito meses de idade, foi doada, aos 23/08/1871, junto com sua mãe, a crioula Thereza, pelo casal João da Costa Guimarães e D. Alexandrinha Maria Florença, residentes na Fazenda Andrades, distrito de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais, à filha D. Julia Romana da Costa (ou Julia da Costa Guimarães), moradora no mesmo distrito, em remuneração aos serviços que esta os vinha prestando, especialmente nos cuidados com a irmã, Alexandrinha Maria da Costa, desavisada, e com a condição de que continuasse prestando tais serviços.*<sup>154</sup>

Uma simples observação das quatro transações acima narradas já indica que os escravos mais caros eram aqueles que se encontravam no auge do vigor físico (atingindo, os homens, preços mais elevados que as escravas) e que os mais baratos eram os idosos e as crianças. Também é possível inferir que preços mais elevados foram atingidos no início dos anos 1860, enquanto que no início da década seguinte os preços pareciam estar mais baixos.

Entretanto, há que se levar em conta que diversos fatores influenciavam no preço de um escravo. Variáveis estas que podiam ser totalmente alheias ou intimamente ligadas à pessoa do cativo. Assim, fatores como oferta e demanda, especulação, conjuntura econômica, inflação, custos de transporte, poderiam exercer tanta influência quanto sexo, idade, origem, atividade produtiva, condições físicas e de saúde do escravo, ou ainda características mais subjetivas do cativo, como a submissão, presença ou ausência de vícios, ou mesmo dos

<sup>151</sup> APMB, Livro Especial de Notas N° 1° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Villa do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira, fls. 10v-13.

<sup>152</sup> APMB, Livro Especial de Notas N° 2° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira, fls. 2-3.

<sup>153</sup> APMB, Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira, fls. 45-46.

<sup>154</sup> APMB, N° 3-A Notas - Piedade dos Gerais, fls. 52-53v.

próprios transmitente e adquirente, como status social, situação econômica, relações de parentesco ou de sociabilidade mantidas etc.<sup>155</sup>

Impossível de se isolar todas essas variáveis, foram analisadas aquelas que parecem ter desempenhado maior influência nos preços dos escravos bonfinenses: época da transação, sexo e faixa etária do escravizado, não necessariamente nessa ordem. Para Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX, Bergad sugere que a idade teria sido o fator mais decisivo na valorização dos escravos. Já, para o município de Mariana, entre 1850 e 1886, Flausino conclui que “o sexo teve maior influência na determinação do preço dos cativos, seguida pela atividade na qual o escravo estava empregado e da idade do mesmo”.<sup>156</sup>

Embora, para o cálculo dos preços, tenham sido utilizados os 817 indivíduos escravizados mencionados no banco de dados que engloba escrituras, procurações e alforrias, a dificuldade de se isolar uma maior quantidade de variáveis reside, principalmente na ausência de informações sobre os escravos em muitas transações, somada à pequena quantidade de africanos entre os escravos negociados. Se, em geral, os africanos já tendiam a ter menos informações disponíveis, como idade e filiação, muitas transações informam apenas o nome do cativo (de onde só se consegue extrair o sexo e a origem). Nos registros onde mais de uma pessoa era negociada, também não era incomum ser mencionado apenas o preço total da transação, negligenciando os preços individuais. O fato de haver muitas vendas de partes ideais de escravos torna-se outro complicador, visto que, além de dificilmente ser informada a quantidade total de partes em que o escravo se achava dividido, os próprios registros demonstram que simplesmente multiplicar o valor de uma parte pelo número total de partes para se calcular o preço do indivíduo pode induzir a erros. Registros pré-1861 também tendem a trazer menos informações. Esse é o quadro das escrituras, que são o registro com a maior quantidade de informações disponíveis. Entre as procurações e alforrias, às lacunas citadas somam-se outras. Dessa forma, feitos todos os filtros necessários para se isolar determinado grupo de variáveis, a quantidade de amostras disponíveis cai radicalmente. Logo, comparar o preço de um africano com o de um brasileiro de mesma faixa etária, sexo e ocupação, ambos transacionados numa mesma época, torna-se impossível com as fontes aqui utilizadas.

Apesar de não haverem, nos registros bonfinenses, muitos casos onde as informações disponíveis permitam estabelecer comparações, algumas transações, citadas a seguir, levam a

---

<sup>155</sup> MATTOSO, 2003, p. 77; FLAUSINO, 2006, p. 124.

<sup>156</sup> BERGAD, 2004, p. 264; FLAUSINO, 2006, p. 174.

crer que atributos como ocupação ou origem (brasileira ou africana) parecem ter exercido pesos menores na atribuição dos preços em Bonfim.

Considerem-se os seguintes conjuntos de transações:

Conjunto 1:

*Quintiliano cabra, 33 anos, nascido no distrito de São José do Paraopeba, município de Ouro Preto, solteiro, roceiro. Vendido por Rs 1:800\$000 em 24/05/1861 por Theodolino José de Souza Maciel, morador da Cidade da Formiga, a Joaquim Fernandes Gomes, residente no distrito de São José do Paraopeba.<sup>157</sup>*

*Prudente cabra, cor cabra, 33 anos, natural do distrito de Santo Antonio da Casa Branca, município de Ouro Preto, solteiro, sem ofício. Vendido por Rs 2:000\$000 aos 25/06/1861 por D. Maria José de Jesus ao Tenente Coronel João Francisco Alves Contagem, ambos domiciliados no distrito da Vila do Bonfim.<sup>158</sup>*

Conjunto 2:

*Lourenço crioulo, preto, 20 anos de idade, natural do distrito do Itatiaiuçu, solteiro, sem ofício. Vendido por Rs 1:600\$000 em 20/09/1861 por D. Balbina Umbelina de Faria a Carlos Feliciano Pinto Brandão, ambos residentes no distrito do Itatiaiuçu.<sup>159</sup>*

*Faustino crioulo, preto, 20 anos de idade, natural do distrito da Conceição do Pará, solteiro, roceiro. Vendido por Rs 2:000\$000 em 03/02/1862 por Silvestre Martins Couto, residente no distrito do Cláudio, termo da Cidade da Oliveira, ao Tenente Joaquim Vilella Frasso, morador da Fazenda da Boa Esperança, distrito da Conceição do Pará.<sup>160</sup>*

*Sebastião de Nação Africano (sic), 19 anos, nenhum ofício. Vendido por Rs 1:000\$000 em 25/03/1862 por Francisco Ribeiro Diniz, residente no distrito do Rio do Peixe, e Geraldo Vaz Diniz, residente no distrito de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais, a D. Flausina Rosa de Jesus, moradora no mesmo distrito de Piedade. Cada um dos vendedores, dono da metade do valor de Sebastião, recebeu Rs 500\$000.<sup>161</sup>*

Conjunto 3:

*Maria cabra, 44 anos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais (não foi informada a ocupação nem o estado conjugal). Vendida por Rs 600\$000 em 19/02/1863 por Francisco Pires Ribeiro, residente no distrito da*

<sup>157</sup> APMB, Livro Especial de Notas N° 1° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Villa do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira, fls. 9-10v.

<sup>158</sup> APMB, Livro Especial de Notas N° 1°..., fls. 14v-16.

<sup>159</sup> APMB, Livro Especial de Notas N° 1°..., fls. 25-26.

<sup>160</sup> APMB, Livro Especial de Notas N° 1°..., fls. 37-38v.

<sup>161</sup> APMB, Piedade dos Gerais N° 2 - Livro de Notas, fls. 10v-12.



*Piedade dos Gerais, a João Antonio Ribeiro de Araújo, morador do distrito de Congonhas do Campo, termo da Cidade do Ouro Preto.*<sup>162</sup>

*Maria Africana, cor fula, 46 anos, casada com Manoel Africano (vendido junto com ela), fiadeira de algodão. Vendida por Rs 300\$000 aos 06/07/1863 por Manoel Rodrigues de Souza, residente no distrito de Santo Antonio de Pádua, município de São Fidélis, província do Rio de Janeiro, a Francisco José Parreiras, morador da Cidade do Bonfim.*<sup>163</sup>

Nos conjuntos 1 e 3, observa-se escravos “sem ofício” atingindo valores superiores a outros “com ofício” do mesmo sexo, idade e origem e negociados em datas próximas. Já no conjunto 2, a diferença de preço entre Faustino e Lourenço talvez possa ser explicada pelo fato de o primeiro ser roceiro e o segundo “sem ofício”. Percebe-se, então, que o fato de um escravo ter ou não um ofício nem sempre fazia diferença na determinação de seu preço. Talvez o fato de a maioria desses indivíduos já exercerem atividades agrícolas e serem adquiridos para continuarem executando serviços agrícolas explique essa aparente pouca importância da ocupação na determinação do preço.

Os conjuntos 2 e 3 dão a entender que africanos tendiam a atingir valores mais baixos que brasileiros com o mesmo sexo e idade e ofício (ou, no caso, a falta dele). Nota-se que em alguns casos o preço do africano chegava a corresponder à metade do preço do brasileiro. Também é possível que a diferença de preços entre africanos e brasileiros após 1850 pudesse estar ligada ao envelhecimento da população africana observado a partir do fim do tráfico atlântico<sup>164</sup>.

No conjunto 3, é possível questionar também se a diferença dos preços teria relação com a região de onde estavam sendo transferidas (local de residência de seus senhores) e se o estado conjugal e a época das transações também teriam exercido influência. Senhores fluminenses venderiam suas escravas a preços mais baixos que os senhores bonfinenses? Embora não conste a informação sobre o estado conjugal de Maria cabra, o fato de Maria Africana ser casada e ter sido vendida junto com o marido (também africano e já com 50 anos de idade) teria feito seu preço ser reduzido? O fato de Maria Africana ter sido vendida quase cinco meses após sua homônima cabra poderia indicar que os preços estiveram mais altos no início de 1863 e que, em meados do ano haviam declinado? São perguntas difíceis de responder.

<sup>162</sup> APMB, *Piedade dos Gerais N° 2...*, fls. 20v-21v.

<sup>163</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 1-2.

<sup>164</sup> BERGAD, 2004, p. 274.

A análise dos três conjuntos de registros selecionados permite perceber melhor o quão complexa era a atribuição de preço a um escravo. Embora indiquem tendências, não é possível generalizar as conclusões das análises desses casos. Além de poucos, são todos restritos ao início dos anos 1860.<sup>165</sup>

Considerando-se os valores informados nas escrituras, procurações e alforrias, foram calculados os preços médios atingidos no mercado bonfinense, em cada década, pelos homens e mulheres. A Tabela 11 apresenta ainda, para cada década, o percentual correspondente ao preço das mulheres em relação ao preço dos homens.

Para todos os cálculos de preços aqui presentes foram utilizados apenas os valores individuais de escravos vendidos, trocados ou doados por inteiro. Entre as procurações, só existem três transações onde os preços são informados, porém apenas um único registro atende a esses critérios. No caso das alforrias, foram utilizados apenas os registros relativos aos nove cativos alforriados em 1886 por meio da sétima quota do Fundo de Emancipação, cujos preços condiziam com aqueles encontrados nas escrituras do mesmo período.

**Tabela 11 – Preços médios dos escravos (em réis) no mercado bonfinense por década e sexo: Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.**

Décadas	Homens	Nº	Mulheres	Nº	% M/H
<b>1840</b>	393\$333	3	350\$000	7	89%
<b>1850</b>	640\$000	2	450\$000	2	70,3%
<b>1860</b>	1:257\$237	38	1:095\$361	21	87,1%
<b>1870</b>	979\$473	23	605\$882	17	61,9%
<b>1880</b>	981\$176	19	525\$849	17	53,6%

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

% M/H = percentual do preço feminino em relação ao masculino.

Na Tabela 11, percebe-se que, para o período pós-1850, apenas na década de 1860 o valor das mulheres tendeu a se aproximar mais do valor dos homens, embora não tenha chegado a atingir o percentual da última década de vigência do tráfico atlântico. Já a tendência pós Lei do Ventre Livre foi o distanciamento cada vez maior entre os preços dos dois sexos, isto é, os preços das mulheres tenderam a se desvalorizar de forma mais acelerada que os dos homens. Se, nos anos 1840, o preço de uma mulher correspondia a 89% do valor do preço de um homem, na última década da escravidão essa porcentagem tinha caído a

<sup>165</sup> O período de 1861-1863, por concentrar o maior e mais variado conjunto de transações, com uma riqueza maior de informações nos registros e uma quantidade ainda razoável de africanos, foi o único que permitiu colher amostras para se fazer esse tipo de comparação. Buscou-se comparar, preferencialmente, escravos em idade produtiva, visto que, se para estes as variáveis envolvidas na determinação do preço já se mostraram complexas, para escravos idosos e crianças deveriam ser ainda mais confusas e difíceis de precisar.

53,6%, ou seja, uma mulher poderia ser adquirida por pouco mais da metade do valor de um homem.

Camila Flausino observa que, em Mariana, os preços médios dos homens variaram entre Rs 604\$952 (década de 1850) e Rs 1:258\$261 (década de 1870). Já os das mulheres entre Rs 558\$490 (década de 1880) e Rs 924\$495 (década de 1860), tendo na década de 1850 o preço médio das mulheres correspondido a 94,8% do preço médio masculino e, nos anos 1880, a 58,2%. Entre os homens de 15-39 anos, os preços médios oscilaram entre Rs 929\$236 nos anos 1850 e Rs 1:128\$358 na década de 1870. Entre as mulheres adultas, os preços médios variaram entre Rs 625\$812 nos anos 1880 e Rs 1:024\$056 na década de 1860.<sup>166</sup>

Os valores se aproximam dos encontrados por Laird Bergad para a província apenas na década de 1840, conforme Tabela 12. Na década de 1860, apesar de os preços serem bastante diferentes, o percentual do preço feminino em relação ao masculino é praticamente o mesmo para Bonfim e para MG. Entretanto, em relação a essa comparação, é necessário lembrar que Bergad calculou tais preços médios utilizando-se de inventários, fontes que não necessariamente correspondem aos preços de mercado, baseando-se mais em valores estimados. O próprio autor reconhece que tais dados não são ideais para medir os preços verdadeiros dos escravos, mas argumenta serem essas as únicas fontes disponíveis contendo valores de escravos e abrangendo um vasto período.<sup>167</sup>

**Tabela 12 – Preços médios dos escravos (em réis) por década e sexo:  
Minas Gerais, 1840-1888.**

<b>Décadas</b>	<b>Homens</b>	<b>Nº</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Nº</b>	<b>% M/H</b>
<b>1840</b>	407\$900	5183	350\$100	3384	85,8%
<b>1850</b>	710\$600	5182	628\$500	3481	88,4%
<b>1860</b>	832\$500	4663	730\$800	3222	87,8%
<b>1870</b>	935\$500	3342	606\$800	2618	92%
<b>1880</b>	762\$300	1711	500\$200	1294	65,6%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados apresentados por BERGAD, 2004, pp. 358-359.  
% M/H = percentual do preço feminino em relação ao masculino

Ian Read comparou os preços dos médios dos escravos calculados a partir dos dados extraídos de inventários e aqueles oriundos das escrituras de compra e venda e registros fiscais no município de Santos/SP nos períodos 1830-1850 e 1861-1870. Descobriu que os

<sup>166</sup> FLAUSINO, 2006, pp. 129, 133.

<sup>167</sup> BERGAD, 2004, pp. 243-246 e 358-359.

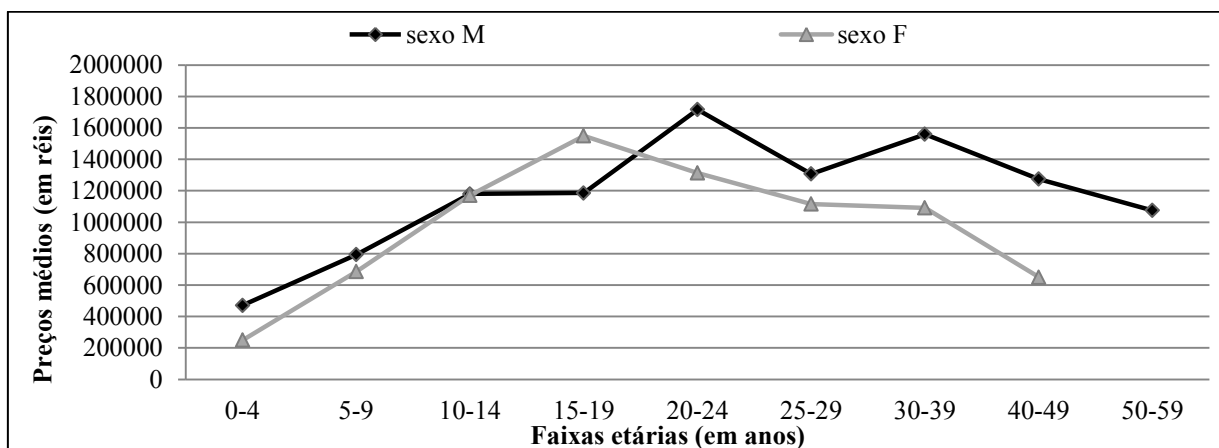
preços dos cativos na primeira fonte eram cerca de 2/3 dos registrados nas segundas, permanecendo relativamente constantes entre 1830 e 1870.<sup>168</sup>

Não obstante, há que se fazer as seguintes considerações:

- 1- Nos anos 1850, há uma quantidade pequena de registros, sendo que os mesmos se concentram no início da década, quando os preços estariam menores que os do final do decênio;
- 2- Na década de 1860, houve uma abundância de transações efetuadas entre 1861 e 1862, quando os preços estavam mais elevados, contrastando com escassas negociações na segunda metade da década, quando os preços estiveram mais baixos;
- 3- Nos anos 1870, observa-se uma concentração dos registros que informavam os preços no início do decênio, período de preços mais baixos. Para a segunda metade da década, quando se verificou uma subida dos preços, há poucos registros disponíveis.

Logo, é possível que os preços médios aqui apresentados para as décadas de 1850 e 1870 estejam subestimados e, para a de 1860, um pouco superestimados.

**Gráfico 6 – Preços médios dos escravos no mercado bonfinense (em réis) por sexo e faixa etária: Bonfim do Paraopeba, 1860-1869.**



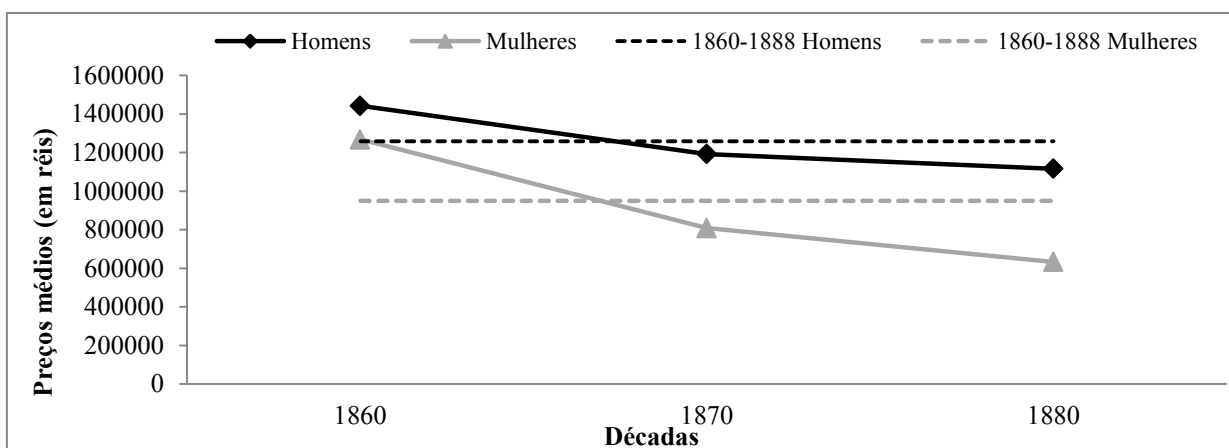
Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

A análise dos preços médios conforme o sexo e a faixa etária (Tabela 13 e Gráfico 8) revela que, apenas na década de 1860, portanto uma década após a abolição do tráfico atlântico, não apenas os preços das mulheres estiveram bem mais próximos aos dos homens, como também os preços das jovens, de 15 a 19 anos, chegaram a superar os preços dos rapazes de mesma idade (Gráfico 6). Nas décadas seguintes, os preços das mulheres em idade

<sup>168</sup> READ, 2012, pp. 75-76.

produtiva (15-39 anos) caíram de forma bem mais acelerada que os dos homens, aumentando cada vez mais a diferença de preço entre os sexos (Gráfico 7). Em Mariana, Camila Flausingo observou comportamento parecido<sup>169</sup>.

**Gráfico 7 – Preços médios dos escravos de 15 a 39 anos no mercado bonfinense (em réis) por década e sexo, em comparação aos preços médios do período 1860-1888.**



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Isso sugere que, ao menos após o término do tráfico atlântico, o mercado bonfinense parece ter valorizado o potencial reprodutivo das mulheres jovens. Por isso, aquelas que se encontravam no auge de sua capacidade reprodutiva chegaram a atingir preços ainda mais elevados que seus coetâneos do sexo oposto. Contudo, como já mencionado, as mulheres entre 30 e 39 anos foram negociadas em maior quantidade que as jovens (15-29 anos), o que indicaria as seguintes possibilidades: os preços mais elevados das jovens dificultavam sua aquisição pela maioria dos senhores bonfinenses, ao mesmo tempo em que senhores que dispunham de escravas jovens poderiam relutar mais em se desfazer delas, justamente por serem mais valiosas, com maior vigor físico e potencial reprodutivo.

A Lei do Ventre Livre, ao suprimir a possibilidade de reposição dos escravos via reprodução natural, parece ter alterado esse quadro. A partir daí, os preços das mulheres passaram a se desvalorizar cada vez mais em relação aos dos homens. Logo, a robustez e a expectativa de capacidade de produção passaram a ser os principais quesitos observados quando da aquisição de um escravo.

<sup>169</sup> FLAUSINO, 2006, pp. 127-133. É importante destacar que não há um consenso na historiografia sobre a faixa etária dos escravos considerada produtiva. Há autores que adotam a faixa 15-44 anos (PAIVA, 1996, p. 211), outros utilizam 15-40 (BERGAD, 2004; READ, 2012, pp. 62-90.) ou 15-39 (FLAUSINO, 2006, p.83.), adotada na presente pesquisa, enquanto outros optam por desmembrar tais faixas em 15-29 e 30-44 (MOTTA, 2006; SCHEFFER, 2012; ROSSINI, 2015), uma vez que é amplamente aceito que o auge da capacidade de produção escrava, em ambos os sexos, dava-se entre os 15 e 29 anos.

**Tabela 13 – Preços médios dos escravos no mercado bonfinense (em réis) por década, sexo e faixa etária: Bonfim do Paraopeba, 1860-1888.**

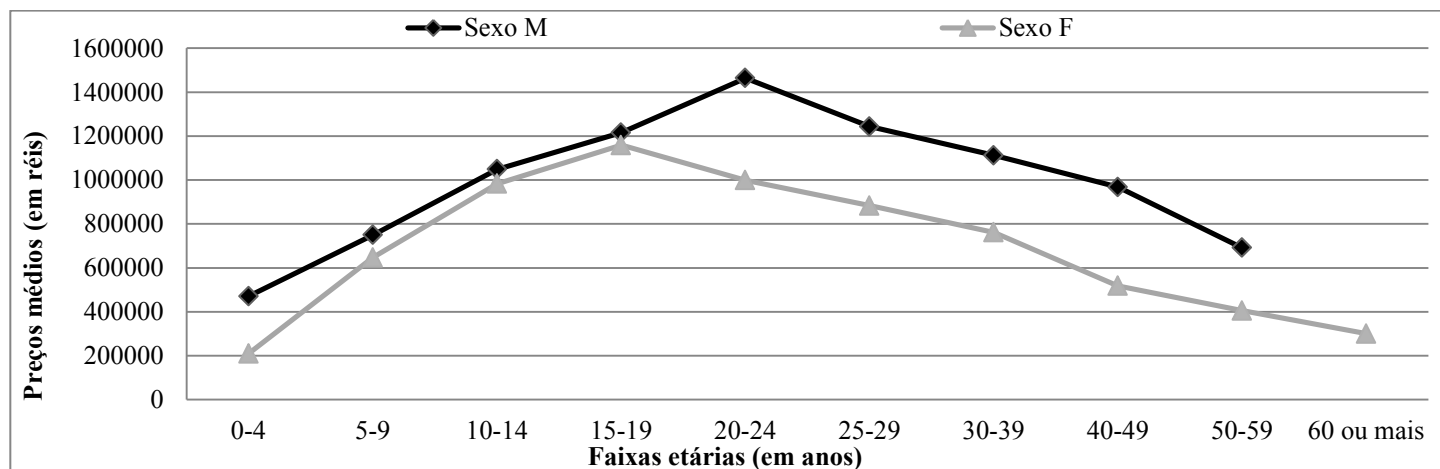
Faixas Etárias	Década de 1860					Década de 1870					Década de 1880					1860-1888				
	Homens	Nº	Mulheres	Nº	% M/H	Homens	Nº	Mulheres	Nº	% M/H	Homens	Nº	Mulheres	Nº	% M/H	Homens	Nº	Mulheres	Nº	% M/H
0-4	470\$960	5	250\$000	4	53,1%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	470\$960	5	210\$000	5	44,6%	
5-9	793\$750	8	686\$000	5	86,4%	-	-	550\$000	2	-	-	-	-	-	750\$000	9	647\$143	7	86,3%	
10-14	1:180\$556	9	1:171\$667	6	99,2%	870\$000	5	733\$333	3	84,3%	900\$000	2	-	-	1:048\$438	16	983\$000	10	93,8%	
15-19	1:185\$714	7	1:550\$000	3	130,7%	1:333\$333	3	900\$000	2	67,5%	1:166\$667	3	-	-	1:215\$385	13	1:158\$333	6	95,3%	
20-24	1:716\$667	6	1:313\$333	3	76,5%	1:400\$000	2	975\$000	2	69,6%	1:233\$333	6	700\$000	3	56,8%	1:464\$286	14	998\$750	8	68,2%
25-29	1:307\$429	7	1:116\$290	2	85,4%	1:270\$000	5	-	-	-	950\$000	2	-	-	1:243\$000	14	883\$145	4	71%	
30-39	1:560\$000	5	1:091\$667	6	70%	766\$352	5	550\$000	2	71,8%	-	-	566\$250	8	-	1:111\$978	11	761\$250	16	68,5%
40-49	1:275\$000	4	650\$000	4	51%	825\$000	4	458\$333	6	55,6%	640\$000	2	-	-	968\$000	10	518\$182	11	53,5%	
50-59	1:075\$000	2	-	-	-	600\$000	3	-	-	-	-	-	-	-	691\$667	6	405\$000	2	58,6%	
60 ou +	-	-	-	-	-	-	-	300\$000	2	-	-	-	-	-	-	-	300\$000	2	-	

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

% M/H = percentual do preço feminino em relação ao masculino.

Obs.: O preço médio foi calculado apenas nos casos em que havia pelo menos dois indivíduos.

**Gráfico 8 - Preços médios dos escravos no mercado bonfinense (em réis) por sexo e faixa etária: Bonfim do Paraopeba, 1860-1888.**



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

O Gráfico 8 indica que, no mercado bonfinense, entre 1860 e 1888, o ápice dos preços ocorreu na faixa etária 20-24 para os homens e na 15-19 para as mulheres. É consenso na historiografia que o período de maior valorização de um escravo ocorria dos 15 aos 29 anos, uma vez que é amplamente aceito que o auge da capacidade de produção escrava, em ambos os sexos, dava-se entre os 15 e 29 anos. Ou seja, 15-29 seria o período *mais* produtivo dentro daquele no qual se poderia esperar uma boa produtividade por parte do trabalhador escravizado.<sup>170</sup>

Tendo em vista apenas os preços nominais médios dos homens entre 15 e 29 anos, preços mais altos que se costumava pagar por um trabalhador escravo, é possível comparar os preços médios bonfinenses com os de mercados de outras localidades. Vale destacar que tal cotejamento foi realizado apenas com pesquisas que utilizaram unicamente escrituras de compra e venda para o cálculo dos preços.

Camila Flausino encontrou, para o município de Mariana, os preços médios de Rs 955\$786, Rs 1:313\$257, Rs 1:447\$901 e Rs 1:036\$383, respectivamente nas décadas de 1850, 1860, 1870 e 1880.<sup>171</sup>

Dos preços apresentados por Erivaldo Neves para o mercado de Caetité/BA, calculam-se os seguintes preços médios, respectivamente nas décadas de 1850, 1860, 1870 e 1880: Rs 732\$700, Rs 938\$900, Rs 965\$200 e Rs 895\$300.<sup>172</sup>

Em Piracicaba/SP, os preços médios encontrados por José Flávio Motta foram de Rs 1:819\$388, Rs 2:053\$763 e Rs 1:192\$857, para as décadas de 1860, 1870 e 1880, respectivamente.<sup>173</sup>

Para Rio Claro/SP, Gabriel Rossini encontrou preços médios variando entre Rs 1:855\$556 (no tráfico local) e Rs 1:958\$333 (no tráfico interprovincial) na década de 1860, entre Rs 2:060\$000 (tráfico interprovincial) e Rs 2:246\$000 (tráfico local) e entre Rs 1:000\$000 (tráfico local) e Rs 1:150\$000 (tráfico intraprovincial).<sup>174</sup>

Rafael Scheffer calculou, para Campinas/SP, preços médios variando entre Rs 1:646\$150 (transações intraprovinciais) e Rs 1:771\$110 (transações locais) nos anos 1860,

---

<sup>170</sup> SLENES, 1986; GORENDER, 1988; NEVES, 2000; BERGAD, 2004; FLAUSINO, 2006; SCHEFFER, 2012; MOTTA, 2012; ROSSINI, 2015.

<sup>171</sup> FLAUSINO, 2006, p. 136.

<sup>172</sup> NEVES, 2000, p. 111.

<sup>173</sup> MOTTA, 2012, pp. 230 e 314.

<sup>174</sup> ROSSINI, 2015, pp. 201, 239 e 320.

entre Rs 1:954\$850 (transações intraprovinciais) e Rs 2:149\$690 (transações locais) na década seguinte e, nos anos 1880, entre Rs 1:943\$330 (transações intraprovinciais) e Rs 2:183\$330 (transações locais).<sup>175</sup>

Sobre essa diferença de preços entre as modalidades local, intraprovincial e interprovincial do tráfico, Scheffer acredita que

escravos vindos de fora eram menos valorizados do que aqueles já conhecidos ou que já viviam nessa região, mas o fato de o comércio interprovincial concentrar mais escravos em idade produtiva (portanto, mais caros), que os outros tipos de transferência, faz com que o valor médio de todos os cativos (sem qualquer seleção etária ou sexual) transferidos entre as províncias seja o mais elevado entre eles. Ou seja, o comércio interprovincial focava escravos mais valiosos, mas, em perfis semelhantes, escravos locais eram mais valorizados.<sup>176</sup>

Argumento este que encontra respaldo na conclusão de Ian Read de que “compradores e vendedores normalmente preferiam negociar escravos com pessoas que conheciam, facilitando aquele que era um processo de risco”<sup>177</sup>. Como será discutido no capítulo 3, os principais riscos residiam na aquisição de escravos que apresentassem alguma doença, incapacidade para determinado tipo de trabalho, insubmissão ou vício, por exemplo, resultando em problemas futuros para o adquirente.

A despeito das diferenças de preços de uma localidade para outra, todos os autores encontraram preços médios mais elevados nas décadas de 1870 e 1860. Para Bonfim, cuja maioria esmagadora das transações se deu a nível local, os valores médios encontrados foram Rs 1:403\$270 na década de 1860, Rs 1:334\$444 nos anos 1870 e Rs 1:116\$667. Ou seja, em que pese as considerações já feitas a respeito do cálculo dos preços dos cativos nas décadas de 1860 e 1870 em Bonfim, os preços médios dos homens adultos jovens no mercado bonfinense aproximavam-se bastante daqueles praticados no mercado marianense. Os valores médios apresentados permitem concluir também que, ao longo das três décadas finais da escravidão, os escravos mais valiosos atingiam, na região Mineradora Central Oeste (Bonfim e Mariana), preços mais elevados que os registrados no mercado baiano (Caetité) e mais baixos que aqueles praticados nos mercados paulistas (Campinas, Rio Claro e Piracicaba).

Quando se analisa o perfil dos escravos alforriados em Bonfim, percebe-se que os preços parecem ter exercido um peso considerável na decisão de libertar um escravo.

<sup>175</sup> SCHEFFER, 2012, pp. 65-66.

<sup>176</sup> Ibid., pp. 66-67.

<sup>177</sup> READ, 2012, p. 76.



Como se sabe, o ato de alforriar envolvia motivações diversas, podendo a alforria se concretizar de forma imediata à sua concessão, mediante algum pagamento ou não, ou futuramente, mediante pagamento ou alguma outra condição estipulada pelo senhor. Para efeitos comparativos, os registros localizados foram agrupados em duas categorias: alforrias incondicionais e alforrias onerosas e/ou condicionais. Independente do tipo de alforria, a justificativa mais comum (e quase unânime) para a concessão da mesma era a “remuneração aos bons serviços prestados pelo escravo”.<sup>178</sup>

Foram considerados incondicionais unicamente os registros concedidos gratuitamente e que não mencionavam a necessidade de se observar nenhum impedimento ou requisito para que a mesma adquirisse vigor, ou seja, o escravo passaria a gozar de sua liberdade imediatamente à passagem da carta, sem que o senhor recebesse, pelo ato de alforriar, nenhum tipo de contrapartida por parte do escravo ou de terceiros.

As alforrias onerosas foram todas aquelas em que houve algum tipo de pagamento ou compensação financeira para que a alforria fosse concedida, tivesse esse pagamento (em espécie ou em mercadoria) sido feito pelo próprio escravo, por seus familiares ou qualquer outro indivíduo ou instituição (por exemplo as sociedades abolicionistas e o próprio Estado, por meio do Fundo de Emancipação). Aí estão compreendidos os processos de quartação<sup>179</sup>, registros de recibos passados em favor de liberdade (que indicariam um possível processo de quartação ou de compra da liberdade em curso), troca de um escravo pela liberdade de outro e os casos em que houve o pagamento do valor do escravo (ou outra quantia pelo senhor estipulada) pelo próprio cativo, por algum familiar ou terceiro, por alguma sociedade abolicionista ou pelas quotas do Fundo de Emancipação destinadas ao município de Bonfim.

Já as alforrias condicionais, como o nome sugere, previam alguma condição, a ser cumprida pelo cativo, para que se concretizem. Essa condição podia estar relacionada às mais diversas demandas, mas normalmente envolviam prestação de serviços pelo cativo aos senhores enquanto fossem vivos e mesmo a outras pessoas após a morte desses, visando quitação de dívidas ou indenização de algum herdeiro. Por esse motivo, o escravo (se

---

<sup>178</sup> TEIXEIRA, 2014; LACERDA, 2006.

<sup>179</sup> A quartação ou coartação pode ser entendida, para o período aqui estudado, como um processo no qual o cativo compra sua liberdade de forma parcelada. É celebrado um contrato no qual o senhor estipula um valor a ser pago pelo escravo (ou por terceiros) por sua alforria e um prazo para que esse pagamento fosse realizado. Em geral, no ato da formalização do contrato o escravo entra com determinada quantia em dinheiro e o valor restante é pago em parcelas. A cada parcela paga o senhor anexa um recibo do pagamento ao contrato. Para uma discussão mais aprofundada, ver LACERDA, 2006, pp. 67-69.

sobrevivesse à condição imposta) poderia gozar de sua liberdade dentro de poucos meses ou mesmo ter de esperar por vários anos para que esta se concretizasse.

Alforrias podiam ser ainda onerosas e condicionais, quando envolvessem o pagamento de alguma quantia mais a obrigação da prestação de serviços por algum tempo determinado ou cumprimento de algum outro tipo de condição.

A tabela 14 revela que as alforrias registradas em Bonfim foram majoritariamente onerosas e/ou condicionais, correspondendo a 75%. Dentre os 192 cativos assim alforriados, 56 o foram de forma onerosa (38 pelo Fundo de Emancipação), 134 de forma condicional e dois de forma onerosa e condicional.

**Tabela 14 – Distribuição dos escravos alforriados por década, sexo e tipo de alforria:  
Bonfim do Paraopeba, 1844-1888.**

Décadas	Tipo de Alforria											
	Onerosa/Condicional						Incondicional					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>1840</b>	4	36	7	64	<b>11</b>	<b>61</b>	4	57	3	43	7	<b>39</b>
<b>1850</b>	15	48	16	52	<b>31</b>	<b>65</b>	8	47	9	53	<b>17</b>	<b>35</b>
<b>1860</b>	20	44	26	56	<b>46</b>	<b>72</b>	6	33	12	67	<b>18</b>	<b>28</b>
<b>1870</b>	21	52	19	48	<b>40</b>	<b>74</b>	7	50	7	50	<b>14</b>	<b>26</b>
<b>1880</b>	28	44	36	56	<b>64</b>	<b>89</b>	4	50	4	50	<b>8</b>	<b>11</b>
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>46</b>	<b>104</b>	<b>54</b>	<b>192</b>	<b>75</b>	<b>29</b>	<b>45</b>	<b>35</b>	<b>55</b>	<b>64</b>	<b>25</b>

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Analisando os registros de alforria em Mariana entre 1840 e 1888, Heloísa Teixeira obteve números próximos: 65,1% de alforrias condicionais e 5% vinculadas à ação do Estado ou de leis abolicionistas, totalizando 70,1% de alforrias onerosas/condicionais<sup>180</sup>. Valor praticamente igual ao encontrado por Andréa Gonçalves para Ouro Preto no período 1808-1870: 70,29%<sup>181</sup>. Para Juiz de Fora, na região da Mata, no mesmo período deste estudo, Antônio Lacerda também constatou a presença majoritária das alforrias onerosas/condicionais (57,01%), porém não de forma tão acentuada quanto nos municípios da região Mineradora Central Oeste<sup>182</sup>. Pesquisas realizadas para outras regiões do Brasil (São Paulo, Campinas e Rio de Contas/BA), citadas por Heloísa Teixeira, também constataram uma minoria das alforrias incondicionais<sup>183</sup>.

<sup>180</sup> TEIXEIRA, 2014, p. 52.

<sup>181</sup> GONÇALVES, 2011, p. 211 *apud* TEIXEIRA, 2014, p. 52.

<sup>182</sup> LACERDA, 2006, p. 63.

<sup>183</sup> TEIXEIRA, 2014, pp 54-58.

Além de a porcentagem de alforrias onerosas/condicionais verificada em Bonfim ter sido superior à de todas as localidades supracitadas, chama atenção no caso bonfinense (destoando de todos os estudos mencionados) o fato de que as alforrias onerosas e/ou condicionais tiveram um crescimento constante ao longo das décadas, chegando a representar 89% das liberdades concedidas na década de 1880. Em nenhuma das cinco décadas as incondicionais representaram mais que 39%, valor dos anos 1840. Isso provavelmente esteja ligado à natureza das fontes, uma vez que é de se esperar que alforrias concedidas condicionalmente tivessem maior necessidade de serem registradas. Tal constatação pode revelar também uma tentativa, por parte dos proprietários bonfinenses, de garantir que seus cativos com eles permanecessem o máximo de tempo possível ou de, ao menos, serem ressarcidos pela perda daquele cativo alforriado, uma vez que a possibilidade de repor aquela mão de obra perdida se mostrava cada vez mais difícil a partir de 1850.

A Tabela 15 indica um crescimento contínuo da quantidade de alforriados ao longo das décadas, exceto na de 1870. Tal diminuição seria um impacto da Lei do Ventre Livre? Ou teria relação com a intensificação do tráfico interno? Talvez ambos os fatores tenham contribuído para esse quadro. Vale lembrar que todas as alforrias ligadas ao Fundo de Emancipação são da década de 1880 e, se forem subtraídas do total de alforrias da década, a quantidade de libertos dos anos 1880 torna-se bem menor que a da década anterior. Pode-se especular, então se, a partir da década de 1870, a predisposição dos senhores bonfinenses a libertar seus escravos não teria diminuído, por motivações que esta pesquisa não tem condições de avaliar mas que, considerando apenas a questão econômica e o “peso expressivo” que os escravos assumiam na economia das famílias escravistas bonfinenses (nas palavras de Cláudia Martinez, como discutido no capítulo 1), arrisca-se a um palpite: a disponibilidade de escravos nos mercados local e nacional a partir da década de 1870. Experimentando mais dificuldade de reposição de mão de obra, os senhores podem ter ficado mais relutantes em libertar seus escravos.

O sexo dos escravos alforriados revela o oposto dos negociados, prevalecendo as mulheres. Entre os escravos brasileiros, nas décadas de 1840 e 1870 observou-se o exato equilíbrio entre os sexos dos alforriados. Contudo, entre os africanos, apenas 11% dos

registros<sup>184</sup>, houve mais homens alforriados, o que pode estar ligado a uma menor quantidade de africanas entre as escravas bonfinenses.

É interessante notar que, em relação ao sexo, os números de Bonfim são praticamente os mesmos que em Mariana (46,6% de homens e 53,4% de mulheres)<sup>185</sup> e em de Juiz de Fora (46,56% de homens e 53,15% de mulheres)<sup>186</sup>.

**Tabela 15 – Distribuição dos escravos alforriados por década, origem e sexo:  
Bonfim do Paraopeba, 1844-1888.**

Décadas	Origem												Sexo						Razão de sexo
	Africanos						Brasileiros						Homens		Mulheres		Total	Razão de sexo	
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total		Nº	%	Nº	%			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
<b>1840</b>	1	25	3	75	4	22	7	50	7	50	14	78	8	44	10	56	18	7	80
<b>1850</b>	5	62	3	38	8	17	18	45	22	55	40	83	23	48	25	52	48	19	92
<b>1860</b>	5	71	2	29	7	11	21	37	36	63	57	89	26	41	38	59	64	25	68
<b>1870</b>	4	67	2	33	6	11	24	50	24	50	48	89	28	52	26	48	54	21	108
<b>1880</b>	2	100	0	0	2	2	30	43	40	57	70	98	32	44	40	56	72	28	80
<b>Total</b>	17	63	10	37	27	11	100	44	129	56	229	89	117	46	139	54	256	100	84

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Em geral, as principais hipóteses apresentadas pela historiografia para o predomínio das mulheres entre os alforriados são o preço mais baixo das escravas (portanto, uma estratégia senhorial e, nos casos de alforrias compradas, também uma estratégia cativa), o fato de, por ser a condição determinada pelo ventre, os próprios escravos procurarem priorizar a libertação das mulheres de seu grupo familiar ou afetivo (ou seja, uma estratégia cativa), o fato de as mulheres, por normalmente estarem mais propensas a executar tarefas domésticas, criarem vínculos mais fortes com os senhores e ainda a possibilidade de serem “recompensadas” com a alforria por uma prole numerosa. Na prática, não é improvável que várias dessas possibilidades se verificassem, culminando na maioria feminina.<sup>187</sup>

Em relação às idades dos alforriados, novamente observa-se o inverso das negociações: as porcentagens de velhos (40 anos ou mais, 31% dos alforriados) e crianças (0-14 anos, 30% dos registros) somadas, ultrapassam a dos adultos (15-39 anos, 39% dos registros), como se vê na tabela 14. Para efeito comparativo, Heloísa Teixeira encontrou 28%

<sup>184</sup> São mencionadas as “Nações” Benguela (quatro registros), Congo (três registros) e Angola, Cambinda, Mocuaia e Rebola, com um registro cada. Entre os brasileiros, apenas cinco não haviam sido matriculados em Bonfim (um homem e uma mulher matriculados em Ouro Preto, uma em Barbacena, uma em Pitangui e outra em Curvelo), dos quais apenas a mulher de Curvelo obteve alforria incondicional.

<sup>185</sup> TEIXEIRA, 2016, p. 137.

<sup>186</sup> LACERDA, 2006, p.93.

<sup>187</sup> TEIXEIRA, 2016; LACERDA, 2006, MATTOSO, 2003; SLENES, 1999.

de crianças, 50,9% de adultos (15 a 44 anos) e 21,1% de idosos (45 anos em diante) entre os alforriados em Mariana. A autora ressalta que, no caso das crianças, a alta porcentagem de alforriados corresponderia à alta participação das crianças na população escrava marianense, 27,5%. No caso de Bonfim, cujo percentual de crianças na população cativa era ligeiramente menor que aquele registrado em Mariana, a porcentagem de crianças alforriadas é ligeiramente mais elevada. Entre os adultos e idosos, a diferença entre os dois municípios é ainda mais gritante.<sup>188</sup>

Vale lembrar ainda que as faixas etárias que contêm a maior quantidade de alforriados em Bonfim são justamente aquelas cujos preços são os mais baixos. Dessa forma, não é de se estranhar o fato de que, na faixa etária 20-24 anos (ápice do preço masculino) as mulheres tenham correspondido a 83% dos alforriados.

Prometer uma alforria que só se concretizaria dentro de vários anos, período no qual os serviços daquele cativo continuariam sendo usufruídos (e mesmo comercializados) pode ter funcionado como uma forma de acalmar os ânimos dos escravizados e garantir sua prestação de serviços com dedicação por mais tempo, devolvendo aos senhores o controle da situação. Alforriar por meio do Fundo de Emancipação também parece ter sido uma alternativa, dentro do cálculo econômico, para se reduzir as perdas que viriam inevitavelmente pelo envelhecimento dos escravos e, nos anos 1880, pelo desaquecimento do mercado, ao menos para a pequena parcela de proprietários bonfinenses que teve acesso a esse recurso<sup>189</sup>. Ainda nessa linha de raciocínio, priorizar a libertação de mulheres, crianças e idosos, cujos preços eram mais baixos, também parece ter sido uma estratégia senhorial visando minimizar os prejuízos com a perda do escravo.

Como já mencionado, não é objetivo do presente estudo analisar mais detidamente a prática das alforrias em Bonfim, mas sim relacionar o mercado de mão de obra escravizada ao que parece constituir-se um “mercado da liberdade”. Percebe-se que aspectos relacionados ao mercado de escravos (como os preços e a disponibilidade dos cativos) parecem ter exercido influência considerável na prática de alforriar, orientando as estratégias senhoriais no sentido de postergarem o máximo possível a perda do escravo e minimizar o quanto conseguissem os prejuízos advindos de tal perda.

---

<sup>188</sup> TEIXEIRA, 2016, pp. 143-144.

<sup>189</sup> Os 38 cativos libertados pelo Fundo de Emancipação em Bonfim pertenciam a 25 diferentes senhores. Desses 25, um teve quatro escravos alforriados pelo Fundo, dois tiveram três cada um e, seis deles, dois escravos cada.

### *Fluxos das transações*

Uma análise mais aprofundada a respeito dos envolvidos nas negociações será feita no capítulo 3, mas, por hora, vale destacar o paradoxo entre a concentração de uma parcela das transações e dos escravos negociados em um reduzido número de indivíduos e/ou firmas comerciais face à pulverização dos envolvidos verificada na parcela majoritária das negociações.

**Tabela 16 – Local de residência dos transmitentes que atuaram no mercado bonfinense por década: Bonfim do Paraopeba: 1842-1888.**

Décadas	1840		1850		1860		1870		1880		Subtotal		Total		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Município de Bonfim	Freguesia de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais	-	-	1	17	27	25	25	35	12	30	65	28		
	Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	1	11	-	-	9	8	6	8	1	2	17	7		
	Freguesia de Santo Antônio do Morro de Matheus Leme	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	0,4	202	86,3
	Freguesia de São Gonçalo da Ponte	-	-	-	-	8	7	2	3	4	10	14	6		
	Freguesia de São Sebastião de Itatiaiuçu	3	33	1	17	12	11	6	8	6	15	28	12		
	Freguesia do Senhor do Bonfim	5	56	2	33	34	31	22	31	14	35	77	33		
Província de MG	Municípios da Região Mineradora Central Oeste	-	-	2	33	5	5	7	10	3	8	17	7		
	Municípios da Região Intermediária de Pitangui-Tamanduá	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	5	2	29	12,4
	Municípios de outras regiões de MG	-	-	-	-	4	4	2	3	-	-	6	3		
	Municípios da região da Mata	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	0,4		
Municípios da província do RJ	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	3	1	3	1,3	
Municípios de outras províncias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro país	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs.: considerados apenas os registros que informam o local de residência do transmitente.

Em outras palavras, das 237 escrituras analisadas, são citados 223 nomes diferentes de transmitentes e 175 de adquirentes. Já, entre as 121 procurações destinadas a negociar cativos,

observam-se 81 diferentes outorgantes e 94 outorgados procuradores distintos. Logo, constata-se um predomínio de indivíduos que operaram uma única transação nesse mercado ao longo de cinco décadas. Por outro lado, percebem-se também alguns poucos indivíduos que apareceram diversas vezes, nos diferentes tipos de atuação (como procurador, outorgante, transmitente ou adquirente), o que evidencia a existência de comerciantes especializados agindo nesse mercado.

**Tabela 17 – Local de residência dos adquirentes que atuaram no mercado bonfinense por década: Bonfim do Paraopeba: 1842-1888.**

Décadas	1840		1850		1860		1870		1880		Subtotal		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Município de Bonfim</b>														
Freguesia de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais	1	11	-	-	17	17	24	34	9	23	51	23		
Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades do Rio do Peixe	1	11	1	17	12	12	1	1	-	-	15	7		
Freguesia de Santo Antônio do Morro de Matheus Leme	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182	82
Freguesia de São Gonçalo da Ponte	1	11	1	17	10	10	2	3	4	10	18	8		
Freguesia de São Sebastião de Itatiaiuçu	1	11	-	-	11	11	7	10	2	5	21	9		
Freguesia do Senhor do Bonfim	3	33	3	50	28	29	28	40	15	38	77	35		
<b>Provincia de MG</b>														
Municípios da Região Mineradora Central Oeste	2	22	1	17	8	8	5	7	4	10	20	9		
Municípios da Região Intermediária de Pitangui-Tamanduá	-	-	-	-	3	3	-	-	1	3	4	2	36	16
Municípios de outras regiões de MG	-	-	-	-	7	7	-	-	1	3	8	4		
Municípios da região da Mata	-	-	-	-	1	1	-	-	3	8	4	2		
Municípios da província do RJ	-	-	-	-	-	1	1	3	4	-	4	2	4	2
Municípios de outras províncias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Outro país</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

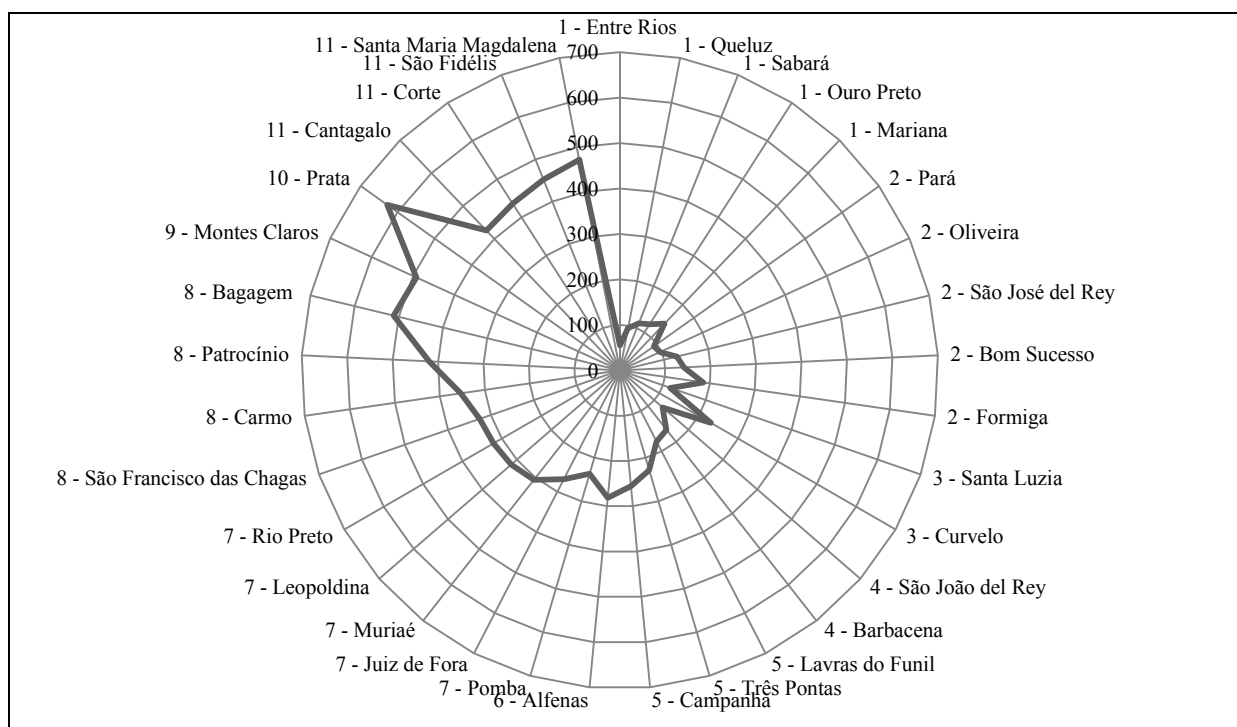
Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs.: considerados apenas os registros que informam o local de residência do adquirente.

Entre os transmitentes, embora 86% residissem no próprio município (Tabela 16), depara-se com pessoas de outras regiões de Minas e mesmo da província do Rio frequentando o mercado bonfinense. Destaque para os transmitentes residentes na região Mineradora Central Oeste.

Já, entre os adquirentes (Tabela 17), a porcentagem de bonfinenses, embora um pouco menor, é quase a mesma da dos adquirentes. Novamente, entre os não bonfinenses, destacam-se os adquirentes moradores da região Mineradora Central Oeste.

**Gráfico 9 – Municípios de residência dos transmitentes e adquirentes não bonfinenses e suas respectivas distâncias (em km) em relação ao município de Bonfim (1842-1888).**



**Legenda:**

1 – Municípios da região Mineradora Central Oeste; 2 – Municípios da região Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 3 – Municípios da região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 4 – Municípios da região Sudeste; 5 - Municípios da região Sul Central; 6 – Municípios da região Sudoeste; 7 - Municípios da região da Mata; 8 - Municípios da região de Araxá; 9 – Municípios da região Sertão, 10 – Municípios da região Triângulo; 11 – Municípios da província do Rio de Janeiro.

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB. Elaboração própria a partir dos dados informados pelo site <https://www.google.com.br/maps>.

Obs. 1: distâncias atuais entre os municípios, calculadas a partir de suas conexões rodoviárias.

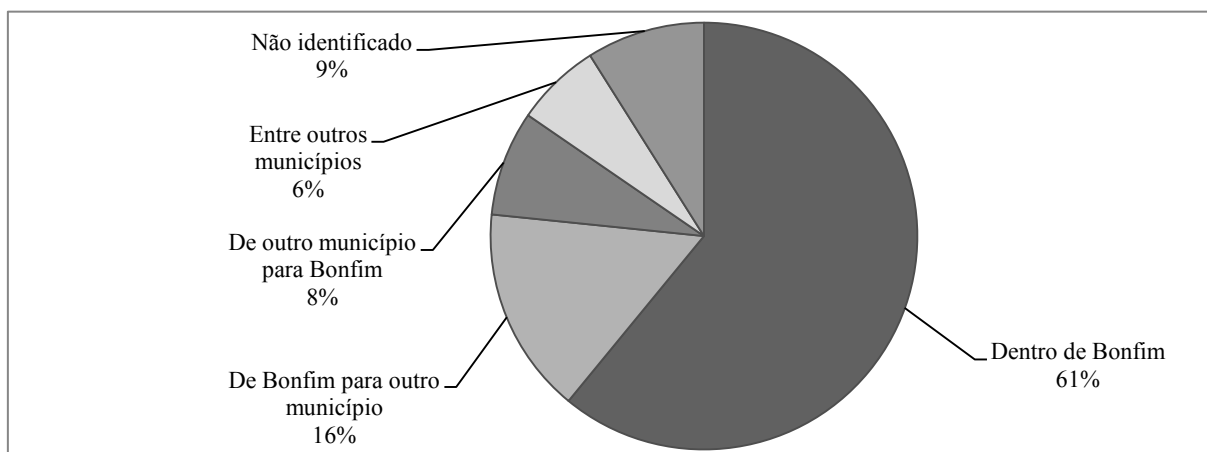
Obs. 2: Regionalização conforme relação apresentada por PAIVA, 1996, pp. 166-180.

Os dados das Tabelas 16 e 17 são também um indicativo de como se davam as relações comerciais de Bonfim com o restante da província e com outras províncias do Império. Percebe-se que a maioria dos escravos negociados circulou em um raio de até 200



km da Sede municipal de Bonfim, como se vê no Gráfico 9, que mostra os municípios com os quais os bonfinenses comercializaram escravos, ou seja, os municípios de residência dos transmitentes e adquirentes não residentes em Bonfim.

**Gráfico 10 – Fluxos dos escravos negociados no mercado bonfinense (Escrituras):  
Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.**



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

O Gráfico 10 analisa a origem e o destino dos escravos mencionados nas escrituras, segundo os locais de residência do transmitente e do adquirente. Percebe-se que a grande maioria dos escravos (245) esteve envolvida em transações intramunicipais<sup>190</sup>. 32 transações (63 cativos) possuíam transmitente bonfinense e adquirente não bonfinense e, em 19 delas (32 escravos), a transação se deu no sentido oposto. Há ainda nove transações (25 escravos), onde nem o transmitente nem o adquirente residiam em Bonfim<sup>191</sup> e 36 escravos que participaram de negociações onde o transmitente ou adquirente, ou nenhum dos dois, teve local de residência especificado. Vale lembrar, contudo, que nem todas essas transações chegaram necessariamente a envolver a transferência definitiva de propriedade do cativo.

Quando são consideradas apenas as vendas, ou seja, onde de fato houve transferência definitiva da propriedade, tem-se 37 escravos sendo retirados de Bonfim e 24 entrando no município. Logo, as escrituras evidenciam um saldo negativo de 13 escravos para Bonfim entre 1842 e 1888, como se vê na Tabela 18.

<sup>190</sup> Ressalte-se a necessidade de se levar em conta que o local de produção das escrituras pode ter exercido um peso significativo nesse resultado.

<sup>191</sup> O que, conforme Rafael Scheffer (2012, p. 43), indicaria alguma importância da localidade como entreposto de negociação de escravos. No caso de Bonfim, sua localização estratégica, como discutido no capítulo 1, talvez explique a ocorrência de tais transações, mas a porcentagem pequena de ocorrências não parece suficiente para permitir classificar o município como entreposto importante (para efeito comparativo, Scheffer encontrou, em Campinas, 17,7% dos escravos negociados nessa mesma situação).

Obviamente, não é nada improvável que os adquirentes, independente de onde residissem, pudessem efetuar novas transações com aqueles cativos em mercados de outras regiões. Com efeito, das 77 escrituras de adquirentes residentes na Sede de Bonfim, 24 (1/3) diziam respeito aos três principais negociantes de escravos bonfinenses<sup>192</sup>. Contudo, a grande quantidade de indivíduos que atuou nesse mercado uma única vez ao longo das cinco décadas provavelmente adquiriu os cativos visando repor as perdas decorrentes de mortes ou alforrias em suas posses.

**Tabela 18 – Transações de compra e venda de escravos no mercado bonfinense via tráficos intra e interprovincial: Bonfim do Paraopeba, 1842-1888.**

		Transações Escravos				Transações Escravos		Saldo
		(Nº)	(Nº)			(Nº)	(Nº)	(Nº de escravos)
Os 24 escravos que entraram em Bonfim via escrituras foram trazidos das regiões:	Mineradora Central Oeste	7	10	Os 37 escravos que saíram de Bonfim via escrituras foram levados para as regiões:	Mineradora Central Oeste	10	12	-2
	Intermediária de Pitangui-Tamanduá	3	3		Intermediária de Pitangui-Tamanduá	3	7	-4
	Outras regiões de MG	4	7		Outras regiões de MG	6	7	0
	Mata	0	0		Mata	3	7	-7
	Província do RJ	3	4		Província do RJ	3	4	0

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs.: considerados apenas os registros que informam os locais de residência do transmitente e do adquirente.

Entre as procurações o cenário parece ser outro, indicando uma provável perda de escravos bem maior que os possíveis ganhos. Novamente, vale destacar que nem todas as procurações envolveram transferência definitiva de propriedade, além de que em muitas delas não é possível saber se, onde, como e por quem o negócio chegou a ser concretizado, devido aos limites inerentes a essa fonte já citados.

Das 121 transações registradas por meio das procurações, 112 apresentavam outorgantes bonfinenses. As outras nove foram passadas por outorgantes residentes em municípios das regiões Mineradora Central Oeste (três casos), Intermediária de Pitangui-Tamanduá (três registros), outras regiões de Minas (um registro) e municípios da província do Rio (2 casos).

<sup>192</sup> A participação desses indivíduos no mercado bonfinense, bem como o volume de escravos por eles negociados serão detalhados no capítulo 3.

Das procurações destinadas a compra, venda ou compra e venda, poucas mencionavam nome e local de residência do transmitente e do adquirente. Apenas 19 delas (28 cativos) trazem informação que possibilita identificar o fluxo da possível negociação. Dessas, cinco tiveram comprador bonfinense, movimentando um escravo cada. Três dos vendedores residiam em Bonfim, um na região Mineradora Central Oeste e o outro da região da Mata. Aqui o interessante destacar é que cinco dos bonfinenses envolvidos (um vendedor e quatro compradores) eram negociantes de escravos.

Já entre os vendedores bonfinenses (excetuando-se as duas transações supracitadas que envolveram compradores também bonfinenses), por meio de três transações transferiram três escravos para compradores da região Intermediária de Pitangui-Tamanduá, outros três para compradores da região da Mata por meio de duas transações e 18 para compradores residentes em municípios da província do Rio através de nove vendas.

Logo, as 19 procurações analisadas expõem três transações intramunicipais, duas intermunicipais com adquirente bonfinense e transmitente não bonfinense e 14 intermunicipais com transmitente bonfinense e adquirente não bonfinense. Saldo negativo de 24 cativos para Bonfim.

Como já dito, as procurações costumam evidenciar majoritariamente o comércio de longa distância, então, não seria surpreendente se a grande maioria dos escravos vendidos por meio delas tivesse se destinado ao exterior do município.

Das 34 procurações destinadas a comprar escravos, 21 (quase 2/3) foram passadas por negociantes de escravos bonfinenses. Contudo, a atuação desses sujeitos não se dava apenas levando cativos do município para outras localidades. Eles também vendiam escravos no mercado local, escravos esses que poderiam vir de outras localidades. Ou seja, as transferências internas de cativos nessa região se davam de forma muito mais complexa que uma simples retirada de indivíduos de uma determinada região para enviar para outra. O que as análises estão demonstrando é que não havia um único fluxo.

Enquanto os registros dos anos 1840 e 1850 não trazem informação alguma a respeito da naturalidade dos escravos brasileiros, os de 1861 a 1872 costumam trazer a informação do local de nascimento do cativo (por ser exigência da Lei nº 2699, de 28/11/1860). Por sua vez, os documentos posteriores a 1873 voltam a não informar a localidade precisa onde nasceu o escravo. Distingue-se apenas quem é africano e quem é brasileiro e, em poucos casos, foi

mencionada a província da qual o escravo era natural. Embora nem o artigo oitavo da Lei nº 2040, de 28/09/1871, que instituiu a matrícula dos escravos do Império, nem o Decreto nº 4835, de 01/12/1871, que a regulamentou, mencionassem a exigência de se informar a naturalidade do escravo, o formulário da matrícula possuía este campo. Contudo, para o período pós-1872 há ainda a informação sobre o local onde foi realizada a matrícula. Dessa forma, embora o escravo matriculado em um município em 1872 não necessariamente fosse dele natural, é possível contabilizar os casos daqueles que mudaram de residência após 1872.

**Tabela 19 – Origem dos escravos brasileiros negociados no mercado bonfinense por sexo e década: Bonfim do Paraopeba: 1860-1888.**

Localidades	Década de 1860		Década de 1870		Década de 1880		Total					
	H	M	H	M	H	M	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Município de Bonfim</b>	41	29	43	41	25	20	109	78	90	69	<b>199</b>	<b>73</b>
<b>Municípios da Região Mineradora Central Oeste</b>	4	3	12	16	3	2	19	14	21	16	<b>40</b>	<b>15</b>
<b>Municípios da Região Intermediária de Pitangui-Tamanduá</b>	1	2	4	5	-	1	5	3	8	6	<b>13</b>	<b>5</b>
<b>Municípios de outras regiões de MG</b>	3	3	3	5	-	-	6	4	8	6	<b>14</b>	<b>5</b>
<b>Municípios da região da Mata</b>	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	<b>1</b>	<b>0,4</b>
<b>Municípios da província do RJ</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Municípios de outras províncias</b>	-	1	1	2	-	-	1	1	3	2	<b>4</b>	<b>1</b>

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs.: considerados apenas os registros que informam o local do nascimento ou da matrícula do escravo.

Como já mencionado, nem todos os escravos brasileiros negociados em Bonfim eram naturais do município. A Tabela 19 mostra que o percentual de escravos não bonfinenses correspondia a pouco mais de 1/4. A maioria desses não bonfinenses era originária de municípios da região Mineradora Central Oeste, sobretudo nos anos 1870.

Dessa forma, numa transação envolvendo transmitente bonfinense e adquirente ouro-pretano, por exemplo, havia a possibilidade de o escravo negociado ter nascido e/ou sido matriculado em Oliveira, ou seja, localidade distinta tanto do transmitente quanto do adquirente. A Tabela 20 apresenta outros cenários possíveis.

Observa-se que, embora as transações que conservaram os escravos em suas localidades de origem tenham sido as principais, apenas na última década da escravidão elas não foram superadas pelas transações que levaram os cativos para localidades diferentes. Em que pese o que já foi discutido até aqui, essa constatação traz duas implicações importantes: a redistribuição interna dos cativos pós-1850 e a questão da possibilidade da separação dos negociados de seus vínculos familiares e/ou afetivos.

Percebe-se que, já na década de 1860, houve uma grande redistribuição dos cativos, mas ainda majoritariamente interna à região de Bonfim, visto que 56% deles ou permaneceu em seu local de nascimento ou foi reconduzido a ele (ou seja, todos os casos onde o adquirente residia na mesma localidade de origem do negociado).

Na década seguinte, observa-se essa redistribuição de forma ainda mais acentuada, mas dessa vez apenas 44% deles permaneceram ou retornaram ao local de origem. Logo, nos anos 1870 o tráfico aumentou bastante a probabilidade de rompimento dos vínculos afetivos e/ou familiares dos escravos.

Os nove anos finais da escravidão inverteram completamente esse quadro. A redistribuição continuou, porém de forma eminentemente local. 74% dos cativos mudaram apenas de dono, não de localidade. Contudo, nenhum daqueles que, em anos anteriores, foram retirados de seu local de origem, a ele retornaram nos anos 1880.

**Tabela 20 – Locais de residência do transmitente e do adquirente em relação à origem dos escravos brasileiros negociados no mercado bonfinense, por década:**

**Bonfim do Paraopeba: 1860-1888.**

Tipo de transação	Década de 1860		Década de 1870		Década de 1880		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>Transmitente e adquirente de localidades diferentes daquela de origem do escravo</b>	13	15%	18	21%	6	13%	<b>37</b>	<b>17%</b>
<b>Transmitente de localidade diferente e adquirente da mesma localidade de origem do escravo</b>	13	15%	5	6%	-	-	<b>18</b>	<b>8%</b>
<b>Transmitente e adquirente da mesma localidade de origem do escravo</b>	35	41%	33	38%	34	74%	<b>102</b>	<b>47%</b>
<b>Transmitente da mesma localidade de origem do escravo e adquirente de localidade diferente</b>	24	28%	30	35%	6	13%	<b>60</b>	<b>28%</b>
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>39%</b>	<b>86</b>	<b>40%</b>	<b>46</b>	<b>21%</b>	<b>217</b>	<b>100%</b>

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs.: considerados apenas os registros que informam os locais de residência do transmitente e do adquirente e o local do nascimento ou da matrícula do escravo.

Houve escravos comercializados mais de uma vez no mercado bonfinense e outros ainda sofreram outros tipos de comercialização antes ou depois de chegarem a Bonfim. Logo, muitas transações poderiam estar levando o escravo novamente ao seu local de origem ao invés de dele está-lo afastando.

Todavia, como não é possível saber quanto tempo esses escravos negociados mais de uma vez estiveram em cada localidade, não se sabe se teriam tido oportunidades de criarem novos vínculos afetivos antes de serem trasladados. Por exemplo, um escravo retirado de seu local de nascimento poderia, na localidade para a qual foi levado, constituir novos vínculos sociais e afetivos que talvez fossem desfeitos ao ser ele levado de volta à sua região de origem. Assim, um cativo separado dos pais e irmãos, ao ser reconduzido à sua região natal poderia reencontrar aqueles familiares, mas talvez tivesse sofrido uma nova separação, dessa vez de seus filhos ou companheiro.

Vale lembrar que muitas dessas mudanças ocorreram entre distritos vizinhos, alguns pertencendo a municípios diferentes. Então, também é possível imaginar que alguns desses escravos tivessem conseguido manter contato com seus entes queridos com alguma frequência.

Apesar de a maioria dos cativos ter, em algum momento, sido retirada de seu local de origem, não necessariamente todos eles foram separados de suas famílias, embora não se tenha dúvida de que tal separação aconteceu em diversas ocasiões. Quando ela ocorreu, pode ter sido momentânea, parcial ou definitiva, não deixando, em nenhum desses casos, de ser dolorosa. A miríade de possibilidades de redistribuição dos cativos acima discutidas permite afirmar então que, aparentemente, a maioria dos escravos comercializados em Bonfim sofreu, em algum momento de sua vida, algum deslocamento que pode ter resultado em algum tipo de rompimento de vínculos afetivos. Precisar esse tipo de rompimento se faz um pouco mais difícil. Logo, torna-se necessário aprofundar os estudos acerca dessas separações provocadas pelo tráfico interno.

O exposto evidencia que, para uma melhor compreensão do comércio de mão de obra escravizada no pós-1850, é fundamental que se atente para a importância das transações precedentes.

Analisando o tráfico para Juiz de Fora, Cláudio Machado encontrou 59% das transações e 42,5% dos escravos negociados por vendedores e compradores oriundos do

próprio município ou de municípios da região da Mata, o que demonstra a importância do tráfico intrarregional também para a região da Mata. As procurações por ele analisadas apresentam um quadro inverso daquele de Bonfim: 72,42% daquelas cujo outorgante residia no município se destinavam a comprar escravos. O autor sugere ainda que Juiz de Fora teria se constituído num importante entreposto comercial da mercadoria escrava, devido à pujança de suas lavouras cafeeiras e pela privilegiada localização na Zona da Mata e vinculações estabelecidas com o Rio de Janeiro. Ao descobrir que, em relação às origens dos escravos transacionados no mercado de Juiz de Fora entre 1861-72 e 1880-84, 59,57% deles tiveram suas matrículas efetuadas no interior da província (Zona da Mata e outras regiões) e 40,43% foram matriculados em outras províncias ou delas tiveram procedência original, além de, pelo menos cerca de um terço (33,02%) das transações intramunicipais, comprovadamente, revestirem-se de transações precedentes, o autor conclui que

escravos transacionados precedentemente e oriundos de outras áreas ou regiões, voltaram a ser de novo negociados, só que agora entre proprietários locais. Neste aspecto, o das transações precedentes, detectamos operações advindas ainda do tráfico africano, de transações intermunicipais envolvendo tanto a Zona da Mata quanto outras regiões de Minas Gerais, bem como de transações interprovinciais.<sup>193</sup>

Em Piracicaba, José Flávio Motta também observou ter sido frequente a ocorrência desses deslocamentos efetuados anteriormente às transações por ele estudadas.<sup>194</sup>

Em Bonfim, pelo menos 1/4 dos escravos brasileiros negociados entre 1860 e 1888 passaram por transações precedentes. Vale notar, contudo, que ao longo das três décadas, a porcentagem de brasileiros escravizados que já haviam passado por ao menos uma transação anterior, caiu gradativamente, de 30% a 13%.

### ***Os ingênuos***

Embora não tenham sido mencionados entre os indivíduos analisados até aqui, os 22 ingênuos citados nas escrituras e procurações merecem algumas breves considerações.

Entre os 12 meninos, as faixas etárias 0-4 e 5-9 anos englobaram, cada uma, dois indivíduos, um pertencia à faixa 10-14 e sete não tiveram a idade informada. Já entre as 10 meninas, seis pertenciam à faixa etária 0-4 anos, duas à faixa 5-9 e duas não tiveram a idade informada.

---

<sup>193</sup> MACHADO, 2002, pp. 17-22.

<sup>194</sup> MOTTA, 2006, pp. 23-43.

Nos registros da década de 1880, onde foi possível fazer tal comparação, não se percebe que mulheres acompanhadas de ingênuos apresentassem preços mais elevados que mulheres sozinhas de idades próximas. Dos cinco casos comparados, entre 1882 e 1883, em apenas duas mulheres acompanhadas de ingênuos apresentaram preços mais elevados que as de idade parecida vendidas sozinhas em datas próximas. É possível especular que os compradores estariam interessados em usufruir dos serviços dos ingênuos e, por isso, teriam pago preços mais elevados por essas escravas<sup>195</sup>. Contudo, ao verificar as idades dos ingênuos - uma menina com sete meses de vida em um caso e, no outro, uma menina de cinco anos e um menino recém-nascido - tal hipótese perde um pouco de credibilidade. Nos outros três casos, os valores das mulheres com ingênuos eram, inclusive, bem mais baixos que os das mulheres sozinhas<sup>196</sup>.

As duas transações abaixo reproduzidas são as únicas onde é claramente mencionada a possibilidade de utilização dos serviços dos ingênuos.

*Aos 10/01/1882, D. Maria Joana de Oliveira, residente na Fazenda do Morro da Onça, distrito do Rio Manso, vendeu, a Serafim Martins Nunes, morador do distrito de Santa Cruz das Águas Claras, a escrava Rita, preta, 34 anos, brasileira, filha de Maria, solteira, apta para o trabalho de fiandeira, acompanhada de três filhos: Firmino, pardo, 11 anos, brasileiro, solteiro, João, pardo, oito anos, ingênuo e Clementina, parda, três a quatro anos de idade, ingênuo. Rita foi vendida por Rs 800\$000 e Firmino por Rs 1:000\$000. O documento informa ainda que, para a vendedora poder pagar as dívidas do seu casal, contraídas por seu finado marido José Pacheco Monteiro, vendia os dois escravos que couberam em sua meação, sendo que o comprador adquiriu também os direitos sobre os serviços dos ditos ingênuos durante o prazo permitido pela lei.<sup>197</sup>*

*Aos 28/09/1887, D. Maria José Fernandes, moradora do distrito de Sant'Anna do Paraopeba, alugou, a Antonio Ignacio Monteiro Galvão de São Martinho, por meio do procurador deste, João Evangelista Monteiro de Barros Galvão de São Martinho, ambos moradores do município de Leopoldina, o ingênuo Juscelino, de 14 anos, filho de Delphina, e mais 10 escravos de idades e sexo variados, entre os quais, a mãe e a irmã do ingênuo. O contrato previa o aluguel dos escravos e ingênuos pelo período de dois anos, sendo o valor anual de cada escrava equivalente a Rs 120\$000, o de cada escravo equivalente a Rs 150\$000 e o do ingênuo, a Rs 55\$000. O locatário pagou à locadora no passar da escritura Rs 700\$000 em moeda corrente, obrigando-se a pagar Rs 645\$000 no fim do primeiro ano e, no segundo ano, Rs 1:345\$000 em duas prestações semestrais de*

<sup>195</sup> FLAUSINO, 2006, p. 79.

<sup>196</sup> APMB, Livro 6º de Notas para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira, fls. 4-7, 9v-11 e 20-21 e 1882 - 10 - Livro de Nottas - Piedade dos Gerais, fls. 13v-17.

<sup>197</sup> APMB, Livro 6º de Notas para escrituras de compra e venda de escravo...s, fls. 4v-6.



*Rs 672\$500, perfazendo a quantia de Rs 2:690\$000, correspondente aos dois anos do contrato.*<sup>198</sup>

No apagar das luzes da escravidão, os senhores bonfinenses ainda tentavam garantir o máximo de longevidade possível à instituição.

---

<sup>198</sup> APMB, 1886 - N° 15 - Livro de Notas do Cartório do 1° Ofício da Cidade do Bomfim, fls. 32-35v.

### Capítulo 3:

## O funcionamento do mercado: escravos negociados, transmitentes, adquirentes e procuradores e suas formas de atuação

A partir dos dados levantados no capítulo anterior, pretende-se aprofundar as discussões acerca do funcionamento desse mercado, focando na atuação dos transmitentes, adquirentes e procuradores que nele atuaram.

Cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e portanto se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é uma versão diferente.<sup>199</sup>

A aplicação do método onomástico, através da utilização de nomes como fios condutores para pesquisas em fontes de naturezas diversas, mostra-se bastante profícua para a construção de pequenas biografias que, embora fragmentárias, revelam redes de relações e contextos políticos, culturais e socioeconômicos em que se encontravam circunscritas.<sup>200</sup>

Para tanto, faz-se necessário recolher, inquirir e entrecruzar atentamente os variados vestígios deixados por tais indivíduos a fim de se construir um possível modelo explicativo da configuração daquela realidade.<sup>201</sup> Assim sendo, além das fontes e dos resultados mencionados no segundo capítulo, serão utilizadas anúncios de jornais mineiros e fluminenses, o já mencionado *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes*, bem como processos judiciais existentes no APMB, concernentes a personagens que atuaram em tal comércio.

Os jornais em questão, também disponíveis digitalizados no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram localizados através de pesquisa onomástica realizada na mencionada plataforma digital.

---

<sup>199</sup> REVEL, 1998. p. 28.

<sup>200</sup> GINZBURG & PONI, 1991, pp. 169-178.

<sup>201</sup> GINZBURG, 1989, pp. 143-273.

Concluída a montagem do banco de dados e identificados os principais personagens envolvidos, foram pesquisados os nomes dos principais transmitentes e adquirentes, dos negociantes, intermediários e firmas comerciais que se destacaram no comércio de escravos bonfinense e o topônimo “Bomfim”, em jornais das províncias de MG e RJ, que eram as regiões de procedência dos transmitentes, adquirentes e procuradores que atuaram no mercado bonfinense<sup>202</sup>.

Dessa forma, foram localizados anúncios de venda de cativos, de escravos fugidos, dentre outras notícias e informes relacionados, principalmente, aos negociantes de escravos bonfinenses.

Dentre os 18 periódicos selecionados, destacam-se os jornais ouro-pretanos *A Actualidade*, *A Província de Minas* e *Diário de Minas*, o juiz-forano *Pharol* e o carioca *Jornal do Commercio*, por trazerem a maior quantidade de anúncios de interesse para a presente pesquisa, abrangendo as décadas de 1870 e 1880.

*A Actualidade* - órgão do Partido Liberal, de propriedade de José Egydio da Silva Campos (a partir de 1879, também de Carlos Gabriel Andrade), começou a circular em 16/03/1878, sendo publicado três vezes por semana, até, pelo menos, 29/12/1881.

*Diário de Minas*, também de cunho liberal, de propriedade de J. F. de Paula Castro, circulou de 01/06/1866 até 31/03/1868 e novamente de 01/02/1873 até, pelo menos, 31/12/1875, sendo publicado diariamente, “menos nos dias santificados e de festa nacional”.

*A Província de Minas*, provavelmente surgido em 1879, iniciou nova fase em 10/07/1880, como órgão do Partido Conservador, pertencendo ao redator José Pedro Xavier da Veiga, sendo publicado uma vez por semana, aos sábados, “além dos números extraordinários quando houver matéria urgente”, até 13/11/1889.

Considerado o mais importante e influente jornal juiz-forano na segunda metade do século XIX, o *Pharol*, surgido em 1866, teve diferentes periodicidades e pertenceu a vários proprietários ao longo de sua existência, como G. C. Dupin e Lindolpho de Assis. A partir de

---

<sup>202</sup> A título de teste, também foi realizada a busca pelos nomes dos negociantes de escravos bonfinenses em jornais da província de SP, mas nenhum resultado foi encontrado.

1886 passou a se chamar *O Pharol*, tendo perdurado até pelo menos 20/03/1933, quando, em seu ano 67, intitulava-se “o jornal mais antigo de Minas Gerais”.<sup>203</sup>

Fundado em 01/10/1827 pelo francês Pierre René François Plancher de La Noé, o *Jornal do Commercio* passou por várias fases e proprietários ao longo de seus 189 anos de existência, encerrando suas atividades em 29/04/2016. Pautando-se por uma orientação conservadora, era considerado um dos mais importantes jornais da Corte (e, por extensão, do Império), com periodicidade diária e trazendo assuntos ligados ao comércio, tanto em anúncios e informes dos mais diversos, como em preços correntes, importação e exportação, movimento portuário, temas de influência junto à opinião pública, reflexos do plano político sobre questões econômicas, noticiário geral nacional e internacional, bem como romances em capítulos no formato folhetim.<sup>204</sup>

Ao que tudo indica, no período em questão, Bonfim não possuiria qualquer tipo de periódico, tendo os primeiros jornais produzidos na cidade, de duração efêmera, surgido, provavelmente, no final da década de 1890. Entretanto, como apontado por Marcelo Godoy<sup>205</sup>, os jornais de Ouro Preto alcançavam uma ampla área de influência para além da capital da província, tendendo também a serem mais regulares e longevos que os de cidades menores.

Ressalte-se ainda que Bonfim era pequena o suficiente para que as informações locais corresse de boca em boca, não sendo necessário anunciar em jornais para a realização de transações a nível local. Dessa forma, tais informes publicados em jornal tinham como interesse atingir pessoas com as quais não se podia realizar contato diário<sup>206</sup>.

A documentação judicial existente no APMB, processos de inventário, de cobrança de dívidas, justificações, além de processos criminais, também mostrou-se bastante útil para se obter informações mais aprofundadas a respeito dos envolvidos nas transações com escravos. O levantamento dessas fontes deu-se igualmente através do método onomástico: identificados os nomes dos indivíduos que participaram das transações, segundo o tipo de atuação, cruzou-se tal relação com a dos inventariados bonfinenses apresentada na pesquisa de doutorado de

<sup>203</sup> GOODWIN Junior, James William. A luz do progresso em Juiz de Fora: o jornal *Pharol* nas décadas de 1870-1880. In: *Varia Historia*. Belo Horizonte, nº 17, mar/97, pp. 195-218.

<sup>204</sup> LEAL, Carlos Eduardo; SANDRONI, Cícero. *Jornal do Commercio* [verbete] In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Vol.3. Coordenação: Alzira Alves de Abreu et al. Ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20COM%20C3%89RCIO.pdf>. Acesso em 31/01/2018.

<sup>205</sup> GODOY, 2004, pp. 359-361.

<sup>206</sup> READ, 2012, p.65.

Claudia Martinez<sup>207</sup> (e que corresponde ao acervo catalogado de inventários do arquivo), selecionando-se os casos dos participantes que tiveram inventário produzido até 13/05/1888. No caso dos indivíduos identificados como negociantes, realizou-se busca no catálogo da instituição por qualquer processo no qual fossem mencionados como autor ou réu.

Busca-se, nos documentos selecionados das três referidas fontes, extrair informações socioeconômicas complementares que permitam contextualizar e aprofundar as análises acerca das transações efetuadas no mercado bonfinense, bem como dos indivíduos nelas atuantes.

### **Os contextos das negociações**

Uma vez que a “mercadoria escrava” tornou-se cada vez mais escassa após 1850, quando a “fonte africana” secou, algumas questões importantes a serem colocadas sobre a reorganização interna da escravidão e do comércio de trabalhadores escravizados dizem respeito às motivações e expectativas de seus atores.

Por exemplo, o que teria motivado alguns senhores a se desfazerem de seus cativos e outros a adquiri-los? A iniciativa de comercializar um escravo partiria mais frequentemente do transmitente ou do adquirente? No caso de proprietários com mais de um escravo, que critérios costumavam ser utilizados para se escolher qual indivíduo seria comercializado?

Como será discutido ao longo deste capítulo, tais questões admitem diversas respostas, conforme as diferentes particularidades de cada negociação e o momento no qual ocorreu. Ainda assim, é possível buscar uma aproximação acerca dos cenários em que tais transações teriam ocorrido com maior ou menor frequência.

Em regiões bastante dependentes do braço escravo como foi uma grande parte da província mineira (e na qual Bonfim se incluía), o aumento geral dos preços dos cativos ocorrido a partir dos anos 1850<sup>208</sup> significou que recorrer ao mercado para adquirir ou se desfazer de um escravo passava a ser uma atividade ao alcance de cada vez menos indivíduos.

---

<sup>207</sup> MARTINEZ, 2014, pp. 202-229.

<sup>208</sup> Tal alta dos preços, normalmente creditada à menor disponibilidade de escravos no mercado brasileiro após a Lei Eusébio de Queiroz, também pode ser explicada pela elevação da lucratividade do trabalho escravo (não apenas no Brasil), possibilitada pelo aumento das demandas da produtividade (devido à redução dos custos de produção e transportes) e das mercadorias (café, açúcar e algodão) no mercado internacional a partir de 1850 (BERGAD, 2004, pp. 250-256).

Da mesma forma que reunir a soma necessária para se adquirir um cativo tornava-se cada vez mais difícil, a venda de um escravo precisava ser muito bem pensada, uma vez que envolvia o risco de não se conseguir, com facilidade, repor aquela força de trabalho, levando à diminuição da produção e, conseqüentemente, dos rendimentos. Isso assumiria uma conotação ainda mais dramática em regiões periféricas do capitalismo global, como Bonfim, uma vez que é de se esperar que, nessas regiões, a oferta de cativos e de mão de obra em geral fosse menor que nos centros mais dinâmicos ligados à produção para exportação.

Em estudo recente, Zephyr Frank analisou diversos aspectos acerca da configuração sociocultural, econômica e espacial da cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1810 e 1880, evidenciando as principais transformações institucionais, econômicas e socioestruturais que a mesma experimentou ao longo de tal período, sobretudo no tocante à escravidão. O autor concluiu que os escravos eram o tipo de patrimônio distribuído de maneira mais uniforme durante o período que vai de 1815 a 1860, de maneira geral o principal catalisador da mobilidade social ascendente, o que seria um paradoxo do sistema escravista brasileiro, visto que o enfraquecimento do sistema, a partir de 1850, acentuou as desigualdades sociais e dificultou o acesso à riqueza. Dada a penetração da posse de escravos entre as mais diversas camadas da população, Frank sugere que a adesão das camadas médias da população ao movimento abolicionista somente tenha se dado de forma mais substancial a partir do momento em que a elevação dos preços dos escravos automaticamente os restringia do acesso a esse tipo de bem, visto que a escravidão significava muito para as pessoas de riqueza mediana.<sup>209</sup>

Embora a análise de Frank centre-se no Rio de Janeiro, alguns dos resultados por ele encontrados também podem ser estendidos a outras regiões do Brasil. Assim, há que se admitir que um efeito imediato da Lei Eusébio de Queiroz foi restringir a aquisição e reposição dos escravos, sobretudo pela população menos abastada do Império.<sup>210</sup>

Infelizmente, a maioria das fontes analisadas não permite identificar, com certeza, o motivo da comercialização do escravo. Embora alguns casos possibilitem perceber que mercantilizar seus escravos foi uma alternativa a que os proprietários lançaram mão para resolverem, ou ao menos atenuarem, dificuldades financeiras, solvendo dívidas ou tendo acesso a créditos e capital, outros evidenciam a tentativa dos proprietários de reunir nas mãos

---

<sup>209</sup> FRANK, 2012.

<sup>210</sup> READ, 2012, p. 69; FRANK, 2012.

de uma única pessoa escravos havidos em condomínio (frutos de herança, por exemplo). Há ainda casos onde a comercialização pode ser entendida como uma atividade que visava à percepção de lucros, mas para a grande maioria das transações não é possível saber se derivariam de uma proposta vantajosa por parte do adquirente, interessado em possuir um escravo com determinadas características, ou por parte do transmitente, por motivos diversos, ou ainda resultaria de um interesse do próprio cativo em mudar de dono.

Embora nessa sociedade escravista o cativo fosse visto como um bem ou propriedade, e que, portanto, a decisão final de torná-lo mercadoria dependia exclusivamente de seu possuidor, é necessário reconhecer, em muitos casos, a possibilidade da agência cativa como influenciadora de uma transação.<sup>211</sup>

Uma venda poderia significar para o cativo o rompimento de vínculos familiares ou afetivos ou ainda uma oportunidade de se reunir com familiares anteriormente separados. Insatisfeito com o novo ou o antigo senhor, com o trabalho realizado ou com alguma outra particularidade do cativo, o escravo poderia ver, na mudança de dono, uma possibilidade de melhoria ou de deterioração em suas condições de vida, agindo de forma a buscar influenciar o transmitente, o adquirente, ou ambos, a concretizarem ou não a transação. Uma negociação envolvendo a mercadoria humana assumia, portanto, diferentes e importantes significados e expectativas tanto para as partes possuidoras (transmitente e adquirente) quanto para a parte possuída.<sup>212</sup>

Tal agência cativa poderia ser observada no ato da compra, em momento posterior a esta ou mesmo a partir de algum contato prévio do escravo com o futuro comprador. Não seria incomum, antes de se formalizar a transação através da lavra da escritura de compra e venda, que o comprador passasse algum tempo utilizando os serviços do cativo para “experimentá-lo”, podendo o mesmo ser devolvido ao final desse tempo caso não agradasse o novo senhor. Em outros casos, tal contato prévio também poderia advir de um engajamento.

---

<sup>211</sup> Amparados pela análise de farta documentação (processos criminais envolvendo escravos), autores como Sidney Chalhoub (1990) e Sílvia Hunold Lara (1988), entre outros, propuseram a possibilidade de agência dentro do próprio sistema, segundo lógicas e racionalidades próprias dos cativos, como estratégia de sobrevivência e luta face à inevitável opressão da escravidão. Embora tenham analisado casos individuais em que os escravos desempenharam papel ativo no rumo de suas vidas, os autores demonstram que tal possibilidade existia, não era incomum e assumia várias formas de ação, não podendo ser desconsiderada nos estudos acerca da sociedade escravista brasileira

<sup>212</sup> SLENES, 1985, 1999; CHALHOUB, 1990; LARA, 1988; SCHEFFER, 2012; READ, 2012.

De qualquer forma, isso daria aos escravos certo espaço de pressão ou interferência nos rumos que teriam suas vidas.<sup>213</sup>

Havia ainda, através de tais negociações, a possibilidade de se dirimir tensões oriundas de relações desgastadas entre senhores e escravos. Assim, escravos “problemáticos” poderiam ser substituídos ou, também, “acalmados”. A venda, nesse caso, poderia ser entendida como uma possibilidade de prêmio ou castigo, dependendo do comportamento do cativo<sup>214</sup>.

O informe a seguir (Figura 8), publicado no jornal *Diário de Minas*, parece ilustrar um caso de recurso à venda como forma de se livrar de escravo “problemático”. É interessante notar que o escravo, que cometera um crime grave, foi vendido a alguém residente em outro município, no caso um importante negociante de escravos.

É lícito supor que, temendo a periculosidade de Casemiro ou mesmo a possibilidade de terem prejuízos caso ele fosse encarcerado, seus senhores buscassem vendê-lo rapidamente. Contudo, na localidade onde ocorreu o crime, é possível que dificilmente o escravo conseguisse ser vendido, pelo menos a um preço satisfatório. Talvez nem mesmo fosse de interesse dos antigos proprietários que o cativo continuasse na localidade. O negociante de escravos, por sua vez, por atuar em várias regiões mineiras e da província do Rio, provavelmente não teria muita dificuldade em negociá-lo longe de Santa Luzia, em regiões onde o crime não tivesse repercutido.

#### Figura 8 - Anúncio 1.

**Assassinato.**—No dia 25 do mez p. passado foi assassinado na freguezia da Lagoa Santa, termo de Santa Luzia, o crioulo Francisco Lagoa pelo pardo Casemiro, escravo dos herdeiros de D. Anna Florinda de Freitas, os quaes o venderão depois do crime a Caetano Baêta Neves, residente no Bomfim.  
Está em andamento o respectivo processo.

*Diário de Minas*. Ouro Preto, 07/03/1874, p. 3.

<sup>213</sup> SCHEFFER, 2012, p. 102; CHALHOUB, 1990, p. 52.

<sup>214</sup> CHALHOUB, 1990; SCHEFFER, 2017.



Ainda poderiam ser citados outros casos oriundos do banco de dados, nos quais é perceptível que, após os escravos terem fugido, seus senhores demonstravam interesse em comercializá-los.

Entretanto, também faz-se necessário discutir aqui as possíveis motivações das múltiplas transações envolvendo um mesmo indivíduo efetuadas dentro do município de Bonfim.

**Tabela 21 – Escravos comercializados mais de uma vez no mercado bonfinense (Escrituras): Bonfim do Paraopeba (1842-1888).**

Nome	Quantidade de ocorrências	Contextos das negociações	Tipo de transação conforme locais de residência de transmitente e adquirente
Anna	2	Escrava comprada em partes	Transações locais (com transmitente e adquirente não bonfinenses)
Antonio Africano	2	A primeira transação é de compra de parte do escravo (havida por herança da finada mãe do vendedor), no valor de Rs 750\$000. Pelo sobrenome, vendedor e comprador aparentemente possuíam relação de parentesco. Menos de um mês depois, o comprador trocou o escravo inteiro, no valor de Rs 1:500\$000 (ou seja, a primeira transação parece ter sido para reunir as partes do escravo), com seu pai, por outro brasileiro, 15 anos mais novo, porém, de mesmo valor. Na primeira transação, o escravo é mencionado como roceiro, já na segunda, sem ofício.	Transações inter-regionais (Bonfim > IPT > Bonfim)
Antonio crioulo	2	O escravo foi hipotecado como garantia de dívida contraída e, 8 meses depois, vendido à viúva do credor, cuja quantia de 2:050\$000 o vendedor já havia recebido, parte no que era devedor e parte da mesma compradora.	Transações locais (o escravo não saiu de sua freguesia de nascimento)
Braz	2	Escravo comprado em partes	Transações locais (com transmitente e adquirente não bonfinenses)
Constança crioula	2	Escrava trocada por outra de mesmo valor e, 2 dias depois, vendida com outras 4 a morador da Cidade da Oliveira.	Primeira transação local (na mesma freguesia de nascimento da escrava); segunda inter-regional (Bonfim > IPT)
Custodia	2	Escrava comprada em partes	Transações locais (com transmitente e adquirente não bonfinenses)
Custodio	2	Escravo vendido (pelo mesmo senhor que o havia matriculado em 1872) a comprador que, 2 meses depois, o vendeu a seu filho	Primeira transação intrarregional (Bonfim > MCO); segunda local (com transmitente e adquirente não bonfinenses)
Custodio pardo	2	Escravo engajado juntamente com outro (ambos quartados), ao valor mensal de Rs 4\$000 cada um, para ir amortizando em dívida (proveniente de dinheiro de empréstimo e ajuste de todas as suas contas havidas até esta data) até sua completa solução. 4 anos e meio depois, o usufruto que ainda possuía nos serviços do escravo (mais 3 anos e 11 meses) foi vendido ao mesmo credor em liquidação de todos os negócios com ele havidos até aquela data, ficando sem vigor a transação anterior. Findo o prazo de 3 anos e 11 meses ficaria o dito escravo forro e liberto, por haver findado o prazo de serviço que ele tinha de prestar ao vendedor.	Transações locais
Dionizio cabra	2	Escravo vendido a retro (pelo prazo de 1 ano) por Rs 1:200\$000. 10 meses depois, foi vendido a outra pessoa por Rs 1:500\$000, ocasião na qual o vendedor informou ter dissolvido a anterior venda condicional, apresentando recibo de satisfação daquela importância.	Transações locais (o escravo não saiu de sua freguesia de nascimento)
Felix crioulo	2	Juntamente com Joaquim Africano, foi hipotecado como garantia de dívida (proveniente de empréstimos), a ser paga em 4 anos. 4 anos e meio depois, os mesmos escravos foram vendidos ao credor, juntamente com terras de cultura, perfazendo a quantia devida.	Transações inter-regionais (Bonfim > Sudeste)
Joaquim Africano	2		
Felizarda	2	Vendida grávida a Caetano Baeta Neves por Rs 800\$000 pelo genro do senhor que a havia matriculado. 6 meses depois, acompanhada de sua filha de 5 anos e do recém-nascido, foi trocada pelo escravo Moizes (matriculado pelo mesmo	Transações intramunicipais (freguesia do Rio do Peixe > Freguesia de Bonfim > Freguesia

		senhor que matriculou Felizarda), também avaliado em Rs 800\$000.	de Piedade)
Francisca	2	Escrava comprada em partes	Transações locais (com transmitente e adquirente não bonfinenses)
Francisca	2	Joaquim e as irmãs Maria e Francisca (aparentemente os únicos escravos do casal) foram hipotecados junto com todos os bens do casal como garantia de dívida, a ser paga dentro de 3 anos. 3 anos depois, a hipoteca foi renovada por mais 3 anos.	Transações locais
Joaquim	2		
Maria	2		
Germana	2	Escrava comprada em partes	Transações locais (com transmitente e adquirente não bonfinenses)
Gregorio crioulo	3	Escravo vendido por Rs 800\$000, aparentemente por vendedor com alguma relação de parentesco com o comprador. 9 anos depois, o casal formado por filho e nora do comprador hipotecou todos os seus bens, incluindo as partes no escravo havidas por herança (no inventário, o escravo foi avaliado em Rs 800\$000), como garantia de dívida (a ser paga em 6 meses) proveniente de diversos gêneros comprados no negócio do credor. 1 ano após, o casal vendeu o escravo por Rs 527\$883 (ou seja, aparentemente, foi vendida parte no escravo) a comprador que, aparentemente, teria alguma relação de parentesco.	A primeira transação, intramunicipal (freguesia de Piedade > freguesia de Bonfim, onde o escravo havia nascido), as demais, locais.
Hipolito	2	Escravo comprado em partes	Transações locais (com transmitente e adquirente não bonfinenses)
Joanna parda	2	Manoel Songo, Manoel crioulo e Joanna parda foram vendidos a retro, juntamente com bens de raiz, importando no valor emprestado pelo comprador aos vendedores, a ser pago em 10 meses. 10 meses depois, a venda a retro foi renovada por mais 10 meses.	Transações intramunicipais (Freguesia de Itatiaiuçu > freguesia de Bonfim)
Manoel crioulo	2		
Manoel Songo	2		
João	2	Escravo comprado em partes	Não identificado
João Africano	2	Venda condicional da parte que possui no escravo por Rs 700\$000. 3 anos depois, o vendedor novamente vendeu condicionalmente (a outro credor) a parte que tinha no escravo, desta vez por Rs 300\$000, pelo prazo de 7 meses.	Primeira transação local, segunda não identificada.
João de Nação Congo	2	Foi hipotecado em garantia de dívida que deveria ser paga em 2 meses. 10 meses depois, o escravo foi novamente hipotecado, a outro credor, que havia pago o valor restante da dívida anterior.	Primeira transação local, segunda não identificada.
Joaquim	2	Escravo comprado em partes	Transações locais (com transmitente e adquirente não bonfinenses)
Luis Africano	2	Na primeira transação, foi comprada uma parte no escravo, de 35 anos, por Rs 530\$000. 9 anos depois, o comprador vendeu o escravo (aparentemente inteiro), então com 55 anos [sic] a seu pai, pela quantia de Rs 800\$000, da qual Rs 500\$000 já havia recebido por ter, 6 anos antes, vendido ao mesmo seu pai uma parte no referido escravo, e que, por negligência de ambos, não passaram o título.	Transações locais
Mafalda crioula	3	Caso analisado no cap. 2.	Primeira e segunda transações locais (mesma freguesia de nascimento da escrava), terceira inter-regional (Bonfim > região de Araxá)
Marciano crioulo	3		Transações locais (o escravo não saiu de sua freguesia de nascimento)
Manoel	2	os crioulos Severino e Manoel foram vendidos a retro para, dentro de 2 anos, o vendedor pagar dívida contraída com o comprador. 4 anos depois, devendo a outro credor, o vendedor engajou com este os escravos (junto com 2 irmãos de Manoel) para ir amortizando a dívida.	Transações intramunicipais (A primeira, da Freguesia de Itatiaiuçu, onde nasceram os escravos > freguesia de Piedade; a segunda, da freguesia de Itatiaiuçu > freguesia de Bonfim)
Severino	2		
Moizes	2	Na primeira transação, o escravo foi trocado, com Caetano Baeta Neves, pela supracitada Felizarda e 2 ingênuos no mesmo valor de Moizes (Rs 800\$000). Os 2 escravos haviam sido matriculados pelo mesmo senhor, sendo que a escrava havia sido comprada por Neves do genro daquele, enquanto o dono de Moizes, quando da troca, não é informado se teria alguma relação de parentesco com o senhor que os matriculou. 15 dias depois, Neves vendeu o escravo por Rs 900\$000.	Primeira transação intramunicipal (freguesia de Piedade > freguesia de Bonfim), a segunda, local.
Rita	2	Escrava comprada em partes	Transações locais (com transmitente e adquirente não bonfinenses)

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs.: MCO = região Mineradora Central Oeste; IPT = região Intermediária de Pitangui-Tamanduá.

42 pessoas foram comercializadas mais de uma vez no mercado bonfinense, sendo 33 delas citadas entre as escrituras de compra e venda e nove entre as procurações. A identificação se deu pela filtragem dos nomes no banco de dados constituído. Localizados escravos com o mesmo nome, procedeu-se à verificação de seus outros atributos (número e local da matrícula, nome do proprietário, filiação, idade, cor e local de nascimento, nessa ordem de prioridade), sempre que tais informações estivessem disponíveis, para confirmar se eram ou não a mesma pessoa.

Como se vê na Tabela 21, a maior parte desses casos diz respeito a escravos comprados em partes, onde as múltiplas transações envolvendo um mesmo indivíduo visavam reunir nas mãos de um único senhor a totalidade das partes em que o escravo se encontrava dividido, ou escravos que participaram de alguma transação que não envolveu transferência definitiva de propriedade. Assim, escravos hipotecados como garantia de dívida, vendidos condicionalmente ou alugados voltavam a ser alvo de outras negociações após a quitação da dívida ou ao término do período do engajamento.

No caso das procurações (Tabela 22), observam-se três possibilidades: escravos negociados em partes, escravos que constantemente eram engajados e procurações passadas a pessoas diferentes com uma mesma finalidade (onde, aparentemente, o objetivo da primeira procuração não teria se concretizado, motivando o outorgante a nomear outro procurador que conseguisse efetuar a negociação almejada).

**Tabela 22 – Escravos comercializados mais de uma vez no mercado bonfinense (Procurações): Bonfim do Paraopeba (1842-1888).**

Nome	Quantidade de ocorrências	Contexto das negociações	Tipo de transação conforme locais de residência de transmitente e adquirente
Antonio	3	A primeira transação diz respeito ao engajamento do escravo por 5 anos na Cia. Morro Velho. 5 anos depois, 2 procurações, passadas com a mesma finalidade a procuradores diferentes, no intervalo de 1 mês, também diziam respeito ao engajamento do mesmo na companhia.	Transações intrarregionais (Bonfim > MCO)
Candida	2	Escrava comprada em partes	Transações interprovinciais (Bonfim > Rio)
Diôgo	2	2 procurações passadas com a mesma finalidade a procuradores diferentes	não identificado
Faustina	2		
Miguel	2		
Salatiel	2	Caso analisado no cap. 2.	Transação interprovincial (Bonfim > Rio)
Jeronimo	2	Escravo comprado em partes	Transações inter-regionais (Bonfim > IPT)
José	2	No intervalo de 9 meses, 2 procurações com a finalidade de engajar o escravo (a segunda, "na Mata"), cujo senhor tinha apenas o usufruto durante sua vida.	Primeira não identificada, segunda, inter-regional (Bonfim > Mata)
Josino	2	Escravo comprado em partes	Transações interprovinciais (Bonfim > Rio)

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs.: MCO = região Mineradora Central Oeste; IPT = região Intermediária de Pitangui-Tamanduá.

Logo, a respeito dos escravos comercializados mais de uma vez no mercado bonfinense, conclui-se que, além de poucos (7,5% do total), a maioria não esteve envolvida em transações especulativas, embora essas possam ser observadas em alguns casos.

### **Negociantes e intermediários: estratégias comerciais e conexões**

O trabalho com os livros de escrituras e de procurações permitiu levantar os comerciantes e intermediários ligados às transações envolvendo escravos. Para identificá-los, após realizada a classificação dos nomes de transmitentes, adquirentes e procuradores, segundo a quantidade de atuações no mercado, foram selecionados aqueles que haviam participado de, pelo menos, três transações como procuradores, além das firmas comerciais, que independente da quantidade de transações, também foram incluídas.<sup>215</sup> Dessa seleção, efetuou-se uma separação entre os “negociantes” (aqueles que, além da destacada participação como procuradores, também atuaram de forma substantiva como outorgante, transmitente e adquirente em escrituras e procurações), os “intermediários” (aqueles que atuaram apenas como procuradores ou tiveram participação pequena ou pontual como transmitentes ou adquirentes) e as firmas comerciais que tiveram participação pontual (no máximo duas transações).

Listados tais nomes, realizou-se pesquisa onomástica nos supracitados jornais, almanaques e processos judiciais, cruzando-se os dados obtidos com as informações oriundas do banco de dados, ou seja, as características das transações em que esses sujeitos estiveram envolvidos, de forma a compreender melhor as estratégias de atuação desses sujeitos e as conexões por eles estabelecidas com mercados de outras regiões de Minas e do Brasil.

Dentre os nomes em questão, três grupos merecem destaque. São os negociantes, que se verificou terem atuado no mercado por meio de sociedades ou juntamente com familiares (por isso, grupos), todos eles estabelecidos no distrito da Cidade do Bonfim, com suas residências e casas comerciais. Juntos, foram mencionados em 15% das escrituras de compra e venda e em quase 2/3 das procurações, participando da negociação de pouco mais de 1/5 do total de escravos mencionados nas duas fontes (conforme Tabelas 23 e 24).

---

<sup>215</sup> Metodologia adaptada de SCHEFFER, 2012, pp. 227-228 e SLENES, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado em História. Stanford: Stanford University, 1976, pp. 594-686.

**Tabela 23 – Principais grupos de negociantes bonfinenses segundo ocorrência e quantidade de escravos negociados (1860-1888).**

Grupos de negociantes e seus períodos de atuação	Ocorrências em escrituras*	% do total de escrituras	Ocorrências em procurações**	% do total de procurações	Quantidade de escravos e ingênuos efetivamente negociados***	% do total de escravos e ingênuos
<b>A</b> (décadas de 1860 - 1880)	13	5,5%	11	9%	21 escravos e 1 ingênuo	3,7% dos escravos e 4,5% dos ingênuos
<b>B</b> (décadas de 1860 e 1870)	9	3,8%	6	5%	30 escravos	5,3% dos escravos
<b>C</b> (décadas de 1870 e 1880)	13	5,5%	55	46,0%	67 escravos e 6 ingênuos	12% dos escravos e 27,3% dos ingênuos
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>14,8%</b>	<b>73</b>	<b>60,0%</b>	<b>118 escravos e 7 ingênuos</b>	<b>21% dos escravos e 31,8% dos ingênuos</b>

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

\*Como comprador, vendedor ou procurador.

\*\* Como outorgante (quem passava a procuração), outorgado (o procurador, que recebia poderes) ou adquirente/transmitente (quem estava, de fato, adquirindo ou cedendo os escravos negociados via procuração).

\*\*\*Para o cômputo de escravos e ingênuos efetivamente negociados, no caso das procurações, foram considerados apenas os escravos nominalmente ou quantitativamente mencionados nas procurações com apenas um procurador nomeado (ou, quando mais de um, todos pertencentes a um mesmo grupo de negociantes). Portanto, a quantidade de indivíduos negociados por estes sujeitos deve ter sido bem maior que a acima mencionada.

A Tabela 24 demonstra que os três grupos tiveram atuação mais significativa no mercado bonfinense como adquirentes e, no caso dos grupos A e C, também como procuradores. Diferentemente dos demais grupos, o grupo C teve mais inserções nas transações documentadas pelas procurações.

**Tabela 24 – Principais grupos de negociantes e suas formas de ocorrência em escrituras e procurações: Bonfim do Paraopeba, 1860-1888.**

Grupos de negociantes	Ocorrências em escrituras			Ocorrências em procurações		
	Transmitente	Adquirente	Procurador	Outorgante	Outorgado	Transmitente / Adquirente
<b>A</b>	1	9	3	3	8	-
<b>B</b>	-	9	-	2	4	-
<b>C</b>	4	9	-	26	24	5

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

O chamado **grupo A** é formado por José Marques da Silveira e seu filho José Marques da Silveira Junior.

A primeira transação do grupo foi registrada em 17/05/1861, quando José Marques da Silveira adquiriu metade do crioulinho Marciano<sup>216</sup>. Sua última aparição nos registros se deu em 06/06/1883, quando o mesmo Silveira comprou o jovem preto Manoel<sup>217</sup>.

Nascido provavelmente em 1825 na Ilha Terceira do Reino de Portugal<sup>218</sup>, Silveira aparece nas edições de 1864 e 1865 do *Almanak* como negociante de fazendas secas. Na década seguinte, é citado no *Almanak* como proprietário de depósito de sal (edições de 1870, 1873 e 1874) e negociante de secos e molhados (edições de 1873 e 1874)<sup>219</sup>.

**Figura 9 – José Marques da Silveira, s.d.**



Fonte: Acervo particular da família Marques.

<sup>216</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 1° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Villa do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 6v-8.

<sup>217</sup> APMB, *Livro 6° de Notas para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 48-49v.

<sup>218</sup> APMB, *Livro 5° de Notas do 1° Ofício*, fl. 34.

<sup>219</sup> *Almanak...* 1864, 1865, 1870, 1873 e 1874, respectivamente pp. 115; 149; 363; 132; 422.

Em 01/05/1873, sua casa de negócio, situada à Rua dos Passos (onde Silveira residia<sup>220</sup>), sofreu arrombamento. Contudo, pouco lhe foi roubado, por estar o “importante negociante de partida para a Corte, onde estão seus capitais”<sup>221</sup>.

Em 1876, José Marques da Silveira Júnior, com 21 anos, atuava como caixeiro do pai<sup>222</sup>. Júnior recebeu poderes em seis procurações entre 1875 e 1876 para negociar escravos. Em todas, não foi o único procurador nomeado e, na maioria delas, ou foi investido de poderes por seu pai ou juntamente com ele.

Sendo ainda um dos maiores comerciantes bonfinenses, o Coronel José Marques da Silveira faleceu aos 14/04/1901, deixando seis filhos havidos em primeiras núpcias com D. Fermina Pereira da Cunha e outros cinco do segundo matrimônio, com D. Flauzina Aurora Parreiras Marques. Em seu inventário, as “dívidas de crédito” (Rs 71:676\$442) e “hipoteca” (Rs 4:500\$000) equivaliam a 42,6% de seu monte mor (Rs 178:668\$505), o que indicaria uma provável atuação como capitalista.<sup>223</sup> A frequente aparição de Silveira nos livros de notas, adquirindo ou vendendo bens de raiz, indica que o investimento em imóveis também constituiu importante atividade e fonte de renda do comerciante.

Único grupo de comerciantes de escravos bonfinenses que operou durante as três últimas décadas da escravidão, diferentemente dos demais grupos, este parece não ter formado sociedade, atuando apenas como pessoas físicas. O grupo conectaria os mercados de escravos da região de Bonfim e arredores aos da Corte.

O **grupo B** é encabeçado pela firma Andrade e Silva, Lobato & Cia., sediada em Bonfim (provavelmente à Rua dos Passos, onde residia o sócio-gerente) e na cidade de Oliveira, e seu sócio-gerente, o Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva.

Filho de José Joaquim de Andrade e D. Umbelina Senhorinha de Rezende, o Capitão nasceu em Lagoa Dourada aos 13/03/1838<sup>224</sup>. Liberal, é citado nas edições de 1864 e 1865 do

<sup>220</sup> *Almanak...* 1864, p. 115

<sup>221</sup> *Jornal Diário de Minas*, Ouro Preto, 19/05/1873, p. 3.

<sup>222</sup> APMB, *Livro 1º de Procurações do 1º Ofício*, fl. 39 e DC CSO 30(593), 1877.

<sup>223</sup> APMB, CSO INV 0775. 1901. O termo “capitalista”, quando disser respeito à atividade produtiva desempenhada, será aqui empregado no sentido que as fontes utilizadas lhe atribuíam (no caso, a segunda definição apresentada no dicionário): “O que possui um capital ou vive de suas rendas. – O que empresta o seu capital a um empregador d'industria. – O que possui fundos consideráveis.” (VIEIRA, Domingos. Grande dicionário português ou Thesouro da língua portuguesa. Segundo volume. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873).

<sup>224</sup> Informação disponível em: <https://www.myheritage.com.br/site-family-tree-155381982/marinho-gomes?rootIndividualID=1500283&familyTreeID=1>. Acesso em 04/03/2018.

*Almanak* como capitalista (quando ainda era tenente)<sup>225</sup>. Em 1879, era “capitão da reserva adicto ao 6º Batalhão da Guarda Nacional do comando superior de Queluz e Bonfim”<sup>226</sup>. Ao final do mesmo ano, partiu com sua família para São João d’El Rey, onde ainda residia em 1888<sup>227</sup>.

Aparentemente, o grupo conectaria mercados regionais na província, tendo sua primeira transação se dado em 1868, quando o Capitão comprou a retro (pelo prazo de um ano), do Capitão Francisco Rodrigues de Moraes Cantagallo, residente na freguesia do Itatiaiuçu, o africano Thomas e as crianças crioulas Miguel e Joana<sup>228</sup>. A última aparição do grupo nos registros foi em 30/06/1875, quando José Cardozo Parreiras, residente no distrito de Itatiaiuçu, concedeu poderes a José Marques da Silveira, José Marques da Silveira Junior, Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva, Joaquim Bernardes da Cunha, Vicente Ferreira Malta, Baeta Neves Teixeira Junior & Souza, Domingos Ferreira Pinto e José Nicoláo do Carmo para vender os pretos Cipriano, Maria, Luiz e Faustina<sup>229</sup>.

O **grupo C** diz respeito às firmas Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza e Baeta Neves & Irmão, além de seus principais sócios, os irmãos Caetano e Francisco Baeta Neves. A quantidade de ocorrências desse grupo faz dos irmãos Baeta Neves os maiores negociantes de escravos bonfinenses e, possivelmente, dois grandes nomes do ramo no âmbito provincial. Suas conexões envolviam mercados de várias regiões de Minas à região da Mata e também à província do Rio de Janeiro e Corte.

Naturais da Castanheira de Pera, Termo de Pedrógão Grande, Reino de Portugal<sup>230</sup>, Francisco teria nascido provavelmente em 1839<sup>231</sup>. Caetano também teria nascido

<sup>225</sup> Respectivamente pp. 115 e 149.

<sup>226</sup> APMB, *CPO ACA 0113*, 1879.

<sup>227</sup> Jornais *A Actualidade*, Ouro Preto, 17/11/1879, p. 3 e *A Província de Minas*, Ouro Preto, 04/02/1888, p. 4.

<sup>228</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 17v-18v.

<sup>229</sup> APMB, *Livro 1° de Notas para Procuções lavradas pelo 2° Tabelião da Cidade do Bomfim - Novembro 4 de 1874 (Tabelião C. P. O)*, fls. 55-55v.

<sup>230</sup> Em 1502, foi fundada a freguesia de Castanheira de Pera, pertencendo ao concelho de Pedrógão Grande até 1895 e novamente de 1899 até 1914, quando foi fundado o concelho de Castanheira de Pera. Com o surgimento das fábricas de lanifícios, a partir de 1860, a população teria deixado de depender apenas de uma agricultura de subsistência, das migrações para o Ribatejo e Alentejo, da emigração para o Brasil ou dos seus rebanhos, pisões ou teares caseiros. A implantação industrial foi o motor de desenvolvimento de Castanheira de Pera, que chegou a ser o terceiro centro nacional da indústria de lanifícios. O atual município de Castanheira de Pera tem uma área total de 66,86 km<sup>2</sup>, com uma população de cerca de 3739 habitantes (dados relativos a 2001) e é composto por duas freguesias: Castanheira de Pera e Coentral. Situa-se nos planaltos da vertente sul da Serra da Lousã, a Nordeste do Distrito de Leiria, confrontando com os Concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Góis e integra a denominada Zona do Pinhal do Interior Norte. (Disponível em: <http://www.castanheiradepera.pt/>. Acesso em 19 jan. 2018.)



provavelmente na mesma década. A época da chegada de ambos ao Brasil é desconhecida, mas sabe-se que no início da década de 1860 eles já se encontravam em Bonfim atuando no ramo comercial (embora, ao que parece, ainda não negociando escravos).

No início de 1863, constituíram uma sociedade de negócio de fazendas secas e animais sob a firma Francisco Baeta Neves & Irmão. Dois anos e meio depois, com a dissolução da sociedade, Caetano assumiria as fazendas restantes e a responsabilidade pelo pagamento dos credores, enquanto Francisco teria ficado com os animais<sup>232</sup>.

Entre 1870 e 1871, Francisco teria retirado de sua boiada de cerca de 260 cabeças, que estava engordando em pastos arrendados, “uma parte” para enviar ao mercado da Mata / Rio. O mesmo documento informa que, com frequência, ele costumava recorrer ao arrendamento de pastos para internada e engorda de gado.<sup>233</sup>

Outrora um “simples mascate, [que percorria as fazendas da região] vendendo seus gêneros e comprando gêneros da lavoura”<sup>234</sup>, em 1872 Francisco já era proprietário de “negócio de fazenda seca, molhados e mais objetos”<sup>235</sup>, situado à Rua do Fogo, onde residia, sendo mencionado, cinco anos mais tarde, como um “opulento negociante [...] de porta aberta e de grosso trato”<sup>236</sup>.

Caetano, em 1879, era tido como um “negociante conceituado e em grande escala”<sup>237</sup>. “Negociante matriculado pelo Tribunal do Comércio da Corte do Rio de Janeiro”<sup>238</sup>, em sua casa comercial, instalada à Rua do Comércio, era possível encontrar “grande e variadíssimo sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, calçado, chapéus, modas, couros e outros muitos artigos”, podendo-se ainda comprar e vender “sal e todos os gêneros do país [...] [além de] escravos de ambos os sexos de 14 a 25 anos”<sup>239</sup>.

Um terceiro irmão, Pedro Baeta Neves, recebeu uma única e breve menção nas fontes analisadas. Adoecendo em viagem para a província do Rio, faleceu aos 30/06/1874 na Cidade

<sup>231</sup> APMB, *CSO 69 (09)*, 1896.

<sup>232</sup> APMB, *Livro 6 de Notas pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bomfim*, fls. 84-85.

<sup>233</sup> APMB, *CSO 69 (06)*, 1873.

<sup>234</sup> APMB, *CPO ACA 0258*, 1877.

<sup>235</sup> APMB, *DC CSO 27(527)1*, 1872.

<sup>236</sup> APMB, *CPO ACA 0258*, 1877. Comerciantes de grosso trato podem ser entendidos como comerciantes atacadistas que se dedicavam aos vários segmentos do comércio e ocupavam o topo da hierarquia comercial. A este respeito, ver, principalmente, FRAGOSO, 1992.

<sup>237</sup> APMB, *DC CSO 23(459)*, 1868.

<sup>238</sup> APMB, *1881 - 9º Livro de Nottas - Piedade dos Gerais*, fls. 1-2v.

<sup>239</sup> MARTINEZ, 2007, p. 130.

do Pomba (atual Rio Pomba, município da Zona da Mata mineira)<sup>240</sup>. É bastante provável que fosse uma viagem comercial, embora as mercadorias transportadas não tenham sido mencionadas.

A primeira transação dos Baeta Neves envolvendo escravos registrada em Bonfim ocorreu em 1871, quando Francisco resgatou, dos negociantes cariocas Faria França & Cia., uma hipoteca do casal Antonio Justiniano da Silveira Abbade e D. Senhorinha Maria da Conceição, que incluía o cabra Fortunato, além de bens de raiz (como a casa situada na Rua do Fogo)<sup>241</sup>. A partir do início de 1875, as menções ao grupo nos documentos (principalmente nas procurações) tornaram-se bastante frequentes.

Sabe-se que, ao menos entre os anos de 1877 a 1879, sempre entre meados de maio a início de agosto, eles estiveram em giro de negócios pela região da Mata com grandes lotes de escravos para serem comercializados. A viagem de 1879 e algumas das transações então efetuadas podem ser parcialmente reconstituídas a partir de seis anúncios de jornal.

Em 01/06/1879, Caetano Baeta Neves, “assaz conhecido e estabelecido na cidade de Bomfim” através do *A Actualidade*<sup>242</sup>, informava que se encontrava em Barbacena “com porção de escravos à venda e de partida para a Matta”.

Alguns dias depois, as edições dos dias 15, 19 e 22<sup>243</sup> do mesmo mês do juiz-forano *Pharol*, noticiavam que “no Rancho da Tapera desta cidade acham-se Baeta Neves & Irmão, com 70 escravos para vender; porção grande de negras de 12 a 16 anos, para mucamas, peças de primeira ordem. Vendem por preços muito moderados”.

Alguns meses depois, já em 1880, a edição de 11 de fevereiro do *Jornal do Commercio*<sup>244</sup> trazia um anúncio assinado por Manoel Ribeiro Salgado, morador de São José do Rio Preto<sup>245</sup>, informando ter “feito perante o juiz municipal do Juiz de Fora um protesto contra a validade da compra de três escravas, que com mais 17 me venderam os Srs. Baeta Neves & Irmão, em liquidação”. Através do anúncio, o comprador objetivava levar o fato ao conhecimento público “para que de hoje em diante não faça qualquer transação sobre o crédito por mim firmado àqueles senhores a 22/07/1879, porque tenho justos motivos para

<sup>240</sup> *Diário de Minas*, Ouro Preto, 31/07/1874, p. 3.

<sup>241</sup> APMB, *Livro 9º de Notas do 2º Tabelião da Cidade do Bom Fim*, fls. 34-36.

<sup>242</sup> Edição de 04/06/1879, p. 3.

<sup>243</sup> Respectivamente páginas 3, 2 e 3.

<sup>244</sup> P. 4.

<sup>245</sup> Uma das freguesias do município de Juiz de Fora.

não pagá-lo integralmente à vista dos vícios redibitórios que tenho contra a compra das três escravas”.

Dois meses se passaram e os problemas relativos à compra das escravas continuavam, levando Salgado a publicar, na edição de 07/04 do mesmo jornal<sup>246</sup>, um novo informe:

Achando-se em meu poder três escravas em depósito contra o Sr. Caetano Baeta Neves, faleceram Camélia e Pulcinia [...] Declaro mais que das mesmas escravas compradas ao Sr. Neves existem duas, Barbara e Maria, das quais me deram escritura, sem declarar que foram separadas de suas filhas menores.

Um primeiro detalhe interessante a respeito da sequência de anúncios reproduzida diz respeito aos problemas que o adquirente teve com 25% da “mercadoria” comprada. Primeiro, constatou “vícios redibitórios”<sup>247</sup>, o que provavelmente indicaria alguma doença ou incapacidade para o trabalho, em três das escravas, duas das quais logo faleceram. Depois, descobriu também que outras duas cativas tinham pendências: haviam sido separadas de suas filhas menores.

É possível imaginar que, em virtude dessa separação (ilegal), Bárbara e Maria estivessem reivindicando ao novo senhor a retomada do contato com suas filhas, insatisfação esta que talvez se traduzisse em diminuição de produtividade ou, pior ainda, resistência ao trabalho, ao domínio do novo proprietário ou ao próprio cativo, como reagiram vários escravos mencionados nos processos analisados por Sidney Chalhoub diante de situações por eles percebidas como injustas ou inaceitáveis.<sup>248</sup>

Com efeito, problemas em transações envolvendo escravos que levassem os adquirentes a requererem a revogação das mesmas não eram pouco frequentes no comércio de longa distância, como demonstram as pesquisas de Chalhoub e Rafael Scheffer. Em geral, as queixas diziam respeito a escravos com problemas de saúde não informados pelos vendedores antes da concretização da compra. Sobre esse aspecto, Ian Read argumenta que realizar transações com pessoas conhecidas (e, de preferência, residentes no mesmo município) poderia ser uma estratégia de os adquirentes se prevenirem de tais riscos e inconvenientes.<sup>249</sup>

Confrontando as informações dos anúncios com os registros existentes nos livros de escrituras e de procurações, parece ser pouco viável que aqueles 70 escravos (ou mesmo os 20

<sup>246</sup> P. 4.

<sup>247</sup> Vício redibitório é o defeito oculto da coisa recebida que a torna inapropriada ao fim a que se destina ou que lhe diminui o valor. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/315/Vicio-redibitorio>. Acesso em 02/02/2018.

<sup>248</sup> CHALHOUB, 1990.

<sup>249</sup> CHALHOUB, 1990; SCHEFFER, 2012, pp. 261-302; READ, 2012, p. 73.

que, possivelmente em maio de 1877, Francisco vendera em Rio Preto, município cafeeiro da Mata mineira<sup>250</sup>), fossem todos oriundos do município de Bonfim. É bastante provável que muitos deles tivessem sido adquiridos em diversas localidades da província mineira, ou mesmo de outras províncias. Infelizmente, ignora-se a quantidade de escravos que Neves levou consigo ao iniciar a viagem, contudo, é possível especular que ele poderia ter efetuado várias transações de compra e venda nas diferentes localidades pelas quais passou em seu trajeto até Juiz de Fora. Durante a parada em Barbacena, por exemplo, poderia ter vendido e adquirido outras tantas “peças”.

Das negociações acima reproduzidas, vale destacar ainda a forma de pagamento utilizada pelo senhor que comprou de uma única vez 20 escravos: títulos de crédito, os quais o negociante fazia circular por meio de outras transações comerciais. Trata-se de um importante detalhe a respeito das grandes transações comerciais envolvendo escravos, que contrasta com as pequenas transações, retratadas nos livros de compra e venda. Nestas últimas, o “dinheiro corrente”, entregue no ato da compra, foi a praticamente unânime forma de pagamento.

Os anúncios supracitados e as informações colhidas no banco de dados permitem identificar a forma de atuação dos Baeta Neves nesse comércio de longa distância: faziam uma provavelmente única viagem anual à região da Mata / Corte, normalmente entre os meses de maio e agosto, levando uma grande quantidade de escravos.

É interessante notar que o período da viagem coincidia exatamente com o período da colheita do café na região Sudeste do país<sup>251</sup>. Tendo uma boa colheita que os munia de capital, os fazendeiros procuravam investir no melhoramento de suas lavouras, adquirindo, entre outras coisas, mais escravos para as plantações. Ou seja, o resultado da safra de cada ano, que podia ser vislumbrado ao término da estação chuvosa, orientava os fazendeiros na aquisição de escravos, visando reunir braços suficientes para aquela colheita e ter garantida a mão de obra necessária ao próximo plantio e à colheita da safra seguinte.<sup>252</sup>

---

<sup>250</sup> *A Actualidade*. Ouro Preto, 09/11/1878, p. 3.

<sup>251</sup> Sendo, o plantio, realizado entre os meses de outubro a dezembro. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/calendario-agricola-veja-qual-melhor-periodo-para-plantio-colheita-das-principais-culturas-pais-900>, acesso em 20/07/2017. Para mais detalhes a respeito do funcionamento de uma fazenda cafeeira na segunda metade do século XIX, ver, por exemplo, DEAN, 1977, pp. 39-60; LIMA, Roberto Guião de Souza. *O ciclo do café vale-paraibano*. Disponível em: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe\\_pg-13-a-39.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe_pg-13-a-39.pdf). Acesso em 07/11/2017.

<sup>252</sup> COSENTINO, 2014, p. 181.

Essa forma de atuação provavelmente reduziria os custos da viagem e permitiria que os negociantes atendessem encomendas, aumentando a certeza da negociação de todo o lote. As fontes localizadas não permitem, contudo, compreender como eles procediam à concentração dos escravos adquiridos nos meses anteriores à partida, uma vez que não há menção a algum tipo de barracão ou cômodo com essa finalidade em nenhum dos documentos localizados<sup>253</sup>.

O transporte se dava à pé. Provavelmente seguiam a “estrada da Corte”, gastando cerca de 30 dias (incluindo as paradas) entre Bonfim e a região da Mata<sup>254</sup> e, podendo ou não, a viagem se estender até a Corte. Entretanto, as fontes analisadas não trazem maiores informações a respeito da composição daquelas comitivas<sup>255</sup>.

Entre 1879 e 1880 Francisco parece ter se retirado dos negócios de escravos e se mudado da cidade para sua fazenda na região do Nhotim / Fecho do Funil<sup>256</sup>, dedicando-se à criação de gado para venda e também atuando como tropeiro<sup>257</sup>. Data dessa época o período em que a firma Baeta Neves & Irmão entrou em liquidação<sup>258</sup>.

Casado em 1856 com Maria da Luz Miranda, a quem teria abandonado poucos anos depois por infidelidade, teve um único filho legítimo, Adriano Baeta Neves, nascido em novembro de 1860, que teria ficado em Portugal com a mãe (esta jamais teria posto os pés no Brasil)<sup>259</sup>. Também parece haver tido dois filhos naturais com Maria da Conceição, sua escrava.

Havida por compra feita à D. Francisca Maria da Silva, matriculada na Coletoria de Curvelo e averbada na Coletoria de Bonfim aos 10/01/1877, a preta Maria da Conceição foi a única escrava alforriada por Francisco Baeta Neves. Então com a idade de 21 anos, sua carta de liberdade (redigida em 02/04/1880) foi registrada em cartório aos 15/03/1881, concedendo-

<sup>253</sup> Sidney Chalhou (1990, p. 29) e Rafael Scheffer (2012, pp 254-255), por exemplo, mencionam tais edificações encontradas nas propriedades de alguns dos comerciantes de escravos que analisam.

<sup>254</sup> A julgar pela documentação analisada e pela pesquisa de Cláudio Heleno Machado (2002), o mais provável é que a maioria das negociações envolvendo escravos na região da Mata se concentrasse no município de Juiz de Fora, que funcionaria como entreposto para a mercadoria cativa.

<sup>255</sup> Para mais detalhes a respeito dessa modalidade de transporte utilizada pelo tráfico interno no interior do Brasil após 1850, ver, por exemplo, NEVES, 2000 e CONRAD, 1975, p. 70.

<sup>256</sup> Localidade situada às margens do Rio Paraopeba, na divisa entre os então municípios de Bonfim, Sabará, Ouro Preto e Pará. Atualmente, marca a divisa entre os municípios de Brumadinho, Mário Campos e São Joaquim de Bicas.

<sup>257</sup> *Jornal A Província de Minas*, Ouro Preto, 12/07/1883, p. 4 e APMB, *CSO 69 (09)*, 1896.

<sup>258</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11/02/1880, p. 4 e APMB, *Março 1879 - 7º Livro de Procuções do Cartório do 2º Tabelião da Cidade do Bomfim*, fl. 62-62v.

<sup>259</sup> APMB, *CSO 69 (09)*, 1896.

lhe liberdade gratuita e incondicional.<sup>260</sup> Vale destacar que, nos registros dos livros de notas bonfinenses, este foi o único caso de alforria gratuita e incondicional concedida a escravo não originalmente matriculado em Bonfim. É provável que tal alforria, tão rapidamente conquistada por Maria, estivesse ligada à sua relação com Francisco.

Os filhos, Maria e Augusto Baeta Neves, que em nenhum documento são mencionados diretamente como filhos de Francisco (mas sim “filhos naturais de Maria da Conceição”), receberam, ainda bebês, vários terrenos situados na região do Funil / Nhotim. Segundo as respectivas escrituras, tais terrenos teriam sido fruto de doações de alguns vizinhos de Francisco aos menores<sup>261</sup>, mas um desses “doadores” informou, em depoimento judicial, ter, de fato, vendido as terras ao negociante<sup>262</sup>.

Augusto, criado por Francisco “como filho”, viveu em companhia deste até 1894, quando o negociante voltou a residir no distrito da Cidade do Bonfim para tratar da saúde já debilitada desde a década anterior (vindo a falecer a 11/08/1896). A partir de então, passou a ser tutorado por Caetano. Em 1900, já com 19 anos, casou-se e recebeu sua herança. Sua irmã Maria não foi mencionada em nenhum outro documento, enquanto Maria da Conceição teria se ausentado “em companhia de um indivíduo desconhecido”, ignorando-se o seu paradeiro.<sup>263</sup>

Caetano, ao contrário de seu irmão, adentrou a década final da escravidão ainda negociando escravos, embora em proporções bem menores que nos anos anteriores e, aparentemente, sem sociedade.

Sua última aparição nos registros se deu aos 05/04/1883, quando vendeu o preto Moizes a Damaso Saturnino Parreiras, residente no distrito da Cidade do Bonfim. Moizes havia sido adquirido por Neves duas semanas antes, através de troca que fez, com Antonio de Padua Pereira, morador do distrito de Piedade dos Gerais, da parda Felizarda (acompanhada de seus filhos ingênuos Carlota e um recém nascido ainda não batizado). Rs 800\$000 foi o preço fixado tanto para Moizes quanto para Felizarda (que haviam sido matriculados em Bonfim, em 1872, pelo mesmo senhor, Luiz Pereira de Mattos). Quando da venda de Moizes, contudo, o negociante obteve um possível lucro de Rs 100\$000, ao vender o cativo por Rs

<sup>260</sup> APMB, [Livro 12 de Notas do 1º Tabelião], fls. 47v-48.

<sup>261</sup> APMB, 1881 – Livro 23 de notas para escrituras lavradas pelo 2º tabelião, fls. 2v-5v.

<sup>262</sup> APMB, DC CPO 38(705), 1882.

<sup>263</sup> APMB, CSO 69(04), 1894.

900\$000<sup>264</sup>. Nos registros bonfinenses, esta foi a única sequência de transações que evidenciam um provável lucro obtido numa negociação de escravos, uma vez que em todas as outras sequências em que se percebe que um determinado escravo foi adquirido para viabilizar uma transação futura (escravos renegociados com poucos dias ou semanas de diferença entre as transações), este foi renegociado pelo mesmo preço que fora adquirido.

Ainda em 1883, em agosto, teve sua primeira e única alforria registrada em Bonfim. A preta Alexandrina, de 16 anos, solteira, fiadeira (provavelmente matriculada em outro município), foi um dos nove libertos pela 4ª quota do fundo de emancipação que coube ao município<sup>265</sup>. Ou seja, abandonando os negócios de escravos, provavelmente por já estarem pouco lucrativos, o comerciante ainda conseguiu, através da indenização do Estado, minimizar possíveis prejuízos com “mercadoria parada”.

Casado com D. Maria Sabina Baeta Neves, filha de D. Barbara de Souza Moreira e do “abastado fazendeiro e capitalista”<sup>266</sup> Luiz José Teixeira (natural da Ilha Terceira do Reino de Portugal), Caetano constituiu uma numerosa família. Seus filhos receberam educação esmerada, em colégios de Mariana<sup>267</sup>, Ouro Preto<sup>268</sup> e no Colégio do Caraça<sup>269</sup>.

Após ter se retirado dos negócios com escravos, o comerciante buscou diversificar seu ramo de atuação para além do comércio de secos e molhados e dos investimentos em bens de raiz, investindo, por exemplo, em exploração de minas de ouro e carvão em Bonfim e municípios vizinhos<sup>270</sup>, numa companhia manufatureira de tecidos a ser instalada na então freguesia sabaraense de Capella Nova do Betim<sup>271</sup>, entre outros empreendimentos. Ainda grande proprietário de terras e imóveis, nos anos 1890 hipotecou alguns desses bens e pôs outros à venda para saldar dívidas que se avolumavam (principalmente com credores cariocas). Nomeado Coronel Comandante Superior para a Guarda Nacional na Comarca de

<sup>264</sup> APMB, *Livro 6º de Notas para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 20-22.

<sup>265</sup> APMB, *1875 - Protocollo do Escrivão de Orphãos da Cidade do Bomfim para as Audiencias do Juizo de Orphãos - 1º Ofício*, fls. 48-49.

<sup>266</sup> *A Actualidade*, Ouro Preto, 30/08/1881, p. 3.

<sup>267</sup> APMB, *CPO ACA-0252*, 1885.

<sup>268</sup> <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NEVES,%20Jo%C3%A3o%20Baeta.pdf>. Acesso em 24/01/2018.

<sup>269</sup> <http://www.santuariodocaraca.com.br/livro-de-matricula-1856-1910/livro-de-matricula-1891/>. Acesso em 24/01/2018.

<sup>270</sup> Decretos nº 9860, de 08/02/1888, e 10052, de 28/09/1888. Coleção Leis do Império e Jornais *A União*, Ouro Preto, 24/02/1888, p. 2 e *O Liberal do Pará*, Belém, 31/10/1888, p.2.

<sup>271</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 08/03/1895, p. 10.

Bonfim com o advento da República, faleceu em Belo Horizonte a 06/08/1897, vitimado por uma súbita enfermidade<sup>272</sup>.

Como se sabe, os jornais que circularam no Império nas últimas décadas da escravidão viviam abarrotados de anúncios de escravos fugidos<sup>273</sup>. Os quatro anúncios a seguir reproduzidos, originalmente publicados nos jornais *do Commercio* e *Diário de Minas*, trazem referência a mais alguns cativos negociados pelos Baeta Neves e pela Andrade, Silva, Lobato & Cia. em outras localidades que não Bonfim.

Nos anúncios 2 e 3, por meio das vendas efetuadas, intermediadas pelos Baeta Neves, os escravos foram destinados a municípios cafeeiros das regiões da Mata fluminense e mineira, de onde acabaram fugindo. Aparentemente, ambos os fugitivos atuariam como tropeiros.

No anúncio 3 chamam atenção ainda o elevado valor oferecido como gratificação por um único escravo, Rs 300\$000 (o que, talvez, estivesse relacionado à habilidade do cativo de conduzir tropas) e as sucessivas transferências de proprietário às quais Estevão esteve sujeito, o que demonstra a necessidade de se atentar para a importância, para este comércio, das chamadas “transações precedentes”, como discutido no capítulo 2.

Figura 10 – Anúncio 2.

**FUGIO da fazenda Santa Cruz, no municipio da Sapucaia, o escravo Antonio Mathias, tropeiro, de estatura regular, rosto meio achatado, barbado, mal encarado, cabra escuro, acaboclado, e soffre de uma hernia, e levou calça e camisa de algodão branco, paletó de baéta verde e chapéo de palha mineiro: foi comprado ha alguns mezes, a Baéta Neves & Irmão, de Minas-Geraes; quem o apprehender ou delle der noticias certas a Manoel Antonio Esteves & Filho, á rua de Bragança n. 29, nesta cõrte, ou na Sapucaia, rua Municipal n. 5, será bem gratiicado. (.**

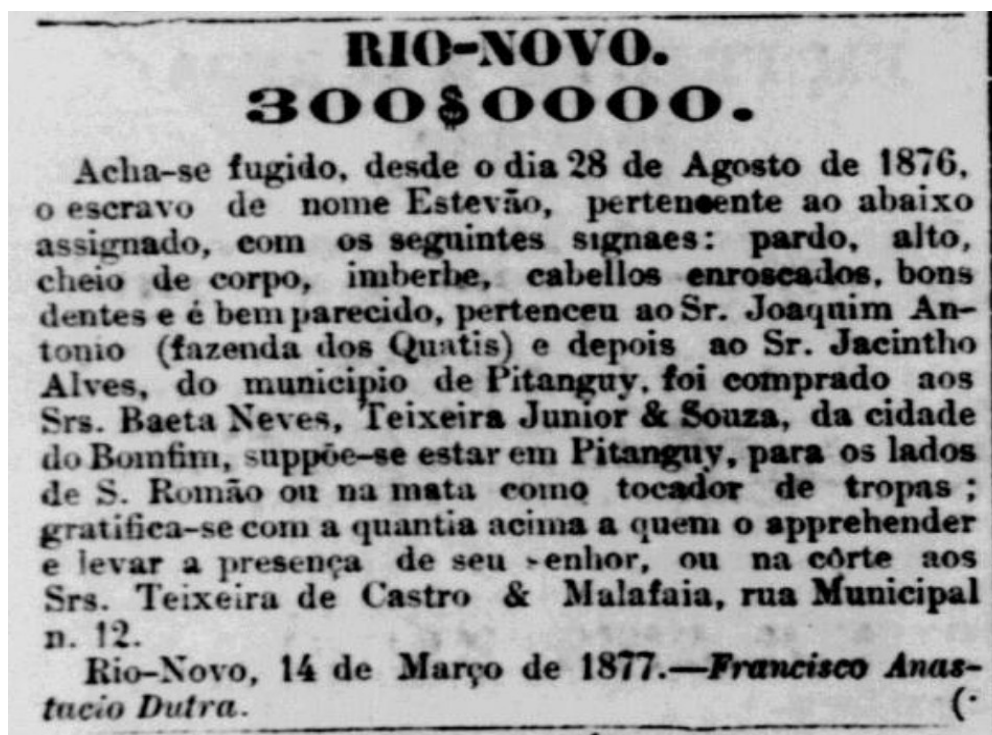
*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 15/08/1878, p. 7.

<sup>272</sup> *Jornal Minas Geraes*, Ouro Preto, 22/08/1897, p. 6.

<sup>273</sup> Ver, por exemplo, FREIRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.



Figura 11 – Anúncio 3.



*Jornal do Commercio.* Rio de Janeiro, 17/03/1877, p. 8.

No anúncio 4, chama atenção o fato de que, embora pertencessem a Francisco Baeta Neves, residente em Bonfim, os fugitivos abandonaram uma fazenda em Barbacena, sendo o autor do anúncio o dono da mesma fazenda, e não Neves. Logo, o que aqueles escravos, todos homens e no auge de seu vigor fisico, estariam fazendo em Barbacena, uma vez que pertenciam a um morador de Bonfim? É possível aventar quatro hipóteses:

- 1) os escravos teriam sido fruto de alguma venda informal que, até o momento, não teria gerado a escritura de transferência da propriedade (talvez buscando evitar o pagamento de impostos ou mesmo por ainda não haver tido tempo hábil para tal formalização);
- 2) Motta os estaria alugando de Neves;
- 3) os cativos estariam sendo alojados na fazenda de Motta para posteriormente seguirem viagem com o negociante para serem comercializados (lembrando que, como visto acima, por aqueles meses Francisco esteve na região da Mata negociando escravos e que Barbacena costumava ser caminho de passagem e parada durante tais viagens à Mata);
- 4) os cativos estariam passando por um “período de teste”, ao final do qual Motta decidiria se os compraria de fato ou não.

Figura 12 – Anúncio 4.

**500\$ DE GRATIFICAÇÃO**

Fugirão da fazenda de Francisco Delgado Motta, nas Dôres do Rio do Peixe, município de Barbacena, cinco escravos pertencentes a Francisco Baêta Neves, tendo os referidos escravos os nomes e os seguintes signaes : 1º, de nome Germano, côr fula, 24 annos de idade, mais ou menos, corpulento, cabellos carapinhados, rosto redondo, boca grande e bons dentes; 2º, de nome Manoel, côr parda, 19 annos de idade, bom cabelo, rosto comprido, nariz afilado, altura regular e pés grandes; 3º, de nome Henrique, côr fula, estatura regular, cabelo ruim, rosto bexiguento, orelhas um pouco grossas, pouca barba e pés grandes; 4º, de nome Domingos, côr preta, 25 annos de idade, altura regular, bem parecido, bons dentes e pés bem feitos; 5º, de nome Laurentino, côr preta, 27 annos de idade, alto, barbado, rosto pequeno, bons dentes e é muito cortez; quem os apprehender e levar á fazenda acima referida do Sr. Motta receberá a gratificação de 500\$000.

*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 04/04/1877, p. 6.

No anúncio 5, republicado em várias edições do mesmo jornal ao longo dos dois meses seguintes, é interessante notar que todos os cativos foram adquiridos fora de Bonfim, no caso em municípios próximos (Sabará e Santa Luzia). Ou seja, a capilaridade dos negócios desses grandes comerciantes de escravos possibilitava que nem todos os cativos por eles negociados, dentro ou fora de Bonfim, proviessem necessariamente do próprio município. Aparentemente, Estevão, do anúncio 2, também não seria originário de Bonfim.

Figura 13 – Anúncio 5.

**Escravos fugidos.**

Achão-se fugidos, ha mais de anno, os escravos seguintes pertencentes a firma social Andrade Silva, Lobato & C.<sup>a</sup> os quaes são os seguintes:

Pedro, cabra de 30 annos, altura regular, barbado e bem esperto de corpo, foi comprado em Sabará a José Marciano d'Aquino por intermedio de Candido Ferreira, e consta o dito escravo estar ora pelo Jequitibá.

Francisco, crioulo de 40 annos, altura regular, barba já pintando, foi comprado no Capim Branco ao major Antonino Pinto Mascarenhas: consta ter ido para alli, e depois seguido para o centro da provincia com outros escravos do dito major.

Rafael, crioulo de 25 annos, altura regular, pouca barba, tem uma pequena grossura no pescoço, entende alguma cousa do officio de ferreiro e de carapinteiro, ferra e atalha, tudo mal, é mettido a pião, consta estar pelos lados do Curvello como forro: este rapaz foi comprado na Contagem a D. Silvana, e vendido pelo mesmo ao major José Augusto de Rezende, do Juiz de Fôra.

O abaixo assignado, socio gerente d'aquella firma social, vende os ditos escravos por preços muito rasoaveis: a pessoa que os prender e os levar á cidade do Bom Fim de Queluz, receberá 200\$ de gratificação por cada um, e quem os prender e puzer em alguma cadêa ou der noticia certa receberá por cada um 100\$.

Outrosim protesta, com todo o rigor da lei, contra quem os acoitar.

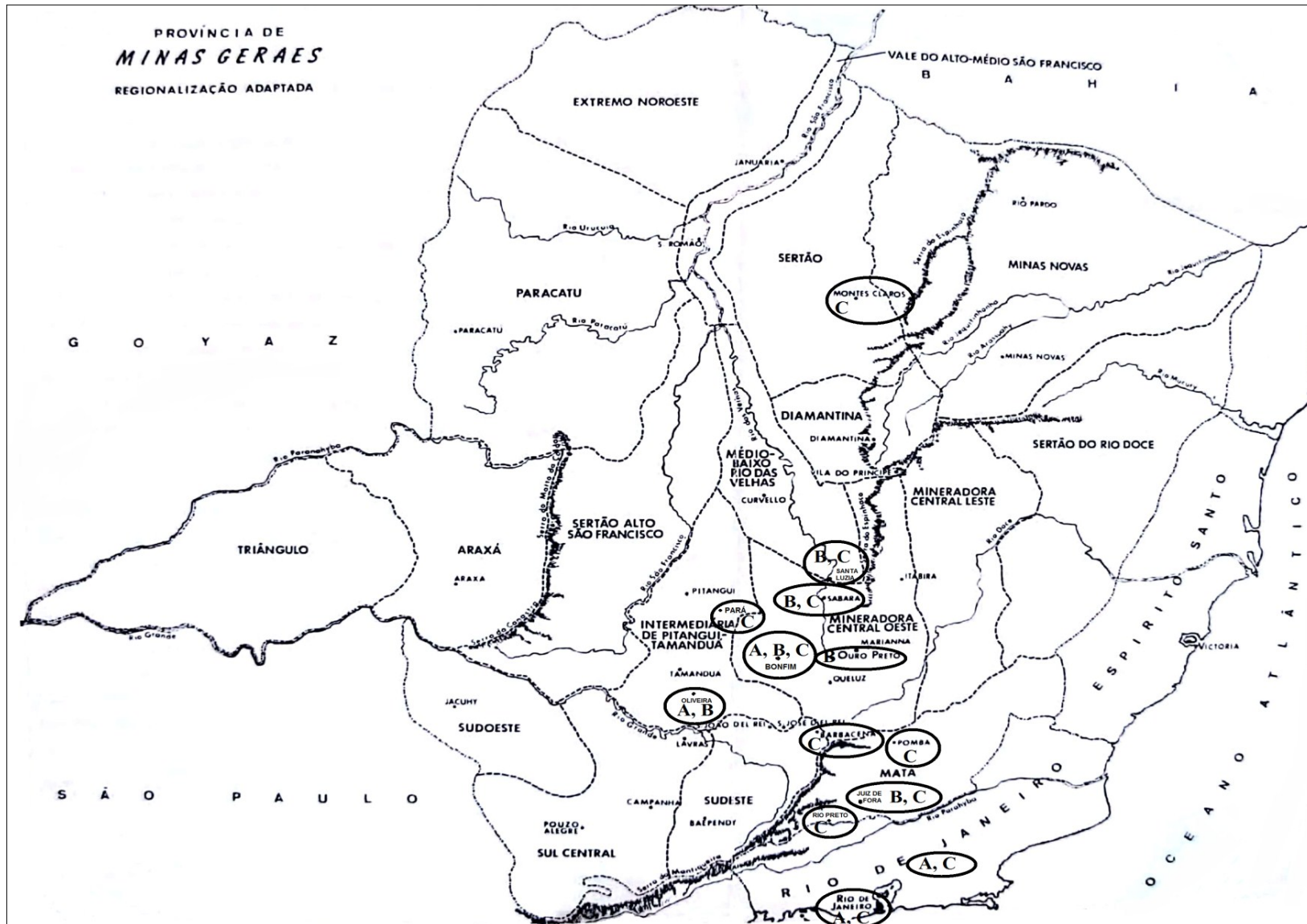
Cidade do Bomfim de Queluz, 8 de Março de 1873.

*Francisco Joaquim de Andrade Silva.*

*Diário de Minas. Ouro Preto, 14/03/1873, p. 3.*

As informações constantes no banco de dados e nos anúncios de jornal relativas ao local de residência dos transmitentes e adquirentes permitiram identificar os municípios e regiões com as quais os principais negociantes de escravos bonfinenses mantiveram relações comerciais, como se vê na Figura 14.

Figura 14 – Municípios e regiões com os quais os principais grupos de negociantes de escravos bonfinenses mantiveram contatos comerciais (1860-1888).



Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB e jornais *A Actualidade*, *A Província de Minas*, *Diário de Minas*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Pharol*. Mapa extraído de PAIVA, 1996, p. 91 e modificado pelo autor.

Embora seja possível que tais negociantes tivessem trânsito por mais municípios e regiões da província, o mapa evidencia uma concentração de suas ações em municípios das regiões Mineradora Central Oeste (à qual Bonfim pertencia), Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Médio-Baixo Rio das Velhas, Sudeste, Mata mineira e fluminense e Corte, ou seja, o entorno de Bonfim, o caminho para a Mata, a Mata e seu entorno e a Corte. Apenas o Grupo C, dos Baeta Neves, possuiria contatos comerciais com regiões mineiras mais distantes, como a do Sertão.

É importante destacar também que tais negociantes bonfinenses não comercializavam unicamente escravos. Como foi possível observar, estes eram apenas mais uma entre as muitas mercadorias por eles transacionadas, talvez a mais lucrativa. Os períodos de atuação desses indivíduos também indicam a possibilidade de eles terem aproveitado as oportunidades criadas a partir do crescimento da demanda e da elevação dos preços dos cativos entre as décadas de 1860 e início da de 1880 para se lançarem nesta atividade, aproveitando rotas e contatos comerciais previamente conhecidos.

Coincidentemente ou não, José Marques da Silveira e Caetano Baeta Neves encerraram suas atividades no mercado bonfinense de cativos em meados de 1883, quando foram registradas suas derradeiras transações. Como discutido no capítulo 2, é provável que naquele momento tais comerciantes tenham concluído que a mercadoria escrava havia deixado de ser lucrativa.

Um último ponto a se observar a respeito dos negociantes que atuaram no mercado com maior regularidade diz respeito ao seu reduzido número: “apenas” os referidos três grupos se destacaram. O cronista bonfinense João Paraopeba, citado por Cláudia Martinez, dizia que a Bonfim de sua juventude (final do século XIX)

era muito comercial. Só na rua de baixo – chamada Rua do Commercio - , havia mais de dez casas de negócio, mas casas de fato, sortidas, onde se comprava desde o riscado mais grosso ou lenço de mão, até a seda mais fina e bonita. O comércio era feito por tropas, e os viajantes, quase todos portugueses.<sup>274</sup>

Se o comércio local era tão pujante, por que “apenas” aqueles negociantes teriam se dedicado a comercializar a mercadoria humana de forma mais contínua? Além da necessidade de gozar de prestígio e estar inserido numa ampla rede de contatos comerciais em diferentes

---

<sup>274</sup> MARTINEZ, 2014, p. 181.

localidades e regiões, o alto investimento necessário para se aventurar em negócios de escravos talvez ajude a explicar.<sup>275</sup>

Além dos três grupos de comerciantes supracitados, observa-se que alguns indivíduos atuaram como intermediários em várias transações (Tabela 25). Embora não se possa dizer que fossem comerciantes de escravos, ou mesmo que tivessem a comercialização de escravos como principal fonte de renda, ou que tenham atuado no mercado por um longo período, acredita-se que auferissem algum lucro e mesmo prestígio através de suas atuações como procuradores, atuação esta que uniu transmitente, adquirente e, em alguns casos também outros procuradores, possibilitando que a transação se concretizasse.<sup>276</sup>

**Tabela 25 – Principais intermediários segundo ocorrência e quantidade de escravos negociados: Bonfim do Paraopeba, 1860-1888.**

Nome e período de atuação	Local de residência	Atuações como procurador do transmitente	Atuações como procurador do adquirente	Quantidade de escravos e ingênuos envolvidos
Tenente Coronel José Egydio da Silva Campos (décadas de 1860 e 1870)	Distrito da Cidade do Bonfim	2	4	8 escravos
Antonio Nery Ferreira (décadas de 1870 e 1880)	Distrito da Cidade do Bonfim	4	1	7 escravos
Advogado Alferes Candido de Castro Guimarães (década de 1860)	Distrito da Cidade do Bonfim	4	1	6 escravos
Reverendo Vigário Francisco Nogueira Penido (década de 1860)	Distrito de Piedade dos Gerais	4	-	4 escravos
Antonio de Araújo Lima Coxo (décadas de 1870 e 1880)	Distrito de Piedade dos Gerais	2	1	10 escravos e 1 ingênuo
José Teixeira Machado (décadas de 1870 e 1880)	Distrito de Piedade dos Gerais	3	-	4 escravos
Tenente Manoel Bernardes da Cunha Cassão (décadas de 1860 e 1870)	Distrito da Cidade do Bonfim	3	1	6 escravos
João Evangelista Monteiro de Barros Galvão de São Martinho (década de 1880)	Leopoldina	-	3	14 escravos e 1 ingênuo
Marinho & Bebiano (década de 1870)	Corte	2	1	5 escravos e 2 ingênuos

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Vale ressaltar que a tabela computa apenas as atuações individuais desses procuradores e os casos em que eles de fato foram os responsáveis por intermediar a transação. Não foram consideradas suas ocorrências em procurações que nomeavam vários procuradores, uma vez que não é possível saber qual deles de fato concretizou a negociação. Por esse motivo, a quantidade de escravos por eles negociados pode ter sido ainda maior.

Sobre a inserção de **Manoel Bernardes da Cunha Cassão** na tabela, deve-se destacar que, aparentemente, suas participações como intermediário teriam se dado no âmbito de sua

<sup>275</sup> MACHADO, 2002, p. 20; READ, 2012.

<sup>276</sup> CHALHOUB, 1990; SCHEFFER, 2012; READ, 2012.

profissão de advogado, por estar representando interesses comerciais de seus clientes. Tal raciocínio poderia ser aplicado, ao menos em parte, a Candido de Castro Guimarães, também advogado.

Falecido em 1871, o liberal Alferes **Candido de Castro Guimarães**, residente no distrito da Cidade do Bomfim à rua da Cadeia, é mencionado nas edições do *Almanak* como vereador (1864), partidor (1864 e 1870), advogado (1864, 1865 e 1870), inspetor paroquial (1864 e 1865), proprietário de fábrica de velas de cera (1865 e 1873)<sup>277</sup>.

Também é possível admitir que algumas das transações em que o igualmente advogado **Tenente Coronel José Egydio da Silva Campos** participou tivessem motivação similar, mas outros documentos nos quais é citado atestam claramente que ele esteve envolvido no comércio de escravos, auferindo lucros consideráveis de tal atividade.

Proprietário do Jornal *A Actualidade*, o Tenente Coronel José Egydio, eleitor e residente à Praça da Matriz da Cidade do Bomfim (antes de se mudar para Ouro Preto no final dos anos 1870), é citado nas edições do *Almanak* como vereador (1865, 1870), inspetor municipal (1865), 1º suplente de Juiz Municipal (1870), negociante de bestas bravas (1870 e 1873) e advogado (1865, 1873 e 1875)<sup>278</sup>.

Padrinho e amigo íntimo dos irmãos Baeta Neves, a quem considerava “o mesmo que filhos”, José Egydio teria formado sociedade “em negócio de escravos” com Francisco na década de 1870, emprestando-lhe dinheiro para compra de escravos e também comprando cativos provavelmente para o negociante revender. Tal sociedade faria o Tenente dever “muitas obrigações ao Chico Baeta, que lhe tinha dado muito dinheiro a ganhar com negócio de escravos”. Por outro lado, “Chico Baeta havia ganho muito dinheiro à custa dele, já lhe emprestando quantias, já lhe prestando toda a sorte de proteção”.<sup>279</sup>

Em carta enviada a Francisco, em 1878, Egydio dizia:

Recebi tua última carta, em que me dizias não querer ficar com os escravos, que bem mal me fez; pois eu tendo os comprado para você, como pechincha, e não dispondo de dinheiro na ocasião, vi-me na precisão de contrair empréstimo, de que não gosto, como sabes, e estou ainda com eles, visto que por aqui [Ouro Preto] não há compradores.<sup>280</sup>

<sup>277</sup> Respectivamente pp. 112, 113 e 114; 148 e 150; 362; 133.

<sup>278</sup> Respectivamente pp. 38, 147-148; 361-363, 365; 131-132, 139; 421

<sup>279</sup> APMB, *CPO ACA 0252*, 1885.

<sup>280</sup> *Ibid.*

Além das participações como procurador, José Egydio teve outras duas inserções no mercado bonfinense. A primeira, no final de 1869, foi quando vendeu seu escravo pardo Tito Livio, de 18 anos, a compradores residentes em Juiz de Fora<sup>281</sup>. Na segunda, ocorrida em 1876, ele comprou o pardo Eleoterio, 33 anos, solteiro, lavrador, de morador do distrito da Capela Nova do Desterro, através do procurador deste, residente no distrito da Cidade do Bonfim. A procuração informa ainda que Eleoterio havia sido matriculado em Ouro Preto e averbado em Bonfim.<sup>282</sup>

Na maioria das transações por ele intermediadas, o **Reverendo Vigário Francisco Nogueira Penido** atuou representando moradores de outros distritos ou municípios, em transações efetuadas com moradores de Piedade. Na década de 1870, ele recebeu poderes em duas procurações destinadas a negociar escravos. Contudo, ambas concediam poderes a vários indivíduos para atuarem como procuradores, de forma que não se sabe qual ou quais teriam efetivado as transações.

Sobre **Antonio Nery Ferreira** sabe-se apenas que residia no distrito da Cidade do Bonfim, tendo, em todas as transações que participou, atuado com procurador de moradores do mesmo distrito.

As três participações de **José Teixeira Machado** seguiram o seguinte padrão: engajar, na Cia. Morro Velho, escravos de moradores do distrito de Piedade dos Gerais. Em sua primeira aparição nos registros, 1876, é informado que o mesmo residia em Morro Velho<sup>283</sup>. Nas duas participações seguintes, de 1877 e 1882, consta o distrito de Piedade como seu local de residência<sup>284</sup>.

**Antonio de Araújo Lima Coxo**, morador do distrito de Piedade dos Gerais, é citado nas edições do *Almanak* como sacristão (1865) e alfaiate (1870 e 1885)<sup>285</sup>. Na maioria das transações que intermediou, atuou representando moradores de outros distritos ou municípios, em transações efetuadas com moradores de Piedade.

<sup>281</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 18v-20.

<sup>282</sup> APMB, *Livro 2° para Procurações - 2° Ofício*, fls. 81-81v.

<sup>283</sup> APMB, *Livro 3° para Procurações - 2° Ofício*, fl. 26-26v.

<sup>284</sup> APMB, *N° 5 Notas - Piedade dos Gerais*, pp. 36-36v e 1881 - *9° Livro de Nottas - Piedade dos Gerais*, fls. 43-44.

<sup>285</sup> Respectivamente *Almanak... da Província de Minas Geraes*, pp. 154 e 369 e *Almanak ... do Império do Brazil*, p. 337.



**João Evangelista Monteiro de Barros Galvão de São Martinho**, abastado fazendeiro, chefe político e presidente da Câmara Municipal de Leopoldina, atuou em três transações no final de 1887 representando adquirentes do município de Leopoldina (Antonio Ignacio Monteiro Galvão de São Martinho, seu irmão, e Bacharel José Cesário de Castro Monteiro de Barros, seu primo), que compraram e engajaram cativos de moradores de Bonfim.<sup>286</sup>

A firma **Marinho & Bibiano**, sediada na Corte, à rua de São Pedro, 122, é citada na edição de 1876 do Almanak Laemmert como um “armazém de vinho e gêneros pertencentes ao comércio de molhados (por atacado)” e como “casa de comissões de gêneros de importação e exportação”<sup>287</sup>. Esteve em atividade por cerca de três anos, entre início de 1875 e final de 1877, como se pode perceber pelos anúncios publicados em jornais da Corte.

Em 1875, a sexta página da edição de 02 de fevereiro do *Jornal do Commercio* trazia anúncio informando que:

João Marinho da Cunha, sócio da firma Marinho & Irmão, com comércio de molhados e comissões, à rua de S. Pedro n. 122, participa a esta praça e a seus amigos do interior, que de comum acordo com seu irmão e sócio Antonio Marinho da Cunha, fez cessão da parte que tinha naquela firma com todo o ativo e passivo ao Sr. José Alves Bibiano.

Imediatamente abaixo do anúncio anterior podia-se ler o seguinte:

Antonio Marinho da Cunha e José Alves Bibiano comunicam a esta praça e seus amigos do interior que têm organizado uma sociedade sob a firma Marinho & Bibiano para comércio de molhados por atacado e comissões, à rua de S. Pedro n. 122, placa, em continuação à firma de Marinho & Irmão, da qual são os liquidantes.

A firma foi registrada no Tribunal do Comércio no início de abril com um capital de Rs 100\$000<sup>288</sup>, entrando em liquidação a partir de 01/01/1878, como consta de anúncio publicado na sétima página da edição de 06 de janeiro do *Jornal do Commercio*. O informe mencionava ainda a organização de “uma sociedade sob a razão de Marinho Lima & C., da qual são sócios componentes, Antonio Marinho da Cunha, José Alves Bibiano, Francisco Gomes de Lima e Desiderio José Nunes dos Santos”.

Durante seu funcionamento, foram registradas importações de produtos como:

<sup>286</sup> BROTERO, Frederico de Barros. *A família Monteiro de Barros*. São Paulo, 1951, pp. 563-733.

<sup>287</sup> Pp. 784 e 812.

<sup>288</sup> *Jornal Diário do Rio de Janeiro*, 06/04/1875, p. 2.

- de Bordéos, pelo vapor francês Rio Grande, três caixas de conservas<sup>289</sup>;
- de Bordéos, pelo vapor francês Equateur, 10 caixas de doces<sup>290</sup>;
- de Hamburgo, pelo vapor alemão Vandalia, 10 caixas de fósforos<sup>291</sup>;
- de origem não informada, 30 caixas de azeite doce<sup>292</sup>.

A primeira aparição de Marinho & Bebiano nos registros bonfinenses foi em 1876, no caso da venda da família de Faustina e Miguel, narrada no início do capítulo 2. Suas duas outras participações se deram ao longo do ano seguinte, representando os Baeta Neves na compra de um escravo e venda de outro, negociações estas efetuadas com moradores de municípios da Mata mineira. Logo, a inserção dessa firma no mercado de escravos bonfinense deu-se no âmbito da rede comercial dos Baeta Neves.

Finalmente, além dos comerciantes e intermediários mencionados, ainda participaram de transações envolvendo escravos registradas em Bonfim, de forma pontual, as seguintes firmas comerciais:

- Andrade Marques & Cia.

Sediada no distrito da Cidade do Bonfim, em 1878 recebeu poderes, juntamente com outro morador do mesmo distrito, para vender um escravo.

- Antonio da Costa Pereira Junior & Cia.

Estabelecido na Cidade da Oliveira, em 1875 adquiriu um escravo de morador do distrito bonfinense de Conceição do Pará.<sup>293</sup>

- Capitão Antonio Narcizo Suares & Cia.

Estabelecido na Cidade de Formigas de Montes Claros, em 1875 concedeu poderes à firma Baeta Neves, Teixeira Júnior & Souza para vender dois escravos.<sup>294</sup>

<sup>289</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/02/1876, p. 1.

<sup>290</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22/01/1876, p. 1.

<sup>291</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22/12/1875, p. 1

<sup>292</sup> *Revista Mercantil*, Rio de Janeiro, 16/01/1876, p. 1.

<sup>293</sup> APMB, 1875 - *Livro 1º de Procuções pertencente ao 1º Tabelião do Bomfim*, fl. 22-22v.

<sup>294</sup> APMB, N° 4 *Notas - Piedade dos Gerais*, fls. 8-9v.

- Malta, Moraes & Cia.

Composta pelos sócios capitalistas Major Ignacio José da Silva Malta e Francisco Rodrigues de Moraes Cantagallo e pelo sócio-gerente Epifanio José Bernardes e estabelecida com casa de negócio de molhados, louça, fazenda seca, ferragens etc. na Rua do Fogo do distrito da Cidade do Bonfim<sup>295</sup>, atuou unicamente nas transações envolvendo a criança Mafalda crioula (conforme narrado no capítulo anterior).

- Faria, França & Cia.

Negociantes matriculados, sediados na Corte e credores de Antonio Justiniano da Silveira Abbade, morador do distrito da Cidade do Bonfim, no início dos anos 1870 fizeram a cessão da hipoteca a Francisco Baeta Neves.<sup>296</sup>

- José Hirsch & Cia.

José Hirsch, súdito francês, encontrava-se em giro de seus negócios na província mineira em agosto de 1862, quando realizou sua única transação no mercado bonfinense, a aquisição de Bárbara parda do Major Ignacio José da Silva Malta.<sup>297</sup>

- Loureiro, Botelho, Castro & Cia.

Comerciantes na Praça do Rio de Janeiro, à rua do Hospício, em liquidação no início de 1860, quando se deu sua única participação no mercado bonfinense. Nela, Francisco José da Silva Trigueiro, morador da Vila do Bonfim, hipotecou-lhes seis escravos e uma chácara nos subúrbios da mesma Vila como garantia de dívida a ser paga dentro de um ano.

- Silva Campos, Filho & Pinto

Estabelecida no distrito da Cidade do Bonfim, atuou unicamente no comércio por procurações, como outorgante, em duas transações de venda em meados de 1875.

---

<sup>295</sup> APMB, *CPO ACA 0393*, 1864.

<sup>296</sup> APMB, *Livro 9º de Notas do 2º Tabelião da Cidade do Bom Fim*, fls. 34-36 e *Livro Especial de Notas Nº 3º para escrituras de compra e venda de escravos*, procuração colada no verso da contracapa.

<sup>297</sup> APMB, *Livro Especial de Notas Nº 2º para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 2-3.

- Silva Pinto & Cia.

Estabelecida no distrito da Cidade do Bonfim, atuou unicamente no comércio por procurações, recebendo poderes para negociar cativos, entre 1875 e 1876 (as desse último ano, conjuntamente com José Marques da Silveira Júnior ou com seu pai).

- Valença & Magalhães

Negociantes na Corte do Rio de Janeiro, em maio de 1879 receberam poderes de José Marques da Silveira para “fazer compra de escravos e aceitar escrituras de compras dos mesmos, tanto na Corte do Rio como em qualquer parte deste Império”<sup>298</sup>.

A maioria de tais negociantes, intermediários e firmas, embora lançassem mão de diferentes meios e artifícios para granjear escravos para seus negócios, ao menos em algum momento de sua atuação comercial agiram como descreve Conrad:

O tráfico interno de escravos criou novas companhias de negociação de escravos e uma nova profissão: a de comprador de escravos viajante, que percorria as províncias, convencendo os fazendeiros mais pobres ou os residentes das cidades a venderem um ou dois escravos por metal sonante. Os compradores de escravos iam de sítio em sítio, de porta em porta.<sup>299</sup>

Tal forma de atuação pode ser evidenciada, sobretudo, nas procurações passadas com motivos genéricos como “comprar escravos”, “comprar escravos e arrematar em praças públicas, neste termo ou em qualquer parte da província ou Império”, “fazer compras de escravos, assinar e aceitar as escrituras”, “comprar escravos nesta província” ou “fazer compra de escravos e aceitar escrituras de compras dos mesmos, tanto na Corte do Rio como em qualquer parte deste Império”.

### **Transmitentes e adquirentes “comuns”: os principais nomes envolvidos e a destinação dos escravos negociados**

Excluídos os comerciantes, intermediários e firmas comerciais que atuaram no mercado de escravos bonfinense, esta seção debruçar-se-á na análise das transações realizadas

---

<sup>298</sup> APMB, *Livro 4º de Procurações do 1º Tabelião*, fl. 4-4v.

<sup>299</sup> CONRAD, 1975, p. 68.

por indivíduos “comuns”, que aparentemente não estariam apenas revendendo escravos ou os adquirindo com o intuito específico de revender.

Pretende-se verificar quais foram esses principais transmitentes e adquirentes e as atividades produtivas desempenhadas por eles, de modo a compreender melhor quais eram as atividades econômicas desenvolvidas em Bonfim que estariam demandando escravos no período em questão.

Buscando identificar os principais transmitentes e adquirentes não especializados, foram selecionados aqueles que participaram de mais de uma transação, documentada por meio de escritura ou procuração, cujos resultados se encontram nas Tabelas 26 e 27 a seguir.

A quantidade de escravos diz respeito a todos os escravos que foram transacionados (ou seja, disponibilizados ao mercado ou dele obtidos), ocorrendo ou não a transferência definitiva de propriedade, sempre que o documento mencionasse o número de cativos envolvidos.

**Tabela 26 – Principais transmitentes do mercado de escravos bonfinense: Bonfim do Paraopeba (1842-1888).**

Nome	Local de residência	Ocorrências em escrituras	Quantidade de escravos	Ocorrências em procurações	Quantidade de escravos	Saldo em escravos
José Cardozo Parreiras	Freguesia de Itatiaiuçu	-	-	4 vendas	11	-11
<i>Cornelio Pereira Cardozo</i>	Freguesia de Itatiaiuçu	3 (1 venda, 1 venda a retro e 1 engajamento)	6	-	-	-6
Joaquim Camillo Mendes	Freguesia de Piedade dos Gerais (1854) / Freguesia do Rio do Peixe (1870)	2 (1 hipoteca e 1 venda)	6	-	-	-6
Jeronimo Machado Lima	Freguesia de Bonfim	-	-	3 vendas	4	-4
<i>Joaquim Rodrigues Ribeiro</i>	Freguesia de Bonfim	3 (2 vendas e 1 venda a retro)	4	-	-	-4
Joaquim Alves Negrão	Freguesia de Matheus Leme	1 venda a retro	1	1 venda	2	-3
José Cardozo Parreiras e sua esposa, D. Maria Felizarda de Jesus	Freguesia de Itatiaiuçu	2 vendas a retro	3	-	-	-3
Manoel Rodrigues de Souza	Município de São Fidélis (Província do Rio)	2 vendas	3	-	-	-3
Romualdo Ferreira de Souza e sua mulher, D. Maria do Carmo Jacinthá de Souza	Freguesia de Piedade dos Gerais	2 hipotecas	3	-	-	-3
Alferes Joaquim José Doarte	Município de Queluz (MCO)	2 vendas	2	-	-	-2
Alferes Vicente José Ferreira	Freguesia de Piedade dos Gerais	2 (1 hipoteca e 1 venda)	2	-	-	-2
Antonio Pereira Cardozo	Freguesia de Bonfim	2 vendas	2	-	-	-2

Candido José Parreiras	Freguesia de Bonfim	2 (1 venda condicional e 1 hipoteca)	2	-	-	-2
Custodio de Souza Moreira	Freguesia de Bonfim	2 vendas	2	-	-	-2
D. Balbina Umbelina de Faria	Freguesia de Itatiaiuçu	2 vendas	2	-	-	-2
João Gonçalves Ferreira	Freguesia de Piedade dos Gerais	2 vendas	2	-	-	-2
José Alves Pereira	Freguesia de Piedade dos Gerais	2 vendas a retro	2	-	-	-2
Mariano José de Souza	Freguesia de Bonfim	2 vendas	2	-	-	-2
Modesto Antonio Prudente	Freguesia de Piedade dos Gerais	2 vendas	2	-	-	-2
Victal da Silva Rodrigues	Freguesia de Itatiaiuçu	2 (1 engajamento e 1 venda de usufruto de escravo quartado)	2	-	-	-2
Albino Pereira Henriques	Freguesia de Bonfim	-	-	2 ajustamentos	1	-1
Francisco das Chagas Rocha Junior	Freguesia de São Gonçalo da Ponte	2 (uma hipoteca e 1 venda)	1	-	-	-1
Joaquim Borges Leal	Freguesia de Bonfim	2 (1 venda a retro e 1 venda)	1	-	-	-1
José Ferreira Telles	Freguesia de Bonfim	2 vendas condicionais	1	-	-	-1
Manoel Ribeiro da Costa Guimarães	Freguesia de Bonfim	2 hipotecas	1	-	-	-1
Militão José Parreiras e sua esposa D. Julia Candida de Jesus	Freguesia de Bonfim	2 (1 hipoteca e 1 venda)	1	-	-	-1

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs. 1: em itálico estão aqueles cujo inventário foi analisado.

Obs. 2: MCO = região Mineradora Central Oeste; IPT = região Intermediária de Pitangui-Tamanduá.

**Tabela 27 – Principais adquirentes do mercado de escravos bonfinense: Bonfim do Paraopeba (1842-1888).**

Nome	Local de residência	Ocorrências em escrituras	Quantidade de escravos	Ocorrências em procurações	Quantidade de escravos	Saldo em escravos
Gil José Antonio	Freguesia de Bonfim	2 (1 compra a retro e 1 compra)	9	-	-	+9
<i>Capitão Matheus de Souza Ameno</i>	Freguesia de Piedade dos Gerais	5 (4 hipotecas e 1 compra a retro)	8	-	-	+8
Cassiano José Mendes	Município de Queluz (MCO)	2 compras	8	-	-	+8
<i>Tenente Joaquim Vilella Frasão</i>	Freguesia do Rio do Peixe	7 compras	8	-	-	+8
Capitão José Venancio Ferreira Penna	Freguesia de Itatiaiuçu	5 (2 compras, 1 engajamento, 1 compra de usufruto de escravo quartado e 1 compra a retro)	5	1 compra	2	+7
Dr. Pedro Ribeiro de Rezende	Província do Rio	-	-	4 compras	5 escravos e 2 ingênuos	+5 escravos e 2 ingênuos
Cia. Morro Velho	Município de Sabará (MCO)	-	-	6 engajamentos	5	+5
Dr. Affonso Fortes Bartamontes	Província do Rio	-	-	3 compras	4 escravos e 1 ingênuo	+4 escravos e 1 ingênuo

João Baptista da Cunha	Província do Rio (1876) / Freguesia de Bonfim (1887)	1 compra	1	1 compra	3 escravos e 1 ingênuo	+4 escravos e 1 ingênuo
Bacharel José Cesário de Castro Monteiro de Barros	Município de Leopoldina (Mata)	2 compras	4	-	-	+4
Emerenciano Alves de Brito	Freguesia de São Gonçalo da Ponte da Ponte	3 (2 compras e 1 aluguel)	4	-	-	+4
Fortunato Francisco Passos	Município de Ouro Preto (MCO)	2 (1 hipoteca e 1 compra)	4	-	-	+4
Manoel Gomes de Rezende	Freguesia de Itatiaiuçu	3 compras	4	-	-	+4
Manoel José Parreiras	Freguesia de Bonfim (1856) / Freguesia de Piedade dos Gerais (1882 e 1884)	3 (1 compra a retro, 1 compra e 1 hipoteca)	3 escravos e 1 ingênuo	-	-	+3 escravos e 1 ingênuo
Alferes Antonio Augusto de Oliveira	Freguesia de Bonfim	2 compras	3	-	-	+3
Francisco de Araújo Lopes	Freguesia de São Gonçalo da Ponte da Ponte	2 (1 compra a retro e 1 compra)	3	-	-	+3
<i>Francisco José Parreiras</i>	Freguesia de Bonfim	2 compras	3	-	-	+3
<i>Tenente Manoel Bernardes da Cunha Cassão</i>	Freguesia de Bonfim	2 (1 hipoteca e 1 compra condicional)	2	-	-	+2
Antonio Gonçalves Jardim	Município de Santa Maria Magdalena (Província do Rio)	2 compras	2	-	-	+2
Firmino Ribeiro Mendes	Município de Barbacena (Sudeste)	2 (1 hipoteca e 1 compra)	2	-	-	+2
Francisco Martins Nogueira	Município de Ouro Preto (MCO)	2 compras	2	-	-	+2
Manoel Fernandes Ayrão	Município de Lavras do Funil (Sul Central)	2 compras	2	-	-	+2
<i>Reverendo Vigário Francisco Nogueira Penido</i>	Freguesia de Piedade dos Gerais	2 compras	2	-	-	+2
Manoel Leite Ferreira	-	2 compras	1	-	-	+1
Nominato José dos Santos	Município de Oliveira (IPT)	-	-	2 compras	1	+1
Antonio Rodrigues Elias de Moraes	Freguesia de Piedade dos Gerais (1872) / Município de Cantagalo (Província do Rio – 1877)	2 compras	3	1 compra	-	-
Baldoino Ferreira Carmo	Freguesia de Itatiaiuçu	1 compra	1	1 compra	-	-

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs. 1: em itálico estão os nomes daqueles cujo inventário foi analisado.

Obs. 2: MCO = região Mineradora Central Oeste; IPT = região Intermediária de Pitangui-Tamandua.

Além dos indivíduos que se destacaram por ceder grandes quantidades de cativos ao mercado e daqueles cuja participação marcante se deu no sentido oposto, adquirindo escravos, observa-se um terceiro grupo, formado por aqueles que atuaram tanto como transmitentes quanto como adquirentes, como mostra a Tabela 28.

Sobre os transmitentes que também atuaram como adquirentes, é interessante destacar que mais da metade não aumentou nem diminuiu suas posses através das transações das quais participaram, por terem cedido a mesma quantidade de escravos que adquiriram.

**Tabela 28 – Transmitentes que também atuaram como adquirentes no mercado de escravos bonfinense: Bonfim do Paraopeba (1842-1888).**

Nome	Local de residência	Ocorrências em escrituras			Ocorrências em procurações			Saldo em escravos	Contextos das negociações
		Como transmitente	Como adquirente	Quantidade de escravos	Como transmitente	Como adquirente	Quantidade de escravos		
Jerônimo José Parreiras	Freguesia de Bonfim	1	5	13	-	-	-	+11	Vendeu apenas uma escrava a morador da mesma freguesia, aparentemente uma transação familiar. Comprou 2 escravos de morador de outras regiões de MG, um de morador da freguesia de Piedade, uma de morador da freguesia de Bonfim, um de morador da província do Rio e lhe foram hipotecados 7 escravos de morador da freguesia de Piedade.
José Ribeiro Diniz	Freguesia de Piedade dos Gerais	-	1	2	1 venda	-	1	+1	Comprou 2 escravos de morador da mesma freguesia. Quase 15 anos depois, passou procuração a Francisco Baeta Neves para vender um daqueles escravos a morador da província do Rio.
<i>Alferes João José de Salles</i>	Freguesia de Bonfim	1	2	4	-	-	-	0	Vendeu 2 escravos para compradores da Mata, comprou um de vendedor da MCO e alugou um de moradora na freguesia de Bonfim
Antonio de Moraes Coutinho	Freguesia de Piedade dos Gerais	1	1	2	-	-	-	0	Comprou uma escrava em 1877 e vendeu outra em 1882, ambos os negócios realizados com moradores da mesma freguesia
Antonio dos Santos Lisboa Coelho	Freguesia de Piedade dos Gerais	1	1	1	-	-	-	0	Comprou uma parte em um escravo e 2 anos depois o vendeu inteiro a seu pai. Transações locais
<i>Antonio José Parreiras Coelho</i>	Freguesia de Bonfim	-	1	1	1 venda	-	1	0	Transferiu poderes a Caetano Baeta Neves em 1876 para vender uma escrava e comprou um escravo 4 anos depois de proprietário sem domicílio informado.
Antonio Pereira da Assumpção	Município de Entre Rios (MCO)	1	1	1	-	-	-	0	Comprou um escravo de um morador da freguesia de Piedade e, 2 meses depois, vendeu o mesmo a seu filho, também morador da MCO.
Capitão Carlos Augusto Nogueira Penido	Freguesia de Itatiaiuçu	1	1	2	-	-	-	0	Comprou uma jovem escrava de morador na freguesia de Piedade, através de procurador residente na freguesia de Bonfim. Quase 6 meses depois, através do mesmo procurador transação anterior, vendeu um escravo criança a um morador da freguesia de São Gonçalo, representado por procurador residente na freguesia de Bonfim.
Dr. Joaquim Ignacio Nogueira Penido	Freguesia de Bonfim	1	1	2	-	-	-	0	Vendeu um escravo a morador da freguesia de Itatiaiuçu e comprou outro de proprietário de residência não informada (possivelmente seu parente).
Emilio José da Silva	Freguesia de Bonfim	1	1	2	-	-	-	0	No mesmo dia, comprou uma escrava e vendeu a parte havida em um escravo por herança paterna. Ambas as transações locais.
Feliciano Gonçalves Ferreira	Freguesia de Bonfim	-	1	1	1 engajamento	-	1	0	Comprou uma escrava de morador da freguesia do Rio do Peixe e engajou um escravo com alguém de residência não informada, através de procuradores também residentes na freguesia de Bonfim.
João Francisco de Andrade	Freguesia de Piedade dos Gerais	1	1	2	-	-	-	0	Num intervalo de menos de 3 meses vendeu parte de um escravo a morador de outras regiões de MG e comprou uma escrava de morador da freguesia de Piedade. Ambas as transações tiveram transmitente representado pelo Reverendo Vigário Francisco Nogueira Penido.
João José Maia	Freguesia de Piedade dos Gerais	-	3	3	4 engajamentos	-	3	0	Comprou a retro (representado pelo Tenente Coronel José Egydio, residente na freguesia de Bonfim) um escravo de morador da freguesia de Piedade, comprou um escravo de morador da mesma freguesia e parte de uma escrava de morador da freguesia de Bonfim. Passou procuração a José Teixeira Machado, morador na freguesia de Piedade, para engajar um escravo na Cia. Morro Velho por 5 anos. Ao término desse prazo, passou nova procuração



									para o mesmo Machado engajar novamente o escravo na mesma companhia, o que parece não ter sido feito, motivando Maia a passar, 1 mês depois, outra procuração com o mesmo teor a morador da região MCO. No início de 1887, passou procuração a morador da freguesia de piedade para alugar 2 escravos pelo período de 6 meses.
José Bernardes de Carvalho Junior	Freguesia de Itatiaiuçu	-	1	1	1 venda	-	1	0	Morador da freguesia de Itatiaiuçu, comprou parte de uma escrava (aparentemente havida por herança) de um morador da freguesia de Bonfim. Nomeou vários procuradores (um residente na região IPT e os demais na freguesia de Bonfim) para venderem uma escrava.
José Gonçalves de Souza Moreira	Município do Pará (IPT)	1	1	2	-	-	-	0	Comprou de morador da freguesia de Bonfim parte (provavelmente metade) de um escravo (havida por herança). Menos de 1 mês depois, trocou com seu pai, morador da freguesia de Bonfim, o mesmo escravo por outro de igual valor. Ambas as transações parecem ter se dado em âmbito familiar.
José Ignacio da Silva Malta	Freguesia de Bonfim	1	1	1	-	-	-	0	Num intervalo de 5 meses, comprou e vendeu, pelo mesmo valor, a mesma escrava, de morador da freguesia de Rio do Peixe a morador da freguesia de Bonfim. Ambas as transações tiveram transmitente representado por Antonio José da Cunha Thó, tio de José Ignacio
José Querino de Aguiar	Freguesia de Bonfim (década de 1860) e Freguesia de Itatiaiuçu (década de 1880)	2	2	4	-	-	-	0	Na década de 1860 comprou um escravo de morador da mesma freguesia, vendeu outro para morador da freguesia de Itatiaiuçu e engajou uma escrava de moradora da freguesia de Piedade. Na década de 1880, vendeu uma escrava a morador da região IPT (representado por procurador residente na mesma região)
José Rodrigues Rosa	Freguesia de Piedade dos Gerais	1	1	2	-	-	-	0	Comprou uma escrava em 1870 de morador da freguesia de Bonfim e vendeu um escravo em 1873 a morador da freguesia de Piedade.
Tenente Coronel José Egdio da Silva Campos	Freguesia de Bonfim	1	-	1	-	1 compra	1	0	Vendeu um escravo a moradores da região da Mata. 6 anos depois, através de procuração passada por morador da freguesia de Piedade a procurador residente na freguesia de Bonfim, adquiriu um escravo.
Damaso José Parreiras	Freguesia de Bonfim	1	2	3	1 venda	-	1	-1	Comprou 1 escravo de moradora da freguesia de Bonfim, comprou condicionalmente 1 escravo de morador na freguesia de Piedade (embora a venda não tenha se concretizado, visto o vendedor haver pago a dívida) e vendeu uma escrava a morador na freguesia de Piedade. Passou escritura a Francisco Baeta Neves para vender uma escrava averbada na Coletoria de Bonfim
Joaquim Filipe dos Santos	Freguesia de São Gonçalo da Ponte	1	-	2	-	1 compra	1	-1	Hipotecou mãe e filho a morador da freguesia de Piedade. 1 década depois, comprou uma escrava de firma sediada na freguesia de Bonfim, representada por procuradores residentes na mesma freguesia
Theophilo Rodrigues Nogueira Penido	Freguesia de Bonfim (1878) / Freguesia de Itatiaiuçu (1887)	1	1	3	-	-	-	-1	Comprou um escravo de morador da mesma freguesia. 9 anos depois, vendeu 1 escravo e 1 escrava a morador da região da Mata (este representado por procurador morador da mesma região)
Damaso Pinto de Lara	Freguesia do Rio do Peixe	1	1	2	1 venda	2		-2	Trocou uma escrava com outro morador da mesma freguesia e passou procuração para Francisco Baeta Neves vender 2 escravos.
Guilherme José da Silva Reis	Freguesia de Piedade dos Gerais	-	1	1	1 venda	-	4	-3	Comprou o direito e ação nos bens herdados por moradores de outras regiões de MG (representados por procurador morador na mesma região), incluindo parte no valor de uma escrava criança. Alguns anos depois, passou procuração para os irmãos Baeta Neves venderem 4 escravos (dos quais,

									provavelmente estaria a escrava anteriormente comprada e seu filho)
Antonio Alves Parreiras	Freguesia de Bonfim	-	1	1	3 vendas	-	5 escravos e 3 ingênuos	- 4 escravos e 3 ingênuos	2 procurações destinadas a negociar os mesmos escravos. Vendas por procuração para compradores cariocas. Relações com Francisco Baeta Neves (inclusive, em uma procuração, recebeu poderes junto com ele)
Tenente Coronel Severino José de Oliveira	Freguesia do Rio do Peixe	1	1	6	-	-	-	-5	Trocou uma escrava por outra de mesmo valor com morador da mesma freguesia. 2 dias depois, vendeu a escrava adquirida na troca e mais outras 4 a morador da região IPT.
D. Silvana Umbelina de Jesus	Município de Queluz (MCO)	1	1	9 escravos e 1 ingênuo	-	-	-	-7	Duas transações em âmbito familiar. Vendeu as partes que tinha em 8 escravos, havidas por herança de sua finada sogra, a seu cunhado, também morador da MCO. De seu filho, morador na freguesia de Piedade, comprou uma escrava acompanhada de ingênuo (possivelmente provenientes de herança paterna)
D. Anna Angelica de Jesus	Freguesia de Piedade dos Gerais	-	1	-	2 vendas	-	1	-	Comprou de seu filho, também morador na freguesia de Piedade e representado por procurador residente na freguesia de Bonfim, o direito e ação em bens de raiz, escravos, móveis e submoventes da herança de seu finado marido. Com diferença de poucos meses, passou 2 procurações à Baeta Neves Teixeira Junior e Souza para venderem uma mesma escrava.
Joaquim Bernardes da Cunha	Freguesia de Bonfim	-	1	1	1 venda	1 compra	1	-	Comprou um escravo de morador da freguesia de Piedade (representado por procurador residente na freguesia de Bonfim), nomeou procuradores residentes na Mata e na província do Rio para venderem uma escrava e nomeou procuradores da IPT para assinarem escrituras de compra de escravos.
José Joaquim Bernardes	Freguesia de Bonfim	4	2	3	-	-	-	-	Tratam-se das transações efetuadas para reunir as partes em que as crianças Mafalda e Marciano foram divididas em partilha e posterior venda de ambos inteiros a negociantes bonfinenses (cf. analisado no cap. 2).
Luiz José Teixeira	Freguesia de Bonfim	-	-	-	1 venda	1 compra	2	-	Passou procuração para seu filho e seu genro Caetano Baeta Neves venderem 1 escravo e 1 escrava na Mata. 3 anos depois, passou procuração para morador da freguesia de Bonfim e outro não bonfinense para comprar escravos
<i>Major Ignacio José da Silva Malta</i>	Freguesia de Bonfim	2	1	3	1 penhor	-	-	-	Vendeu 2 escravas, uma a morador da freguesia de Bonfim e outra a residente em local não identificado. Foi-lhe hipotecado um escravo, porém não chegou a haver transferência definitiva de propriedade. Penhorou escravos e bens de raiz como garantia de dívida a morador da freguesia de Bonfim.
<i>Tenente Coronel João Francisco Alves Contagem</i>	Freguesia de Bonfim	1	5	-	1 venda	-	1	-	Comprou condicionalmente parte de um escravo e 6 escravos de moradores da mesma freguesia (sendo 4 escravos adquiridos de sua filha e um tendo sido representado pelo procurador Cassão) e o direito e ação em herança de moradores da freguesia de Itatiaiuçu e região IPT (representados pelo Tenente José Egydio). Vendeu a seu irmão (morador da região MCO) parte de uma escrava havida por herança paterna. Passou procuração a morador da freguesia de Bonfim para vender um escravo.

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Obs. 1: em itálico estão aqueles cujo inventário foi analisado.

Obs. 2: MCO = região Mineradora Central Oeste; IPT = região Intermediária de Pitangui-Tamanduá.

A multiplicidade de cenários observados na tabela dificulta a construção de uma hipótese explicativa desse fenômeno. É possível, talvez, que tal comportamento tenha relação com a oscilação dos preços dos escravos, incentivando proprietários a negociarem algum de seus cativos em períodos de elevação dos preços e adquirirem outro em momentos de queda dos preços, aproveitando, assim, as oportunidades para investir na renovação de suas posses ou constituir capital para outros tipos de investimento.

Através da análise dos inventários de 16 indivíduos bonfinenses que adquiriram escravos através das transações comerciais estudadas, pretende-se compreender melhor quais atividades produtivas estavam demandando escravos no município, de forma a justificar a aquisição dos cativos. Busca-se investigar, também, se esses escravos adquiridos permaneceram com seus novos senhores por muito tempo e se houve algum tipo de alteração em seus atributos pessoais após a transferência de propriedade.

Como houve poucos inventários localizados, resolveu-se analisar todos os encontrados, independente da quantidade de transações cujos inventariados participaram. Também foram pesquisadas informações complementares sobre tais indivíduos nas edições do *Almanak*.

Embora seja uma amostra diminuta, os inventários cobrem as três décadas finais da escravidão e contemplam indivíduos de ocupações, locais de residência e posições sociais variadas, garantindo-lhe alguma representatividade da sociedade bonfinense proprietária de escravos.

### **Alferes Silvestre Martins Nunes**

Morador da Fazenda Cabeceira do Rio Manso, distrito da Cidade do Bonfim, o Alferes é mencionado nas edições do *Almanak* como fazendeiro (1864 e 1865)<sup>300</sup>.

Falecido aos 10/08/1863, deixou bens avaliados em Rs 15:294\$120, entre móveis, ferramentas e utensílios, animais (13 bovinos, 15 carneiros, 5 cavalos e 46 porcos), 8 escravos (36% do valor do monte mor), bens de raiz (imóveis urbanos e rurais) e uma única dívida ativa (Rs 100\$000)<sup>301</sup>.

Entre os bens deixados, alguns se destacam por estarem relacionados às atividades produtivas desenvolvidas pelo Alferes:

<sup>300</sup> Respectivamente pp. 119 e 151.

<sup>301</sup> APMB, *CSO INV 0213*, 1863.

- Uma bigorna e martelo, além de 18 libras de ferro velho, uma barra de ferro de nove libras e várias ferramentas (três picões, uma marreta, duas cunhas, uma cavadeira, quatro machados, cinco enxadas, uma enxó, seis foices), que sugerem algum trabalho com ferro, mesmo que apenas para uso próprio;
- Três rodas de fiar algodão, um descaroador e uma dobadoura<sup>302</sup> sugerem a existência de alguma produção têxtil (produção de fios de algodão).
- Um alambique, logo haveria alguma produção de aguardente;
- Dois carros de boi e um carretão;
- 30 carros de milho no paiol e uma chácara com pés de café novos e velhos e bananeiras.

Sua posse compunha-se de quatro homens e quatro mulheres, sendo dois africanos e uma africana. A maioria deles se encontrava entre os 28 e os 50 anos. Havia ainda um idoso “adoentado” (Francisco Benguela, 64 anos) e outra “escorbutada” (Bazilia crioula, 60 anos) e uma única criança (Deolinda crioula, um ano e meio, cujos pais não foram mencionados). Como o inventário só informa os nomes e idades dos escravos, não é possível identificar relações de parentesco.

A única participação do Alferes no mercado de escravos bonfinense se deu em setembro de 1861, quando comprou, por Rs 2:350\$000, de morador do distrito de Itatiaiuçu, João Africano (que parecia ter 40 anos) e Lucia crioula (então com 30 anos e natural do distrito da Cidade do Bonfim), ambos solteiros e “sem ofício”<sup>303</sup>. Lucia é citada no inventário, assim como um “João Pereira” de 42 anos que, embora o inventário não informe ser africano, presume-se que fosse o mesmo João Africano adquirido dois anos antes.

### **Antonio Fernandes Gomes**

Morador do distrito de Santa Ana do Paraopeba, é citado na edição de 1870 do *Almanak* como fazendeiro e tropeiro<sup>304</sup>. Com monte mor avaliado em Rs 10:439\$878, seu inventário, datado de abril de 1888<sup>305</sup>, mencionava bens como:

<sup>302</sup> Em tecelagem, aparelho usado para dobar (dobrar fios de linha, lã etc. para formar novelos); é formado por quatro varas dispostas na vertical e paralelas em torno de um eixo, ao redor das quais se enrolam as meadas, presas em pares, na extremidade, por duas travessas cruzadas. (*Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=3EdL>. Acesso em 13/12/2017)

<sup>303</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 1° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Villa do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 23v-24v.

<sup>304</sup> P. 372.

<sup>305</sup> APMB, *CPO INV 0802*, 1888.

- um tear com seus pertences e um descaroçador;
- 28 caixas de colmeia;
- ferramentas diversas (como pás, enxadas, foices, machados, ferramentas de carpinteiro etc);
- um carro de boi e um carretão;
- gado bovino (39 cabeças) e suínos (50 porcos);
- terras de cultura e pastos de criar;
- dois escravos solteiros, Manoel (28 anos) e Filismina (30 anos, fiadeira), avaliados a Rs 300\$000 cada;
- Rs 317\$000 em sete dívidas ativas.

A posse de Gomes teria sido um pouco maior em anos anteriores, uma vez que Manoel e Filismina eram, respectivamente, os números 3 e 4 da relação.

A única participação de Gomes no mercado de escravos bonfinense foi em 1880, quando da compra de Filismina à Baeta Neves & Irmão.

### **Antonio José Parreiras Coelho**

Eleitor e residente no distrito da Cidade do Bonfim, à Rua do Senhor dos Passos, é mencionado nas edições do *Almanak* como tropeiro (1864), inspetor de quarteirão (1864) e juiz de paz (1870)<sup>306</sup>.

Falecido aos 03/01/1888, deixou bens avaliados em Rs 25:319\$296, dos quais se destacam, por estarem relacionadas às atividades produtivas desenvolvidas por Coelho, uma tenda de ferreiro<sup>307</sup>, dois carros de boi, 40 cabeças de gado bovino, 18 burros e cinco cavalos, um grande rancho de tropa com cozinha e pasto na Fazenda do Cotta, um canavial, duas roças de milho, um engenho de cana movido por água com todos os seus pertences na Fazenda do Engenho, seis escravos (10,7% do monte mor) e Rs 7:943\$490 em dívidas ativas (31,4% do valor do monte mor), sendo Rs 7:516\$370 provenientes de créditos passados a 52 devedores e Rs 427\$120 de 23 pessoas que deviam por rol. O inventário menciona ainda uma máquina de

<sup>306</sup> Respectivamente pp. 114-117, 362.

<sup>307</sup> Em tais tendas de ferreiro eram produzidas ferramentas como enxadas, foices, machados, peças empregadas na construção de carros de boi, pregos, taxas, ferraduras, entre outros. (MARTINEZ, 2014, p. 178; LIBBY, 1988, p. 146).

costura com mesa mas, por não haver escravas nem tecidos entre os bens arrolados, supõe-se que tal máquina tivesse uso apenas doméstico<sup>308</sup>.

Os escravos eram todos homens, solteiros, brasileiros, lavradores ou roceiros, e com idades entre 31 e 47 anos. Um deles havia fugido e só voltaria a aparecer após “a lei de 13 de maio de 1888”. Não foi possível detectar laços familiares nessa posse.

Antonio teve duas inserções no mercado bonfinense. Na primeira, em 1876, transferiu poderes a Caetano Baeta Neves para vender a parda Maria, 30 anos, brasileira e solteira. Nessa transação, chama atenção o fato de Maria haver sido matriculada no município de Diamantina.<sup>309</sup> A segunda participação se deu quatro anos mais tarde, quando comprou Moizes de Pantaleão Alves Parreiras (ou seja, possivelmente uma transação em âmbito familiar)<sup>310</sup>. O inventário cita dois Moyses, ambos com 35 anos, de forma que, aparentemente, o escravo adquirido teria permanecido em companhia de Coelho.

### **Antonio Vaz Teixeira**

Falecido na Mata do Rio de Janeiro aos 02/11/1869, seu inventário, datado de março de 1870, apresentava, entre os poucos bens, alguns móveis, um carro de boi usado “já largando a ferragem”, animais (um cavalo e 14 burros e bestas), quatro escravos e uma morada de casas de vivenda (com 16 alqueires de terras de cultura e três de campos) no lugar denominado Tapera da Florentina<sup>311</sup>. Tais bens e informações constantes no inventário sugerem uma atuação de Teixeira como tropeiro<sup>312</sup>.

Os escravos arrolados somavam Rs 2:164\$872, quantia equivalente a 47,8% do monte mor (avaliado em Rs 4:525\$872). Entre eles, apenas dois (Eva crioula, 22 anos, e Manoel crioulo, 9 meses), pertenciam totalmente a Teixeira. Nas outras duas (Balbina crioula, 48 anos, e Custodia crioula, 6 anos) ele possuía cerca de 2/3 do valor de cada uma.

Manoel provavelmente seria filho de Eva. Não há dados suficientes para saber se Balbina e Custodia teriam alguma relação de parentesco entre si e mesmo com Eva. Embora pouco provável, isso não seria impossível. É presumível supor ainda que as partes em Balbina e Custodia tenham sido havidas por herança.

<sup>308</sup> APMB, *CSO INV 0435*, 1888.

<sup>309</sup> APMB, *Nº 4 Notas - Piedade dos Gerais*, fls. 47v-48v.

<sup>310</sup> APMB, [*Anotações avulsas do Tabelião do 1º Ofício*], não paginado.

<sup>311</sup> Provavelmente o atual povoado de Florentina, situado na divisa entre os municípios de Bonfim e Rio Manso.

<sup>312</sup> APMB, *CSO INV 0286*, 1870.

A única participação de Teixeira no mercado bonfinense se deu no início de 1864, quando este, então morador do distrito de Piedade dos Gerais, comprou, de morador do distrito da Cidade do Bonfim, a crioula Eva, então com 15 anos, solteira, fiadeira de algodão, natural do mesmo distrito de seu vendedor<sup>313</sup>.

### **Capitão Matheus José de Souza Ameno**

Capitão da 5ª Companhia do 6º Batalhão do Comando Superior de Queluz e Bonfim, Matheus José de Souza Ameno, morador da Fazenda Campo Alegre, distrito de Piedade dos Gerais, é citado nas edições do *Almanak* como fazendeiro que cultivava cana (1865), proprietário de engenho de cana (1870, 1873, 1874), capitalista (1870, 1873, 1874) e fazendeiro (1870, 1873, 1874)<sup>314</sup>.

A produção de sua fazenda era bem variada, uma vez que seu inventário mencionava:

- um engenho de cilindro movido por bois, com todos os pertences, com exceção somente de tachas e espumadeiras e um remoído, além de um canavial e sete formas de apurar açúcar;
- uma máquina de secar com nove mãos para mandioca, com o competente fosso com cinco lagares e prensa, tudo dentro de uma coberta de telhas, além de 2000 litros de polvilho e um mandiocal;
- 45 carros de milho no paiol, além de roça já preparada para levar três alqueires de planta de milho e dois debulhadores de milho (um novo e um usado);
- 1200 litros de feijão;
- 3840 litros de café em coco<sup>315</sup>, além de plantações de café nos quintais da Fazenda Campo Alegre e da casa sita na esquina do adro da igreja no Arraial de Piedade;
- um tear com todos os seus pertences e quatro rodas de fiar algodão (e três escravas fiadeiras);

<sup>313</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3º para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 8-9.

<sup>314</sup> Respectivamente pp. 154, 364-369, 133-136, 422-424.

<sup>315</sup> Café em coco é o fruto seco do cafeeiro. Tal técnica de secagem, muito utilizada pelos lavradores, facilita o armazenamento e posterior beneficiamento do mesmo, uma vez que seu teor de umidade, de cerca de 18%, possibilita que o café seja descascado manualmente de forma simples. (TONSELLO, André. O ponto de armazenamento do café em coco. In: *Bragantia*, vol. 11, n°s 4-6, abril-junho/1951. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/brag/v11n4-6/08.pdf>. Acesso em 28/11/2017.)

- uma tenda de ferreiro com todos os seus pertences (incluindo um fole e uma pequena bigorna), além de 87 kg de ferro em barra, 52 kg de aço fino, 30 kg de ferro em viga e 75 kg de ferro velho (e dois escravos ferreiros);
- 51 cabeças de porcos de fora de criar (23 maiores e 28 menores) e 17 capados na ceva (5 melhores e 12 de meia ceva), 20 cabeças de equinos e 32 cabeças de gado;
- quatro carros de boi e um carretão.<sup>316</sup>

Natural da mesma freguesia de Piedade e filho legítimo do Alferes Joaquim José de Souza Ameno e D. Luzia Francisca da Conceição, o Capitão faleceu aos 03/08/1885, deixando bens avaliados em Rs 67:956\$345, dos quais Rs 3:400\$000 (5%) correspondiam aos seis escravos deixados de herança.

Sobre a posse do Capitão Ameno há um detalhe a ressaltar: além daqueles deixados de herança, havia outros seis que foram por ele libertos no testamento. Sua posse, portanto, compunha-se de 12 indivíduos. Mas, qual teria sido a razão de metade ter sido alforriada (gratuitamente) e a outra metade não?

O fato de os seis alforriados corresponderem a 21% do valor dos seis que permaneceram cativos, além de serem os mais velhos da posse (todos com mais de 52 anos), já seriam um bons motivos (vale destacar que nenhum dos escravos foi mencionado com algum problema físico ou de saúde). Verificando os dados das matrículas, percebe-se outro, não menos importante: enquanto todos os alforriados haviam sido matriculados pelo Capitão em 1872, todos os não alforriados foram adquiridos após esta data. A cópia das averbações, anexada ao inventário, informava que Francisca e seus filhos Militina, Necezio e João (ingênuo) foram comprados de Emilio José de Souza Ameno, morador no distrito de Piedade dos Gerais, a 09/04/1875. Quanto a Delfino, o Capitão Matheus informou ter-lhe cabido o escravo (matriculado solteiro e com a ocupação de lavrador), tendo sido dado baixa na Coletoria de Queluz em 01/08/1881. Anna e Francisco foram comprados, já casados, do acima mencionado Antonio José Parreiras Coelho, a 29/01/1884.

Embora o testamento não mencione, ainda é possível cogitar um suposto sentimento de “gratidão” do Capitão para com aqueles trabalhadores que, pelo menos há mais de uma década, estavam em sua companhia.

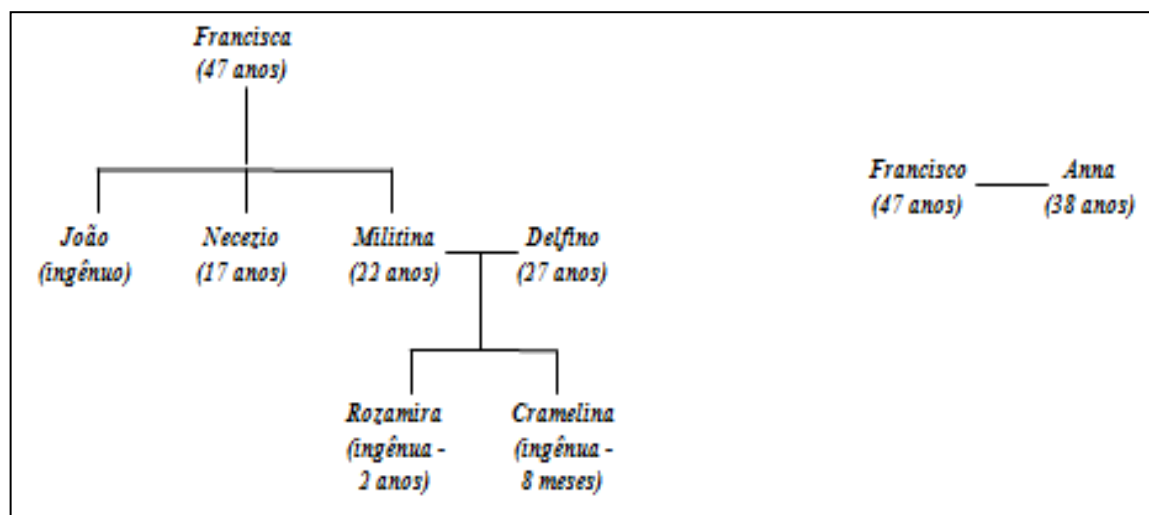
---

<sup>316</sup> APMB, *CPO INV 0748*, 1885.



Há ainda outro ponto a destacar em relação a essa posse e aos dois “grupos” de escravos a ela pertencentes: enquanto não é possível identificar nenhuma relação de parentesco entre os alforriados, observa-se a presença de grupos familiares entre os que continuaram no cativeiro, conforme Figura 15. A família de Francisca, pelo menos em parte preservada quando da venda ao Capitão, pôde expandir-se a partir da união entre Militina e Delfino, englobando três gerações vivendo juntas. Anna e Francisco também tiveram sua família preservada (ou pelo menos parte dela) ao serem comprados pelo Capitão Ameno.

**Figura 15 – Relações de parentesco observáveis na posse do Capitão Matheus José de Souza Ameno: Bonfim do Paraopeba, 1885.**



Fonte: APMB, *CPO INV 0748*, 1885.

Além da alforria aos escravos supraditos após a morte do testador, o testamento legava também a cada um dos escravos e escravas que o sobrevivessem a quantia de Rs 20\$000, como pecúlio, afim de facilitar a emancipação. O testador deixou também sua tenda maior de ferreiro, com todos os seus pertences, para o liberto Necezio pardo. Determinou ainda que tanto seus libertos já declarados como os seus escravos que fossem se emancipando tivessem, enquanto vivos, conjuntamente com os herdeiros do mesmo, o usufruto das terras que ele possuía no lugar denominado Cambuhy e, uma vez que esses usufrutuários fossem falecendo, ficariam as terras pertencendo unicamente aos herdeiros do mesmo. O valor de todas essas concessões deveria sair da terça do testador.

Finalmente, vale destacar que, as cinco participações do Capitão registradas no mercado de escravos bonfinense, embora todas como adquirente, parecem ter sido transações onde não houve transferência definitiva de propriedade. Todas as negociações (datadas de

1862, 1870, 1873, 1880 e 1883) eram hipotecas e compra condicional, e nenhum dos escravos nelas mencionados aparecem arrolados no inventário. Tal participação evidenciaria a atuação do Capitão como capitalista. Nesse sentido, cabe ressaltar que, no inventário, 47 pessoas foram arroladas como devedores do Capitão. As dívidas ativas (por crédito e escrituras de hipotecas), com seus prêmios, somavam Rs 35:866\$066, o equivalente a 53% do monte mor.

### **Damazo José Parreiras**

Natural e morador do distrito da Cidade do Bonfim (Fazenda do Engenho) e filho legítimo do Capitão Manoel José Parreiras e D. Maria Feliciano de Jesus, é citado na edição de 1865 do *Almanak* como fazendeiro<sup>317</sup>.

Quando de sua morte, em 1878, foram arrolados bens como ferramentas (nove enxadas, oito olhos de enxada, 12 foices, dois machados); uma máquina de costura com mesa, dois teares (um com seus pertences e outro ordinário, sem pertences), sete rodas de fiar algodão e dois descaroçadores; dois carros de boi e um carretão; animais (14 cabeças de gado bovino, três cavalos, um burro e 51 suínos); 40 carros de milho, 30 alqueires de arroz, 14 alqueires de feijão, 12 alqueires de mamona, 20 arrobas de algodão, uma roça de milho plantada em sete alqueires e um mandiocal plantado em terreno de uma quarta. Dos Rs 27:346\$228 de monte mor, 36% equivaliam aos 11 escravos (um deles Damaso tinha apenas uma parte) e outros 34% diziam respeito a 17 dívidas ativas relativas a créditos (sendo que a quantia devida pelo comerciante Caetano Baeta Neves correspondia a 47% do valor total das dívidas ativas)<sup>318</sup>.

A posse de Damaso, durante os últimos dias de vida deste, correspondia a 13 indivíduos. Dois deles, o casal Manoel Velho e Justina, de 58 e 48 anos respectivamente, os mais velhos e únicos casados, foram libertados em testamento, com a condição de servirem ao senhor até sua morte. Dos 11 que permaneceram em cativo, as idades das quatro mulheres variavam entre nove e 36 anos e, dos homens, entre 16 e 40, ou seja, uma posse formada basicamente por pessoas em idade produtiva. Quanto às relações de parentesco, as duas escravas mais jovens, as pardas Custódia, 11 anos, e Anna, nove anos, são mencionadas como “filhas de Manoel”. Contudo, há, entre os arrolados, três escravos chamados Manoel: o já mencionado Manoel Velho, Manoel Miguita (40 anos) e Manoel (22 anos). O último seria descartado por ser muito jovem para ser pai das meninas. Quanto aos outros dois, o fato de

---

<sup>317</sup> P. 151.

<sup>318</sup> APMB, *CSO INV 0381*, 1878.

Manoel Velho ser casado poderia ser um indicativo da paternidade das jovens mas, em todo caso, não é possível afirmar. Para os demais indivíduos não há informações sobre parentesco disponíveis.

Damaso teve quatro inserções no mercado bonfinense. Na primeira, em 1870, comprou, de D. Maria Thereza de Jesus (que, aparentemente, teria algum grau de parentesco com ele), o crioulo Manoel, então com “30 e tantos” anos e natural do distrito da Cidade do Bonfim<sup>319</sup>. Pela idade, seria o Manoel Miguita citado no inventário. A segunda participação se deu poucos meses depois, ainda em 1870, quando comprou a retro o crioulo Antonio, de 32 anos, de um devedor seu residente no distrito de Piedade dos Gerais. A venda não se concretizou, visto ter, menos de um mês depois, o devedor pago a dívida<sup>320</sup>. Suas duas últimas participações se deram como transmitente. Em 1872, vendeu a crioula Felicia, 16 anos, natural da freguesia de Piedade dos Gerais, “profissão fiar algodão”, por Rs 1:000\$000 a morador do mesmo distrito de Piedade<sup>321</sup>. Finalmente, em 1875, transmitiu poderes a Francisco Baeta Neves para vender a escrava Joanna. A procuração informava que a escrava havia sido averbada na Coletoria de Bonfim, ou seja, provavelmente seria originária de outro município, tendo sido adquirida por Damaso após 1872<sup>322</sup>.

### **Francisco José Parreiras**

Morador do distrito da Cidade do Bonfim, à Rua Direita, o Capitão Francisco é citado nas edições do *Almanak* como negociante de fazendas secas (1864, 1865), delegado de polícia (1864, 1865) e 6º suplente de juiz municipal (1864)<sup>323</sup>.

Falecido aos 10/03/1867, deixou Rs 26:328\$728 em bens como móveis, ferramentas e utensílios (com destaque para uma debulhadora de milho, uma botica homeopática com seu competente livro e dois carros de boi), animais (um burro, um cavalo, 25 bovinos e 46 porcos), bens de raiz (casas na cidade e terrenos rurais), oito escravos (28,7% do valor do monte mor) e várias dívidas ativas (36% do monte mor)<sup>324</sup>.

<sup>319</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 31v-32v.

<sup>320</sup> APMB, *Livro 9° de Notas do 2° Tabelião da Cidade do Bom Fim*, fls. 28v-29v.

<sup>321</sup> APMB, [*Livro sem capa - Piedade dos Gerais*], fls. 7-8.

<sup>322</sup> APMB, *Livro 1° de Notas para Procurações lavradas pelo 2° Tabelião da Cidade do Bomfim - Novembro 4 de 1874 (Tabelião C. P. O)*, fl. 48-48v.

<sup>323</sup> Respectivamente pp. 113-115 e 148-149.

<sup>324</sup> APMB, *CSO INV 0257*, 1867.

Parreiras era credor de 103 pessoas que, juntas, deviam-lhe a quantia de Rs 6:323\$109, provenientes de créditos (passados a prêmio de 1,5% ao mês), valor equivalente a 24% do monte mor. Outros 114 indivíduos o deviam Rs 3:188\$072 (12% do monte mor), provenientes de dívidas por livro, ou seja, referentes a compras efetuadas em seu negócio.

Em relação aos escravos arrolados, as únicas informações constantes são a idade e o valor de cada, de forma que não é possível identificar relações de parentesco entre eles. Os cinco homens e quatro mulheres, aparentemente todos brasileiros, variavam entre 10 e 50 anos de idade.

O Capitão teve duas inserções no mercado de escravos bonfinense no início dos anos 1860, com intervalo de cerca de um ano entre elas, adquirindo três cativos: em 1862, de Jeronimo José Parreiras (transação, aparentemente, em âmbito familiar), morador do distrito da Cidade do Bonfim, a crioula Luzia, então com 26 anos, natural do mesmo distrito, solteira e fiadeira de algodão, por Rs 1:332\$580; em 1863, de Manoel Rodrigues de Souza, morador do distrito de Santo Antonio de Pádua, município de São Fidélis, província do Rio de Janeiro<sup>325</sup>, o casal de africanos Manoel e Maria, respectivamente com 50 e 46 anos, sem ofício e fiadeira de algodão, por Rs 500\$000 e 300\$000.<sup>326</sup> Dos três escravos comprados, apenas Luzia permanecia em posse de Parreiras quando de sua morte.

### **João Antonio Ribeiro de Araújo**

Morador do arraial de Piedade dos Gerais, faleceu a 01/06/1880, deixando Rs 19:820\$914, entre bens de raiz, móveis, trastes, um cavalo e dívidas ativas<sup>327</sup>. Entre os bens em questão, merecem destaque duas balanças, ligadas à sua atuação como negociante de fazendas secas (1870, 1873) e rancheiro (1870), como é citado no *Almanak*<sup>328</sup> e os Rs 12:543\$764 (63% do monte mor) em dívidas ativas, sendo Rs 11:490\$555 por créditos passados a 43 pessoas e Rs 1:053\$209 de 93 devedores ðor livro, que sugerem uma atuação também como capitalista.

<sup>325</sup> Vale destacar que, no mesmo dia, o mesmo Manoel Rodrigues de Souza vendeu um crioulo de 27 anos a Jeronimo José Parreiras (cuja possível relação de parentesco com Francisco José Parreiras não foi possível identificar).

<sup>326</sup> APMB, Livro *Especial de Notas N° 2° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 3-4 e Livro *Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 1-2.

<sup>327</sup> APMB, *CPO INV 0778*, 1880.

<sup>328</sup> Respectivamente pp. 368-369 e 424.

Araújo não deixou nenhum escravo. Sua única inserção no mercado de escravos bonfinense, como adquirente, deu-se no início de 1863, quando comprou a cabra Maria, de 44 anos, natural da freguesia de Piedade, onde também residia o vendedor.

### **João José de Salles**

Eleitor, residia no distrito da Cidade do Bonfim, à Rua Direita. Alferes portandarte do 6º Batalhão do Comando Superior de Queluz e Bonfim, Salles é mencionado nas edições do *Almanak* como subdelegado da freguesia de Bonfim (1864, 1865), juiz de paz (1865), 2º suplente de delegado de polícia (1873), negociante de fazendas secas (1864, 1865), negociante de secos e molhados (1870, 1873 e 1874), tropeiro (1864) e negociante de bestas bravas (1873)<sup>329</sup>.

Natural do Brumado de Suassuhy, município de Queluz, e filho legítimo de Hilario José da Fonseca e Francisca Candida do Espirito Santo, faleceu em 1887, deixando um monte mor avaliado em Rs 5:624\$477. A maioria dos bens arrolados se constituía de produtos vendidos no negócio de Salles, como ferragens e ferramentas (27 kg de aço, uma dúzia e meia de limas, quatro colheres de rebocar, quatro compassos de carpinteiro, 12 dúzias de carretéis de viela<sup>330</sup>), utensílios e objetos de uso cotidiano (cinco facas grandes de cabo de aço, seis dúzias de canivetes sendo duas do cabo de pau, marca *Amigo dos Brasileiros*, duas do cabo de ferro e duas da marca *Anzól*, uma grossa de rosários, duas dúzias de baralhos ordinários, seis copos de vidro), insumos (seis milheiros e meio de espoletas, meia grossa de fivelas, uma caixa de mercúrio doce<sup>331</sup>), papéis (uma resma de papel de máquina, uma resma de papel de cartas), chapéus (quatro chapéus de Millis [sic] e 12 de lebre para crianças, já velhos), frascos, garrafas e garrações (125 garrafas vazias, 35 frascos grandes, para genebra<sup>332</sup>), entre outros.<sup>333</sup>

Os quatro escravos deixados – os pretos Marcelino, 30 anos, e Eugenio, 19 anos, e as pardas Balbina, 39 anos, e sua filha Generoza, 18 anos – correspondiam a 35,6% do valor de

<sup>329</sup> Respectivamente pp. 114-117, 148-149, 363, 132 e 422.

<sup>330</sup> Acredita-se que a definição, nesse contexto, seja a de “1. [Portugal] Cada um dos ferros com argolas, no rodízio dos moinhos. 2. [Portugal: Alentejo, Algarve] Argola que prende a cabeça do arado à garganta. "viela", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/viela> [consultado em 02-12-2017].

<sup>331</sup> Fármaco calomelano (Cloreto mercúrico ou protoclorato de mercúrio que se apresenta sob a forma de pó branco e insípido, utilizado nas crianças como purgante, desinfetante intestinal e anti-helmíntico. Externamente foi empregue na sífilis e outras doenças venéreas, sob a forma de pó, pomada ou óleo.) (Disponível em: <http://www.aulete.com.br/merc%C3%A7%C3%A0rio-doce> e <https://www.infopedia.pt/dicionarios/termos-medicos/calomelano>. Acessados em 02/12/2017).

<sup>332</sup> Bebida preparada com aguardente de cereais e aromatizada com bagas de zimbro. (Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/genebra>. Acessado em 02/12/2017).

<sup>333</sup> APMB, *CPO INV 0285*, 1887.

seus bens. Na cópia da matrícula (datada de 25/01/1887), anexa ao inventário, consta que os homens eram lavradores e, as mulheres, fiadeiras.

As dívidas ativas somavam Rs 1:019\$117 (18% do monte mor), dos quais Rs 900\$477 provinham de 11 devedores por crédito e Rs 118\$640 de 6 devedores por livro. Chama atenção, contudo, o valor das dívidas passivas, ou seja, as dívidas que Salles havia contraído, Rs 3:620\$446, mais da metade do valor do monte mor. Entre os vários comprovantes de débito anexados ao inventário (quase todos referentes a créditos), encontra-se um relativo a aluguel de escravo:

O Alferes João José de Salles, hoje finado, ao Revmo. Pe. João Baptista de Souza Roussin [cunhado do falecido] deve jornais de seu ex-escravo de nome Sabino, pardo, pedreiro, no ano de 1882, durante 5 meses efetivos a 24 dias por mês (120 dias) – sai a Rs 3\$500 por dia, como consta dos assentos das mesmas férias na Matriz = Rs 420\$000.<sup>334</sup>

Suas três participações no mercado de escravos bonfinense se deram entre o final de 1869 e meados de 1871. Na primeira, vendeu, por Rs 2:600\$000, uma escrava e um escravo a moradores de Juiz de Fora. Um mês depois, em janeiro de 1870, comprou, por Rs 1:350\$000, o crioulo Marcelino, então com 14 anos, solteiro e “sem ofício”, de morador do distrito de São José do Paraopeba, município de Ouro Preto (mesmo local de nascimento de Marcelino). Um ano e meio após essa compra, o alferes engajou, de moradora do mesmo distrito da Cidade de Bonfim, o crioulo Anastacio, de 36 anos, por dois anos, a Rs 100\$000 anuais.

### **José Ferreira da Cunha Messias**

Sua única participação no mercado registrada no banco de dados foi em fevereiro de 1874, quando alugou quatro escravos, todos homens, entre 15 e 29 anos de idade e lavradores, de Cornélio Pereira Cardoso, morador da freguesia de Itatiaiuçu<sup>335</sup>. A escritura informa que Cornélio devia a José a quantia de Rs 700\$000 que no dia 8 do corrente mês lhe emprestou, vencendo dessa data em diante o prêmio de 1,5% ao mês até seu real embolso,

e para se ir amortizando essa dívida, engajou com o mesmo seus quatro escravos, ganhando cada um deles, por dia que trabalhar nos serviços que lhe destinar o credor, a quantia de Rs 1\$000, que lhe serão levados em conta no que ele Cornélio é devedor, isto é, o importe dos dias que tiverem trabalhado durante o mês, não se fazendo conta dos dias que, por doença ou outro qualquer motivo, deixarem de trabalhar, porque em tais dias, correrão por conta do devedor essas falhas, bem como todas as despesas que o credor fizer com vestuário dos escravos, com botica e médicos no caso de enfermidade, aplicando-se para a amortização destas despesas os jornais que tiverem vencido; isto durante o prazo de um ano a contar-se desde o dia

<sup>334</sup> APMB, *CPO INV 0285*, 1887, fl. 43.

<sup>335</sup> APMB, *Livro 9º de Notas do 1º Tabelião da Cidade do Bomfim do Paraopeba*, fls. 39-40.

em que os escravos começaram a trabalhar para o credor, que fica obrigado a satisfazer ao devedor o que exceder dos ditos principal e prêmio já referidos.

A supradita transação, apesar de informar que Messias residia no distrito da Cidade do Bonfim, não informava o local nem a atividade nos quais os escravos seriam empregados. Nesse sentido, a análise do inventário de Messias traz informações muito interessantes que ajudam a entender melhor a prática do engajamento de escravos.

No processo de inventário, datado de 1877, é informado que Messias, morador do distrito da Cidade do Bonfim, falecera a 24/11/1876 na “Matta da Província do Rio de Janeiro”, sem deixar herdeiros ascendentes e nem descendentes, mas quatro irmãos e um sobrinho menor de idade. Seus bens inventariados, compostos por alguns móveis e objetos domésticos, ferramentas (destaque para os cinco machados ordinários, três alviões<sup>336</sup>, uma picareta, sete enxadas ordinárias, duas foices, uma escavadeira, duas enxós, uma corrente e um compasso), animais (quatro burros, dos quais um morreu durante o processo de inventário, um cavalo e quatro porcas), bens de raiz (20 alqueires de terras de cultura e uma parte no massame da Fazenda da Solidade), dois escravos (Manoel Agostinho e sua filha Maria do Nascimento<sup>337</sup>) e dívidas ativas (cerca de Rs 400\$000), somavam Rs 3:634\$790 (dos quais Rs 2:400\$000, ou seja, 66%, correspondiam ao valor dos escravos).<sup>338</sup>

Com a notícia de seu falecimento e procedimento do inventário, vários credores apareceram para reivindicar o pagamento de dívidas deixadas pelo finado. Embora a maioria delas fosse proveniente de créditos, uma em especial é bastante interessante a esta pesquisa, visto ser referente a aluguel de escravos.

A dívida em questão, no valor de Rs 487\$560, cobrada por José Bernardes de Carvalho Junior, provinha de jornais de dois escravos seus alugados a Messias. Em sua petição, o credor informa que os escravos trabalhavam com o falecido em Cantagallo, município da região da Mata fluminense, fato confirmado por três testemunhas. Junior anexa ainda as contas dos dias de serviço dos escravos, a seguir transcritas:

<sup>336</sup>Instrumento usado na lavoura ou em trabalhos florestais, que serve ao mesmo tempo de enxada e de machado; picareta. (Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/alvi%C3%A3o>. Acesso em 16 out. 2017.)

<sup>337</sup>A família de Manoel era composta de pelo menos mais dois membros, sua esposa Eva e seu filho Josué Ferreira da Silva Malta, ambos já libertos gratuitamente (Eva pela mãe de Messias e Josué pelo mesmo). Ao longo do processo de inventário, é informado que pai e filho possuíam, na mão do falecido, a quantia de Rs 322\$400, valor que constituía o pecúlio que Manoel pretendia entregar à coletoria para auxiliar o fundo de emancipação para sua libertação e de suas três filhas.

<sup>338</sup> APMB, *CPO INV 0270*, 1877.

*Conta dos dias de serviço a preço de hum mil e duzentos réis por dia que tem ganho o Quirino escravo do Sr. José Bernardes de Carvalho Junior, em desde a data de 1º de março até 23 de dezembro de 1876, declarando as falhas porque falharam:*

1876						
Março	1º	dias	22 ½	a 1\$200	27\$000	
Abril		"	23 ½	"	28\$200	
Maió		"	24	"	28\$800	
Junho		"	20	"	24\$000	Falhou com dor de dente
Julho		"	26	"	31\$200	
Agosto		"	22	"	26\$400	Falhou por estar com dor de dente
Setembro		"	23	"	27\$600	
Outubro		"	23 ½	"	28\$200	
Novembro		"	21 ½	"	25\$800	
Dezembro	23	"	12 ½	"	15\$000	
			218 ½		R\$ 262\$200	
<i>Monte Alegre, 23 de dezembro de 1876</i>						

*Conta dos dias de serviço que tem ganho o Antonio escravo do Sr. José Bernardes de Carvalho, com o trato de trinta dias primeiro a um mil réis por dia e os mais a um mil e duzentos réis, em desde a data de 1º de março até 23 de dezembro de 1876, declarando as falhas:*

1876						
Março	1º	dias	17 ½	a 1\$000	17\$500	Falhou com um princípio de febre
Abril		"	20 ½	"	21\$500	Falhou com espinho na mão
Maió		"	18	a 1\$200	21\$600	Falhou com febre
Junho		"	18	"	21\$600	Falhou com dor de dente
Julho		"	25	"	30\$000	Falhou com dor de dente
Agosto		"	25	"	30\$000	Falhou por estar doente
Setembro		"	21	"	25\$200	
Outubro		"	24 ½	"	24\$400	
Novembro		"	19 ½	"	23\$400	Falhou por estar doente
Dezembro		"	13	"	15\$600	
			200 ½		R\$ 230\$800	
<i>Abate-se de remédios que comprei na botica do</i>						
<i>Guerra</i>					5\$440	
<i>A seu favor</i>					<u>R\$ 225\$360</u>	
<i>Monte Alegre, 23 de dezembro de 1876</i>						

No inventário não há nenhuma referência a qualquer propriedade de Messias na província do Rio, uma vez que as terras de cultura e a parte no massame citados entre os bens inventariados pertenciam à Fazenda da Solidade, situada no distrito da Cidade do Bonfim, herança materna. Logo, chama atenção o fato de Messias e escravos por ele alugados lá estarem trabalhando. É possível cogitar se Messias não teria, com aqueles cativos, constituído uma turma para trabalhar como empreiteiro em fazendas de café fluminenses, executando tarefas como a limpeza do terreno, plantio e cultivo dos pés até a maturidade, como Warren Dean mencionou ter sido comum nas fazendas cafeeiras de Rio Claro, no Oeste Paulista<sup>339</sup>.

<sup>339</sup> DEAN, 1977, pp. 48-49.



### Major Ignacio José da Silva Malta

Conservador e morador do distrito da Cidade do Bonfim (Fazenda da Boa Vista, Santa Cruz das Águas Claras), o Major aparece nas edições do *Almanak* como vereador (1864), fazendeiro (1864, 1865), tropeiro (1865), 1º suplente de delegado de polícia (1870) e 2º substituto do Juiz Municipal (1870, 1874)<sup>340</sup>.

Falecido aos 08/06/1881, deixou monte mor avaliado em Rs 35:042\$358, composto por bens como ferramentas (uma cavadeira, quatro machados, 10 foices, 11 enxadas, três enxós de carpinteiro, dois trados<sup>341</sup>, três picaretas, um picão, um camartelo<sup>342</sup>, um jogo de ferramenta de ferrar e atarracar, três serrotes, sendo um de mão e uma pá valeira), animais (31 cabeças de gado bovino, oito burros/bestas de carga, cinco cavalos e 48 cabeças de porcos), dois carros de boi e um carretão, vários bens de raiz urbanos e rurais (com destaque para a Fazenda da Boa Vista, equipada com paiol, senzalas, engenho de cilindro e pilões, engenhoca de mandioca e moinho, todos movidos por água, além de uma tenda de ferreiro contendo bigorna, foles, dois malhos, duas tenazes e um martelo), escravos (30,6% do monte mor) e dívidas ativas (8,3% do monte mor). Também são mencionados a existência de um canavial, plantações de café, além de uma roda feixada e outra de bolandeira<sup>343</sup> e três pipas de guardar aguardente, uma delas levando 80 barris<sup>344</sup>.

Entre os 11 escravos arrolados (nenhum africano), apenas três mulheres (uma fiadeira e duas cozinheiras), com idades variando entre 27 e 59 anos. Os homens, todos lavradores ou roceiros, tinham entre 17 e 60 anos. Dois deles apresentavam deformidades físicas: os pretos Veríssimo, de 49 anos, “aleijado de um braço” e João, 39 anos, “anão e aleijado de uma perna, inválido para o trabalho”. A maioria dos escravos foram mencionados como solteiros, sendo que apenas uma relação de parentesco é perceptível nessa posse: os pretos João, 21 anos, número 12 na ordem da relação, e Cornelio, 17 anos, número 14 na ordem da relação, filhos de Maria Thereza, provavelmente seriam irmãos. Maria Thereza não foi arrolada no inventário.

<sup>340</sup> Respectivamente pp. 114-119, 150-151, 362, 567, 421.

<sup>341</sup> Instrumento de que se servem os carpinteiros e tanoeiros, para abrir grandes furos; verrumão. "**trado**", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/trado> [consultado em 03-01-2018].

<sup>342</sup> Variedade de martelo com uma das extremidades circular ou quadrada e a outra aguçada. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/camartelo>. Acesso em 03/01/2018.

<sup>343</sup> Roda que transmite o movimento às moendas do engenho de açúcar. "**Bolandeira**", in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/Bolandeira> [consultado em 03-01-2018].

<sup>344</sup> APMB, *CPO INV 0782*, 1881.

A posse do Major já fora maior, uma vez que, em 1872, foram matriculados ao menos 17 indivíduos. Dois dos escravos mencionados no inventário foram adquiridos após 1872: os pardos Antonia, 27 anos, matriculada no município de São João D'El Rey em 1872 e averbada na Coletoria de Bonfim em 1875, e João, 30 anos, matriculado em Bonfim em 1872 por D. Anna Missias da Cunha e averbado em 1881 pela viúva do inventariado.

O Major teve quatro participações no mercado bonfinense. A primeira efetuou-se no início de 1842, quando um morador da Vila de Bonfim lhe hipotecou um africano de nome João como garantia de dívida. A transferência de propriedade para o então Alferes Malta não se concretizou, uma vez que outra pessoa, de residência não informada, resgatou a hipoteca.<sup>345</sup>

Passados 20 anos, deram-se duas novas inserções. Em agosto de 1862, Barbara parda, 19 anos, solteira, costureira e natural do distrito da Cidade de Bonfim, foi vendida por Rs 1:900\$000 a José Hirsch & Cia., súdito francês em giro de negócios pela província. Pouco mais de um mês depois, o Major vendeu Faustina crioula, de 13 anos, solteira, fiadeira de algodão e natural de Lagoa Dourada, município de São José D'El Rey, por Rs 1:600\$000 a morador do distrito da Cidade de Bonfim.<sup>346</sup>

A última aparição do Major no banco de dados se deu quase 14 anos depois, em 1876, quando passou escritura de penhor de escravos e bens de raiz como garantia de dívida a outro morador do distrito da Cidade de Bonfim<sup>347</sup>.

### **Manoel Antonio da Silva**

Eleitor e morador do distrito de São Gonçalo da Ponte, Silva é mencionado nas edições do *Almanak* como terceiro suplente de subdelegado do distrito de São Gonçalo (1870) e negociante e tropeiro (1870, 1873)<sup>348</sup>.

Natural da freguesia de Itabira do Campo<sup>349</sup>, município de Ouro Preto, filho legítimo de Manoel Antonio da Silva e Anna de tal, faleceu aos 29/07/1884. Como, ainda em vida, havia dado aos seus filhos partilha de seus bens (“de pouca monta”), a viúva era a única e universal herdeira de sua terça (Rs 2:042\$560). O inventário lista somente os bens que

<sup>345</sup> APMB, [Livro 1º de Notas do 1º Tabelião da Villa do Bomfim], fls. 3-6v.

<sup>346</sup> APMB, Livro Especial de Notas Nº 2º para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira, fls. 2-3, 4-5.

<sup>347</sup> APMB, Livro 2º para Procuраções - 2º Ofício, fls. 73-73v

<sup>348</sup> Respectivamente pp. 39, 372, 138.

<sup>349</sup> Atual município de Itabirito.

constituíam a terça: alguns móveis, metais, partes de quatro dívidas ativas por crédito, 78 hectares e 20 ares de terras no pasto valado sito no distrito de São Gonçalo da Ponte e dois escravos solteiros (que correspondiam a 66% da terça): Filiciano, 27 anos (Rs 900\$000) e Hypolita, 47 anos, fiadeira (Rs 450\$000).<sup>350</sup>

Não é possível saber o total de escravos deixados por Manoel, porém, em 1872, havia matriculado pelo menos cinco. Filiciano, o quinto da ordem da relação, havia sido comprado em 1871 de uma senhora endividada, moradora do distrito de Redondo, município de Queluz. A negociação, intermediada por procuradores de ambas as partes (sendo o Tenente Coronel José Egydio o procurador de Silva), incluía ainda Victoria. Ambos os escravos, adolescentes crioulos naturais da freguesia de Congonhas do Campo<sup>351</sup>, foram comprados por Rs 1:000\$000 cada. A outra participação de Silva no mercado bonfinense se deu em 1870, quando comprou condicionalmente, de morador do distrito de Santa Ana do Paraopeba, o africano Domingos e a crioula Maria<sup>352</sup>.

A cópia das matrículas e averbações, anexada ao inventário, informa ainda que Hypolita havia sido matriculada em 1872 por Antonio José da Cunha, residente em Bomfim, sendo, posteriormente, vendida a Caetano Baeta Neves, que a trocou com Vicente Ferreira Malta e este, por sua vez, vendeu-a a Manoel Antonio da Silva aos 17/09/1883.

### **Manoel Bernardes da Cunha Cassão**

Morador do distrito da Cidade do Bonfim, à Rua das Flores / Praça da Matriz, atuava como professor de instrução primária em 1858<sup>353</sup>. Nas edições do *Almanak* é mencionado como eleitor e Tenente-quartel-mestre do 6º Batalhão do Comando superior de Queluz e Bonfim, além de advogado (1864, 1865, 1870, 1873, 1874), secretário da Câmara Municipal (1865, 1870), juiz de paz (1865, 1870), negociante de secos e molhados (1870, 1873), solicitador de capelas e resíduos (1873, 1874) e proprietário de depósito de sal (1873)<sup>354</sup>.

Cassão é apontado por Claudia Martinez como um provável abolicionista, uma vez que, além de se notabilizar pela defesa de escravos condenados<sup>355</sup>, não possuía, por possível

<sup>350</sup> APMB, *CPO INV 0740*, 1884.

<sup>351</sup> Atual município de Congonhas.

<sup>352</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls.29-29v, 34-37v.

<sup>353</sup> MARTINEZ, 2007, p. 148.

<sup>354</sup> Respectivamente pp. 113, 147-148, 362-365, 131-133, 421.

<sup>355</sup> A autora cita inclusive um caso que contou com a interseção da Princesa Isabel, comutando uma pena de morte na forca para galés perpétuas.

posição ideológica, nenhum escravo quando de seu falecimento, embora dispusesse de plenas condições econômicas para tal. Seu inventário, datado de 1877, trazia um monte mor avaliado em Rs 7:220\$418, composto por imóveis (ele possuía uma das casas mais caras da cidade), objetos pessoais sofisticados (como piano, flauta, máquinas de bater ovos e de água gasosa e vasto mobiliário) e uma rica e extensa biblioteca composta por quase 100 exemplares.<sup>356</sup>

Além dos bens supracitados, três particularidades no seu inventário chamam atenção: os animais deixados compunham-se de três cavalos e quatro burros (ou seja, meios de transporte, que seriam usados com alguma regularidade); foram arrolados entre os bens os serviços dos escravos Bernardino, pelo prazo de 28 meses, a Rs 16\$666 cada mês (totalizando Rs 466\$668), e Faustino, na quantia de Rs 130\$000; são listados 30 devedores ativos, somando Rs 1:321\$710 (18% do monte mor)<sup>357</sup>. Acredita-se que tais dados sejam muito importantes para se entender a participação de Cassão no mercado de escravos bonfinense. As particularidades de tal participação, por sua vez, auxiliarão a análise dessas informações.

Além das atuações como procurador em três negociações, como anteriormente mencionado, Cassão é citado em duas transações como adquirente, sendo uma hipoteca e a outra uma compra condicional. Apesar de, aparentemente, não ter ocorrido transferência de propriedade, em pelo menos uma transação ele parece ter usufruído dos serviços da escrava negociada.

Na primeira transação, ocorrida em 12/10/1870, Militão José Parreiras e sua esposa D. Julia Candida de Jesus, moradores na freguesia de Bonfim, hipotecaram ao Tenente todos os seus bens, em especial as partes de que eram senhores e possuidores em alguns bens de raiz e no escravo Gregório crioulo, então com 29 anos (escravo que participou de três negociações no mercado bonfinense, como mencionado na seção anterior), bens havidos por herança de seu pai e sogro, Jeronimo José Parreiras. Tal hipoteca, com prêmio de 1,25% ao mês, e que deveria ser paga dentro de seis meses, visava dar segurança ao credor da dívida de Rs 611\$780, proveniente de diversos gêneros que o casal comprara no negócio do mesmo.<sup>358</sup> Nesse caso, sabe-se que não houve transferência definitiva de propriedade, uma vez que o casal devedor vendeu a parte que tinha no escravo algum tempo depois.

---

<sup>356</sup> MARTINEZ, 2007, fls. 148-151.

<sup>357</sup> APMB, *CSO INV 0364*, 1877.

<sup>358</sup> APMB, *Livro 8º de Notas do 1º Tabelião da Cidade do Bomfim do Paraupeba*, pp. 23-24.

Na segunda, registrada um ano depois, aos 16/10/1871, Candido José Parreiras, também morador da freguesia de Bonfim, informava dever ao Tenente a quantia de Rs 366\$880, a prêmio de 2% ao mês e, para segurança do credor, vendia-lhe, por Rs 400\$000, Reginalda (conhecida por Regina crioula) com a condição de que se ele vendedor dentro do prazo de 6 meses pagasse a referida quantia e seus prêmios, ficaria a venda sem efeito. A escrava ficou em poder do comprador, de quem Parreiras já havia recebido os aluguéis de um ano (que venceria a 15/03/1872), correndo o vendedor o risco à mesma até o dia do vencimento da escritura ou da entrega da escrava.<sup>359</sup>

Personagem emblemático, Cassão não legou escravos a seus herdeiros, mas usufruiu dos serviços de alguns deles em vida, embora aparentemente abolicionista e sensível às causas dos cativos. O inventário não traz maiores informações acerca dos escravos cujos serviços foram listados entre seus bens, de modo que não se sabe de onde proviriam tais serviços. Estariam os escravos alugados? Teriam sido libertos condicionalmente? Os serviços teriam sido ofertados por algum devedor de Cassão como forma de pagamento? Ou teria o Tenente comprado (condicionalmente ou não) apenas os serviços daqueles escravos?

O inventário não informa a natureza da maioria das dívidas, de forma que poderiam se dever a empréstimos, pagamentos por seus serviços de advogado ou por compra de gêneros em seu negócio. Apenas algumas delas são claramente identificadas como provenientes de créditos, o que sugeriria uma atuação como capitalista. De qualquer forma, a atuação comercial do Tenente e sua grande quantidade de devedores parecem estar relacionados à atuação do mesmo no mercado de escravos bonfinense. Embora, aparentemente ele não tivesse escravos, também participou de transações que envolviam a mercadoria escrava e inclusive usufruiu dos serviços de alguns deles.

### **Tenente Coronel João Francisco Alves Contagem**

Morador da Fazenda da Boa Vista, distrito da Cidade do Bonfim, é citado nas edições do *Almanak* como capitalista (1864, 1865, 1870, 1873, 1874), fazendeiro (1864, 1865), proprietário de engenho de cana (1870, 1873, 1874), 1º suplente do Juiz Municipal (1864) e vereador (1865, 1870)<sup>360</sup>.

<sup>359</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3º para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, pp. 41-42.

<sup>360</sup> Respectivamente pp. 113-119, 147, 361, 364, 132 e 422.

Natural da Freguesia da Capela Nova do Betim, termo da Cidade do Sabará e filho legítimo do Alferes Manoel Francisco Alves e D. Maria Thereza de Lima, o Tenente Coronel reformado das Guardas Nacionais faleceu no dia 14/08/1875 em sua fazenda, deixando monte mor avaliado em Rs 92:138\$324, dos quais os 28 escravos deixados equivaliam a 29,5% (Rs 27:140\$000)<sup>361</sup>.

Sua fazenda Boa Vista possuía, entre outras coisas, engenho de cana movido por água, pilões, engenho de serrar madeira, com três tachas, alambique, forno de torrar farinha, um caixão grande e mais pertences, dois moinhos, paiol de pedra, casa de tenda.

Além da produção de derivados da cana, várias outras atividades de transformação se faziam presentes. A existência de dois teares (um bom e outro ordinário), nove rodas de fiar algodão, 82 arrobas de algodão (sendo 52 ensacadas e 30 não), 16 libras de lã e 3518 varas de pano de algodão grosso indicam uma significativa produção têxtil (fiação e produção de panos). A produção de objetos de ferro evidenciava-se pela presença de uma tenda de ferreiro com seus pertences, além de cinco arrobas de ferro em barra e outras duas e meia de ferro velho. O engenho de serrar madeira já mencionado, mais um torno de torner e ferramentas de carpinteiro sugerem também alguma produção de madeiras trabalhadas. A produção de couros de diversos tipos também se fazia presente, uma vez que o inventário cita três pares de couro de [veado] mateiro (duas já preparadas e uma não), nove couros de caititu (porco-domato), nove couros de [veado] catingueiro, 10 couros de bezerro e carneiro, cinco meios de sola boa e nove ordinários, três couros de anta e uma vaqueta, dois couros de boi novos e um par de bruacas de couro de boi. Finalmente, haveria ainda alguma produção de velas, visto que duas dúzias de formas com essa finalidade foram arroladas.

Entre os produtos cultivados, encontram-se gêneros alimentícios como milho (60 carros em estoque mais uma roça na Fazenda Boa Vista), arroz (30 alqueires) e feijão (40 alqueires), além de fumo (80 arrobas de fumo ordinário e 40 pacotes de fumo). Havia também criação de suínos (32 porcos de ceva, 47 grandes de terreiro e 70 pequenos de terreiro), ovinos (36 cabeças de carneiros), animais cavalares (64 cabeças, entre cavalos, éguas, bestas e burros) e gado bovino (99 cabeças).

A presença de uma bateia e de datas e terrenos minerais na Fazenda Lagoa das Flores e Vieiro, situados no distrito de Itatiaiuçu, sugerem alguma atividade mineratória em pequena escala e, quatro alqueires no potreiro da rancharia do alto da serra e três carros de boi e dois

---

<sup>361</sup> APMB, *CPO INV 0241*, 1875.

carretões em diferentes estados, indicam ainda participação no setor de transporte de mercadorias.

Apesar de também ter se destacado, conforme o *Almanak*, como capitalista, as dívidas por crédito constantes em seu inventário que não diziam respeito a devedores membros de sua própria família somavam pouco mais de um conto de réis, distribuídos entre quatro devedores.

A posse do Tenente apresentava um tamanho considerável, mas teria sido ainda maior, uma vez que em 1872 ele matriculou 37 escravos e no inventário ainda era citado um outro que havia sido matriculado em Pitangui (ou seja, uma aquisição feita após 1872). Entretanto, foram mencionados apenas um casal (o africano João, de 71 anos, e Thereza, de 50) e duas crianças (o preto Miguel, de três anos, filho de Eva, e a parda Benedicta, de dois anos, de filiação não informada, que ficou forra em testamento com a condição de servir à viúva enquanto esta viva fosse). Logo, pode-se perceber nitidamente apenas duas famílias nessa posse: o casal supradito e Eva, de 21 anos, com o filho Miguel. Chama atenção a quantidade de africanos na posse ainda em 1875, seis (ou seja, quase 1/4 do total).

A maioria se encontrava em idade produtiva (15 a 45 anos) e apenas Thereza, de 50 anos, foi descrita como inválida (sendo avaliada por meros Rs 20\$000). Os outros dois avaliados com valores irrisórios (Rs 10\$000 cada) foram os africanos João, 71 anos, marido de Thereza, e Francisca, que teria 100 anos.

Em suas participações no mercado bonfinense, teve mais atuações como adquirente que como transmitente. Sua primeira negociação foi registrada em 1861, quando comprou “a retro” de morador do distrito do Rio Manso, uma parte em João de Nação<sup>362</sup>. Não está claro se ocorreu ou não a transferência de propriedade, uma vez que o africano João listado no inventário seria quase 20 anos mais velho que o da transação comercial.

Por meio de outras quatro transações, em 1861, 1862, 1863 e 1870, adquiriu pelo menos outros sete escravos (sendo somente uma mulher, esposa de um deles). Todas essas negociações se deram com moradores das freguesias de Bonfim ou Itatiaiuçu, tendo a última delas ocorrido em âmbito familiar. Dos escravos adquiridos, apenas um não se encontrava entre os mencionados no inventário.

Sua única venda ocorreu em 1862, quando negociou a parte que tinha (havida por herança paterna) em Balbina crioula, 30 anos, fiadeira de algodão e natural do distrito da

---

<sup>362</sup> APMB, *Livro de Escrituras n° 1 - Rio Manso*, fls. 11-12v.

Capela Nova do Betim, Cidade de Sabará, com seu irmão, Pedro Alves de Alcântara, morador deste mesmo distrito.

No final de 1874, transferiu poderes a Domingos Ferreira Pinto, morador do distrito do Rio Manso, para vender o africano Bernardo, 47 anos, lavrador, podendo o outorgado substabelecer a procuração “em um ou mais procuradores para efetuar a venda”.<sup>363</sup> A venda, contudo, parece não ter sido concretizada (ou, ao menos, oficializada), visto que, quando do inventário, Bernardo, número 7 da ordem da relação, ainda se encontrava entre os bens do Tenente.

### **Tenente Joaquim Vilella Frasão**

Eleitor, o Tenente Joaquim Vilella Frasão, morador da Fazenda da Boa Esperança, distrito de Conceição do Pará, é mencionado nas edições do *Almanak* como subdelegado do mesmo distrito (1865 e 1870), juiz de paz (1865) e proprietário de engenho de cana (1870)<sup>364</sup>.

Sua fazenda contava com engenho de cilindro movido por bois, tachos, alambiques, paróis<sup>365</sup>, casa do engenho com todos os seus pertences, dois moinhos, monjolo, forno de ferro, entre outros equipamentos, como senzalas e paiol<sup>366</sup>.

Apesar de se destacar pela produção de derivados da cana, o inventário do Tenente evidencia uma série de outros produtos e atividades. Havia cultivo de itens alimentícios básicos como milho (75 carros no paiol e 34 carros ainda a serem colhidos), feijão (140 alqueires) e arroz (40 alqueires). A existência de 30 arrobas de algodão, 12 libras de lã e um tear com seus pertences insinuam a atividade de transformação têxtil (produção de panos). Havia ainda criação de suínos (58 porcos capados e 60 de criar), ovinos (10 carneiros), gado bovino (73 cabeças) e, a existência de 30 sacos de sal e uma mesa pequena de salgar porco sugerem também a produção de carne de porco salgada. Finalmente, foram mencionados a existência de uma tenda de ferreiro, cinco carros de boi e de plantação de café no quintal.

Falecido em 1870, deixou um monte mor avaliado em Rs 67:349\$506, dos quais Rs 29:300\$000 (43,5%) correspondiam aos seus 42 escravos. Tal posse chama atenção não apenas pelo tamanho, mas também pela quantidade de vínculos familiares existentes e pela

<sup>363</sup> APMB, 1874 - *Livro 10 de Notas do 1º Tabelião da Cidade do Bom Fim*, fl. não identificada.

<sup>364</sup> Respectivamente pp. 153, 364-368 e 539

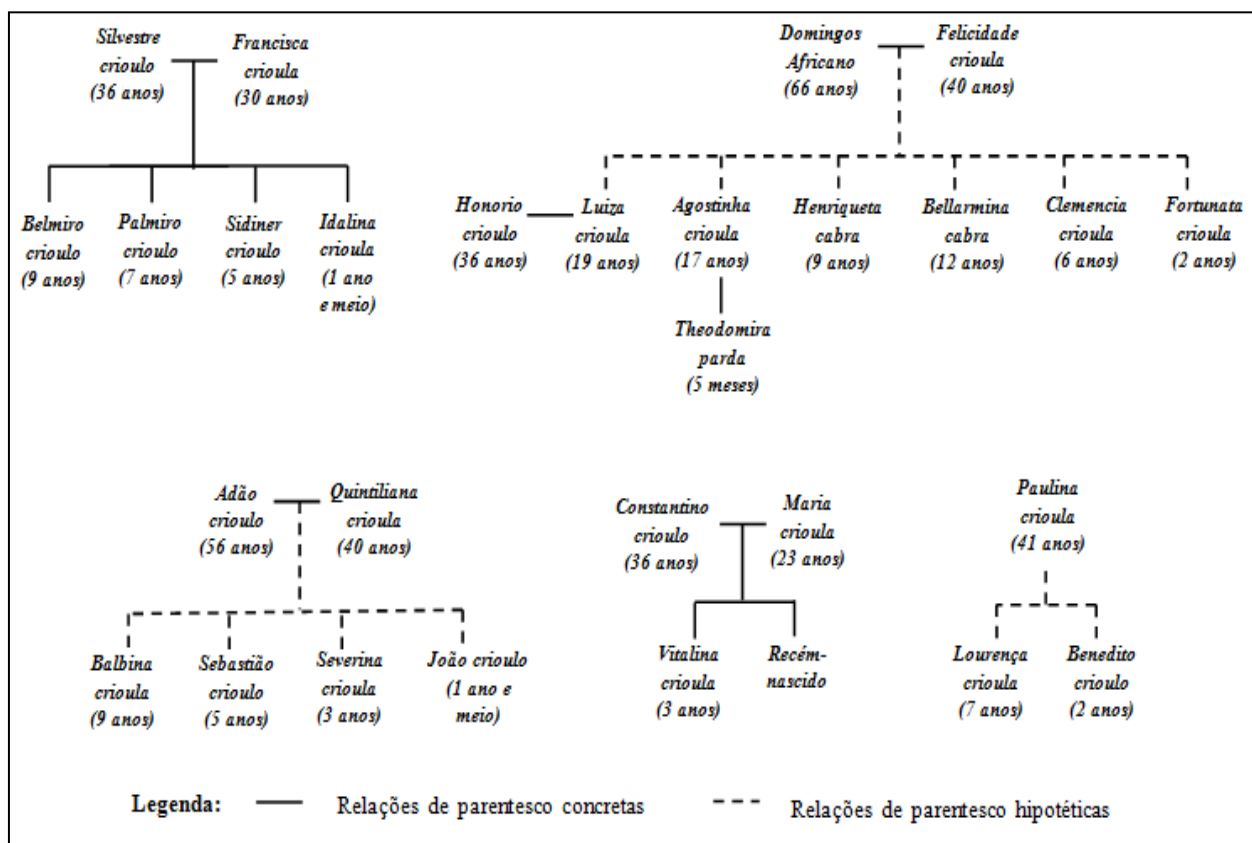
<sup>365</sup> Vasilhas em que se apara o caldo da cana, nos engenhos de açúcar; grandes depósitos de aguardente. Disponível em <https://www.dicio.com.br/parol/>. Acesso em 22/11/2017.

<sup>366</sup> APMB, *CPO INV 0199*, 1870.



variação das idades (de recém-nascidos a octogenários). São ao menos cinco casais formais, ou seja, consta a informação de que os escravos eram casados, além de duas possíveis mães solteiras.

**Figura 16 – Relações de parentesco observáveis na posse do Tenente Joaquim Vilella  
Frasão: Bonfim do Paraopeba, 1870.**



Fonte: APMB, CPO INV 0199, 1870.

O inventário é anterior à matrícula de 1872, de modo que nem todos os escravos tiveram sua filiação informada. Contudo, a forma como foram arrolados (homens acima de 10 anos primeiro, aparentemente de forma aleatória, seguidos pelas mulheres, acompanhadas de suas crianças) sugere possíveis relações de parentesco entre alguns deles, conforme Figura 16. Se Agostinha for, de fato, filha de Domingos e Felicidade, haveria ao menos uma família trigeracional naquela posse.

Merece nota ainda o estado de saúde dos escravos, uma vez que alguns deles, sobretudo os mais velhos e crianças, são descritos com doenças ou deformidades físicas: Lourenço crioulo, de 50 anos, encontrava-se “quebrado”; Antonio Africano, de 66 anos, achava-se “aleijado e rendido de ambas as virilhas”; Constantino crioulo, de 36 anos, estava cego de um olho; Felicidade crioula, de 40 anos, estava “rendida do umbigo”; Antonia crioula, sem idade

informada, tinha “grande papo”; Lourença crioula, de 7 anos, encontrava-se “adoentada” e, Benedito crioulo, de 2 anos, achava-se “em estado mortal”. Além deles, cujos preços nitidamente estavam reduzidos devido às suas condições físicas, dois idosos, Felipe e Francisca, ambos africanos e com 80 anos, embora não tenham sido descritos com nenhum problema físico ou de saúde, foram declarados “sem preço” pelos louvados.

Um dos principais adquirentes do mercado de escravos bonfinense, o tenente comprou oito escravos através de sete participações entre janeiro e fevereiro de 1862: Manoel crioulo, Constantino crioulo, Faustino crioulo, Lourenço crioulo, Manoel cabra, Vicente crioulo e Antonio Africano, todos solteiros e roceiros (com exceção de Manoel cabra, então com 12 anos e descrito como sem ofício). Destes apenas os crioulos Manoel e Faustino não foram mencionados no inventário. Os demais, embora as idades estejam conflitantes<sup>367</sup>, aparentemente continuavam em posse do tenente quando de seu falecimento, oito anos após a compra. Ao longo desse tempo, Constantino se casou, tornou-se ferreiro e ficou cego de um olho. Lourenço ficou “quebrado” e, Antonio, “aleijado e rendido de ambas as virilhas”. Vicente e Manoel continuaram solteiros.

### **Vigário Francisco Nogueira Penido**

Eleitor e vigário da freguesia de Piedade dos Gerais, onde residia, Francisco Nogueira Penido aparece nas edições do *Almanak* como inspetor paroquial (1865), delegado da instrução (1870 e 1873), capitalista (1870, 1873 e 1875) e fazendeiro (1870, 1873 e 1875)<sup>368</sup>. Falecido em 29/05/1887, deixou, para seus dois filhos herdeiros, monte mor avaliado em Rs 22:660\$170, dos quais os 17 escravos correspondiam a 26,7%. Ainda havia de destaque, entre os bens arrolados, algumas cabeças de animais cavalares e gado. Por crédito, 43 pessoas deviam ao pároco a quantia de Rs 5:008\$310, e outras 249 o deviam Rs 1:842\$930 por rol, totalizando Rs 6:851\$240 de dívidas ativas (30,2% do monte mor)<sup>369</sup>.

Uma vez que chama atenção a quantidade de escravos por ele ainda possuída cerca de um ano antes da abolição, infelizmente, não foi possível identificar quais atividades

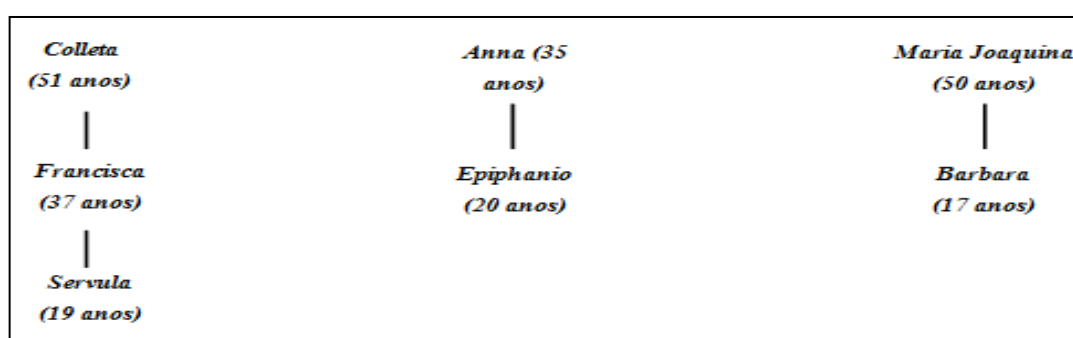
<sup>367</sup> No inventário, as únicas informações disponíveis sobre os escravos são o nome, a idade e, em alguns casos, filiação e estado conjugal. No caso dos seis escravos em questão, as idades informadas em 1870 não eram condizentes com aquelas informadas em 1862 mas, considerou-se tratar-se dos mesmos indivíduos pelos nomes e pelo fato de as idades terem aumentado (um pouco mais ou menos que oito anos) ou continuado iguais entre os dois intervalos de tempo. Como se sabe, informações de idade de pessoas adultas nessa época eram pouco precisas, principalmente em se tratando de escravos. Dessa forma, as idades dos mesmos podem ter sido informadas erroneamente quando da venda, quando da avaliação pelos louvados ou em ambos os momentos, intencionalmente ou não.

<sup>368</sup> Respectivamente pp. 154; 368-369; 135; 424.

<sup>369</sup> APMB, *CSO INV 0426*, 1887

produtivas o padre mantinha em sua fazenda. Entre os escravos, cujas idades variavam entre 16 e 55 anos, vale destacar que oito deles haviam sido matriculados e averbados em Bonfim, ou seja, houve transferência da propriedade deles após 1872, de senhor bonfinense para o vigário. Os 10 homens eram lavradores e, entre as mulheres, três cozinheiras, duas fiadeiras, uma costureira e uma lavadeira. Embora todos fossem mencionados como solteiros, é possível notar as seguintes relações de parentesco na posse:

**Figura 17 – Relações de parentesco observáveis na posse do Vigário Francisco Nogueira Penido: Bonfim do Paraopeba, 1887.**



Fonte: APMB, *CSO INV 0426*, 1887.

Embora tenha se destacado por sua ação como intermediário (procurador), como anteriormente mencionado, o vigário teve duas participações no mercado como adquirente. Na primeira, de 1872, comprou o pardo Marciano, de 44 anos, natural da freguesia de Piedade, sem ofício nenhum, de Custodio Coelho Doarte, representado por Manoel Antonio de Magalhães, residente no distrito de Santa Anna de São João Acima, município do Pará<sup>370</sup>. A segunda, ocorrida 10 anos depois, foi a compra do preto Francisco, 20 anos, de moradores do distrito de Piedade<sup>371</sup>. Marciano não estava entre os escravos arrolados no inventário (talvez por já haver falecido), mas Francisco é um dos oito supracitados, mencionados na cópia da matrícula anexa ao inventário como matriculados e averbados em Bonfim. O exposto leva à conclusão de que as atuações do padre como adquirente parecem estar mais ligadas ao provimento de trabalhadores para sua fazenda.

Os dados acima levantados podem ser sintetizados na Tabela 29:

<sup>370</sup> APMB, [Livro sem capa - Piedade dos Gerais], fls. 9v-12.

<sup>371</sup> APMB, 1882 - 10 - Livro de Nottas - Piedade dos Gerais, fls. 39-40v.

**Tabela 29 – Informações econômicas dos adquirentes segundo os inventários: Bonfim do Paraopeba: 1842-1888.**

Nome do inventariado	Local de residência	Atividades de destaque (segundo o <i>Almanak</i> )	Ano do inventário	Valor do monte mor (em réis)	Quantidade de escravos arrolados	% do valor dos escravos em relação ao valor do monte mor	Tipos de atividades produtivas segundo bens inventariados
Alferes Silvestre Martins Nunes	Freguesia de Bonfim	Fazendeiro	1863	15:294\$120	8	36%	Transformação do ferro, produção de fios de algodão e de aguardente em pequena ou média escala; transporte; plantação de milho em média escala e de café; criação de suínos em média escala e ovinos em pequena escala.
Francisco José Parreiras	Freguesia de Bonfim	Negociante de fazendas secas, delegado de polícia e 6º suplente de juiz municipal	1867	26:328\$728	8	28,7%	Transporte; negócio de fazendas secas; empréstimos de capitais; criação de suínos em média escala.
Antonio Vaz Teixeira	Freguesia de Piedade dos Gerais (1864) / Freguesia de Bonfim (1870)	Possivelmente tropeiro	1870	4:525\$872	4 (em dois deles apenas parte)	47,8%	Transporte.
Tenente Joaquim Vilella Frazão	Freguesia do Rio do Peixe	Proprietário de engenho de cana, subdelegado do distrito de Conceição do Pará e juiz de paz	1870	67:349\$506	42	43,5%	Transformação da cana; plantação de milho, feijão e arroz em grande escala e de café; produção de panos de algodão e lã em média e pequena escala respectivamente; criação de suínos em grande escala e transformação (carne de porco salgada) em pequena ou média escala; criação de ovinos em pequena escala e de bovinos em média escala; transformação do ferro; transporte.
Tenente Coronel João Francisco Alves Contagem	Freguesia de Bonfim	Capitalista, fazendeiro, proprietário de engenho de cana, 1º suplente do Juiz Municipal e vereador	1875	92:138\$324	28	29,5%	Plantação de milho, arroz, feijão e fumo em grande escala; criação de suínos em grande escala, de ovinos e bovinos em média escala; transporte; transformação da cana; fiação e tecelagem de panos de algodão grosso em grande escala e de lã em pequena escala; transformação do ferro em média escala; transformação em madeiras; produção de couros de diversos tipos em média escala; produção de velas; atividade mineratória em pequena escala.
José Ferreira da Cunha Messias	Freguesia de Bonfim	Não identificado	1877	3:634\$790	2	66%	Não identificado.
Tenente Manoel Bernardes da Cunha Cassão	Freguesia de Bonfim	Advogado, professor de instrução primária, secretário da Câmara Municipal, juiz de paz, negociante de secos e molhados, solicitador de capelas e resíduos e proprietário de depósito de sal	1877	7:220\$418	Apenas os serviços de 2 escravos por tempo determinado	8,3% (relativo ao valor dos serviços dos 2 escravos)	Atividades intelectuais.

Damazo José Parreiras	Freguesia de Bonfim	Fazendeiro	1878	27:346\$228	11 (alforriou outros 2 em testamento)	36%	Fiação, tecelagem e, talvez, costura de panos de algodão; transporte; criação de suínos em média escala; plantação de milho, arroz, feijão, mamona, algodão e mandioca em média e grande escala; empréstimos de capitais.
João Antonio Ribeiro de Araujo	Freguesia de Piedade dos Gerais	Negociante de fazendas secas e rancheiro	1880	19:820\$914	0	0	Negócio de fazendas secas e empréstimos de capitais.
Major Ignacio José da Silva Malta	Freguesia de Bonfim	Fazendeiro, tropeiro, vereador, 1º suplente de delegado de polícia e 2º substituto do Juiz Municipal	1881	35:042\$358	11	30,6%	Transporte; criação de porcos em média escala; transformação de cana e mandioca; transformação do ferro; plantação de cana, café.
Manoel Antonio da Silva	Freguesia de São Gonçalo da Ponte	Negociante e tropeiro e 3º suplente de subdelegado do distrito de São Gonçalo	1884	Provavelmente 6:127\$680	Pelo menos 2	Não identificado	Não identificado.
Capitão Matheus José de Souza Ameno	Freguesia de Piedade dos Gerais	Fazendeiro que cultivava cana, proprietário de engenho de cana, capitalista e fazendeiro	1885	67:956\$345	6 (alforriou outros 6 em testamento)	5%	Transformação da cana; plantação de cana, mandioca, milho, feijão, café; Transformação da mandioca; processamento de café; fiação e tecelagem de panos de algodão; transformação do ferro em média escala; transporte; criação de suínos em média escala; empréstimos de capitais.
Alferes João José de Salles	Freguesia de Bonfim	Negociante de fazendas secas, negociante de secos e molhados, tropeiro, negociante de bestas bravas, subdelegado da freguesia de Bonfim, juiz de paz e 2º suplente de delegado de polícia	1887	5:624\$477	4	35,6%	Negócio de fazendas secas.
Reverendo Vigário Francisco Nogueira Penido	Freguesia de Piedade dos Gerais	Vigário, inspetor paroquial, delegado da instrução, capitalista e fazendeiro	1887	22:660\$170	17	26,7%	Não identificado
Antonio Fernandes Gomes	Freguesia de São Gonçalo da Ponte	Fazendeiro e tropeiro	1888	10:439\$878	2	5,7%	Tecelagem de panos de algodão em pequena escala; produção de mel em pequena escala; transporte; criação de suínos em média escala.
Antonio José Parreiras Coelho	Freguesia de Bonfim	Tropeiro, inspetor de quarteirão e juiz de paz	1888	25:319\$296	6	10,7	Transformação do ferro; transporte; rancho de tropa; plantação de cana, milho; transformação da cana; e empréstimos de capitais.

Fonte: Inventários *post-mortem* do 1º e 2º Ofício – APMB.

Os 16 casos analisados demonstram uma diversidade de cenários observáveis em Bonfim: posses com vários núcleos familiares e outras sem uma única relação de parentesco perceptível; posses relativamente equilibradas em termos de quantidades de homens e mulheres e outras com pouquíssimas mulheres; posses com muitas crianças e idosos e outras formadas exclusivamente por indivíduos adultos; posses com forte presença africana e outras sem nenhum. Logo, a reposição via reprodução natural não funcionava da mesma forma em posses bonfinenses de tamanhos parecidos.

Posses de variados tamanhos, demograficamente tão diversas, além de indicarem diferentes preferências pessoais dos senhores na formação e manutenção de seus contingentes de trabalhadores escravizados, também diziam respeito a diferentes tipos de atividades produtivas desenvolvidas. O exposto na Tabela 29 indica as seguintes evidências:

- 1) Posses grandes (11 a 35 escravos) e excepcionais (36 ou mais)<sup>372</sup> estavam relacionadas, em sua maioria, a atividades ligadas à produção de gêneros alimentícios, principalmente milho, arroz e feijão em grande escala, além de também abrigarem criação de animais (principalmente suínos) e variadas atividades de transformação, como fiação e ou tecelagem de lã e algodão, produção de itens de ferro, transformação da cana (sobretudo fabricação de aguardente), produção de couros, transformação da mandioca (farinha, polvilho). Tais proprietários também costumavam possuir plantações de café nos quintais de suas casas de morada (rurais ou urbanas), ou seja, produção de café em pequena escala, provavelmente para consumo local. Possuíam ainda meios de transporte próprios para escoar sua produção (carros de boi, carretões, juntas de bois, cavalos e muares), ou seja, eram menos (ou nada) dependentes de intermediários ou atravessadores para levarem seus produtos (e talvez até mesmo os de pequenos produtores vizinhos) aos mercados, reduzindo os custos com transporte e aumentando sua rentabilidade.<sup>373</sup>
- 2) Proprietários médios (4 a 10 escravos) e pequenos (1 a 3), além de executarem atividades relacionadas ao transporte, podiam ser encontrados desempenhando atividades como negociantes de fazendas secas e ou molhadas (portanto, comércio fixo, de caráter predominantemente urbano) ou pequenos e médios produtores rurais, com produção mediana de gêneros alimentícios, criação de suínos e atividades de transformação (principalmente as têxteis, do ferro e da cana) em menor escala.

---

<sup>372</sup> MARTINEZ, 2014, p. 135.

<sup>373</sup> LENHARO, 1993; CHAVES, 1999, pp. 51-52, 65-66; GODOY, 2004, pp. 287-288.

- 3) Já os inventariados que não deixaram escravos estavam, invariavelmente, ligados a atividades exercidas no meio urbano (como atividades intelectuais e comércio fixo).
- 4) A maioria dos inventariados analisados, independente do tamanho da posse, também se ocupava, em alguma medida, de atividades relacionadas ao transporte. Neste sentido, é importante frisar que, além das atividades agrícolas e de transformação, aquelas relacionadas ao transporte de mercadorias também se destacaram no emprego de mão de obra escravizada em Bonfim. Portanto, a prática de empregar escravos acompanhando tropas, como fazia o Major Ignacio José da Silva Malta<sup>374</sup>, parece ter sido bastante comum entre os bonfinenses<sup>375</sup>.

As quatro constatações acima mencionadas corroboram, para Bonfim, aquelas que a pesquisa de Marcelo Godoy obteve a respeito da província. O autor lembra que, no século XIX, a produção de derivados da cana em Minas estava fortemente consorciada com outras atividades produtivas, sendo a sazonalidade outra característica marcante da produção dessas fazendas. Aponta ainda para uma forte associação entre produção de derivados da cana e escravidão na província, uma vez que, na década de 1830, a média de escravos nos fogos com engenho era quase 1000% maior do que a média provincial. Além disso, enquanto na província 68% dos fogos não possuíam escravos, nos fogos com engenho tal porcentagem caía para míseros 4%. Finalmente, Godoy observa também que todos os tipos do comércio fixo apresentavam menor média de escravos que os tipos do comércio de tropas, o que se explicaria pela regular utilização de escravos como tropeiros e maior frequência de tropas em grandes unidades agrícolas escravistas (a típica fazenda mineira, com produção diversificada, tropa própria e, em alguns casos, estabelecimento comercial), além do fato de negociantes raramente adquirirem cativos para o trabalho no comércio, mas sim como forma de diversificação dos investimentos, alocando-os em outras atividades.<sup>376</sup>

- 5) Nem todos os inventários informam a origem do algodão trabalhado nas rodas de fiar e nos teares e nem da cana processada nos engenhos. Embora alguns deixem claro que se tratavam de matérias-primas produzidas na própria fazenda, outros, por não mencionarem plantações de tais produtos nas propriedades inventariadas, dão margem

---

<sup>374</sup> APMB, *CPO ACA 0462*, 1864. Ação de justificação feita pelo Major sobre o domínio e senhorio que possuía em Estevão Africano, que se encontrava preso na cadeia de Ubá, o documento informa que o escravo, após sair de Bonfim com a tropa de seu senhor, em meados de agosto, para os lados da Mata, havia fugido no município de Leopoldina.

<sup>375</sup> LENHARO, 1993, p. 95; CHAVES, 1999, p. 50; GODOY, 2004, pp. 261-263, 286-292.

<sup>376</sup> GODOY, 2004, pp. 65, 421-422, 291-292.

à dúvida se tais insumos poderiam ter sido adquiridos de produtores vizinhos ou mesmo de regiões mais distantes (principalmente no caso do algodão<sup>377</sup>).

- 6) Também é interessante notar que alguns dos principais adquirentes bonfinenses não negociantes de escravos (como os tenentes Frazão e Contagem) tinham posses grandes e excepcionais. Além disso, nenhum dos 16 indivíduos analisados (com exceção do Tenente Cassão e de João Antonio Ribeiro de Araujo) possuía menos que dois escravos. Uma vez que todos eles atuaram como adquirentes no mercado bonfinense, tal detalhe é um forte indício a corroborar a hipótese de que a maioria dos proprietários bonfinenses que estavam adquirindo escravos apresentavam posses, no mínimo, de tamanho médio. Dessa forma, proprietários de um único escravo ou de nenhum devem ter sido uma pequena minoria entre os adquirentes bonfinenses. Depois de 1850, segundo Zephyr Frank, aqueles que ainda não haviam entrado para o grupo dos proprietários de escravos veriam suas chances de fazê-lo tornarem-se cada vez mais distantes<sup>378</sup>.

Em relação aos transmitentes, foram localizados os inventários de apenas três deles, os quais serão brevemente comentados a seguir.

### **Cornélio Pereira Cardozo**

Morador da Fazenda dos Medeiros, distrito de Itatiaiuçu, é citado nas edições de 1870, 1873 e 1874 do *Almanak* como fazendeiro<sup>379</sup>.

Natural de Oliveira e filho legítimo de Antonio Pereira Cardozo e D. Anna Felizarda de Jesus, faleceu em 1877, deixando, para sua esposa Maria Roza de Jesus, única herdeira, a quantia de Rs 16:710\$000, composta tão somente por 14 escravos (matriculados com os números 1 a 14 em 1872) e uma besta de carga mansa arreada. Foram mencionadas ainda algumas dívidas passivas (Rs 1:313\$722), inclusive com um dos escravos, José crioulo (Rs 100\$000 provenientes de empréstimo por crédito firmado em 1865 e Rs 62\$000 relativos a outro empréstimo por crédito). Em testamento, deixou forros os cativos após o pagamento das dívidas e o falecimento da esposa<sup>380</sup>.

<sup>377</sup> LIBBY, 1988, pp. 186-256.

<sup>378</sup> FRANK, 2012.

<sup>379</sup> Respectivamente pp. 365-368, 134 e 423.

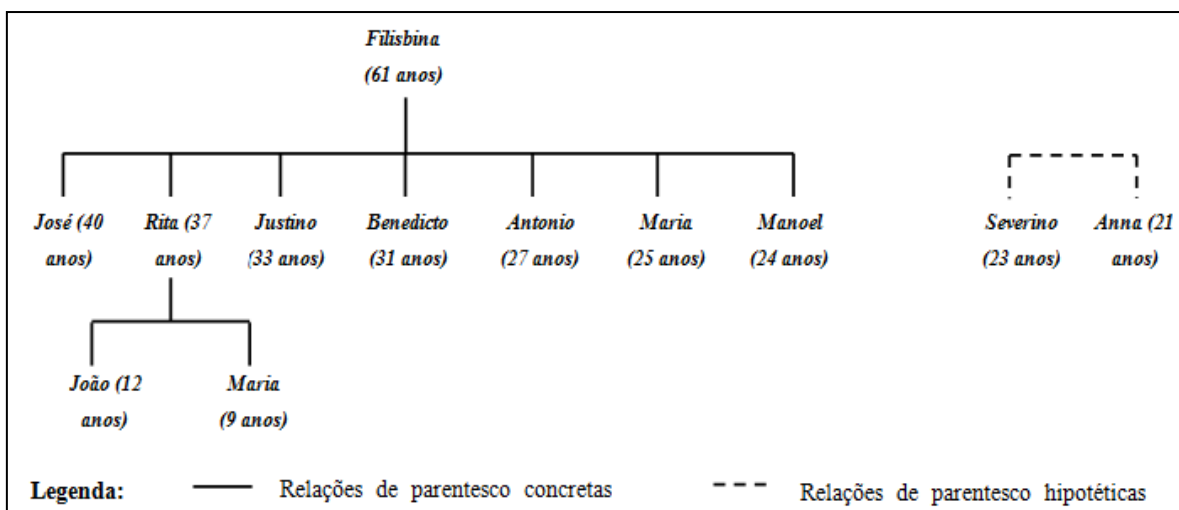
<sup>380</sup> APMB, *CPO INV 0731*, 1877.



Endividado há vários anos, suas duas últimas transações no mercado bonfinense, ocorridas em 1870 e 1874, foram, respectivamente, uma venda a retro dos crioulos Severino e Manoel ao supracitado Capitão Matheus Ameno, e um engajamento dos dois crioulos, mais Antonio e Justino, ao também acima mencionado José Ferreira da Cunha Messias, ambas as transações vinculadas ao abatimento das dívidas que possuía com tais adquirentes<sup>381</sup>. O processo de inventário menciona ainda o penhor, datado de 16/03/1877, do preto João, 12 anos, roceiro, a Fortunato Justiniano de Moraes, residente no distrito de Rio Manso, como garantia de dívida proveniente de um empréstimo. A primeira participação, por sua vez, havia sido em 1861, quando vendeu ao supradito Alferes Silvestre Martins Nunes, João Africano, que aparentava ter 40 anos, e Lucia crioula, 30 anos, natural do distrito da Cidade do Bonfim, ambos solteiros e sem ofício<sup>382</sup>.

Sobre os escravos arrolados, cujas idades variavam entre os nove e os 65 anos, os sete homens eram todos lavradores. A maioria das mulheres era fiadeira. Havia uma única africana, Catharina, a mais velha de todos e doente. Embora todos tenham sido matriculados “solteiros”, é possível verificar uma família trigeracional (Figura 18), além de dois possíveis irmãos (Severino, 23 anos, e Anna, 21, ambos filhos de Lucia, que, não tendo sido listada no inventário, provavelmente teria sido aquela vendida em 1861).

**Figura 18 – Relações de parentesco observáveis na posse de Cornélio Pereira Cardozo: Bonfim do Paraopeba, 1877.**



Fonte: APMB, *CPO INV 0731*, 1877.

<sup>381</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fl. 24-24v e *Livro 9° de Notas do 1° Tabelião da Cidade do Bonfim do Paraopeba*, fls. 39-40.

<sup>382</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 1° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Villa do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 23v-24v.

Uma vez que, em 1855, Cardozo declarou, ao pároco responsável por efetuar o registro de terras da freguesia de Itatiaiuçu, possuir 57 alqueires de terras de cultura e 30 de campos na Fazenda dos Medeiros, é possível especular se as dívidas o teriam levado a perdê-las<sup>383</sup>.

#### **D. Delfina Maria dos Santos**

Moradora do distrito da Cidade do Bonfim, faleceu aos 14/09/1873. Entre os parcos bens que deixou, avaliados em 546\$000, não havia nenhum escravo (nem mesmo parte). Entre os bens, merecem destaque uma urdideira<sup>384</sup>, 15 alqueires de terras de cultura, uma quarta de pasto, uma morada de casas velhas e uma dívida ativa no valor de Rs 100\$000 (segundo valor mais alto entre os bens arrolados)<sup>385</sup>.

Sua única participação no mercado bonfinense se deu em 1871, quando vendeu ao comerciante José Marques da Silveira o pardo Lucio, de 45 anos, natural do distrito de Piedade dos Gerais, solteiro, roceiro.<sup>386</sup>

#### **Joaquim Rodrigues Ribeiro**

Morador da Fazenda do Quilombo, distrito da Cidade do Bonfim, Ribeiro era inspetor de quarteirão e fazendeiro em 1864<sup>387</sup>. Tendo se tornado “desavisado”, “mentecapto” ou “doido”, falecendo em seguida (1865), procedeu-se ao inventário de seus bens, que perfizeram a quantia de Rs 9:682\$460. Desse valor, Rs 8:919\$058 foram retirados para o pagamento das muitas dívidas passivas<sup>388</sup>.

Entre os bens arrolados, destacam-se uma tenda de ferreiro com seus pertences; ferramentas (cinco foices e três enxadas); dois carretões ferrados; 34 cabeças de gado, 13 porcos; uma roça de milho em Caetano José (12 carros) e outra na Fazenda do Quilombo (16 carros), um carro de mamona, 10 alqueires de feijão e um mandiocal; dois canaviais, um engenho movido por bois com casa coberta de telha, um parol de por cachaça, um cocho de

<sup>383</sup> APM, *TP-I-098*, fl. 7v.

<sup>384</sup> Nos teares manuais, conjunto de duas peças paralelas e verticais guarnecidas de pregos de madeira, onde se faz a urdidura. (Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aa/urdideira>. Acesso em 29/01/2018.).

<sup>385</sup> APMB, *CSO INV 0332*, 1874.

<sup>386</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 37v-38v.

<sup>387</sup> *Almanak* 1864, pp. 114 e 118.

<sup>388</sup> APMB, *CPO INV 0588*, 1864.

azedar garapa, um alambique de cobre e um funil, além de alguns tachos; seis dívidas ativas por crédito (Rs 2:357\$560) e 6 escravos (33% do monte mor).

Dos escravos mencionados, a dois sequer foi atribuído algum valor: Antonio, de 80 anos, “incapaz de dar serviço”, e Lauriano, 70 anos, do qual Ribeiro possuía apenas o usufruto em vida. Os demais, todos homens e brasileiros, tinham idades variando entre 40 e 55 anos.

Sua primeira participação no mercado bonfinense deu-se em maio de 1861, quando vendeu a crioula Francisca, de 12 anos, solteira, natural da Cidade de Sabará, fiadeira de algodão, a comprador residente em Mariana<sup>389</sup>. Passados cinco meses, vendeu a morador do distrito do Brumado a africana Joaquina, aparentando 30 anos, solteira e sem ofício<sup>390</sup>. Pouco mais de um ano depois, intermediou, como procurador do vendedor (morador da Cidade de Santa Luzia), a venda da criança parda Julieta, de seis anos e meio, natural do distrito de Sete Lagoas (município de Santa Luzia), a comprador residente no município de Lavras, representado por procurador residente no distrito de Betim (município de Sabará)<sup>391</sup>.

A última transação de Ribeiro foi registrada no início de 1864, quando vendeu condicionalmente os crioulos roceiros Nicoláo e Miguel, de 30 e 25 anos, solteiros, naturais do distrito de Itatiaiuçu, a um credor residente na Cidade de Três Pontas<sup>392</sup>.

Embora, pela quantidade reduzida de casos, a análise desses três transmitentes não permita tecer generalizações, eles apresentam em comum duas características interessantes: eram pequenos ou médios proprietários de terras e escravos (casos de D. Delfina Maria dos Santos e de Joaquim Rodrigues Ribeiro) ou então encontravam-se bastante endividados (situações de Cornélio Pereira Cardozo e de Joaquim Rodrigues Ribeiro). Embora, por falta de dados, não se possa afirmar que uma porcentagem significativa de transmitentes se encontrasse em tais situações, isso também não parece ser muito improvável.

A análise dos inventários dos adquirentes constatou que a maioria dos trabalhadores por eles comprados no mercado bonfinense continuava em suas posses quando da morte

<sup>389</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 1° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Villa do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 4-5.

<sup>390</sup> *Ibid.*, fls.29-30.

<sup>391</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 2° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 11-13.

<sup>392</sup> APMB, *Livro Especial de Notas N° 3° para escrituras de compra e venda de escravos pertencente ao 1° Tabelião da Cidade do Bom Fim Joaquim José Vaz de Oliveira*, fls. 9-10v.

destes. Ou seja, teriam sido adquiridos no intuito de renovar ou ampliar as posses dos compradores.

Quanto àqueles cativos adquiridos e que não estavam presentes quando da produção do inventário, que foram minoria, primeiramente há que se considerar a óbvia possibilidade de haverem falecido ao longo de tal período (que, em alguns casos, chegou a ser de quase duas décadas). Também é possível (embora talvez menos provável levando-se em conta os cenários analisados), que tenham sido alforriados, de forma que, se algum deles chegou a ser posteriormente revendido, essa porcentagem parece ter sido muito pouco significativa.

Logo, excetuando-se os indivíduos claramente identificados como negociantes de escravos ou intermediários, a maioria dos transmitentes e adquirentes do mercado de escravos bonfinense não parecia estar agindo de forma especulativa, comprando escravos para revendê-los a preços mais elevados, mas sim visando renovar ou mesmo ampliar suas posses, saldar dívidas ou ter acesso a créditos ou ainda reunir nas mãos de um único senhor escravos possuídos em condomínio. Nesse sentido, é importante lembrar que uma quantidade significativa dos escravos negociados tenha sido havida por herança.

29 escrituras e duas procurações mencionam que o transmitente houve por herança os escravos transacionados. Portanto, é possível ter certeza que os escravos comercializados (inteiros ou em partes) provinham de alguma herança em, ao menos, 8,7% das transações registradas no mercado bonfinense. Como esse tipo de informação sobre a proveniência do escravo não era obrigatória nesse tipo de documento, no caso das escrituras, mais ricas em informações que as procurações, tal porcentagem sobe a, pelo menos, 12%.

De acordo com o valor do monte mor, Cláudia Martinez dividiu a sociedade bonfinense inventariada em três estratos sociais: os mais ricos (acima de Rs 10:000\$000), os intermediários (Rs 5:000\$001 a Rs 10:000\$000) e os “mais pobres” (até Rs 5:000\$000)<sup>393</sup>. Com base nessa divisão, a Tabela 29 evidencia uma predominância absoluta (69%) dos indivíduos da camada mais rica entre os adquirentes bonfinenses. Entre os três transmitentes analisados, o cenário se inverte: apenas um pertencia àquele estrato social. Tais dados corroboram a hipótese de uma reduzida participação dos setores menos abastados da sociedade como adquirentes face a um peso mais significativo destes e dos intermediários entre os transmitentes.

---

<sup>393</sup> MARTINEZ, 2014, pp 99-127.

Num momento em que se tornava cada vez mais restrito o acesso à, até então, principal forma de ascensão social, a aquisição de escravos, nota-se que os herdeiros de indivíduos das camadas medianas da sociedade (que Zephyr Frank denomina “remediados” e Cláudia Martinez define como “nem muito ricos, nem muito pobres”), enfrentavam cada vez mais dificuldade em manter seu padrão de vida e posição social, principalmente no tocante à dissolução dos patrimônios oriunda das partilhas das heranças. Os proprietários mais ricos, por sua vez, teriam conseguido com mais êxito contornar tal desafio, pelo menos até a abolição.<sup>394</sup>

Outro dado que merece destaque é que, entre os vendedores e doadores (ou seja, nas transações em que seguramente houve transferência definitiva de propriedade), 163 diferentes nomes de transmitentes e 136 de adquirentes foram mencionados. Por si só, esse dado indica a ocorrência de alguma concentração de escravos nas mãos de determinados indivíduos, uma vez que menos pessoas passaram a possuir a mesma quantidade de escravos anteriormente possuída por uma maior quantidade de proprietários. Tal característica também foi observada por Rafael Scheffer em Campinas, por Leonardo Campos em Barbacena e por Ian Read no município de Santos.<sup>395</sup>

Os dados anteriormente discutidos e aqueles apresentados por Cláudia Martinez a respeito das mudanças na estrutura de posse de escravos em Bonfim entre a década de 1830 e 1888 (mencionados no primeiro capítulo) permitem entender que tais indivíduos que tiveram mais sucesso em manter o tamanho de suas posses teriam sido os médios e, principalmente, os grandes proprietários de escravos. Se, na década de 1830, esta faixa de posse englobava 15% dos fogos e 38% dos cativos bonfinenses, no período 1840/1888 representava 19% dos indivíduos inventariados e 47% dos escravos.<sup>396</sup>

Logo, o mais provável é que os grandes e médios fazendeiros locais, ligados à produção para o mercado interno provincial (e também para regiões da província do Rio), estivessem conseguindo reter no município a maior parte dos escravos que, oriundos em sua maioria de herdeiros e pequenos proprietários endividados, a conta-gotas eram disponibilizados ao mercado. Competiam, dessa forma, com os grandes comerciantes que se destinavam a suprir a demanda por mão de obra de fazendeiros das mais diversas regiões, sobretudo aqueles ligados à produção para exportação.

---

<sup>394</sup> FRANK, 2012; MARTINEZ, 2014; REIS, 2016.

<sup>395</sup> SCHEFFER, 2012, p. 61; CAMPOS, 2011, p. 196; READ, 2012, p. 68.

<sup>396</sup> MARTINEZ, 2014, pp.135-136.

## Considerações finais

Os resultados encontrados para o mercado de escravos bonfinense, muito próximos daqueles encontrados por Camila Flausino para o marianense, sugerem que, a despeito de especificidades locais, pode ter havido uma relativa homogeneidade no comportamento dos proprietários da região Mineradora Central Oeste no tocante à aquisição e disponibilização de trabalhadores escravizados ao mercado.

Se o tráfico interprovincial teria despovoado de escravos regiões do Império menos dinâmicas economicamente, nem Bonfim nem Mariana podem ser incluídos nesse pacote.

Não obstante algumas vendas para a Mata mineira e província do Rio de Janeiro, o comércio de escravos documentado em Bonfim era de natureza eminentemente regional, além de multidirecional. Bonfim tanto perdeu escravos para outros municípios, quanto recebeu, tendo, entre 1830 e 1880, sua população cativa experimentado períodos de queda (entre a década de 1830 a finais dos anos 1850 e entre 1872 e 1880) e incremento (entre o início da década de 1860 e 1872). Ademais, a evidência reunida não sustenta a noção de que a região estaria perdendo população escrava para regiões mais dinâmicas de forma acentuada, isso inclusive ao longo da década de 1870 (quando parece ter havido uma perda maior de escravos por parte do município), uma vez que a população escravizada bonfinense no início dos anos 1880 ainda era significativa.

Em sua pesquisa de doutorado, Claudia Martínez conclui que, “apesar da identificação de outras formas de mão de obra conviver simultaneamente com a escravidão, esta foi fundamental para a sustentabilidade da produção”, para todos os setores escravistas da sociedade bonfinense. Os pequenos e médios proprietários de escravos (e, portanto, a maioria da população escravista), estabeleciam com os cativos uma “*relação de trabalho do tipo complementar*” (grifos no original), garantindo um trabalho contínuo e permanente nos sítios e chácaras e fazendo o braço escravo assumir um peso bastante expressivo na economia dessas famílias até os momentos finais da escravidão. No caso dos grandes e excepcionais proprietários, os escravos eram fundamentais à perpetuação e manutenção da produção nas fazendas até o fim da década de 1880. Assim, “manter o plantel de cativos até quando isso

fosse possível não constituiu [...] uma opção, mas representou a única alternativa possível naquele momento”.<sup>397</sup>

Contudo, nem todos os setores escravistas da sociedade contariam com as mesmas condições de conservar suas posses. Aparentemente, a maioria dos escravos bonfinenses disponibilizados ao mercado proviriam de pequenos e médios proprietários, de heranças ou de senhores endividados, enquanto os grandes e excepcionais escravistas parecem ter sido os principais adquirentes. Logo, acredita-se estar em curso, após 1850, uma crescente dissolução das posses menores e concentração dos escravos nas mãos dos grandes fazendeiros locais.

Constatou-se ainda que os comerciantes de escravos bonfinenses, todos residentes na sede municipal e nenhum deles especializado na mercadoria humana, mantinham intenso intercâmbio comercial com a região da Mata, além de relações também bastante próximas com municípios do entorno (regiões Mineradora Central Oeste e Intermediária de Pitangui-Tamanduá) e com a província do Rio de Janeiro (Corte e municípios cafeeiros situados na divisa com Minas).

Os negócios de tais comerciantes ramificavam-se ainda mais pelo interior do município e da província a partir de seus contatos comerciais e indivíduos que intermediavam suas negociações. Essa capilaridade das relações comerciais dos negociantes de escravos e intermediários bonfinenses mostrou-se essencial à interconexão entre os mercados de cativos regional e nacional.

Pensando no funcionamento das redes comerciais e os contatos mantidos entre indivíduos de diversas localidades que negociaram escravos, pode-se argumentar que transações comerciais envolvendo escravos dificilmente englobavam unicamente tal mercadoria. Os contatos comerciais firmados durante tais negociações muito provavelmente seriam preservados para transações comerciais futuras, envolvendo a mercadoria escrava ou qualquer outra. Dessa forma, estudos sobre o funcionamento de mercados locais de escravos e suas conexões com o mercado nacional podem contribuir enormemente para uma melhor compreensão de panoramas socioeconômicos municipais, provinciais e nacional.

Articulando as particularidades da economia bonfinense a uma lógica econômica e a sistemas de trocas e intercâmbios mais amplos, deve-se ressaltar a necessidade de se

---

<sup>397</sup> MARTINEZ, 2014, pp. 136-137 e 196.

compreender as regiões abastecedoras, como Bonfim, como partes fundamentais dentro de uma divisão internacional da produção no capitalismo global do século XIX. A produção bonfinense, além de abastecer o mercado local, gerava excedentes comercializados inclusive em regiões vinculadas à economia de exportação. Tal situação também se verificava em uma parte significativa da província mineira (ao menos na região Mineradora Central Oeste, não seria diferente). Logo, o estudo do comércio de escravos em Bonfim representa ao menos uma parte considerável da extensa e multifacetada província de Minas.

Tal como Bonfim, Minas perdeu e ganhou escravos no período compreendido por este estudo. E tal como os distritos bonfinenses, os municípios mineiros vivenciaram diferentes realidades: tendo uns aumentado ou mantido sua população escrava e outros diminuído. Os ganhos, tanto em Bonfim quanto na província, estavam relacionados às novas aquisições e também à reprodução natural, que variava de importância de uma localidade para outra.

Mesmo sendo a província mais populosa durante todo o período imperial, Minas Gerais conseguiu ser autossuficiente na produção de alimentos e artefatos como panos de algodão e objetos de ferro, além de ocupar importante papel no abastecimento de regiões vizinhas, como a província do Rio. Levando-se em conta uma produção de tal magnitude, não é de se estranhar, portanto, que as produções destinadas ao mercado interno demandassem braços suficientes para “rivalizar” com a demanda da produção para exportação. Isso evidencia um mercado interno extremamente forte e importante.

Dessa forma, a manutenção da escravidão por quase todo o século XIX no Brasil não pode ser explicada unicamente pela economia de *plantation*, principalmente levando-se em conta que, no período, a maioria dos escravos do Brasil vivia em Minas e não estava empregada em atividades voltadas à exportação, como o café ou mesmo a mineração. Os registros bonfinenses, ao documentar transações de escravos adentrando 1888, demonstram que a escravidão na região ainda perduraria algum tempo caso a abolição não tivesse ocorrido aos 13 de maio. Em grande parte da província, a situação não seria diferente.



## **Anexos e Apêndices**



neste Distrito, e neste morador no Distrito da Capital  
 Nova do Distrito, hum outro conhecido de minha  
 vida, do que dou fe; pelo dito José Luiz Pinoto  
 foi dito que dehoje para sempre vendendo  
 dito Clemente Antonio Pinoto, a parte que  
 tem no caso de nome Lucio o certo diada  
 pouco mais ou menos de seis annos, a que não  
 tem officio algum, e a parte de referida morada  
 da venda pelo preço e quantia de darentos reais,  
 de mil reis, quantia que neste acto se faz entre  
 que por elle comprador, perante mim e  
 minhas, recibido o preço por elle vendedor de  
 a quem de de hoje transferi no comprador todo  
 o dominio do certo, e da parte da referida parte.  
 Dize mais que por sua pessoa e bens se obriga  
 a pagar esta venda boa, e a defender o comprador  
 quando elle o chamar auctoria. Logo pelo  
 comprador se fez a escritura hum Tabelão de  
 pagor a vista, e em oprim de hum e outro de  
 no importância de quinze mil e oitenta reis, e oprim  
 mais quatrocentos reis de sellos nas costas do mesmo  
 Tabelão de seis sellos hum de darentos reis, e outro  
 de darentos reis que se pagou todo e quinze mil  
 quatrocentos e oitenta reis, cujo Tabelão hi de  
 novo sete centos e oitenta e seis, pago no Colégio  
 da Municipal do Bonfim nos cinco dias de  
 de Novembro do anno proximo passado, sendo pelo  
 Colletor Emilio José de Sousa Maciel, do que  
 dou minha fe e assim a escritura e oprim  
 Tabelão. Depois de vista esta escritura e  
 perante elle, que se fez comente a autor e a





## ANEXO C - Cópia de carta de liberdade.

Comme M<sup>o</sup> José Ignácio dos S<sup>o</sup> Walter  
Francisco Bernardino Advincula

## Carta de liberdade de Ezeron Igneri

Eu abaixo assignado Maria Theresia Joann Monteiro de Barros, de claro liberto, sem condicoes alguma a minha escravo Igneri, filha de Catharina Silva, com quarenta e cinco annos, no presente Custodiada de boa e doze para e trabalho matriculada na Collectoria do Curio Preto aos vinte e nove de julho de 1851 este cento e setenta e quatro, sob os n<sup>o</sup>s 1000 e 1001 e duas da matricula geral do municipio. Outrossim declaro que opus liberto n<sup>o</sup>ite de minha espontanea vontade, n<sup>o</sup>gi ante a respectiva reuniao raes que a sciencia abolicionista bem fizeo n<sup>o</sup>ite de 1851 pela mesma liberdade, porquanto de hoje em diante e a mesma livre, e por os effeitos legais mandei fazer a presente Carta que assigno e assigno de Bonfim da Januario e mis este cento e setenta e seis. Maria Theresia Joann Monteiro de Barros. E aq<sup>u</sup>e continue em a dita Carta que aq<sup>u</sup>i bem e fizeo n<sup>o</sup>ite a assigno e do dito Original no respecto em meu favor e q<sup>u</sup>e em favor de seu representado Marciano José de Saun que e havel a Officia abaixo assigno e assigno nesta Cidade de Bonfim em os n<sup>o</sup>s 1000 e 1001 e 1002 para e do d<sup>o</sup> de 1851. Eu Carlos Pinto de Almeida Sobellor que a escrever e assigno.  
Carlos Pinto de Almeida  
Advincula J. de Saun.

## ANEXO D – Matrícula de escravos (1872).

Relação n. 883 dos escravos pertencentes a Mathias José de Sousa e Amaro residente na  
 província de Minas Gerais município de Cidade de Bomfim parochia de Piedade de Minas  
 (Art. 2º do regulamento n. 4,835 do 1º de dezembro de 1871)

Numero de ordem na matricula	Numero de ordem na relação	Nomes	Côr	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Aptidão para o trabalho	Profissão	Observações
4172	1	Pedro	Pardo	52	Solteiro	Capicano	Quilombado	Bom	Necesso	
4173	2	Joaquim	"	50	"	"	"	"	"	
4174	3	Joaquim	"	39	"	Braçaluro	"	"	"	
4175	4	Edisário	Pardo	39	"	"	"	"	"	
4176	5	Maria	Parda	48	"	Braçaluro	"	Bom	Costureira	
4177	6	Benedita	"	40	"	"	"	"	"	
4178	7	Margarida	"	39	"	Capicana	"	"	"	
X	X									

Pago este sello p. umi desanção  
 Bomfim 12 de Outubro de 1853  
 J. Campos

Apresentados e matriculados  
 aos 18 de Setembro de 1872.  
 Pagou tres mil e quinhentos  
 reis emolumento.  
 Esc.º Pherrigo

Provincia de Minas Gerais, município de Cidade de Bomfim  
 parochia de Cidade de Minas 18 de Setembro de 1872.  
Mathias José de Sousa e Amaro

ANEXO E – Matrícula de escravos (1886).

Relação n. 122 dos escravos pertencentes ao Sigr. Francisco Negro Cavido residente no município de Bonfim  
 Pago este rollo p. sumi Pasouva  
 Bonfim, 10 de out. 1884  
 J. Campos

(Art. 2º e 1º do Regulamento)

Pago este rollo p. sumi Pasouva  
 Bonfim, 10 de out. 1884  
 J. Campos

Numero de ordem da presente matricula	Numero de ordem da matricula anterior	Numero de ordem da relação	Nomes	Côr	Idade (por extenso) com a addição do art. 2º e 2º do Regulamento	Estado	Naturalidade	Filiação	Profissão	Valor dado conforme a tabella (por extenso)	Observações
122	3264	1	Colleta	Parda	Cincoenta ann.	Soltiva	Brazileira	f. de Damiana	Cozinheira	trezentos mil r.	
123	3265	2	Barbara	Parda	Cincoenta ann.	"	"	Aguarada	Cozinheira	trezentos mil r.	
124	3266	3	Antonio	"	quarenta e nove ann.	"	"	"	Savador	cincentos mil r.	
125	3267	4	Estebano	"	quarenta e nove ann.	"	"	f. de Custodio	"	cincentos mil r.	
126	3268	5	Francisca	Parda	trinta e seis ann.	"	"	f. de Colleta	Cozinheira	duzentos mil r.	
127	3269	6	Anna	Parda	trinta e cinco ann.	"	"	f. de Mathias	Cozinheira	duzentos mil r.	
128	3270	7	Neobau	"	trinta e um ann.	"	"	Aguarada	Savador	duzentos mil r.	
129	3271	8	Eufrazio	"	Quarenta e nove ann.	"	"	f. de Maria	"	duzentos mil r.	
130	3272	9	Severina	Parda	Quarenta e nove ann.	"	"	f. de Tramonca	Savador	duzentos e setenta e cinco mil r.	
131	447	10	Geminias	"	trinta e quatro ann.	"	"	Aguarada	Savador	duzentos mil r.	Acertada a f. 21 do mto municipio em 11 de outubro de 1885
132	4533	11	Arturio	Pardo	quarenta e quatro ann.	"	"	Lutherio	"	duzentos mil r.	Idem a f. 25 do mto municipio em 10 de outubro de 1885
133	4536	12	Sebastiao	"	trinta e nove ann.	"	"	"	"	duzentos mil r.	Idem a f. 23 do mto municipio em 10 de outubro de 1885
134	4567	13	Maria Jm.	"	quarenta e nove ann.	"	"	Aguarada	Cozinheira	quatrocentos mil r.	Idem a f. 44 do mto municipio em 10 de outubro de 1885
135	4570	14	Barbara	"	Quarenta e nove ann.	"	"	f. de Maria Jm.	Cozinheira	duzentos e setenta e cinco mil r.	Idem a f. 44 do mto municipio em 10 de outubro de 1885
136	4605	15	Francisco	"	Trinta e quatro ann.	"	"	f. de Maria Jm.	Savador	duzentos mil r.	Idem a f. 44 do mto municipio em 10 de outubro de 1885
137	4751	16	Ambrasio	Parda	quarenta e nove ann.	"	"	f. de Damiano	"	duzentos mil r.	Idem a f. 44 do mto municipio em 10 de outubro de 1885
138	4754	17	Benifacio	"	cincoenta e quatro ann.	"	"	Francisco	"	quatrocentos mil r.	Idem a f. 44 do mto municipio em 10 de outubro de 1885

Apresentados a matricula e matriculados em 14 de Agosto de 1886  
 Logo dezesseis mil oitocentos e cinquenta e seis e cinquenta e seis mil e cinquenta e seis  
 O Collector José Olympio de Aguiar Cavido

Lei. do Bonfim 14 de Agosto de 1886.  
 Sigr. Francisco Negro Cavido.





Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Procurações envolvendo negociação de escravos																																	
Nº Procuração	Nº Escravo	Dados do documento					Dados do Outorgante		Dados do Outorgado		Dados do adquirente / transmissente do escravo			Dados da matrícula					Dados do escravo						Dados financeiros		Observações						
		Livro	Pág.	Data	Local	Finalidade da procuração	Nome	Local onde mora	Nome	Local onde mora	Tipo de transação	Nome	Local onde mora	Número na matrícula a geral	Data	Local	Número da relação	Número de ordem na relação	Matriculado por	Nome	Cor	Idade	Nacionalidade/Naturalidade	Sexo	Filiação	Estado conjugal		Aptidão para o trabalho	Ofício	Valor do escravo (em réis)	Imposto pago (em réis)		
1	-	colado no verso da contabilidade do livro		28/02/1870	Rio de Janeiro	Receber e tratar da venda dos escravos que nos estão adjudicados na hipoteca que nos passou o nosso devedor o Sr. Antonio Justiniano da Silveira Abbade	Faria, França e Cia	Rio de Janeiro	Manoel Bernardes da Cunha Cassão	esta cidade	venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	É informado que o outorgado foi constituído procurador dos outorgantes na provincia de Minas.
2	1	Livro Especial de Notas Nº 3ª para escrituras de compra e vendas de escravos	47v-49	27/06/1872	Cidade do Bom Fim (Cartório)	Assinar escrituras de compras ou de vendas de escravos	Andrade Silva, Lobato & Companhia	esta cidade	José Marques da Silveira, José Joaquim de Andrade Rezende, Luiz Augusto	esta cidade	venda	Joaquim Filipe dos Santos	-	-	-	-	-	-	Regina parda, conhecida pelo nome de Reginalda	parda	40	-	F	-	-	-	-	-	-	-	600\$000	-	-

Escrituras envolvendo negociação de escravos																																	
Nº Transação	Nº Escravo	Dados do documento					Dados do Transmissente			Dados do adquirente				Dados da matrícula					Dados do escravo						Dados financeiros		Observações						
		Livro	Pág.	Data	Local	Tipo de transação	Nome	Local onde mora	Procurador	Local onde mora o procurador	Nome	Local onde mora	Procurador	Local onde mora o procurador	Número na matrícula geral	Data da matrícula	Local da matrícula	Número da relação	Número de ordem na relação	Matriculado por	Nome	Cor	Idade	Nacionalidade/Naturalidade	Sexo	Filiação		Estado conjugal	Aptidão para o trabalho	Ofício	Valor do escravo (em réis)	Imposto pago (em réis)	
1	1	[Livro 1º de Notas do 1º Tabelião da Villa do Bomfim]	3-3v	16/03/1842	Villa do Senhor do Bomfim (Cartório)	hipoteca	Manoel Ribeiro da Costa Guimarães	esta Villa	-	-	Alferes Ignacio José da Silva Malta	esta Villa	-	-	-	-	-	-	-	João de Nação Congo	-	-	-	África	M	-	-	-	-	-	102\$000	-	Valor recebido pelo hipotecante em moeda corrente, com a condição de embolsar o hipotecado da data desta a 2 meses. Não cumprindo o hipotecante este trato no tempo estipulado, será o mesmo escravo avaliado por 2 homens de sã consciência e claro entendimento, um nomeado pelo hipotecante e outro pelo hipotecado, e por ambos apreciados, sujeitando-se tanto o hipotecante como o hipotecado ao preço que os ditos louvados lhes disserem [não identificado]. Caso ficar ao hipotecado com o referido escravo pela quantia que lhe disser os louvados sem mais dependência judicial só sim ficar obrigado a pagar a respectiva siza à Sua Magestade Imperial.

Alforrias																															
Nº Registro	Nº Escravo	Dados do documento						Dados do senhor		Dados da matrícula					Dados do escravo						Observações										
		Livro	Pág.	Data do registro	Local do registro	Data da carta original	Local da carta original	Condição	Motivo da alforria	Nome	Local onde mora	Número na matrícula a geral	Data da matrícula	Local da matrícula	Número da relação	Número de ordem na relação	Matriculado por	Nome	Cor	Idade		Nacionalidade/naturalidade	Sexo	Filiação	Estado conjugal	Aptidão para o trabalho	Ofício	Valor (em réis)			
1	1	[Livro 1º de Notas do 1º Tabelião da Villa do Bomfim]	17-17v	19/04/1844	Villa do Bom Fim	18/04/1844	Villa do Senhor do Bom Fim	servir à sua senhora enquanto esta viva for, e após o falecimento da mesma, ficará gozando de sua liberdade como se de ventre livre nascesse	por lhe ter amor e desejar recompensar os bons serviços que me tem prestado	Leonarda Roza do Espirito Santo	-	-	-	-	-	-	Umbilina parda	parda	-	-	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Leonarda informa ter havido a escrava por herança de sua finada filha Praxedes Reginalda da Conceição. Papel de liberdade escrito pelo Padre Joaquim Nogueira Penido.
2	2	[Livro 1º de Notas do 1º Tabelião da Villa do Bomfim]	20-21	31/01/1845	Villa do Bom Fim	16/07/1844	Piedade dos Geraes	-	por amor e criação que tenho à dita menina	Vicencia Arnalda de Mello	-	-	-	-	-	-	Maria parda	parda	5 meses	-	F	Joaquina crioula	-	-	-	-	-	-	-	-	Vicência também é proprietária de Joaquina. Por não saber ler e escrever, pediu a Ignacio Pinto Nazario para redigir a carta e a Candido José de Oliveira para assiná-la a seu rogo.

APÊNDICE B – Arrolamento dos nomes constantes nos registros bonfinenses e suas formas de atuação.

Nome	Atuações em registros de							Alforrias
	Escrituras				Procurações			
	como							
	Transmitente	Procurador do transmitente	Adquirente	Procurador do adquirente	Outorgante	Outorgado procurador	Transmitente / adquirente	
Antonio Luiz de Medeiros	1							
Antonio Ferreira Dias	1							
Advogado Alferes Candido de Castro Guimarães		4		1				
Advogado Doutor Alexandre José da Costa Valente						1		
Advogado Jacintho José de Siqueira e Antonio Alves Parreiras						1		
Advogado Tenente Manoel Bernardes da Cunha Cassão		1	2	1		1		
Advogado Tenente Manoel Bernardes da Cunha Cassão, Tenente Coronel José Egydio da Silva Campos e o solicitador de causas Capitão Emílio José de Souza Maciel						1		
Agostinho Nogueira Penido; José Ignacio Nogueira Penido; Antonio Pedro Nogueira Penido; D. Anna Carolina Nogueira Penido; D. Francisca Thomasia Nogueira Penido; D. Maria Estephania Ribeiro Penido (esta com licença do Juízo de Órfãos, acompanhada de seu pai e tutor nato, João Antonio Ribeiro de Araújo)	1							
Albino Pereira Henriques					2 ajustamentos			
Alexandre Antonio Botelho								1
Alexandre Borges Ferreira	1							
Alexandre José Borges	1							
Alexandre Luiz Correia			1					
Alferes Joaquim Pinto de Lara								1
Alferes Antonio Augusto de Oliveira			2					
Alferes Cassiano Manoel Ferreira			1					
Alferes Ignacio de Andrade Menezes								1
Alferes João Baptista de Oliveira Sousa			1					
Alferes João José de Salles	1		2					
Alferes Joaquim José Doarte	2							
Alferes José Gonçalves Ramalho								2
Alferes Luiz José de Souza			1					
Alferes Romualdo Ferreira Dornas	1							
Alferes Silverio José de Oliveira e sua mulher, D. Theodora Jacintho de Jesus	1							
Alferes Silvestre Martins Nunes			1					
Alferes Vicente José Ferreira	2							
Américo José da Costa							1 venda	
Anastacio Garcia de Souza e outros	1							
Ancelmo de Campos Pinto Mendes, Silverio Antonio de Lauredo e Ricardo Gomes Lagoano						1		
Andrade Marques & Companhia e Antonio Ramos da Cunha Junior						1		
Andrade Silva, Lobato & Cia.			4		1 venda e 1 requerimento e troca			

Angelina Maria de Jesus								1
Anna Candida de Jesus	1							
Anna Maria do Sacramento, Rita Candida de Jesus e Maria Luiza do Nascimento								1
Antonia do Carmo de Albergaria					1 venda			
Antonia Maria de Jezus								1
Antonino José da Silva	1							
Antonio Alves da Silva				1				
Antonio Alves Frias								1
Antonio Alves Parreiras			1		3 vendas			
Antonio Augusto de Oliveira								1
Antonio Baptista de Faria Leite						1		
Antonio Bonifacio Pereira Rangel e Anna Francisca Roza Rangel								1
Antonio Candido da Silva								1
Antonio Carlos de Andrade e sua mulher, D. Antonia Carolina de Andrade Penido	1							
Antonio Correia de Mello e sua mulher D. Rita Antonia de Jesus								1
Antonio Custodio da Silva Moreira			1					
Antonio da Costa Paz	1							
Antonio da Costa Pereira Junior & Cia.							1 compra	
Antonio da Silva Botelho							1 venda	
Antonio Daniel da Rocha Sobrinho	1							
Antonio de Amorim Nogueira	1							
Antonio de Araujo Lima Coxo		2		1		1		
Antonio de Araújo Lima Coxo, Jozé Joaquim Coêlho, Reverendo Francisco Nogueira Penido e Vicente Jozé Ferreira						1		
Antonio de Moraes Coutinho	1		1					
Antonio de Moraes Coutinho Junior	1							
Antonio de Padua Pereira	1		1			1		
Antonio de Souza Parreiras								1
Antonio dos Santos Lisboa Coelho	1		1					
Antonio Eustaquio da Silva		1						
Antonio Feles Teixeira								1
Antonio Fernandes Gomes			1		1 venda			
Antonio Ferreira da Costa			1					
Antonio Ferreira de Azevedo e outros								1
Antonio Ferreira Villaça	1							
Antonio Francisco de Oliveira					1 venda			
Antonio Francisco Dias	1							
Antonio Gomes de Oliveira	1							
Antonio Gonçalves Jardim			2					
Antonio Ignacio Monteiro Galvão de São Martinho			1					
Antonio José Bernardino				1				
Antonio José da Cunha	1					1		
Antonio José da Cunha Thó		2						
Antonio José da Silva	1							
Antonio José Ferreira								1
Antonio José Parreiras Coelho			1		1 venda			
Antonio José Parreiras Coelho, João Affonso Athayde e Antonio Pereira de Faria						1		
Antonio José Teixeira							1 troca	
Antonio Justiniano da Silveira Abbade	1							
Antonio Lopes da Costa		1						
Antonio Lourenço da Cunha								3
Antonio Luiz Gonçalves								1
Antonio Machado Baessa			1					
Antonio Machado Dutra e sua mulher, Anna Angelica de Jesus								1
Antonio Marciano da Rocha	1							

Antonio Mariano de Siqueira, José Maria Fernandes, João Fernandes de Carvalho, Gervásio José Parreiras, José Pacifico da Silva e Francisco Nunes Gago						1		
Antonio Marra da Silva, José Ferreira Marques e Pedro da Motta Pinto						1		
Antonio Martins Moreira e sua mulher, D. Claudina Angélica de Jesus			1					
Antonio Maximiano de Campos			1					
Antonio Nery Ferreira				1		4		
Antonio Pedro Nogueira Penido								1
Antonio Pereira Cardozo	2							
Antonio Pereira da Assumpção	1		1					
Antonio Pereira Pio			1					
Antonio Ribeiro da Silva			1					
Antonio Ribeiro da Silva e Antonio de Moraes Coutinho					1 engajamento			
Antonio Ribeiro de Paiva						1		1
Antonio Ribeiro do Egypto	1							
Antonio Rodrigues Elias de Moraes			2		1 compra			
Antonio Rodrigues Elias de Moraes e João Pereira de Moraes						1		
Antonio Saturnino de Souza			1					
Antonio Silverio Vilella de Oliveira	1							
Antonio Siqueira Lima						1		
Antonio Vaz Diniz, Antonio Francisco de Paula, Manoel Bernardes de Paula e José Joaquim dos Santos			1					
Antonio Vaz Teixeira			1					
Aprigio Luiz Nogueira Penido					1 compra			
Aprigio Luiz Nogueira Penido e sua mulher, D. Maria Luiza de Paiva Penido	1							
Augusto da Silva Moreira	1							
Bacharel José Cesário de Castro Monteiro de Barros			2					
Baeta Neves & Irmão	1		1		6 compras e 1 troca	5	1 compra e 1 venda	
Baeta Neves Teixeira Junior & Souza	1				11 compras, 4 vendas e 1 compra e venda			
Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza e Vicente Ferreira Malta						1		
Baldoino Alves de Oliveira							1 venda	
Baldoino Ferreira Carmo			1		1 compra			
Baldoino José Parreiras	1							
Belizario Gonçalves de Andrade	1							
Bernardino de Aguiar Vieira					1 venda			
Caetana Maria de Lima								1
Caetano Baeta Neves	2		6		1 venda	1	2 compras e 1 troca	1
Caetano Baeta Neves & Irmão			1					
Caetano Baeta Neves e Marianno José de Souza						1		
Caetano Baeta Neves, Pio José Antonio e José Pacifico da Silva						1		
Candido da Costa Paz	1							
Candido José da Cunha e outros								1
Candido José de Santa Anna	1							
Candido José Parreiras	2							1
Capitão Antonio Narcizo Suares & Cia.					1 venda			
Capitão Carlos Augusto Nogueira Penido	1		1					
Capitão Emilio José de Souza Maciel, João Fernandes de Carvalho e Gervásio José Parreiras						1		
Capitão Francisco de Paula Ferreira Dias					1 venda			

Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva			5					
Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva, Joaquim Bernardes da Cunha, Antonio Camilo de Araújo e José Nicolao do Carmo						1		
Capitão Francisco Rodrigues de Moraes Cantagallo	1							
Capitão João Antonio de Queiroz e seu filho João Antonio Meirelles e sua mulher, D. Anna Delfina	1							
Capitão João Marra da Silva Junior			1					
Capitão José das Chagas Sobrinho						1		
Capitão José Fernandes de Araújo			1	1				
Capitão José Simpliciano Nogueira Penido	1	venda						
Capitão José Venancio Ferreira Penna			5				1 compra	
Capitão José Venancio Ferreira Penna e sua mulher, D. Maria Carlota Chaves Ferreira								1
Capitão Luiz Gomes Carmo			1					
Capitão Manoel da Silva Pereira e sua mulher, D. Josefa Evangelista da Conceição								1
Capitão Matheus de Souza Ameno			5 (1 como Alferes e 4 como Capitão)					
Capitão Silverio Policarpo da Silva Campos								2
Capitão Theodozio Silverio Vilella de Oliveira					1 venda			
Carlos de Magalhães		1						
Carlos Feliciano Pinto Brandão			1					
Carlos Pereira de Assis, Cleto Pereira de Mello, José Ferreira de Mello, José Ferreira de Mello, Manoel Ferreira de Mello, Laura Augusta Leopoldina e Rita Aurelia Leopoldina	1							
Carolina Joaquina dos Santos, Joaquim José Dutra, Antonio Dutra e Luiz Dutra								1
Cassiano Alves Pereira					1 aluguel			
Cassiano José Mendes			2					
Christino José da Silva			1					
Christino Marra da Silva					1 compra			
Cia. Morro Velho							6 engajamentos	
Cirilo José Antonio e sua mulher, D. Maria Sebastianna Parreira	1							
Claudianno Ferreira Pedroza			1		1 compra			
Claudino Nogueira Penido	1							
Comendador Manoel Teixeira da Costa	1				1 venda			
Constancia Ferreira da Luz								1
Cornelio Pereira Cardozo	3							
Coronel Francisco de Paula Santos			1					
Coronel José Manoel de Campos e seu filho, Tenente Francisco José da Silva Campos								1
Custodio Coelho Doarte	1							
Custodio de Souza Moreira	2							
Custódio Pinto de Araújo, sua mulher D. Maria Custodia de Oliveira e João Carlos de Andrade e sua mulher, D. Anna Maria da Gloria	1							
Cypriano Jossé Carneiro						1		
D. Anna Angelica de Jesus			1		2 vendas			
D. Anna Antonia de Faria								2
D. Anna Carolina da Trindade					1 compra			
D. Anna Carolina Nogueira Penido (viúva de Manoel Lucio Nogueira Penido)						1		1

D. Anna Carolina Nogueira Penido (viúva) e seus filhos menores								1
D. Anna Luisa de Jesus	1							
D. Anna Rodrigues Lagares								1
D. Anna Rosa de Jesus	1		1					
D. Anna Thereza de Jesus								2
D. Balbina Umbelina de Faria	2							
D. Barbara Roza de Jesus								1
D. Candida Teixeira de Jesus	1							
D. Carlota Joaquina da Cunha	1							
D. Clara Maria da Gloria								1
D. Claudina Ferreira da Silva					1 venda			
D. Claudina Martinha de Jesus	1							
D. Custódia Moreira de Souza			1					
D. Delfina Maria dos Santos	1							
D. Dina Candida Maria de Jesus	1							
D. Domitilla Valeriana de São Camillo								1
D. Emilia Carlota de Souza Maciel							1 venda	
D. Felicia Vieira Braga								1
D. Filicissima Joaquina de Jesus			1					
D. Flausina Rosa de Jesus			1					
D. Flora Angelica de Jesus								1
D. Francisca Marcelina de São José								1
D. Francisca Maria de Jesus								1
D. Francisca Mendes Maciel								1
D. Gertrudes Maria de Souza								2
D. Izabel Jacintha de Oliveira Campos	1							
D. Joana Baptista Monteiro de Castro	1							
D. Joanna Baptista Monteiro de Castro	1							
D. Joana Candida de Jesus	1							
D. Joanna Baptista Monteiro					1 compra			
D. Joaquina Candida da Assumpção								1
D. Joaquina Luiza de Miranda								1
D. Josefa Alves de Oliveira			1					
D. Josefa Evangelista da Conceição	1							
D. Josefa Rodrigues Lagares								2
D. Julia Romana da Costa [ou Julia da Costa Guimarães]			1					1
D. Leocádia Thereza de Jesus					1 recebimento de aluguel e venda			
D. Luduvina Maria de Jesus					1 venda			
D. Maria Alves dos Santos e seus filhos								1
D. Maria Angelica da Cunha			1					
D. Maria Antonia dos Santos								1
D. Maria Baptista Leite	1							
D. Maria Carolina da Rocha								1
D. Maria Clara de Jesus								1
D. Maria Custodia Nogueira Penido							1 compra	
D. Maria Filiciana de Jesus								1
D. Maria Joana de Oliveira	1							
D. Maria Joanna Nepomuceno								1
D. Maria Joaquina do Nascimento			1					
D. Maria José de Jesus	1							
D. Maria José de Santa Anna e seu genro, Francisco José de Santa Anna	1							
D. Maria José Fernandes de Araújo	1							
D. Maria Luiza Parreiras					1 captura e ajustamento			
D. Maria Thereza de Jesus	1							
D. Maria Thereza Sovam Monteiro de Barros								2
D. Purcina Gomes Ferreira			1					
D. Rita Antonia da Azevedo								1

D. Rita Candida de Jesus					1 requerimento			
D. Rita Parreiras da Conceição					1 aluguel			1
D. Ritta da Conceição Parreiras								1
D. Rita Umbelina de Jesus	1							
D. Roza Rita do Amaral	1							
D. Silvana Umbelina de Jesus	1		1					
D. Theresa de Jesus de Brito								4
D. Thereza Maria de Jesus								1
D. Umbelina Maria de Jesus					1 engajamento			
D. Umbelina Senhorinha de Rezende								1
Damaso de Almeida Pontes	1							
Damaso José Parreiras	1		2		1 venda			
Damaso Pinto de Lara	1		1		1 venda			
Damaso Saturnino Parreiras			1					1
Delfino Alves Coelho	1							
Dimas Leite Ferreira					1 requerimento /venda			
Diogo Luiz Gonçalves Vianna			1					
Domingos Alves da Cunha								3
Domingos Alves da Rocha					1 compra			
Domingos Antonio Prudente	1							
Domingos Ferreira Pinto						1		
Domingos Gomes Ferreira	1							
Domingos Machado Junior	1							
Donatto José da Silva	1							
Dr. Affonso Fortes Bartamontes							3 compras	
Dr. Agostinho Corrêa, Luiz Eugenio Horta Barboza e Marcelino Rodrigues Fortes					1			
Dr. Carlos Martins Ferreira							1 compra	
Dr. Eduardo Augusto Montandam e Tenente Jacob Baptista de Faria Leite					1			
Dr. Galdino Alves do Banho							1 compra	
Dr. Galdino Emiliano das Neves Sobrinho					1			
Dr. Hygino Alves de Abreu e Silva							1 venda	
Dr. Joaquim Igancio Nogueira Penido	1	1	1					
Dr. Joaquim Ignacio Nogueira Penido e Antonio Ribeiro de Andrade					1			
Dr. José Ignacio Nogueira Penido								2
Dr. José Rodrigues de Lima Duarte							1	
Dr. Pedro Ribeiro de Rezende							4 compras	
Drs. Theodoretto Carlos de Faria Souto, João Damaceno Pinto de Mendonça, José da Cruz Louredo de Sam Paio e José Vieira de Carvalho Junior					1			
Eduardo Romualdo de Moraes	1							
Emerenciana Pereira Mendes								1
Emerenciano Alves de Brito			3					2
Emmerenciano Alves de Brito								
Emilio José da Silva	1		1					
Emilio José de Souza Maciel		1	1					
Epifanio José Bernardes, na qualidade de sócio gerente da Casa Comercial sita nesta cidade sob a firma Malta Moraes e Cia.	1		1					
Escolastica Maria de São Joaquim								1
Faria França & Cia.	1				1 venda			
Feliciano da Costa Leite								1
Feliciano Gonçalves Ferreira			1		1 engajamento			
Felicidade Maria de Jesus	1							
Felisberto da Costa Leite e sua mulher, D. Silveria Theresa de Jesus								1
Felisberto Pinto de Barros	1							



Felisbino Mendes da Cunha								1
Fernando Alves Góis e seus filhos							1 venda	
Fernando Alves Góis e seus filhos, Antonio Alves Góis, José Alves Góis e Joaquim Fernandes Alves Góis	1							
Ferreira & Cunha e João Baptista da Cunha						1		
Fideles Maciel da Foncêca								1
Filippe Gomes Pereira			1					
Firmino Ribeiro Mendes			2					
Flavio João da Silva							1 recebimento de aluguel e venda	
Floriana Mendes de Queiroz								1
Floriano Gonçalves Rodrigues					1 venda			
Florinda Pereira de Jesus	1							
Fortunato Francisco Passos		1	2					
Fortunato Nogueira Penido	1							
Francisca Rosa de Paiva, Maria Rosa de Paiva, Constancia Rosa de Paiva, Carolina Rosa de Paiva e Quintiliano Gomes Monteiro								1
Francisco Alves da Cruz Brandão						1		
Francisco Alves de Araújo	1				1 venda			
Francisco Antonio de Miranda			1					
Francisco Antonio de Paula					1 venda			
Francisco Antonio Parreiras			1					
Francisco Baeta Neves			1		2 compras	11		1
Francisco Baeta Neves e Antonio Alves Parreiras						1		
Francisco Baeta Neves e Caetano Baeta Neves						1		
Francisco Brandão de Souza Barros		1						
Francisco das Chagas Rocha Junior	2							
Francisco de Araújo Lopes			2					
Francisco de Paula Almeida							1 compra	
Francisco de Paula Correia						1		
Francisco de Souza Pinto e outro							1 venda	
Francisco Duarte Paiva				1				
Francisco Fernandes de Araujo								1
Francisco Fernandes de Oliveira Penna	1							
Francisco Fernandes Gomes e Domingos Machado Junior, respectivamente testamenteiro e herdeiro do finado Domingos Machado Guimarães								2
Francisco Fernandes Malaquias	1							
Francisco Ferreira Rodrigues								1
Francisco Ferreira Vilaça								1
Francisco Gomes de Rezende			1					
Francisco Gomes Teixeira						1		
Francisco Gonçalves de Oliveira								1
Francisco Gonçalves de Souza					1 compra			
Francisco Gonçalves Maia					1 venda			
Francisco José Alves da Silva			1					
Francisco José da Silva Campos					1 venda			
Francisco José da Silva Trigueiro	1							1
Francisco José de Lima			1					
Francisco José de Santa Anna	1							
Francisco José de Souza	1							
Francisco José Dias da Silva e sua mulher, Maria Gabriela de Queiroz								1
Francisco José Maia			1					
Francisco José Parreiras			2					
Francisco José Teixeira e Caetano Baeta Neves						1		
Francisco Jovencio Alvim								2
Francisco Lopes de Souza				1				

Francisco Machado Ribeiro e Francisco Pio Ribeiro				1 venda			
Francisco Martins Nogueira			2				
Francisco Nunes Gago					2		
Francisco Pereira da Silva			1				
Francisco Pereira dos Santos e Antonio José Cardozo					1		
Francisco Pires Ribeiro Senior	1						
Francisco Ribeiro de Carvalho	1						
Francisco Ribeiro Diniz	1						
Francisco Rodrigues de Moraes Cantagallo							1
Francisco Rodrigues de Souza							1
Francisco Rodrigues Paiva	1						
Francisco Romualdo de Moraes e herdeiros de D. Josepha							1
Francisco Teixeira de Carvalho	1						
Francisco Vieira da Silva	1						
Gabriel José da Silva	1						
Gabriel Pereira da Silva	1						1
Geraldo Vaz Diniz	1						
Gervasio José Maria	1						1
Gervasio José Parreiras e José Alves Pacífico					1		
Gervasio Ferreira de Andrade			1				
Gil José Antonio			2				
Guilherme José da Silva Reis			1	1 venda			
Henrique José Dutra							1
Herculino da Roza Pires	1						
Hilaria Maria Ferreira							4
Honorato Gonçalves de Carvalho	1						
Ignacio Teixeira da Cunha, Valeriano Ferreira Barboza e Cassimiro Rodrigues Estorninho					1		
Jacob Aires de Moraes					1		
Jacob Aires de Moraes e Antonio Lindo de Mello	1						
Jeronimo Alves da Silva			1				
Jeronimo José Parreiras	1		5				
Jeronimo Machado Lima				3 vendas			1
Jeronymo Martins Moreira							1
Joanna Francisca							1
João Antonio Prudente	1						
João Antonio Ribeiro de Araújo			1				
João Antonio Ribeiro de Araújo Carvalho	1						
João Baptista da Cunha			1			1 compra	
João Baptista da Cunha, Joaquim Innocencio Gomes e Julião Costa					1		
João Baptista de Oliveira Souza					1		
João Candido da Fonceca	1		1				
João da Costa Guimarães e sua mulher, D. Alexandrinha Maria Florença	1						
João de Cubas Barboza			1				
João de Souza Parreiras Junior	1						
João de Souza Pinto	1						
João de Souza Tavares				1 venda			
João dos Santos Lisboa			1				
João Evangelista da Fonceca						1 venda	
João Evangelista Ferreira Leite, na qualidade de testamenteiro de seu finado tio Luis José da Motta		1					
João Evangelista Monteiro de Barros Galvão de São Martinho				3			
João Feliciano da Silva e José de Souza Braga					1		
João Fernandes de Carvalho e José Francisco Alves Baeta					1		
João Fernandes dos Santos Pereira	1		1				

João Ferreira de Araújo Silva	1							
João Ferreira de Moraes					1 venda			
João Ferreira de Souza								1
João Ferreira do Amaral						1		
João Francisco Alves Contagem, Martinho Alves da Silva Contagem, Joaé Francisco Alves Contagem e Fortunato Justiniano de Moraes								1
João Francisco de Andrade	1		1					
João Francisco Teixeira				1				
João Gomes de Rezende			1					
João Gonçalves de Azevedo			1					
João Gonçalves Ferreira	2							
João Gonçalves Ferreira Primo					1 engajamento			
João Gonçalves Martins						1		
João Gonçalves Rodrigues	1							
João Goularte de Souza Sobrinho							1 compra	
João José de Salles, Tenente José Brandão de Souza Barros e Antonio Ribeiro da Silva			1					
João José Maia			3		3 engajamentos e 1 aluguel			
João José Mendes Sobrinho	1							
João José Soares	1							
João Jozé Leite			1					
João Machado de Miranda							1 venda	
João Manoel de Mello	1							
João Marcellino Fagundes			1					
João Pinto Nazario e sua mulher, D. Maria Roza da Conceição								1
João Rodrigues Silva	1							
João Sabino Silva de Las Casas			1					
Joaquim Alves Negrão	1				1 venda			
Joaquim Antonio Bernardes de Carvalho e Germano Antunes Soares						1		
Joaquim Antonio Bernardes de Carvalho, Pedro Ferreira dos Santos e Teobaldo José dos Santos						1		
Joaquim Antonio Cordeiro								1
Joaquim Antonio de Moraes							2 vendas	
Joaquim Bernardes da Cunha			1		1 compra e 1 venda			
Joaquim Bernardes da Cunha e Antonio Nery Ferreira						1		
Joaquim Borges Leal	2							
Joaquim Camillo Mendes	2							
Joaquim Candido de Moraes e sua mulher, D. Francisca Marcelina de São José	1							
Joaquim Carlos da Silva								1
Joaquim Correia Pinto	1							
Joaquim Custodio Pereira			1					
Joaquim Fernandes Gomes			1					1
Joaquim Ferreira de Moraes	1							
Joaquim Filipe dos Santos	1						1 compra	
Joaquim Francisco de Aredes	1							
Joaquim Gonçalves Ferreira								1
Joaquim Guedes da Rocha e sua mulher, Leonarda Maria de Jezus								1
Joaquim Ildefonso dos Reis			1					
Joaquim José Bernardes								1
Joaquim José Campos				1				
Joaquim José de Oliveira	1				1 captura / venda			
Joaquim José Franco e sua mulher, D. Francisca Pereira da Silva								1
Joaquim José Nogueira Penido								1

Joaquim Leite de Mendonsa	1							
Joaquim Lopes de Souza								1
Joaquim Maciel da Fonseca						2		
Joaquim Moreira Penido	1							
Joaquim Pinto Lara						2		
Joaquim Pinto Moreira				1				
Joaquim Ribeiro de Carvalho								1
Joaquim Rodrigues Ribeiro	3	1						
Joaquim Vieira							1 venda	
Joaquina Josefa da Silva								1
Joaquina Marra da Silva, Jozé Baldoino Pereira e Joaquim Silverio Pereira								1
Joaquina Maria da Fonseca								1
Jorge Morgam						1		
José Alves de Araújo Mello	1							
José Alves Pereira	2							
José Antonio de Moraes								1
José Antonio Doarte	1							
José Antonio Licio e sua mulher D. Maria do Carmo da Silva Marra; Christino Pereira Cardozo e sua mulher D. Maria Esmeria da Silva Marra; Emigdio Marra da Silva	1							
José Antonio Prudente	1							
José Augusto de Andrade						1 venda		
José Bernardes de Carvalho e Junior			1			1 venda		
José Bernardes Ferreira			1					
José Bernardes Ferreira Junior e José Candido de Moraes	1							
José Bernardino Ferreira						1		
José Borges Ferreira			1					
José Brandão de Souza Barros			1					
José Caetano de Lima	1							
José Cardozo Parreiras						4 vendas		
José Cardozo Parreiras e sua esposa, D. Maria Felizarda de Jesus.	2							
José Coelho Nicacio						1		
José da Costa Paz		1						
José da Costa Rezende Junior			1					
José da Rocha Machado								3
José da Silva Pimenta	1							
José de Castro Nogueira Penido						1 venda		
José de Souza Moreira	1							
José dos Santos Ribeiro		1						
José dos Santos Silva	1							
José Ferreira da Cunha Messias			1					
José Ferreira de Mello			1					
José Ferreira Gomes								1
José Ferreira Marques, Vicente Ferreira Malta, Francisco Nunes Gago, Pio José Antonio, Gil José Antonio						1		
José Ferreira Telles	2							
José Ferreira Villaça			1					
José Filippe Gomes	1							
José Francisco Alves				2				
José Francisco dos Anjos Júnior	1							
José Gonçalves Augusto e sua mulher, D. Anna Candida de Resende			1					
José Gonçalves de Carvalho	1							
José Gonçalves de Souza Moreira	1		2					
José Hirsch e Cia.			1					
José Honorato de Faria							1 venda	
José Ignacio da Silva Malta	1		1					
José Ignacio Nogueira Penido			1					
José Joaquim Andrade Rezende				1				

José Joaquim Bernardes	4		2					
José Joaquim de Andrade				1				
José Joaquim Fagundes							1 compra	
José Loureiro da Cruz						1		
José Luis Peixoto	1							
José Luiz do Prado					1 venda			
José Luiz Gomes			1					
José Marçal da Roza Ribeiro e sua mulher, D. Izabel Felicia de Moraes								2
José Maria Alves					1 venda			
José Maria da Fonceca	1		1					
José Maria dos Santos							1 venda	
José Marques da Silveira	1	2	9	2	2 compras e 1 venda			
José Marques da Silveira, Domingos Ferreira Pinto, José Cardozo Parreiras, José Marques da Silveira Junior, Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva, Joaquim Bernardes da Cunha e Antonio Camillo de Araújo						1		
José Marques da Silveira, José Joaquim de Andrade Rezende, Luiz Augusto França Cattete, Tenente Coronel José Egydio da Silva Campos						1		
José Marques da Silveira, José Marques da Silveira Junior, Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva, Joaquim Bernardes da Cunha, Vicente Ferreira Malta, Baeta Neves Teixeira Junior & Souza, Domingos Ferreira Pinto e José Nicoláo do Carmo						2		
José Mendes da Cunha	1							
José Moreira de Carvalho			1					
José Nogueira Penido			1					
José Pacheco Monteiro	1							
José Pacífico da Silva						1		
José Parreiras de Figueiredo	1							
José Pedro de Oliveira, Francisco Ribeiro da Silva, João Pinto de Lara e Francisco Pinto Ribeiro					1 venda			
José Pereira da Costa			1					
José Pereira de Carvalho						1		
José Pereira Passos						1		
José Pinto Ferreira			1					
José Pires de Abreo			1					
José Querino de Aguiar	2		2					
José Querino de Aguiar e Antonio Mariano de Siqueira						1		
José Ribeiro Diniz			1		1 venda			1
José Ribeiro Diniz Junior			1					
José Ribeiro do Egypto Junior	1							
José Rodrigues Rosa	1		1					
José Segurassio e outros								1
José Tavares da Motta			1					
José Teixeira da Cunha								1
José Teixeira Machado						3		
José Xavier da Costa			1					
Josué José Antonio	1							
Jozé Candido Ferreira						1		
Julia			1					
Julio Pereira da Silva	1							
Laurinda Maria da Silva								1
Leonarda Roza do Espírito Santo								1
Levindo José de Souza Ameno					1 venda			
Liandro José da Costa				1				
Lino Marques da Costa	1							
Loureiro, Botelho, Castro & Cia.			1					

Lucas José Antonio Pedra e sua mulher, Maria Ritta de Jesus	1							
Lucas José da Costa						1		
Lucas Moreira dos Santos								1
Lucas Nogueira Penido								1
Lucio Gomes Ferreira								1
Lucio Roberto de Campos	1							
Luis Francisco França	1							
Luis José da Motta (falecido)	1							
Luiz Antonio Moreira								1
Luiz Augusto França Cattete			1					
Luiz de Souza Tavares					1 venda			
Luiz Ferreira da Cunha Pinto							1 engajamento	
Luiz José Teixeira		1			1 compra e 1 venda			
Luiza Maria da Silva	1							
Major Antonio de Souza Moreira	1		1					
Major Emilio José de Souza Maciel				1				
Major Ignacio José da Silva Malta	2		1				1 penhor	
Major Onofre de Souza Dias e Azarias José de Andrade			1					
Manoel Aires de Moraes	1							
Manoel Antonio da Silva			2					
Manoel Antonio de Magalhães		1						
Manoel Antonio de Moraes					1 venda			
Manoel Antônio Fontes Bôa							1 venda	
Manoel Baptista de Faria Leite e Antonio Marra da Silva						1		
Manoel Bernardes da Silva e José Bernardes da Cunha						1		
Manoel Borges Ferreira								1
Manoel Borges Ferreira e Luiz José de Souza, tutores dos órfãos Policeno, Philomena, José e Izaura	1							
Manoel Caetano Pereira e sua mulher, D. Maria Angelica da Conceição	1							
Manoel Candido da Cunha	1							
Manoel Celestino Ferreira e sua mulher, Josefa Maria Rodrigues	1							
Manoel da Paixão Rocha e sua mulher Leocadia Thereza de Jesus								1
Manoel da Siva Prado	1							
Manoel Dias da Cunha								1
Manoel Fausto de Salles					1 venda			
Manoel Feliciano Leite						1		
Manoel Fernandes Ayrão			2					
Manoel Fernandes Gonçalves Jacú					1 compra			
Manoel Ferreira da Foneca		1						
Manoel Ferreira de Amorim e Manoel Candido da Cunha						1		
Manoel Francisco de Paula				1				
Manoel Gomes de Rezende			3					
Manoel Joaquim da Costa			1					
Manoel Joaquim Ferreira	1							
Manoel José da Paixão						1		
Manoel José de Prado	1							
Manoel José Parreiras			3					
Manoel José Simões						1		
Manoel Leite Ferreira			2					
Manoel Leite Ferreira e o Reverendo Vigário Francisco Nogueira Penido						1		
Manoel Lucio Nogueira					1 penhor			
Manoel Lucio Nogueira Penido								1

Manoel Lucio Nogueira Penido e sua mulher, D. Anna Carolina Nogueira Penido								1
Manoel Marques da Costa					1 requerimento / troca			
Manoel Marques da Silveira					1 venda			
Manoel Martins Fagundes								1
Manoel Pereira Cardozo			1					
Manoel Pereira da Silva			1					
Manoel Pereira Passos	1							
Manoel Ribeiro da Costa Guimarães	2							
Manoel Ribeiro Diniz			1					
Manoel Rodrigues de Souza	2							
Manoel Rodrigues Paiva e Francisco Rodrigues Paiva			1					
Manoel Teixeira Egidio dos Santos			1					
Marçal Baptista Leite		1						
Marcelino Ribeiro Maia			1					1
Marcelino Ribeiro Maia								
Marciano José Alves da Silva	1							
Margarida Maria de Jesus								1
Maria Francisca da Cunha								1
Maria Joaquina dos Santos								1
Maria Romualda Ferreira	1							
Maria Thereza da Cunha								1
Mariana Pereira Leite								1
Mariano José de Souza	2							
Marinho & Bebiano						3		
Marques Candido	1							
Martinho Alves da Cunha			1					
Martinho Ferreira Gomes	1							
Martinho Gomes de Rezende	1							
Martinho, João e outros tutelados, filhos dos falecidos João Gomes de Rezende e sua mulher								1
Martiniano Gonçalves Vasconcellos								1
Matheus Cardozo Parreiras		1						
Matheus das Chagas Rocha e Marciano das Chagas Rocha					1 venda			
Matheus José de Andrade								1
Matildes Maria de Jesus								1
Maximiano Pinto de Queiroz	1							
Miguel Antonio Cordeiro e sua mãe, D. Umbelina Candida de Jesus					1 engajamento			
Miguel Antonio Cordeiro		1	1					
Militão José Parreiras e sua esposa D. Julia Candida de Jesus	2							
Modesto Antonio da Silva	1							
Modesto Antonio Prudente	2							
Modesto Ribeiro da Silva Primo			1					
Moyzes Martins de Abreu			1					
Nominato José dos Santos							2 compras	
Olegário Nogueira Penido	1							
Padre João da Costa Guimarães								1
Padre José Simoens de Araujo Flores			1					
Pantaleão Alves Parreiras	1							
Pedro Alves de Alcântara			1					
Pedro Ferreira Telles	1							
Pedro Ildefonso dos Reis	1							
Pio José Antonio				1		1		
Pio José Antonio, Francisco Nunes Gago e Theotonio Pedro Ferreira Dias						1		
Quintiliano José da Silva Sobrinho								1
Quintiliano Miguel Gomes Monteiro, Maria Roza de Paiva, Carolina Roza de Paiva								1

Raphael Dias Victal	1						
Raphael Gonçalves de Souza	1						
Raphael José da Cunha	1						
Reverendo Curador Geral dos Órfãos Vigário Joaquim Nogueira Penido e Luiz José de Souza		1					
Reverendo Vigário Francisco Nogueira Penido		4	2				
Ricardo Francisco da Silva		1					
Roberto Evangelista de Queirós, Antonio José dos Passos Rocha e José Joaquim de Queirós					1		
Romualdo Antonio Peixoto		1					1
Romualdo de Souza Pinto	1						
Romualdo Ferreira de Souza e sua mulher, D. Maria do Carmo Jacintha de Souza	2						
Romualdo Francisco da Rocha			1				
Romualdo José da Roza			1				
Romualdo José de Oliveira	1						
Roza Maria de Jesus e Queiroz							1
Samuel Policarpo da Silva Campos							1
Sargento Antonio de Padua Ferreira				1			
Sargento Bolivar José de Souza Ameno			1				
Sargento Jacome Miguel de Campos e sua mulher, D. Lucia Gonçalves de Oliveira	1						
Sargento Mor Antonio de Souza Moreira			1				
Sargento Mor Antonio Nunes Doarte	1						
Serafim Martins Nunes			1				
Silva Campos, Filho & Pinto					2 vendas		
Silva Pinto & Cia.						2	
Silva Pinto & Cia. E José Marques da Silveira						1	
Silva Pinto & Cia. E José Marques da Silveira Junior						2	
Silvestre Martins Couto	1						
Silviano Fernandes de Araujo							1
Tenente Antonio Pinto Mascarenhas	1						
Tenente Coronel José Egydio da Silva Campos	1	2		4		1 compra	1
Tenente Coronel João Baptista Ferreira de Brito			1				
Tenente Coronel João Francisco Alves Contagem	1		5 (4 como Tenente Coronel e 1 como Coronel)		1 venda		
Tenente Coronel João Francisco Alves Contagem e sua mulher, D. Maria Izabel							1
Tenente Coronel Manoel Antonio de Campos e Advogado Alferes Antonio Olégario Carlos de Andrade						1	
Tenente Coronel Severino José de Oliveira	2		1				
Tenente Francisco Antonio de Assis			1				
Tenente Francisco José da Silva Campos					1 venda		
Tenente Francisco Parreiras de Figueiredo							1
Tenente Ignacio da Silva Pedras	1						
Tenente Jacob Baptista de Faria Leite e sua mulher D. Anna Maria do Sacramento	1						
Tenente João de Souza Parreiras							1
Tenente Joaquim Antonio Bernardes de Carvalho, José Marques da Silveira Junior, Joaquim Bernardes da Cunha, Vicente Ferreira Malta e Domingos Ferreira Pinto						1	
Tenente Joaquim Vilella Frasão			7				



Tenente Joaquim Vilella Frasão, Tenente Miguel Antonio da Silva Leão, Capitão José Villaça Frazão, João Bernardes de Oliveira e Joaquim da Foncêca e Silva			1				
Tenente Manoel Francisco Ferreira			1				
Tenente Manoel Marra da Silva		1					
Tenente Marcelino Ribeiro Maia e sua mulher, D. Amelia Umbilina de Oliveira	1						
Tenente Ulysses Pacheco Lima					1 compra		
Theodolino José de Souza Maciel	1						
Theodora			1				
Theofilo Marques Ferreira, Elidio José Moreira e Tenente Joaquim Antonio Bernardes de Carvalho						1	
Theophilo Rodrigues Nogueira Penido	1		1				
Thomaz Gomes Ferreira de Aquino	2		1				
Valença & Magalhães						1	
Venancio José de Souza							2
Vicencia Arnalda de Mello							1
Vicente Ferreira de Moraes						1	1 compra
Vicente Ferreira Gomes			1				
Vicente Ferreira Malta						1	
Vicente Ferreira Villassa			1				
Vicente Gonçalves de Souza					1 venda		
Vicente Ignacio dos Santos	1						
Victal da Silva Rodrigues	2						
Zacarias Ribeiro de Camargo, Silverio Ribeiro de Camargo e Francisco Gonçalves de Lara						1	
Zacharias Alves Antunes, Francisco Joaquim de Macêdo e Antonio Pedro da Silva							1

Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

## Fontes e referências utilizadas

### Fontes

#### Arquivo Público Municipal de Bonfim (APMB)

##### 1. Manuscritos

##### ➤ Livros cartoriais (não catalogados)

Livro	Período de cobertura	Livro	Período de cobertura	Livro	Período de cobertura		
<b>Livros de Notas</b>							
<b>Bonfim</b>				<b>Piedade dos Gerais</b>			
<b>1º Ofício</b>		<b>2º Ofício</b>		1º	1858-1861		
1º	1842-1851	3º e 4º	1851-1856	3º	1869-1875		
2º	1851-1856	9º	1868-1871	4º	1875-1876		
4º	1858-1861	12º	1873-1874	5º	1876-1878		
5º	1861-1862	23º	1881-1883	6º	1878-1879		
6º	1862-1866	25º	1884-1886	8º	1862-1869		
7º	1866-1869	27º	1888-1889	9º	1881-1882		
8º	1869-1871			10º	1882		
9º	1871-1874			12º	1883-1887		
10º	1874-1877			<b>Rio Manso</b>			
11º	1877-1879			1º	1859-1867		
12º	1879-1881			3º	1876-1880		
13º	1881-1883						
14º	1883-1886						
15º	1886-1888						
Anotações avulsas	1880-1881						
<b>Livros de Notas Especiais para Escrituras de Compra e Venda de Escravos</b>							
<b>Bonfim - 1º Ofício</b>				<b>Piedade dos Gerais</b>			
1º	1861-1862			2º	1861-1870		
2º	1862-1863			s/n	1871-1873		
3º	1863-1872						
6º	1881-1888						
<b>Livros de Notas para Procurações</b>							
<b>Bonfim</b>				<b>Piedade dos Gerais</b>			
<b>1º Ofício</b>		<b>2º Ofício</b>		2º	1876-1877		
1º	1875-1876	1º	1874-1875	s/n	1883-1887		
2º	1876-1878	2º	1875-1876				
4º	1879-1880	3º	1876-1877				
6º	1882-1885	4º	1877-1878				
7º	1885-1889	5º	1878				
		6º	1878-1879				
		7º	1879-1881				
		8º	1881-1883				
		9º	1883-1885				
		10º	1885-1886				
		11º	1886-1887				
		12º	1887				
		13º	1888				

Livros de Protocolo do Escrivão de Órfãos	
<b>Bonfim - 1º Ofício</b>	
s/n	1875-1883
Folha avulsa	1886

➤ **Processos cartoriais**

1º Ofício (CPO)	2º Ofício (CSO)	Documentação Criminal (DC)
ACA 0113	69(04)	23(459)
ACA 0176	69(05)	27(527)1
ACA 0204	69(06)	30(593)
ACA 0232	69(07)	34(661)
ACA 0252	69(09)	35(671)1
ACA 0258	92(08)	38(705)
ACA 0270	ACA 0553	41(760)
ACA 0352	INV 0213	42(768)
ACA 0356	INV 0218	
ACA 0379	INV 0257	
ACA 0388	INV 0286	
ACA 0393	INV 0332	
ACA 0462	INV 0364	
ACA 0496	INV 0381	
ACA 0500	INV 0422	
INV 0199	INV 0426	
INV 0241	INV 0435	
INV 0270	INV 0775	
INV 0285	INV 0842	
INV 0588		
INV 0731		
INV 0740		
INV 0741		
INV 0748		
INV 0778		
INV 0782		
INV 0802		
INV 1033		

**Arquivo Público Mineiro (APM)**

**1. Manuscritos**

➤ **Fundo Seção Provincial (SP)**

SP – 570 (documentos n<sup>os</sup> 204, 215, 216, 217);

SP – 893 (documentos n<sup>os</sup> 171, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 194);

SP – 956 (documento n<sup>o</sup> 46).

- **Fundo Repartição Especial das Terras Públicas (TP)** (acervo disponível *online* em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>)

TP – 1 – 26;

TP – 1 – 098;

TP – 1 – 118;

TP – 1 – 157;

TP – 1 – 158;

TP – 1 – 182.

- 2. Mapas** (acervo disponível *online* em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>)

APM – 089 (HALFELD, H. G. F. *Karte der Brasilian Provinz Minas Geraes*. 1862.).

### **3. Impressos**

Leis Mineiras (LM) (acervo disponível *online* em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>)

**Biblioteca Nacional (BN)** (acervo disponível *online* em: <https://bndigital.bn.gov.br/>)

#### **1. Almanques**

MARTINS, A. de Assis. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o anno de 1864*. Rio de Janeiro: Typographia da Actualidade, 1864.

\_\_\_\_\_. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes para o anno de 1865 organizado e redigido por A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira - 2<sup>o</sup> anno*. Ouro Preto: Typographia do Minas Geraes, 1864.

\_\_\_\_\_. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do anno de 1869 para servir no de 1870*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1870.

\_\_\_\_\_. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do anno de 1872 para servir no de 1873*. Ouro Preto: Typographia do Echo de Minas, 1873.

\_\_\_\_\_. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes do anno de 1874 para servir no de 1875*. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1874.

## 2. Jornais e revistas

Nome do Periódico	Local de Publicação	Data	Nome do Periódico	Local de Publicação	Data				
Jornal <i>Diário do Rio de Janeiro</i>	Rio de Janeiro	06/04/1875	Jornal <i>A Actualidade</i>	Ouro Preto	09/11/1878				
<i>Jornal do Brasil</i>	Rio de Janeiro	04/02/1895			04/06/1879				
		02/02/1875			17/11/1879				
		22/12/1875			30/08/1881				
		22/01/1876	Jornal <i>A Ordem</i>	Ouro Preto	25/06/1892				
		15/02/1876	Jornal <i>A Província de Minas</i>	Ouro Preto	01/02/1883				
		17/03/1877			12/07/1883				
		04/04/1877			04/02/1888				
		06/01/1878			07/12/1886				
Jornal <i>do Commercio</i>	Rio de Janeiro	15/08/1878	Jornal <i>A União</i>	Ouro Preto	22/12/1886				
		11/02/1880			28/01/1888				
		07/04/1880			24/02/1888				
		13/01/1881			16/02/1867				
				29/11/1890			14/03/1873		
				01/01/1891			19/05/1873		
				01/06/1892	Jornal <i>Diário de Minas</i>	Ouro Preto	21/02/1874		
				08/03/1895			07/03/1874		
		Jornal <i>Gazeta de Notícias</i>	Rio de Janeiro	09/04/1877			31/07/1874		
		Jornal <i>O Globo</i>	Rio de Janeiro	08/01/1877			25/02/1875		
Jornal <i>O Paiz</i>	Rio de Janeiro	05/12/1884			27/11/1883				
Revista <i>Mercantil</i>	Rio de Janeiro	16/01/1876	Jornal <i>Liberal Mineiro</i>	Ouro Preto	25/11/1884				
					29/10/1885				
							06/06/1892		
							16/06/1892		
							22/07/1892		
							25/01/1894		
							09/06/1894		
					Jornal <i>Minas Geraes</i>	Ouro Preto	02/07/1894		
							27/09/1894		
							29/11/1894		
							05/12/1894		
							08/12/1894		
							12/07/1896		
							09/11/1896		
							22/08/1897		
							Jornal <i>O Estado de Minas</i>	Ouro Preto	30/01/1894
									23/03/1895
Jornal <i>O Liberal do Pará</i>	Belém	31/10/1888							

## 3. Mapas

GERBER, Henrique. *Carta da Província de Minas Geraes, com indicação das actuaes estradas, e das despezas com ellas feitas durante o decennio de 1855 e 1865*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1867.

**Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica (NPHEd) – Cedeplar/UFMG**

LISTAS Nominativas da década de 1830 de Minas Gerais. Disponível em: <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php>. Acesso em 23/04/2018.

RECENSEAMENTO Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/index.html>. Acesso em 23/04/2018.

**Outras fontes disponíveis online**

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em 14/07/2017.

RELATÓRIOS dos presidentes da Província de Minas Gerais de 1837-1888. Disponível em: [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais). Acesso em 23/04/2018.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Imperio do Brazil para 1885*. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C, 1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em 23/04/2018.

VON LAEMMERT, Eduardo; CARDOSO, José Antônio dos Santos. *Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Côrte e Província do Rio de Janeiro, inclusive a cidade de Santos, da província de S. Paulo, para o anno de 1876*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em 23/04/2018.

**Referências Bibliográficas**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada no Brasil (v.2): Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANDRADE, Rômulo. Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão). In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, 4(1): 93-104, 1998.

\_\_\_\_\_. Notas prévias sobre a escravidão na Zona da Mata de Minas Gerais (século XIX). In: V Seminário sobre a Economia Mineira, 1990, DiamantinaMG. *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1990.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: [Saterb], 1971.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

CAMPOS, Leonardo França. *Escravidão e família escrava em uma economia de abastecimento: termo de Barbacena, século XIX*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

CANO, Wilson. & LUNA, Francisco Vidal. A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. *Cadernos IFCH-UNICAMP*, (10):1-14, Campinas, outubro de 1983.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais : 1674-1807*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2007.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975.

\_\_\_\_\_. *Tumbeiros: O tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.

COSENTINO, Daniel do Val. A tributação sobre a escravidão e o comércio de escravos na província de Minas Gerais. *Revista Mundos do Trabalho*. Vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, pp. 173-188.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala á colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

CUNHA, Renato Trigueiro da. *Museu de cabeceira Bonfim/MG: documentário*. [S.l.]: [s.n.], 2008.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANK, Zephyr L. *Entre ricos e Pobres: o mundo de Antonio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista*. Tradução de Célia Lynn Goodwin e Elizabeth Maria Braathen. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2012.

FREIRE, Jonis. Comércio local: tráfico interno de escravos em Juiz de Fora (MG), segunda metade do século XIX. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 6 Nº 10 Jan-Jun 2011.

FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. *Tiempo en la cruz. La economía esclavista en los Estados Unidos*. Madrid: Siglo XXI, 1981.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_; PONI, Carlo. O nome e o como: mercado historiográfico e troca desigual. In: GINZBURG, Carlo. et al. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1991.

GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio - um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. 2004. Tese (Doutorado em História) - PPGHE/FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Intrépidos viajantes e a construção do espaço – Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. *Texto para discussão n.º.109*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1996.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*. N. 27 (2002), pp. 121-60.

KLEIN, HERBERT S. *A escravidão africana na América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888*. São Paulo: Annablume, 2006.

LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.



MACEDO, Deoclécio Leite de. *Tabeliões do Rio de Janeiro do 1º ao 4º Ofício de Notas: 1565 -1822*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. *X Seminário de Economia Mineira*. Diamantina, 2002.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994

MARCONDES, Renato Leite; MOTTA, José Flávio. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2001, vol.21, n.42, p.495-514.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cinzas do passado: Cultura material, riqueza e escravidão no Vale do Paraopeba/MG: 1831/ 1914*. Londrina: Eduel, 2014

MARTINS, Lúcio Urbano Silva. *Cidade do Bonfim: apontamentos históricos e notas de vida de bonfinenses ilustres*. Belo Horizonte, 2008.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a Província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. *V Seminário Sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar/ Face/UFMG, 1990.

MARTINS, Roberto Borges. *Economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Texto para discussão nº 10. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980.

\_\_\_\_\_. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, jan-abr 1983.

\_\_\_\_\_. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. Texto para Discussão nº 70. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. In: *Topoi*, v.12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117.

\_\_\_\_\_; SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. In: *Revista Formação*. Nº14, volume 2, p. 48-60, 2007.

MOURA, Antônio de Paiva. *Diagnóstico do Patrimônio Cultural de Bonfim*. Belo Horizonte: Editora Quatro Irmãos, 2005.

MOTTA, José Flávio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006.

\_\_\_\_\_. *Escravos Daqui, Dali e de Mais Além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_; MARCONDES, Renato Leite. O comércio de escravos no vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos*. v. 30, n. 2, 2000, p. 267-299.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. In: *Afro-Ásia*, v. 24, 2000.

NOVAIS, Fernando. *A estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: (séculos XVI- XVIII)*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_; ARNAUT, Luiz D. H. Fontes para o estudo de Minas oitocentista – Listas nominativas. *Anais do V Seminário sobre a economia mineira*, p.85/106. Diamantina: CEDEPLAR – UFMG, 1990. Pp. 85-106.

\_\_\_\_\_; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_; LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais do século XIX. In: *Estudos Econômicos*. 25 (2), p. 203-233, maio/ago. 1995.

PAIVA, Eduardo França. Minas depois da mineração [ou o século XIX mineiro]. In: SALLES, Ricardo & GRINBERG, Keila (org.). *O Brasil Imperial – volume I (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_; LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, Paula Chaves Teixeira. Negócios entre mineiros e cariocas: família, estratégias e redes mercantis. *Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História – UFSJ*. Nº 1, 2016, ISSN: 1516-8727.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

READ, Ian. *The Hierarchies of Slavery in Santos, Brazil. 1822-1888*. Stanford: Stanford University Press, 2012.

REIS, João José. De escravo a rico liberto: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. In: *Rev. Hist.* (São Paulo) [online]. 2016, n.174, pp.14-67. ISSN 0034-8309.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: A Província de Minas*. Belo Horizonte: Autentica, 2007. 2 vol.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Aline Cristina de S. R. *Alforria condicional: entre a escravidão e a liberdade no século XIX brasileiro*. Monografia de bacharelado em História. Campinas: Unicamp, 2011.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O Trabalho do Fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008 (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_.; GODOY, Marcelo Magalhães. *Pródromos da formação do mercado interno brasileiro: Um estudo de caso das relações entre capital mercantil, rede de cidades e desenvolvimento regional, Minas Gerais na década de 1830*. XXXIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2005.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. *A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. *Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa*. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. Comércio de cativos através das fontes cartoriais: possibilidades e seus limites. *XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Natal, 2013.

\_\_\_\_\_. “Por não querer mais me servir”: A venda de escravos como solução de conflitos nas relações escravistas. In: *Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2017.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1977.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, p. 449-495, set./dez. 1988.

\_\_\_\_\_. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v.13(1): 117-149, jan./abr.,1983.

\_\_\_\_\_. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, p.166- 197, mar./ago. 1985.

\_\_\_\_\_. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986.

SOARES, Márcio de Sousa. Para Nunca Mais Ser Chamado ao Cativo: escravidão, desonra e poder no ato da alforria. *IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Entre a escravidão e a liberdade: as alforrias em Mariana-MG no século XIX (1840-1888). *Afro-Ásia* [online]. 2014, n.50, pp.45-92.

\_\_\_\_\_. Pelos serviços prestados: o perfil do escravo alforriado em Mariana no período 1840-1888. *Estudos Econômicos* [online]. 2016, vol.46, n.1, pp.127-159.

TIZOCO, Ulisses Henrique. Notas sobre o tráfico interno numa economia de abastecimento: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) na segunda metade do século XIX (1861-1888). *Anais do II Seminário Internacional da SEO*. Londrina, 2017. ISSN 2447-0333.

\_\_\_\_\_. Comércio de mão de obra escravizada numa economia de mercado interno: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1861-1888). *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 25, V. 9, N. 3 (set./dez. 2017).

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.